

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JOÃO LUÍS LEMOS DE PAULA SANTOS

Garças nos céus, cafezais na terra

Resiliência e crise da cafeicultura em Guaratinguetá no Pós-Abolição

Versão corrigida

SÃO PAULO

2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JOÃO LUÍS LEMOS DE PAULA SANTOS

Garças nos céus, cafezais na terra

Resiliência e crise da cafeicultura em Guaratinguetá no Pós-Abolição

Dissertação apresentada como
requisito para obtenção do título de
Mestre em História Social pela
Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida
Prado Bacellar.

Versão corrigida

SÃO PAULO
2023

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

SANTOS, João Luís Lemos de Paula.

Garças nos céus, cafezais na terra: resiliência e crise da cafeicultura em Guaratinguetá no Pós-Abolição. / João Luís Lemos de Paula Santos; orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar – São Paulo, 2023.

219 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Guaratinguetá. 2. Cafeicultura. 3. Estrutura fundiária. 4. Relações de trabalho. 5. Pós-Abolição.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): João Luís Lemos de Paula Santos

Data da defesa: 16/06/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado

Bacellar

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 20/06/2023

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: SANTOS, João Luís Lemos de Paula.

Título: **Garças nos céus, cafezais na terra:** resiliência e crise da cafeicultura em Guaratinguetá no Pós-Abolição.

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar.

Aprovado em: 16/06/2023.

Banca examinadora

Presidente: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar.

Instituição: Universidade de São Paulo (USP).

Titular: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese.

Instituição: Universidade de São Paulo (USP).

Titular: Claudia Alessandra Tessari.

Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Titular: Prof. Dr. Renato Leite Marcondes.

Instituição: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP).

Dedico esta dissertação aos meus pais,
Denise e João Carlos, pelo apoio
incondicional de sempre!

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta empreitada da construção da dissertação do mestrado, a sensação é de uma enorme dívida com tantas pessoas que torna difícil iniciar estes singelos agradecimentos. O receio de ser pego no contrapé pelas falhas da memória e de cometer injustiças é enorme. Por isso, faço inicialmente um agradecimento geral a todas e todos que em algum momento dedicaram um gesto de apoio à realização desta pesquisa.

Agradeço imensamente ao meu orientador, o Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar, sempre paciente e solícito em amparar as angústias de um jovem pesquisador cheio de dúvidas sobre o proceder da pesquisa. Num período de enormes dificuldades implicadas pela pandemia, foi sempre um alento contar com o apoio, com as críticas e as sugestões às diversas versões do texto e que pudemos discutir em várias oportunidades. Agradeço pelo zelo e pela compreensão, mesmo nos momentos de maiores dificuldades.

Agradeço ao Prof. Dr. Renato Leite Marcondes e ao Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese pela participação na banca de qualificação desta dissertação. Seus apontamentos e críticas foram fundamentais para o melhor desenvolvimento dos procedimentos de pesquisa e dos argumentos nesta dissertação. Adicionalmente, agradeço aos dois professores citados e à Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari pela participação na banca de defesa da dissertação, pela leitura atenta e pelos elogios, críticas e sugestões direcionados ao trabalho. Busquei o máximo que pude, dentro das minhas limitações, refletir e incorporar no texto as sugestões generosamente direcionadas ao trabalho. Evidentemente, as lacunas e as falhas da dissertação são de minha inteira responsabilidade.

Aos meus colegas do Centro de Estudos de Demografia História da América Latina (CEDHAL), reunidos no grupo de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Bacellar, agradeço pelas diversas oportunidades de reflexão conjunta e pela leitura atenta e dedicada que realizaram de versões preliminares de capítulos deste trabalho. O aprendizado suscitado pelas discussões que pudemos realizar é inestimável e foram imprescindíveis para a construção deste trabalho. Agradeço aos colegas Carlos Nicolette, Giovanna

Turato, Lida Tascón, Maiara Muniz, Maria Eduarda Cordeiro, Milton Stanczyk, Vagner e Vinícius Assis. Especialmente, agradeço ao Breno Aparecido Servidone Moreno pelo rigor e generosidade que sempre teve ao discutir as proposições desta pesquisa e por ser sempre solícito em atender demandas e dúvidas que tive ao longo do percurso.

Aos funcionários e à direção do Arquivo Público do Estado de São Paulo, agradeço pelo empenho em possibilitar a nós, pesquisadores, o acesso seguro às fontes documentais necessárias para a pesquisa, quando as condições sanitárias assim permitiram. Da mesma forma, agradeço à direção do Museu Frei Galvão em Guaratinguetá, em especial à Eliana Perrenoud, funcionária do museu, sempre muito solícita e atenciosa nas demandas para esta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em História Social por viabilizarem as condições materiais para que um professor de escola pública pudesse realizar este trabalho. O investimento público é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica e científica e, apesar de sofrer constantes cortes orçamentários, há aqueles e aquelas que lutam pela garantia de dignidade aos pesquisadores brasileiros. A todas e todos que contribuem nessa luta pela ciência e pela educação pública, agradeço profundamente.

Pelo apoio e incentivo, pelas longas conversas desde os tempos de graduação a respeito seja dos dilemas históricos da sociedade brasileira, seja dos temas mais ordinários da vida, pela sincera amizade, agradeço aos amigos Pedro Giovanetti Moura e Ian Kisil Marino.

Agradeço aos meus pais, Denise do Amaral Lemos de Paula Santos e João Carlos França de Paula Santos, que sempre me apoiaram incondicionalmente. É difícil encontrar palavras à altura de tudo o que ambos já fizeram e continuam fazendo para que nossos sonhos se tornem realidade. Devo a finalização de mais esta etapa fundamentalmente a vocês, sempre generosos, sensíveis, compreensivos e exemplos de seres humanos corretos e dignos.

Por fim, agradeço à minha parceira de vida, Géssica Regis, por sempre acreditar em mim e estar ao meu lado nos bons e nos maus momentos. E ao Valentim, meu filho, por ser meu grande amigo e minha grande inspiração para perseverar e seguir adiante buscando dar minha modesta contribuição para fazer deste mundo um lugar melhor.

*Ai, não deu banco pra nos sentar
Dona rainha me deu cama,
Mas não deu banco pra me sentar.
(Ponto de jongo - Autor desconhecido).*

Assim, para os fazendeiros e negociantes do café, cada uma das realizações no sentido do crescimento foi também, ao mesmo tempo, um passo adiante no caminho da regressão: a prosperidade só pode ser construída à custa da ruína.

(Maria Sylvia de Carvalho Franco)

RESUMO

SANTOS, João Luís Lemos de Paula. Garças nos céus, cafezais na terra: resiliência e crise da cafeicultura em Guaratinguetá no Pós-Abolição. 2023. 218f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta dissertação investiga a trajetória da cafeicultura em Guaratinguetá, município do Vale do Paraíba no Estado de São Paulo, com ênfase para suas características e processos de mudança no período Pós-Abolição da escravidão. Para tanto, realizamos um balanço da historiografia sobre a cafeicultura no Vale do Paraíba; apresentamos as características históricas e geográficas da localidade e as condições do mercado mundial; discutimos a evolução da produção cafeeira em Guaratinguetá ao longo das décadas; analisamos a rede fundiária e as transformações nas relações de trabalho particularmente no período Pós-Abolição; e, por fim, esboçamos uma discussão a respeito das estratégias adotadas pelos cafeicultores e pelos trabalhadores pobres frente à crise do sistema agrícola. Tivemos como base uma ampla gama de fontes documentais, tais como: os recenseamentos paulistas do século XIX; os Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo (1894 – 1906); o Censo Agrícola de São Paulo (1904-1905); o boletim O Café da Secretaria de Agricultura de São Paulo; jornais e atas de Câmara de Guaratinguetá; entre outros. Foi possível identificar que Guaratinguetá teve uma dinâmica específica na cafeicultura em relação a outras áreas do Vale do Paraíba, mantendo uma tendência ascendente em sua produção cafeeira até o final da década de 1890 embora adquirisse paulatinamente as características de uma área de menor produtividade. Neste contexto, a rede fundiária de Guaratinguetá mantinha uma forte concentração de terras no início do século XX, com a maior parte da produção de café mantida nas médias e grandes propriedades e nos latifúndios, ainda que houvesse um número expressivo de pequenos produtores e que estivesse em curso um processo de fragmentação da propriedade da terra. Ao mesmo tempo, o fim da escravidão demarca a sustentação de novos arranjos nas relações de trabalho, crescendo a importância do sistema de parceria e da mobilização sazonal e temporária de

trabalhadores pobres. Mesmo com as crescentes dificuldades, muitos produtores continuaram apostando na cafeicultura, que permaneceu como principal atividade econômica em Guaratinguetá nas primeiras décadas do século XX, ao passo em que ocorreram tentativas de diversificação de atividades especialmente no contexto urbano. O declínio da cafeicultura demarcou um novo padrão de relação entre Guaratinguetá e o mercado mundial, configurando uma área de pouco dinamismo econômico e grandes desigualdades sociais.

Palavras-chave: Guaratinguetá – Cafeicultura – Estrutura fundiária – Relações de trabalho – Pós-Abolição.

ABSTRACT

SANTOS, João Luís Lemos de Paula. Herons in the sky, coffee plantations on the ground: resilience and crisis of the coffee sector in Guaratinguetá at the Post- Abolition. 2023. 218f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This dissertation investigates the trajectory of the coffee growing in Guaratinguetá, a county localized in the Paraíba Valley in São Paulo State, emphasizing its features and changes in the period Post-Abolition os slavery. To reach this objective, we analyzed the historiography of the coffee growing in the South Paraíba Valley; the historical and geographics features of the locality and the state of the world Market; the evolution of the coffee production in Guaratinguetá beyond the decades; the land structure and the transformations of the labour relationships especially in the period Post-Abolition; and we discuss the strategies adopted by the coffee growers and the poor workers in the face of the crisis of the agricultural system. We used a large variety of documental sources, for example: the São Paulo's census of the 19th century; the Statistical Yearbooks of the State of São Paulo (1894 – 1906); the Agricultural Census of the State of São Paulo (1904-1905); the report card O Café published by the Agricultural Secretary of the State of São Paulo; newspapers and minutes of the Town Hall of Guaratinguetá. We verified that the coffee growing had an specific dynamics in Guaratinguetá if compared with another areas of the South Paraíba Valley. Guaratinguetá sustained an upward trend in its coffee production belong the 1890's although your productivity was falling. In this context, the land structure of Guaratinguetá kepted na intense concentration of land in the beginning of the 20th century. The most of the coffee was producted on the medium and the large land ownership. However, there were many small land owners and it was ongoing the fragmentation of the land property. At the same time, the Abolition of the slavery established a new arrangement of the labour relationship growing the importance of the partnership system and the seasonal and temporary mobilization of the poor workers in the agriculture. Even with the difficults

growing, a lot of coffee growers continue to invest in coffee plantations. The coffee growing remains like the main activity in Guaratinguetá at the beginning of the 20th century, while attempts were made to diversify the economy especially in the urban area. The decline of the coffee growing established a new standard of the relationship between Guaratinguetá and the world market, what reduced the economic dynamics and intensified the social inequalities.

Key-words: Guaratinguetá – Coffee growing – Land structure – Labour relationship – Post-Abolition.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01 - COMMISSION GÉOGRAPHIQUE ET GÉOLOGIQUE DE SÃO PAULO. Carte Générale de l'État de São Paulo (avec indications sur l'Agriculture, le Commerce, l'Instruction Publique, l'Industrie et la Colonisation).....	39
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Exportações globais de café em toneladas, 1790 –1860.....	42
Gráfico 02. Arrecadação do imposto municipal sobre café em Guaratinguetá em mil-réis (SÃO PAULO, 1894-1906).....	67
Gráfico 03. Produção de café em Guaratinguetá 1836 – 1935 (em arrobas)....	68
Gráfico 04 – Produção de café em arrobas por mil pés – Guaratinguetá (1897 – 1924).....	76
Gráfico 05. Evolução do índice de produtividade em Guaratinguetá, Bananal, Campinas e Ribeirão Preto (arrobas por mil pés de café: 1900 – 1925).....	77
Gráfico 06 – Evolução da produção de café em Guaratinguetá, Bananal, Campinas e Ribeirão Preto (arrobas / 1900 – 1925).....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Maiores e menores proprietários de terras em Guaratinguetá (Censo Agrícola, 1904-1905).....	97
Quadro 02. Nomes das maiores e menores proprietárias de Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Exportação de café pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos, 1872 – 1909 – Safras anuais (de julho a junho) – sacas de 60 kg.....	50
Tabela 02. Produção cafeeira em Guaratinguetá (1836 – 1935).....	62
Tabela 03. Produção de café em Guaratinguetá (1897 – 1906) – Anuários Estatísticos do estado de São Paulo.....	64
Tabela 04. Número de cafeeiros em Guaratinguetá – Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo (1897-1900).....	65
Tabela 05 – Percentual de café exportado de Guaratinguetá em relação ao montante total produzido anual, 1897 - 1906 (Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo).....	69
Tabela 06 – Produção de feijão e milho em Guaratinguetá (1897 – 1906).....	70
Tabela 07. Percentual por produto agrícola em Guaratinguetá entre 1897 – 1906 em relação ao valor total com base nos valores em mil-réis.....	72
Tabela 08 - Percentual das atividades agrícola, zootécnica e extrativa em Guaratinguetá entre 1897 – 1906.....	73
Tabela 09 - Número e extensão territorial das propriedades em Guaratinguetá (Inventário de Bens Rústicos de 1818).....	85
Tabela 10 - Índices estatísticos da propriedade fundiária em Guaratinguetá, Bananal, Areias e Queluz (1818 – 1819).....	88
Tabela 11 - Número e extensão territorial das propriedades em Guaratinguetá em números absolutos e relativos (Censo Agrícola de 1904-1905).....	95
Tabela 12 - Média, Mediana e Gini no Inventário de Bens Rústicos (1818) e no Censo Agrícola (1904-1905).....	96
Tabela 13 - Distribuição de propriedades fundiárias registradas em nome de mulheres em número e em área em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).....	99
Tabela 14 - Número e área das propriedades de portugueses, italianos e outros estrangeiros em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).....	101
Tabela 15 - Percentual de propriedades produtoras em relação a cada tipo de produto agrícola em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).....	104
Tabela 16 - Área cultivada, número de pés de café e montante de produção cafeeira em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).....	106

Tabela 17 - Produtividade dos cafezais em arrobas por mil pés de café em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).....	108
Tabela 18 - Índices de especialização agrícola da cafeicultura em Guaratinguetá e no Vale do Paraíba (Censo Agrícola 1904-1905).....	109
Tabela 19 - Percentual do cultivo de café na área cultivada por classe de propriedade em Guaratinguetá, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Mogiana e Estado de São Paulo (Censo Agrícola, 1904-1905).....	111
Tabela 20 - Índice de diversificação agrícola em Guaratinguetá, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Mogiana (Censo Agrícola, 1904-1905).....	113
Tabela 21 - Percentual do cultivo de produtos agrícolas na área cultivada em Guaratinguetá (Censo Agrícola, 1904-1905).....	114
Tabela 22 - Percentual de propriedades especializadas em café por classes de tamanho em Guaratinguetá, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Estado de São Paulo (Censo Agrícola, 1904-1905).....	115
Tabela 23 - Percentual das características da área recenseada em Guaratinguetá, Vale do Paraíba e Estado de São Paulo (Censo Agrícola, 1904-1905).....	118
Tabela 24 - Percentual das características da área recenseada distribuído por classes de propriedade em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).	120
Tabela 25 - Número de habitantes em municípios do Vale do Paraíba Paulista (1872 - 1900).....	125
Tabela 26 – Evolução da média de quilogramas por trabalhador (escravizado ou livre) em Guaratinguetá (1854 – 1906).....	136
Tabela 27 – Média de trabalhadores por classe de propriedade em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).....	138
Tabela 28 - Número médio de produção anual de café por trabalhador segundo classes de propriedades em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).....	139
Tabela 29 - Número médio de pés de café para cada trabalhador por classe de propriedade em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).....	140
Tabela 30 – Bens de Raulino José da Silveira por tipo em números absolutos e relativos (inventário <i>post mortem</i> , 1902-1907).....	185
Tabela 31 - Cafezais na fazenda <i>São Francisco</i> , de Franciso da Silva Villela (inventário <i>post mortem</i> , 1906).....	186

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 01 – O café no Vale do Paraíba: historiografia, tempos e espaços.	4
1. 1. A historiografia sobre o café no Vale do Paraíba	4
1. 2. Aspectos históricos e geográficos do Vale do Paraíba e de Guaratinguetá	27
1. 3. Dinâmicas da produção cafeeira no Brasil e o mercado mundial.....	40
Capítulo 02 – O panorama da cafeicultura em Guaratinguetá do Império à República	52
2. 1. A situação econômica de Guaratinguetá na virada do XIX ao XX ...	52
2. 2. Os Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo como fonte documental	55
2. 3. Trajetórias da produção cafeeira em Guaratinguetá.....	61
2. 4. Os diversos tempos da cafeicultura: uma breve comparação com outras localidades.....	74
Capítulo 03 – Terra e trabalho na cafeicultura em Guaratinguetá	83
3. 1. A rede fundiária na montagem e expansão da cafeicultura.....	83
3. 2. Auge e crise: o Censo Agrícola de 1905	92
3. 3. A distribuição da propriedade fundiária em Guaratinguetá (1904- 1905) 94	
3. 4. O café na rede fundiária de Guaratinguetá.....	103
3. 5. A disponibilidade de áreas para novos cultivos em Guaratinguetá no início do século XX.....	117
3. 6. Das tropas na serra da Quebra-Cangalha à ferrovia	122
3. 7. Trabalho e cafeicultura no pós-Abolição.....	124
Capítulo 04 – Em busca das <i>grandezas imagináveis</i>: estratégias e projetos frente à crise do café	145

4. 1. Discussões na imprensa sobre caminhos para a cafeicultura.	151
4. 2. Um projeto abandonado: a ferrovia de Guaratinguetá a Paraty	161
4. 3. Acumulação e pobreza na crise da cafeicultura	169
Considerações finais	188
BIBLIOGRAFIA	193
FONTES PRIMÁRIAS.....	203

Introdução

Guaratinguetá é uma palavra originária do tupi que une os termos *gûyrátinga* (garça ou ave branca) e *etá* (sufixo indicativo de grande quantidade)¹. A toponímia indica, assim, um fato largamente conhecido: a enorme presença dessas aves na área em questão no Vale do Paraíba paulista desde tempos muito remotos. Mas além dessa marcante presença, houve um período em que a região foi conhecida também por outro fator, agora inserido pelo ser humano: as vastas lavouras de café. Durante cerca de um século, além das garças dominando os céus, a paisagem de Guaratinguetá foi tomada pelas fileiras intermináveis de cafezais e por todas as transformações e as marcas que tal atividade estabeleceu. Entretanto, o que as garças têm de perenes, o café teve de efêmero em terras vale-paraibanas.

Região cafeeira e escravista proeminente durante o século XIX, o Vale do Paraíba vive uma contínua crise da produção do seu principal produto particularmente no último quartel do século, perdendo definitivamente a liderança no setor para o Oeste paulista. Diversas transformações na sociedade brasileira condicionaram este processo, entre as quais podemos citar o fim do tráfico transatlântico de escravizados em meados do século XIX. Este pode ser considerado um marco para o decorrer de um período de amplo desenvolvimento das forças produtivas, particularmente na região Sudeste, tanto no meio urbano quanto rural.

O reconhecimento da mudança na estrutura produtiva do café no Brasil e seu deslocamento para a região do Oeste paulista, entretanto, não deve ocultar a heterogeneidade de processos sociais e econômicos na bacia do Paraíba do Sul naquele período. Em relação à produção cafeeira, podemos considerar como verossímil o caso das “cidades mortas”, conforme caracterizado por Monteiro Lobato, particularmente no chamado Médio Vale do Paraíba - nas suas porções fluminense e paulista -, região que produziu café em maior escala no XIX e que passou por um declínio marcante já ao final do

¹ DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI-GUARANI. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/guaratingueta/>. Acesso em 27/04/2023.

século. Contudo, há indícios de que alguns municípios nas terras do vale próximas às nascentes que originam o rio Paraíba do Sul em São Paulo mantiveram maior resiliência na cafeicultura, apresentando uma dinâmica diferenciada com relação à sua capacidade econômica décadas adentro no período pós-Abolição e republicano.

O município de Guaratinguetá parece ser um caso propício para evidenciar as assimetrias e os desequilíbrios no processo de crise e declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba. Tendo alcançado posto de relevante produtor de café na segunda metade do século XIX, o município sofre considerável queda em sua produção no início do século XX. Apesar disso, a cafeicultura permanece como principal atividade econômica do município durante algumas décadas e os índices demográficos e de urbanização permanecem crescentes. Portanto, sendo um local em que coexistiram diversas tendências de declínio e dinamismo econômico, parece promissor investigar os motivos dessas variações e nuances na bacia do Paraíba do Sul a partir desse caso, suas relações com o movimento mais geral da economia brasileira e do mercado mundial.

Nosso objetivo geral ao iniciar esta pesquisa foi formulado da seguinte maneira: “[...] *investigar e realizar uma aproximação com o panorama econômico de Guaratinguetá e do Vale do Paraíba paulista no período de declínio da produção cafeeira na região*”. Ao longo da pesquisa, diversas questões evidenciaram sua importância para discutir o quadro econômico do Vale do Paraíba, particularmente os aspectos relacionados à posse da terra e ao trabalho. Desta forma, desenvolvemos uma pesquisa que envolveu um balanço historiográfico e investigações sobre a trajetória da produção cafeeira, a estrutura fundiária, as relações de trabalho e as estratégias desenvolvidas pelos sujeitos sociais naquele contexto.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro, o objetivo é realizar uma apresentação pormenorizada do problema que analisamos com base na historiografia e buscamos estabelecer os marcos gerais do período estudado em relação às características da localidade e suas relações com economia mundial. No balanço historiográfico, realizamos uma descrição e análise da historiografia a respeito da cafeicultura no Vale do Paraíba produzida ao longo do século XX até o período mais recente. Assim,

tentamos situar nossa pesquisa nesse balanço das contribuições historiográficas.

No segundo capítulo, buscamos identificar e analisar a trajetória da produção cafeeira em Guaratinguetá. Para tanto, fizemos uma análise dos dados contidos nos recenseamentos paulistas do século XIX, nos Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo e em outras fontes sobre a produção cafeeira em Guaratinguetá desde o Império ao período republicano. Ao investigar a trajetória da produção em Guaratinguetá, buscamos situá-la no processo mais amplo da cafeicultura brasileira através de uma breve comparação com outras localidades paulistas, a saber: Bananal, Campinas e Ribeirão Preto.

No terceiro capítulo, discutimos a questão da terra e do trabalho em Guaratinguetá com ênfase no período de crise da cafeicultura por meio da análise do Censo Agrícola de 1904-1905. De modo a melhor elucidar as características da rede fundiária, realizamos uma breve retrospectiva por meio dos informes no Inventário de Bens Rústicos de 1818 e nos quadros estatísticos organizados por José Joaquim Machado de Oliveira em 1854. Buscamos compreender a distribuição da terra entre os proprietários, da produção cafeeira entre as diferentes classes de propriedade, a proporção das áreas cultivadas e não cultivadas e sua combinação com a cultura de outros produtos. Imbricadas à questão da terra, discutimos as características das relações de trabalho na cafeicultura e suas transformações especialmente no período pós-Abolição.

No quarto capítulo, o objetivo é realizar um esboço a respeito de como a situação da produção cafeeira foi percebida no município naquele período e quais estratégias os diferentes grupos sociais adotaram frente a ela. Analisaremos aqui prioritariamente artigos a respeito das questões agrícolas publicados nas edições dos jornais guaratinguetaenses *Correio do Norte* e *Gazetinha*. Por meio das atas da Câmara Municipal entre 1889 e 1906 e alguns inventários *post mortem*, discutiremos as estratégias adotadas naquele contexto.

Capítulo 01 – O café no Vale do Paraíba: historiografia, tempos e espaços.

1. 1. A historiografia sobre o café no Vale do Paraíba

O Vale do rio Paraíba do Sul foi a primeira região a produzir café em larga escala no Brasil. Durante o século XIX, a produção cafeeira cresceu e se consolidou em terras vale-paraibanas, assentada na escravidão. De principal região produtora de café no país durante a maior parte do século XIX, o Vale do Paraíba viveria um declínio da sua capacidade produtiva tornando-se periférico na economia cafeeira no final do século XIX e início do XX. Na época, a porção paulista desta região era tradicionalmente chamada de Norte de São Paulo, onde se localiza o município de Guaratinguetá.

A literatura sobre o café no Brasil é muito vasta, especialmente na perspectiva da história econômica. Desde as abordagens renovadoras da história social da escravidão a partir dos anos 1980, passando pelas contribuições da demografia histórica até as proposições sobre a Segunda Escravidão, todas discutem de algum modo a história da cafeicultura brasileira. Na diversidade de todo esse campo de estudos, há algumas linhas gerais sobre as quais podemos identificar aspectos comuns que buscaremos apresentar a seguir.

Até o século XVIII, o café foi um produto residual na colônia portuguesa na América. O consumo da bebida estimulante produzida pelo fruto dos cafeeiros era ainda limitado a pequenos grupos abastados da Europa. Após pequenas experiências de produção e exportação no Maranhão e no Pará, foi no Rio de Janeiro que a cafeicultura tomou seus maiores impulsos. Inicialmente produzido na própria capital e seus arredores no final do século XVIII, em grande medida para consumo local, avança paulatinamente em torno das vias abertas no período de auge da mineração².

² Sobre o processo de avanço da cultura do café no Vale do Paraíba, ver TAUNAY, Afonso d'E. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939; VALVERDE, Orlando. *A fazenda de café escravocrata no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café,

A colônia francesa de Saint-Domingue, naquele período, era a maior fornecedora de café para o mercado mundial. Com a revolução liderada pelos escravizados na ilha, é aberta a possibilidade de outras regiões produtoras concorrerem nesse mercado, o que será um grande incentivo à produção cafeeira no Rio de Janeiro. Somado a isto, o mercado consumidor do café se expande notavelmente no Atlântico Norte – na Europa e particularmente nos EUA³. No Brasil, a expansão cafeeira teria avançado então por duas rotas principais criadas no período da mineração: o Caminho Novo, em direção a Minas Gerais passando por Vassouras e Valença; e o Caminho Novo da Piedade, em direção a São Paulo.

Ao longo do século XIX, a cafeicultura se consolidou particularmente no Vale do Paraíba fluminense, ampliando sobremaneira a demanda por trabalhadores escravizados. O tráfico transatlântico de africanos escravizados foi intensificado naquelas décadas até 1850, quando foi definitivamente proibido. Tal era a relação entre a cafeicultura, a escravidão e a riqueza do país que o parlamentar Silveira Martins expõe sua conhecida frase: “o Brasil é o café, e o café é o negro” (*apud* NABUCO, 2003, p. 144).

A expansão cafeeira segue sem cessar durante todo este período. Nas primeiras décadas do século XIX já havia adentrado as terras do chamado norte paulista e seguia também em direção ao norte fluminense seguindo o curso do rio Paraíba do Sul. Aos poucos, quase toda a região entrecortada pelo referido rio, com maior ou menor intensidade, é ocupada pelo dito “ouro verde”. Mas havia um preço a pagar pela tomada avassaladora de novas terras pelo café: devido às técnicas rudimentares de produção, a devastação das matas nativas e as próprias características irregulares do terreno vale-paraibano, a produtividade dos cafeeiros declina de modo acelerado após algumas décadas de grandeza. Cada vez mais será necessário avançar sobre novos territórios para viabilizar a produção cafeeira favorecida pela demanda crescente do

1973; MUAZE, Mariana. *O Vale do Paraíba fluminense e a dinâmica imperial*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural: Secretaria do Estado de Cultura, 2010.

³ MARQUESE, R.; TOMICH, D. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: *O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão* (orgs. Mariana Muaze e Ricardo Salles). Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

mercado mundial. E o ciclo tende a repetir-se em novas regiões ao longo das décadas⁴.

No final do século XIX, a chamada Zona do Rio - ou seja, que exportava café por meio do porto do Rio de Janeiro - já vinha perdendo relativamente sua preponderância na cafeicultura para a região Oeste da província de São Paulo. Alguns dos principais fatores que podemos identificar de um modo geral na historiografia são: o já citado esgotamento das terras e conseqüente queda de produtividade; a crise vivida pela escravidão, cada vez mais próxima de ser extinta na percepção de seus próprios coetâneos; e a dificuldade de acesso a crédito pelos cafeicultores do Vale nos anos 1880. Já na República, a Zona de Santos tomaria definitivamente a liderança no setor cafeeiro e o produto se manteria como eixo principal da economia brasileira nas primeiras décadas do século XX.

A representação que se consolidou a respeito da crise do café no Vale do Paraíba teve suas expressões literárias, além da historiografia. O conto intitulado *Cidades Mortas*, escrito por Monteiro Lobato em 1906, cristaliza a imagem do Vale do Paraíba como uma região estagnada e decadente no período, com cidades e fazendas praticamente abandonadas. Nas palavras do autor:

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurre de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. [...] Em São Paulo temos perfeito exemplo disso na depressão profunda que entorpece boa parte do chamado Norte. Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito. Umhas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes (MONTEIRO LOBATO, 2009, p. 9-10).

Em outro trecho, Monteiro Lobato é enfático sobre o que considera como causa desse processo: a perda da *uberdade* do solo afastaria os capitais e a

⁴ A respeito da historiografia que enfatizava o caráter efêmero da cafeicultura, podemos citar diversos autores que escreveram na primeira metade do século XX, como Taunay (1939); Milliet (1941); e Caio Prado Jr. (1981).

força de trabalho gerando por consequência a situação de depauperamento. Tais opiniões foram expressas pelo autor a partir de uma experiência pessoal enquanto morador por um período no município de Areias, próximo da divisa com o Rio de Janeiro, e como membro de família proprietária de terras em Taubaté. Apesar do escritor evitar a generalização - referindo-se a “boa parte do chamado Norte” -, parcela importante da historiografia tendeu a ratificar a imagem construída no conto para o conjunto da região no período republicano especialmente nas primeiras décadas do século XX. A seguir, passamos a apresentar a historiografia disponível sobre nossa temática na medida do possível seguindo uma ordem cronológica. Discutiremos como as questões relacionadas à cafeicultura e sua crise no Vale do Paraíba evoluíram ao longo das discussões historiográficas.

Afonso de Taunay elaborou uma obra monumental a respeito do café no Brasil e que até hoje é uma referência factual relevante apesar de vinculada à tradição historiográfica metódica com ênfase no aspecto político-institucional e econômico. O autor reconhece que as mudanças ocorridas no âmbito do trabalho após 13 de maio de 1888 foram importantes para o declínio da cultura cafeeira no Vale do Paraíba, contudo argumenta que o fator preponderante teria sido a erosão das terras vale-paraibanas e a decorrente queda da produtividade. Taunay destaca que o Vale do Paraíba teria mantido o papel principal na sustentação econômica do Império até seu momento derradeiro. Entretanto, já no período republicano, as vantagens da lavoura nas novas zonas cafeeiras em São Paulo finalmente deixariam os velhos cafezais vale-paraibanos em segundo plano⁵. A questão ambiental na queda de produtividade, com o desgaste e erosão dos solos, é um fator que acentuaria a dificuldade de atração de imigrantes para a região. Nas palavras do autor:

A lavoura de São Paulo estava em condições muito mais favoráveis do que a das províncias vizinhas. Em primeiro lugar dispunha de cafesaes e terrenos muito mais novos e terras incomparavelmente mais faceis

⁵ TAUNAY, Afonso d'E. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939. Ver também TAUNAY, Afonso d'E. *Pequena História do Café*. Brasília: Editora UnB, 2014. Cabe destacar que, embora o autor cite mais destacadamente a porção fluminense do Vale do Paraíba, não distingue eventuais assimetrias no interior da região.

de amanhã, as terras de suave derrame os largos chãos parados de Oeste e não as encostas alcantiladas da região fluminense e mineira, encostas além de tudo muito erosadas onde as replantas só vingam quando o alqueive permite o aproveitamento do capoeirão derrubado. [...] O que se passa com as fazendas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais é exactamente o que ocorre nas do Norte de São Paulo, onde os fazendeiros não conseguem nem poderiam conseguir a fixação de imigrantes nos cafesaes. Tanto compreendem a situação que, em grande número, estes lavradores do norte paulista preferem deixar a região natal para continuar a vida fazendeira nas terras do Oeste. (TAUNAY, 1939, pg. 22).

Outro autor que contribuiu para a construção da interpretação mais frequente nos estudos sobre a cafeicultura no Vale do Paraíba foi Sergio Milliet. Com foco em São Paulo, Milliet busca apreender a dinâmica demográfica e econômica impressa pelo café desde o início do século XIX até as primeiras décadas do século XX na obra *Roteiro do Café*, publicada em 1941. Nesta perspectiva, descreve o movimento da produção cafeeira na chamada zona Norte - porção paulista da bacia do Rio Paraíba do Sul - como ascendente até o ano de 1886, a partir do qual a produção começaria a declinar. Já a população da região sofreria uma redução a partir de 1920⁶. Traçando uma imagem de empobrecimento das regiões abandonadas pelo café, o autor é categórico: “O fenômeno é visível a olho nu” (MILLIET, 1941, p. 07). Assim, é consolidada uma interpretação que delineia um cenário de crise generalizada e declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba como um todo desde pelo menos meados da década de 1880.

Em 1948, Lucila Herrmann publica sua obra clássica *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de 300 anos*. Por meio de um estudo minucioso de uma localidade e de vasta documentação, Herrmann busca realizar uma “[...] análise comparativa de uma série de fatos pertencentes a uma mesma sociedade” (HERRMANN, 1986, p. 07). A autora identifica que Guaratinguetá teria sido marcada por quatro ciclos distintos: Ciclo da Economia de Subsistência (1630 – 1775); Ciclo dos Engenhos (1775 –

⁶ MILLIET, S. *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo: Departamento de Cultura, 3ª Edição, 1941.

1836); Ciclo do Café (1805 – 1920); e Ciclo Atual (1920 – 1944). Já de partida, a obra de Herrmann complexifica a discussão e suscita importantes inovações sobre o período da colonização enfatizando uma região que teria permanecido a maior parte do tempo relativamente isolada do comércio ultramarino.

No final do XVIII e início do XIX, Guaratinguetá teria finalmente iniciado uma integração ao mercado do açúcar e, num segundo momento, do café. É interessante notar a sobreposição sustentada pela autora entre o que seria o ciclo caracterizado pela atividade açucareira e aquele ligado ao café. Este fato teria sido justamente um dos fatores que retardaram a entrada da rubiácea em terras guaratinguetaenses em relação a outras áreas do Vale do Paraíba. Além disso, municípios como Guaratinguetá, Lorena, São José dos Campos, Mogi das Cruzes, Paraibuna e Taubaté teriam recebido um impulso demográfico devido à cafeicultura com a chegada de migrantes de outros locais do Brasil possibilitando maior resiliência de sua produção. Desta forma, a autora constrói uma análise que enfatiza diferentes ritmos e tempos do café no Vale do Paraíba.

Em relação à crise da cafeicultura, Herrmann destaca como fatores principais a Abolição da escravidão; o cansaço das terras; e a competição insustentável com outras áreas mais produtivas. Tal situação teria conduzido a um declínio da atividade cafeeira e conduzido vagarosamente a região à pecuária devido à facilidade em tornar as terras depauperadas em pastos e o acesso aos mercados de leite. De acordo com Herrmann, nesse período de declínio entre a Abolição e o ano de 1920, “[...] o café permanece nas partes altas onde o massapé predomina” (HERMANN, 1986, p. 205). Cabe enfatizar que Herrmann, ao indicar uma periodização relativamente mais alargada da cafeicultura em Guaratinguetá e apontar fatores de resiliência do produto, enfatizava características específicas do município e do Alto Vale do Paraíba em relação a outras áreas cafeeiras do Vale do Paraíba.

Na década de 1950, uma das obras mais influentes no debate historiográfico de então foi o trabalho do historiador Stanley J. Stein sobre o município de Vassouras publicado originalmente em 1957. Stein foi um dos pesquisadores que ficariam conhecidos como “brasilianistas” por serem pesquisadores oriundos especialmente dos EUA e que se debruçaram sobre a realidade brasileira em meados do século XX. Realizou uma pesquisa *in loco*

no município de Vassouras nos arquivos documentais e também gravações inestimáveis em áudio de manifestações culturais afro-brasileiras, além de entrevistas com pessoas que vivenciaram o período da cafeicultura e da escravidão. Informado pela historiografia brasileira da época⁷, incorporou parte de suas temáticas e preocupações com os problemas relacionados com o desenvolvimento do país.

Nesta obra, Stein delinea uma cronologia para a cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense que será amplamente aceita pela historiografia durante algumas décadas. A produção cafeeira teria se expandido a partir do Rio de Janeiro no início do século XIX em direção ao Vale do Paraíba num ritmo acelerado:

A transformação de uma terra inculca atravessada por uma ou duas trilhas de mulas e esparsamente colonizada por alguns fazendeiros e proprietários de estações de trem secundárias para uma municipalidade de extensas fazendas de café com cerca de 35.000 habitantes livres e escravos em 1850 foi feita em duas gerações; tal rapidez impressionou até contemporâneos (STEIN, 1990, p. 27).

Assim, nos anos 1850, a produção cafeeira em Vassouras teria atingido o apogeu e já nos anos 1870 começou a sentir um processo de declínio e decadência ligado aos três fatores principais já citados: o esgotamento dos solos; a escassez de mão de obra escravizada; e a crescente dificuldade de acesso ao crédito dos fazendeiros mediante a crise. A cafeicultura em Vassouras e no Vale do Paraíba fluminense jamais se recuperaria frente a este processo fulminante⁸. Por meio de seu trabalho minucioso com as fontes e sua opção por concentrar a análise numa localidade específica, Stein contribuiu na construção de uma interpretação histórica ao processo que parecia evidente a

⁷ Em prefácio à edição de 1985, Stein também cita o livro de contos *Urupês*, de Monteiro Lobato, como uma de suas referências na escrita de seu trabalho. Cita também outros autores como Gilberto Freyre, Paulo Prado, José Lins do Rêgo, Sergio Milliet e Caio Prado Jr. (STEIN, 1990, p.17).

⁸ STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café 1850 - 1900*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.

seus contemporâneos: o caráter efêmero da cafeicultura, exemplificado pelo caso vale-paraibano.

Citado por Stein como uma de suas referências, Caio Prado Junior realizou uma interpretação semelhante nesse aspecto em sua obra *História Econômica do Brasil*, que teve sua primeira edição publicada em 1945 e foi revista em edições posteriores⁹. Segundo o historiador brasileiro, o Brasil teria passado por um acelerado desenvolvimento de suas forças produtivas na segunda metade do século XIX, em grande medida ligado ao fim do tráfico transatlântico de escravizados em 1850. Neste contexto, o declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba repetia certo tipo de ciclo muito presente na história do Brasil caracterizado por uma rápida ascensão de prosperidade seguida por outra fase de estagnação e decadência. O motivo, nas palavras do autor, também seria muito parecido nas diversas circunstâncias: “A causa é sempre semelhante: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo” (PRADO JR., 1981, p. 162). A produção em larga escala, em grandes propriedades e voltada ao mercado externo teria acelerado, portanto, a queda da produtividade levando a cafeicultura a seguir sua rota em novas áreas de exploração. Ou seja, o esgotamento dos solos no Vale do Paraíba devido às técnicas rudimentares e seu caráter intensivo de produção teriam sido os fatores cruciais para o declínio da cafeicultura na região¹⁰.

É importante assinalar que os debates historiográficos de meados do século XX - exemplificados aqui por meio de alguns autores - estabeleceram bases significativas para o conhecimento histórico sobre a cafeicultura e seu papel na formação da sociedade brasileira. A ênfase no aspecto ambiental como fator predominante para explicar o declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba refletia preocupações em torno da necessidade de modernizar as atividades produtivas no país, embora tal explicação seja hoje insuficiente para

⁹ Em nossa apresentação da historiografia, apresentamos as contribuições de Caio Prado Junior na sequência de Lucila Herrmann e Stanley J. Stein pois sua obra foi revisada na edição em que tivemos acesso, incorporando elementos do debate historiográfico posteriores à sua publicação original.

¹⁰ PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 26ª edição, 1981.

a compreensão daquele processo histórico. Fato é que o próprio indicativo de que a expansão cafeeira não ocorreu de modo uniforme e homogêneo nas diversas regiões do Sudeste brasileiro é fruto das pesquisas realizadas no período que tratamos. Nesse sentido, as proposições de Lucila Herrmann, que sugerem uma presença do café mais estendida no tempo em terras vale-paraibanas em relação ao que a maior parte da historiografia assinalava, destoam do conjunto e seriam reforçadas por trabalhos posteriores.

Ainda na seara das interpretações sobre o declínio da produção cafeeira no Vale do Paraíba, um tema que ganhou destaque ao longo do tempo diz respeito à questão da mão de obra e à imigração europeia. Incentivada desde o Império como solução para a oferta de força de trabalho, a imigração ganha fôlego decisivo com a Abolição, a Proclamação da República e o crescimento da influência das teorias racistas do branqueamento nas primeiras décadas republicanas¹¹.

Nesse sentido, entre as décadas de 1950 e 1980, diversos autores concentraram suas comparações entre o Vale do Paraíba e o Oeste paulista na questão da exploração da mão de obra citada com menor ênfase pelos autores do período anterior. Para Celso Furtado, a oferta de mão de obra seria o principal problema da economia brasileira ao longo do XIX, tendo em vista as sucessivas crises da instituição escravista, conduzindo paulatinamente à atração de imigrantes europeus¹².

Em sua obra *O problema do café no Brasil*, publicada originalmente em 1966, Antônio Delfim Neto analisa as interligações entre o mercado mundial do café e as condições da produção cafeeira no Brasil. O autor enfatiza: “A libertação constituiu a mola mais importante para a transferência da lavoura cafeeira do Rio de Janeiro para São Paulo, pois aquela se apoiava em muito

¹¹ SCHWARCZ, Lília M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870 - 1930). São Paulo, Companhia das Letras, 1993. Ver também NASCIMENTO, do Abdias. O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado. 1978. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

¹² FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional Publifolha, 27ª Edição, 2000.

maior magnitude sobre o braço escravo”¹³. Além disso, Delfim Neto (2009) faz uma análise detalhada sobre as flutuações de preços do café e sua relação com o câmbio, especificando a situação de crise dos anos 1890 com fortes quedas nos preços do café. Ou seja, o período de declínio agudo da produção cafeeira no Vale do Paraíba situava-se num contexto bastante adverso.

Entre os historiadores, Emília Viotti da Costa é um dos grandes expoentes que demonstram os motivos de maior atração da mão de obra imigrante para o Oeste, especialmente com sua maior produtividade e disponibilidade de terras, e a implementação de formas de trabalho livre. De acordo com a historiadora, com suas fazendas acometidas pela queda de produtividade, os cafeicultores do Vale do Paraíba não conseguiam substituir escravizados que morriam e nem destinar os recursos necessários para atração de colonos¹⁴. Assim, diferencia a cafeicultura do Oeste da tradição escravista nas regiões mais antigas de produção do café.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, em sua obra *Homens livres na ordem escravocrata* publicada originalmente em 1969, expõe uma visão crítica com relação à interpretação de parte da historiografia que enfoca fatores isolados ao explicar o declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba, seja o esgotamento dos solos, as diferenças na exploração do trabalho ou a suposta irracionalidade econômica dos produtores da região¹⁵. Questionando as concepções dualistas de interpretação do capitalismo no Brasil, a autora advoga que a cafeicultura vale-paraibana com base no trabalho escravizado e técnicas rudimentares era coerente com as exigências do mercado capitalista de então, pois dava conta de garantir uma produção muito volumosa, de baixo custo e lucrativa

¹³ DELFIM NETO, Antonio. O problema do café no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 29.

¹⁴ “Os fazendeiros do Vale do Paraíba, cujas plantações tinham entrado em declínio, produzindo vinte a trinta arrobas por mil pés, quando no Oeste obtinham-se oitenta a cem, não podiam substituir os escravos que morriam, nem melhorar os engenhos ou despende as somas necessárias à instalação de colonos” (COSTA, Emília V. *O escravo na grande lavoura*. in: Da Monarquia à República. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 324).

¹⁵ FRANCO, Maria Sylvia C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. Aliás, a autora teve como recorte espacial em seu trabalho justamente o município de Guaratinguetá.

(FRANCO, 1997, p. 228-231). Ou seja, na medida em que o Vale do Paraíba se integrava ao mercado mundial do café, mais estava direcionada a aprofundar os elementos que degradavam sua produtividade e abriam espaço para novas zonas que apresentassem vantagens comparativas. Nas palavras da autora:

Assim, para os fazendeiros e negociantes do café, cada uma das realizações no sentido do crescimento foi também, ao mesmo tempo, um passo adiante no caminho da regressão: a prosperidade só pode ser construída à custa da ruína. [...] Para além de sua vontade os elementos mesmos que sustentaram a obra da criação transformaram-se em matrizes de destruição: o mundo que engendraram em função de suas aspirações acabou por voltar-se contra eles mesmos, presas de suas próprias artes (FRANCO, 1997, p. 230).

A interpretação de Carvalho Franco sobre o declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba nos parece bastante singular ao constituir com êxito a integração dos diversos elementos em relação ao mercado capitalista mundial. Ou seja, a autora evita a ênfase no aspecto ambiental ou na questão da mão de obra isoladamente, preferindo antes uma interpretação que articula os diversos aspectos. A partir de sua chave explicativa, torna-se possível analisar concretamente em cada localidade singular como tais elementos se combinaram e concorreram na reestruturação produtiva do café. Apesar da autora apresentar uma visão sobre o Vale do Paraíba como um todo neste aspecto, parece-nos que permite ampliar e aprofundar o leque de investigações em relação às explicações que enfatizam os elementos de crise isoladamente.

Nice Lecocq Müller (1969), em sua obra *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba do Sul*, adota uma abordagem embasada nas proposições de Lucila Herrmann a respeito dos diferentes ritmos da cafeicultura no Vale do Paraíba. De acordo com a geógrafa, o período de auge da produção do café na região teria sido entre os anos de 1836 e 1886 quando teria início a fase de decadência coroada pela Abolição somada ao declínio da produtividade da terra. Ao discutir a questão da urbanização nesses cinquenta anos mais produtivos, Müller destaca as assimetrias entre localidades que demonstravam certo progresso - Taubaté, Lorena, Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba

e Areias; outras estacionárias – Bananal e Silveiras – e ainda haveria aquelas que não se desenvolveram – São José dos Campos e Queluz.

A autora discute ainda uma situação aparentemente contraditória: no período que teria ocorrido o declínio do principal produto agrícola, alguns centros urbanos mantiveram ou até aceleraram processos de urbanização. Mais uma vez em diálogo com Herrmann, o argumento é de que os elementos que intensificavam a crise no âmbito rural deslocavam cada vez mais recursos – capitais, mão de obra e redes de sociabilidades – para a área urbana. Müller afirma que:

No fim do século XIX, os centros urbanos continuam na linha de desenvolvimento que fôra estabelecida nos anos anteriores, talvez, como ocorreu com Guaratinguetá, porque *"as causas que ferem a economia rural vêm intensificar o desenvolvimento da urbana. O reduto das famílias é a vila, onde vivem de costuras e prendas domésticas, de cargos públicos, os prêtos e mulatos tendendo a se concentrar ai; os estrangeiros a escolhem pela maior oportunidade que proporciona às profissões artesanais, comerciais, liberais"*. Realmente, no caso de Guaratinguetá, a cidade cresce, sendo então proposta a abertura de nôvo bairro, o de Pedregulho, na outra margem do Paraíba (MÜLLER, 1969, p. 65-66)¹⁶.

Edgard Carone (1972), historiador marxista que entre os anos 60 e 70 escreveu importantes obras sobre a história republicana do Brasil, considera que a decadência do café no Vale do Paraíba não significa necessariamente um cenário de total estagnação econômica ou mesmo perda de prestígio dos representantes políticos da região. Carone destaca como exemplos os casos de Rodrigues Alves e Arnolfo de Azevedo, oriundos da região, que cumprem papel destacado na política da República e do estado de São Paulo. Além disso, ainda segundo Carone, parte dos fazendeiros vale-paraibanos vão aplicar capitais em outros ramos, como indústrias e energia elétrica, buscando

¹⁶ Trecho em itálico é uma citação de HERRMANN, 1986, p. 143.

alternativas à crise do café na região, como Taunay também já havia assinalado¹⁷.

Sergio Buarque de Hollanda (1975), num ensaio sobre a história do Vale do Paraíba, discute comparativamente a situação da região com o Oeste do estado de São Paulo no final do século XIX. Embora considere as diferenças de produtividade associadas ao solo de cada região, ele destaca que, no final do Império, a principal diferença entre as duas regiões na produção cafeeira seria a mão de obra: no Vale do Paraíba, predomina o trabalho escravo; no Oeste, predomina o trabalho livre principalmente via mão de obra imigrante europeia¹⁸. Ou seja, na análise de Sergio Buarque de Hollanda, as diferentes formas de exploração do trabalho ganham maior relevo na definição do sucesso econômico dos empreendimentos cafeeiros.

Avançando na linha de raciocínio que concentra a análise na questão da exploração da mão de obra, Brasília Sallum (1982) busca demonstrar como a produção cafeeira no Oeste teria constituído uma forma propriamente capitalista da produção ainda que, na visão do autor, combinasse formas de exploração capitalistas com não-capitalistas. Isto teria sido possível em grande medida pela enorme oferta de mão de obra por meio da imigração com subvenção do Estado. No entanto, como a distribuição dos imigrantes pelo Estado de São Paulo se deu de maneira bastante desigual, as mesmas condições que surgiram no Oeste não foram vividas no Vale do Paraíba. A combinação de concentração da propriedade fundiária, fronteira aberta e disponibilidade de capital teria dado origem no Oeste a uma acumulação de tipo capitalista com base no colonato em que a extração de mais-valia e renda da terra estariam integradas, o que não se verificaria nos mesmos moldes no Vale do Paraíba e seria, portanto, o fator fulcral de sua crise¹⁹.

Convém, entretanto, não superestimar o papel da imigração no período anterior à Abolição mesmo nas zonas cafeeiras novas em São Paulo. É sabido

¹⁷ CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: DIFEL, 1975.

¹⁸ HOLLANDA, Sergio Buarque de; MAIA, Tom. *Vale do Paraíba: velhas fazendas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. pp. 85.

¹⁹ SALLUM, Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura (Oeste Paulista 1888 – 1930)*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

que a imigração só ganhou papel decisivo e preponderante na produção cafeeira após 1888. É importante destacar que a produção cafeeira escravista durante o século XIX já estava profundamente integrada com o mercado capitalista em formação no âmbito global²⁰. Ademais, podemos perceber que, mesmo com ênfases diferentes, as abordagens que enfocam isoladamente o esgotamento dos solos ou a questão das relações de trabalho mantiveram uma temporalidade comum para as mudanças na estrutura produtiva do café do Vale do Paraíba para o Oeste.

A partir da década de 1980, são intensificadas as tentativas de revisar e criticar aspectos das proposições que enfatizam a questão ambiental ou as relações de trabalho isoladamente entre si. Além da ponderação de Carone e do debate promovido por Carvalho Franco, um trabalho fundamental nesse sentido é a dissertação de mestrado de João Fragoso (1983): *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850 – 1920) – Um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Adotando uma abordagem concentrada no que chama de *sistema agrário*²¹, o autor argumenta que a reprodução deste sistema se dava pela incorporação de mais terras e força de trabalho e não por inovações técnicas na produção.

²⁰ A respeito da escravidão no Oeste de São Paulo, Jacob Gorender afirmava o seguinte: “Na década dos setenta, começaram os fazendeiros paulistas do Oeste a praticar o que, desde há uns vinte anos, já vinham fazendo muitos plantadores do Norte e do Nordeste: a utilização de trabalhadores livres nacionais. Caboclos e agregados, até então marginalizados da plantagem, passaram a ser recrutados como jornaleiros para obras agrícolas, empregados sob o comando de empreiteiros, na derrubada de matas e preparação das áreas destinadas à formação de novos cafezais. Mesmo a formação de cafezais passou a ser confiada, em alguns casos, a trabalhadores caboclos. No concernente, entretanto, ao trato regular e contínuo dos cafezais, persistiam os fazendeiros apegados ao trabalho escravo, pois este lhes dava longas jornadas sob um regime de rotina disciplinada. Na maioria das fazendas – observou Couty por volta de 1883 -, a cultura do café permanecia entregue somente a escravos. O eito era do escravo” (GORENDER, 1985, p. 592-593).

²¹ “Por sua vez, entendemos por sistema agrário, formas de apropriação e uso do solo, e, status jurídico e social dos trabalhadores rurais. Ou em outras palavras, o sistema agrário diria respeito às formas históricas de produção agrária, sendo que em seu interior, as relações de produção corresponderiam a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais”. (FRAGOSO, 1983, p.4)

Assim, os próprios movimentos de reprodução do sistema agrário levariam a degradação do mesmo, gerando uma situação em que não havia apenas uma crise do café enquanto produto isolado ou mesmo como consequência estrita da Abolição. A crise seria de toda a organização produtiva e a correlação entre os diversos fatores: disponibilidade de terras férteis, oferta de força de trabalho, técnicas produtivas e recursos para inversões. Ainda segundo Fragoso, no contexto pós-Abolição, teriam predominado relações não-capitalistas em torno da figura do “colono-parceiro” que realizaria as carpinas e colheitas em troca de plantar alimentos para sua subsistência e eventualmente o recebimento de uma quantia em dinheiro. Esta nova organização do trabalho estaria associada às limitações das forças produtivas que não permitiam uma elevação da produtividade agrícola de modo a garantir a subsistência desses trabalhadores pelo assalariamento²².

Outro autor que contribuiu para suscitar novos debates foi Robert W. Slenes. Em seu artigo *Grandeza ou decadência?*, Slenes (1986) questiona a cronologia a respeito da produção cafeeira no Vale do Paraíba estabelecida pela maior parte da historiografia, especialmente a partir da obra de Stanley Stein, com base em alguns argumentos principais²³.

Primeiro, a escravidão teria seguido uma tendência de crescimento em Vassouras até os anos 1880. Slenes chega a essa conclusão analisando a arrecadação do imposto da meia sisa. Este imposto seria um indicador da demanda por escravizados dado que, em regra geral, era registrado apenas no destino final de aquisição do trabalhador escravizado. No caso, Slenes sustenta que a demanda por escravizados teria se mantido elevada em toda a

²² As caracterização de Fragoso (1983) de que as relações de trabalho estabelecidas na cafeicultura pós-Abolição seriam “não-capitalistas” carrega uma divergência de fundo com Sallum Jr. (1983). Como vimos, este último considera que teria se estabelecido no colonato uma combinação de formas “capitalistas e não-capitalistas” de exploração do trabalho. Embora seja difícil argumentar que aquele complexo de relações possa ser caracterizado como tipicamente capitalista, é importante salientar que estavam integrados a um processo de reprodução ampliada do capital que se organizava na economia mundial.

²³ SLENES, R. *Grandeza ou decadência? Mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro 1850-1888*. In: Iraci del Nero da Costa. (Org.). BRASIL: HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA. SAO PAULO: IPE/USP, 1986, v. , p. 103-155.

província do Rio de Janeiro na década de 1870, inclusive em Vassouras. Tal situação denotaria o vigor da escravidão e do comércio de cativos mesmo após a aprovação da chamada Lei do Ventre Livre em 1871 e, ao mesmo tempo, um dinamismo econômico ainda presente na Zona do Rio.

Em segundo lugar, este fortalecimento da instituição escravista não deveria ser atribuído a uma suposta irracionalidade econômica dos grandes produtores de café. Pelo contrário, a aquisição de escravizados era dotada de racionalidade econômica no sentido de buscar uma elevação da atividade embasada em ganhos de produtividade, como a construção de ferrovias, por exemplo, e no crescente mercado mundial de café. Nos anos 1870, era razoável crer que a escravidão ainda perduraria por algumas décadas, conforme argumenta Slenes. A percepção de que a escravidão seria extinta em poucos anos só se tornaria evidente na década seguinte, nos anos 1880. Ou seja, os proprietários de Vassouras teriam apostado que poderiam continuar acumulando riqueza na atividade mais rentável da época - o café - mantendo o trabalho escravizado por mais tempo, o que foi frustrado pelos fatores que fortaleceram o movimento abolicionista.

Por fim, o autor questiona a projeção do caso de Vassouras para o conjunto da província do Rio de Janeiro, tendo em vista que havia regiões de produção cafeeira mais recente, como seria o caso do Norte fluminense. É importante destacar, no entanto, que Slenes não recusa de conjunto as proposições de Stein: o autor reconhece que os problemas ambientais e a perda de produtividade decorrentes das técnicas de produção da cafeicultura eram cada vez mais presentes. Além disso, as vantagens relativas da cafeicultura no Oeste de São Paulo se consolidam com a Abolição da escravidão, especialmente com a maior capacidade de atração de mão de obra - seja pelos salários, seja pelos benefícios como uso das terras novas para produção de alimentos junto ao café. De todo modo, Slenes apresenta questões que tornam mais complexo o quadro da cafeicultura no final do século XIX.

A escala temporal e cronológica estabelecida na historiografia da primeira metade do século XX é apenas um dos aspectos criticados por pesquisadores nas últimas décadas. A ideia de que a cafeicultura foi estruturada estritamente no modelo das grandes propriedades, concentrando

terras, cafezais e escravizados com a produção voltada totalmente ao mercado externo e marginalizando a presença de pequenas e médias propriedades também vem sendo substancialmente questionada. Neste sentido, Renato Leite Marcondes (1998) advoga a existência de uma expressiva heterogeneidade na expansão do café em São Paulo:

Este quadro aponta para uma situação heterogênea da cafeicultura no vale do Paraíba paulista. Embora grande número de povoações participasse desta atividade, a intensidade do cultivo do café apresentou distinções significativas no espaço, tanto no seu volume de produção quanto na estrutura produtiva (porte dos cafeicultores). O estudo de uma localidade específica deve atentar para as diferenças entre a povoação considerada e as demais. [...] As diferentes regiões do vale apresentaram condições distintas para o proveito da faina cafeeira, inclusive de relevo, clima e solo. Algumas localidades destacaram-se mais na cafeicultura do que outras. As características particulares das povoações devem ser consideradas na análise do vale do Paraíba. O desenvolvimento anterior das atividades econômicas constitui um elemento essencial para esta caracterização. A rápida expansão cafeeira beneficiou-se dos capitais mercantis existentes, como relatado por Furtado. Todavia, a disponibilidade de condições para a expansão da rubiácea, não apenas comerciais, variou de acordo com a localidade (MARCONDES, 1998, p. 14-15).

A demonstração empírica de que a propriedade de pessoas escravizadas e de terras era mais dispersa do que se pensava anteriormente exigia novas formulações interpretativas sobre a trajetória da cafeicultura no Sudeste brasileiro. Marcondes (1998) indica que mesmo no Vale do Paraíba, tradicionalmente identificada como área de *plantations* escravistas, as variações locais podiam conferir maior destaque às pequenas e médias propriedades, como seria destacadamente os casos de São José dos Campos e Resende²⁴.

²⁴ MARCONDES, R. L. A Pequena e a Média Propriedade na Grande Lavoura Cafeeira. Locus: Revista de História, [S. l.], v. 4, n. 2, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20467>. Acesso em: 5 ago. 2022.

Marcondes (1998) salienta ainda as distintas formas de acumulação de riqueza empreendidas em torno da cafeicultura no século XIX no Vale do Paraíba paulista. Embora o autor demonstre a participação de indivíduos com poucos recursos na atividade cafeeira, demonstra também que a formação de fortunas foi maior entre aqueles que já detinham uma porção maior de terras e escravizados no período de montagem e expansão da cafeicultura na região. Além disso, o comércio e o fornecimento de crédito também teriam sido elementos importantes para o acúmulo de riquezas. Este último, aliás, teria sido o principal meio de financiamento dos cafeicultores vale-paraibanos até as décadas finais do século XIX, quando a produtividade do café começa a declinar na região e os credores locais passam a priorizar outros investimentos²⁵.

Em período mais recente, o economista Antonio José de Castro (2004) retoma elementos suscitados pela historiografia de meados do século XX em seu livro *Transição da economia cafeeira para a pecuária leiteira no Vale do Paraíba paulista*. O autor argumenta que entre 1890 e 1920 o Vale do Paraíba teria passado por um momento de letargia, esvaziamento populacional e estagnação. Assim, afilia-se às interpretações de que a não preservação do solo esteve na base da fragilidade econômica que tomou o Vale do Paraíba nos anos finais do século XIX e acrescenta que a ociosidade dos fatores de produção – terra, construções, estradas, dentre outras - oriundas da estrutura montada para o café, somada à localização geográfica privilegiada, propiciaram o vagaroso – mas consistente – fortalecimento da pecuária leiteira nas décadas seguintes. Na sua interpretação, o próprio desenvolvimento urbano do período teria ocorrido num quadro de empobrecimento geral e deslocamento de capitais concentrados inicialmente no café para atividades urbanas. O mesmo teria ocorrido com as iniciativas industriais que, na sua leitura, não chegariam a alcançar relevância econômica²⁶.

²⁵ MARCONDES, R. L. A arte de acumular na gestação da economia cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba paulista durante o século XIX. Tese apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Economia. São Paulo, 1998.

²⁶ CASTRO, Antonio José de. *Transição da Economia Cafeeira para a Pecuária Leiteira no Vale do Paraíba paulista*. Editora Santuário, Aparecida-SP, 2004.

Por outro lado, as proposições de Fabio Ricci (2006) caminham num sentido significativamente contrário ao proposto por Antonio José de Castro. Retomando a ideia de heterogeneidade da cafeicultura, Ricci defende que é necessário analisar as peculiaridades da evolução produtiva do café no interior da porção paulista do Vale do Paraíba. Segundo o autor, a queda na produção cafeeira teria sido mais acentuada em alguns municípios – como Areias e Bananal – enquanto outros municípios teriam mantido uma produção relevante especialmente após a política de valorização do café a partir de 1906 – como Taubaté, Guaratinguetá e Lorena²⁷ (RICCI, 2006). Esta resiliência do café em parte do Vale do Paraíba paulista teria servido como base inclusive para investimentos de origem local na indústria e outros setores.

Já o historiador José Flávio Motta (2012) investigou a dinâmica do mercado interno de cativos nas décadas de sessenta, setenta e oitenta do século XIX em quatro localidades paulistas: Areias, Guaratinguetá, Constituição (Piracicaba) e Casa Branca. Adaptando uma periodização proposta por Jacob Gorender, Motta identifica quatro fases distintas do tráfico interno de escravizados no sentido de São Paulo entre os anos 1850 e 1880: nos anos 1850, o tráfico foi intenso; na década de 1860, foi moderado; já a década de 1870 seria segmentada em dois momentos nos quais até 1873 teria ocorrido um retraimento do referido comércio e de 1874 em diante este se tornaria muito intenso²⁸. Desta forma, demonstrando estas tendências por meio de escrituras de compra e venda de cativos nas localidades citadas, Motta demonstra que a expansão da cafeicultura em São Paulo, mesmo no Oeste, esteve associada a uma intensificação da escravidão na província.

Neste contexto, as localidades do Vale do Paraíba pesquisadas por Motta teriam seguido o mesmo movimento de aceleração no ritmo do tráfico de cativos na década de 1870, favorecida pela modernização das comunicações – uso de navios a vapor, telégrafo submarino ligando o Rio de Janeiro ao

²⁷ RICCI, Fabio. *A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba paulista*. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, vol. 1, no 1, jul-dez 2006.

²⁸ MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 73 – 81.

Nordeste e, talvez possamos adicionar, a chegada da ferrovia. Ou seja, diferente do que se poderia imaginar pelas considerações anteriores da historiografia, ainda nesse momento poderia haver certo dinamismo na cafeicultura no Vale do Paraíba paulista. Não obstante, o próprio Motta alerta que as diferenças entre as quatro localidades informam sobre os “[...] estágios diferenciados do desenvolvimento nas diferentes regiões da província paulista” (MOTTA, 2012, 280-281). Assim, é destacada a pertinência de investigações direcionadas à compreensão das dinâmicas locais da cafeicultura.

O autor apresenta características diferentes entre os casos de Areias e de Guaratinguetá, as duas localidades do Vale do Paraíba inseridas em sua pesquisa já citada. Para Motta, Guaratinguetá apresentaria características intermediárias entre o caso de Areias, área de produção cafeeira desde a introdução do produto em terras paulistas, e as zonas novas do Oeste:

Portanto, Guaratinguetá, em comparação a Areias, era uma povoação mais antiga – de fato, uma das mais antigas da província – e foi mais tardiamente alcançada pelo café. Por conta dessas características, diferia de Areias, de um lado, pelo maior ritmo de crescimento de sua produção cafeeira na maior parte da segunda metade do Oitocentos e, de outro, pela maior diversidade verificada em termos das atividades ligadas ao comércio. (MOTTA, 2012, p. 42).

Deste modo, considerando a heterogeneidade no processo de expansão da cafeicultura no Sudeste brasileiro, há trabalhos que buscam identificar as características regionais da economia e da diversificação agrícola do estado de São Paulo. É o caso de Renato Perim Colistete (2015) que argumenta que estas variações regionais carregaram diversos graus de especialização na produção cafeeira ou em produtos voltados ao mercado interno. Ou seja, é questionada a ideia de que a cafeicultura se estruturou exclusivamente no modelo monocultor. Colistete demonstra que a produção para o abastecimento foi constituída em íntima relação com o fortalecimento do mercado interno possibilitado pela cafeicultura. De acordo com o índice estabelecido pelo autor,

a região da Mogiana seria a mais especializada na cafeicultura naquele momento - sendo, de fato, a maior exportadora da época²⁹.

Para ilustrar a diversidade de condições enunciada pelo autor de acordo com cada região, podemos citar algumas de suas considerações sobre o Vale do Paraíba. Por meio dos informes do Censo Agrícola de 1904-1905, Colistete argumenta que no Vale do Paraíba paulista havia um elevado grau de especialização na cafeicultura nas grandes propriedades e nos latifúndios, mas que entre pequenas e médias propriedades a tendência era de diversificação agrícola no início do século XX. Tal situação diferia de outras regiões do estado em que mesmo nas pequenas propriedades havia um grau significativo de especialização na produção de café. Isto poderia ser explicado, de acordo com Colistete, devido à situação de declínio da cafeicultura no Vale do Paraíba no início do século XX³⁰.

Há ainda importantes estudos recentes que tendem a corroborar as interpretações da historiografia de meados do século XX a respeito da temporalidade da cafeicultura no Vale do Paraíba. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2019) argumentam que o esgotamento do solo no Vale do Paraíba já era o aspecto principal para a ascensão da liderança do Oeste paulista na cafeicultura na década de 1870, seguindo cronologia semelhante à proposta por Stein. Embora os autores reconheçam que a produção cafeeira se manteve expressiva nas terras vale-paraibanas até o fim da escravidão, consideram que seus custos já eram altos demais e a produtividade baixa³¹. Vidal Luna e Klein enfatizam também os impactos do fim da escravidão e a dificuldade dos produtores do Vale do Paraíba no sentido de adequarem-se com êxito à nova situação (LUNA, KLEIN; 2019; p. 172).

Em tese recente, o historiador Breno Aparecido Servidone Moreno (2022) discutiu a evolução da estrutura fundiária e da escravidão em Bananal ao longo do século XIX incorporando as contribuições do debate estabelecido

²⁹ COLISTETE, R. P. Regiões e especialização na agricultura cafeeira: São Paulo no início do século XX. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, / p. 331-354, jul./set. 2015, p. 341.

³⁰ *Idem*, p. 344.

³¹ VIDAL LUNA, F; KLEIN, H. S. *História Econômica e Social do Estado de São Paulo (1850-1950)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019, p. 46.

pela demografia histórica. Algumas das fontes documentais utilizadas por Moreno são o Inventário de Bens Rústicos de 1818, o Registro Paroquial de Terras da década de 1850 e centenas de inventários *post mortem*. O historiador demonstrou que se no período de montagem da cafeicultura em Bananal a produção era dotada de maior dispersão entre pequenos proprietários, inclusive parte deles não escravistas, ao longo da expansão e grandeza da produção cafeeira houve uma concentração de terras, cativos e cafezais nas *plantations* escravistas naquela localidade. Tal tendência é bastante semelhante àquela identificada por Ricardo Salles em seu estudo sobre o município de Vassouras. Desta forma, se é verdade que a produção cafeeira não se restringia às grandes propriedades, também é demonstrado que a intensificação da produção de café significou a concentração da maior parte das terras no modelo de *plantations* escravistas nas localidades citadas³².

Moreno enfatiza a centralidade da grande produção na cafeicultura do Médio Vale do Paraíba, ressaltando o estímulo à concentração de terras e de trabalhadores escravizados naquele processo. Ao mesmo tempo, soma-se ao movimento de revisão da historiografia clássica do século XX. Dialogando com as proposições de José Flávio Motta, o historiador caracteriza como um período de sobrevida - não de grandeza - a retomada de certo dinamismo na cafeicultura de Bananal ainda na década de 1870:

A majoração dos preços do café, na década de 1870, levou os proprietários a acelerarem os vetores da crise da cafeicultura do Vale. Ainda que possível, era praticamente inviável a esses senhores se desfazerem de seus bens de raiz para, com esses recursos, migrar para as novas áreas de produção (Oeste de São Paulo e a “tríplice fronteira”) em busca de terras férteis. Eles teriam que renunciar aos espaços de sociabilidade tecidos ao longo de décadas. Assim, sua opção foi exaurir a capacidade produtiva de suas unidades. Preocupados em obter ganhos a curto prazo, eles derrubaram os

³² MORENO, B. A. S. Desbravando os sertões da Piedade: terra e trabalho no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c. 1800-1880). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História. São Paulo, 2022.

últimos quinhões de mata virgem e aumentaram ainda mais os padrões de sobre-exploração dos escravizados. Ao mesmo tempo, estimulavam a migração de seus herdeiros para as áreas de fronteira onde o mesmo padrão produtivo estava sendo replicado. Portanto, diante desse cenário, os municípios do Vale Ocidental – que, na virada dos anos 1870 para 1880, entraram em processo irreversível de decadência – perderam competitividade para as zonas maduras e pioneiras, que contavam com ampla oferta de terras (relativamente baratas), produtividade elevada dos cafeeiros e capacidade de atrair mão de obra escravizada (do sexo masculino e em idade produtiva ideal). (MORENO, 2022, p. 359)

Podemos identificar que as tentativas de revisão que apresentamos, desde a década de 1980 até mais recentemente, geram questões sobre o que Stuart Schwartz designou como “paradigma dependentista” (*apud* MARQUESE, 2004)³³. Por meio de uma mudança de enfoque, de minuciosas pesquisas empíricas, novos métodos e fontes documentais, a historiografia das últimas décadas conseguiu relativizar ideias que localizavam a formação histórica brasileira estritamente ligada à dinâmica do mercado externo e da atividade exportadora.

De todo modo, conforme alguns dos trabalhos aqui referenciados apontam, a crítica à ideia de que a realidade brasileira está subordinada estritamente aos elementos da economia global não pode ignorar a relação de mútua determinação entre a realidade local e as dinâmicas econômicas, sociais e políticas mais abrangentes. Ou seja, seria um erro desconsiderar as contribuições da historiografia que ressaltou as assimetrias e desigualdades no plano mundial no contexto da formação do capitalismo. Dito com outras palavras: se houve diferentes graus de ligação das regiões no território brasileiro com o mercado mundial, aquelas que mantiveram tal vínculo fortalecido no contexto da produção do café parecem de fato ter implicado na

³³ O historiador Rafael Marquese destaca a importância de Stuart B. Schwartz para uma “virada historiográfica” a partir dos anos 1970 “[...] com a nova ênfase nas ações dos sujeitos históricos coloniais e a eleição de temas relacionados à história da cultura”. MARQUESE, Rafael. Uma virada historiográfica: outra maneira de analisar o Brasil Colonial. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de março de 2004, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1303200403.htm> .

concentração de terras, de escravizados e de riqueza de um modo geral entre o século XIX e início do XX.

Com efeito, há um conjunto considerável de estudos que indicam possibilidades de detalhamento de nuances significativas no processo histórico da cafeicultura na bacia do Rio Paraíba do Sul a serem exploradas. Assim, cabe questionar: seria adequado tratar de modo homogêneo a cafeicultura no Vale do Paraíba? Qual a temporalidade da resiliência do café nas regiões de produção mais recente? Quais os aspectos comuns e quais os aspectos divergentes entre as diversas localidades no interior do Vale do Paraíba do ponto de vista econômico, social, político e ambiental? Como este processo compôs a formação da sociedade e suas desigualdades na região e no Brasil? Este trabalho se soma ao esforço de compreensão da complexidade histórica da cafeicultura brasileira no final do século XIX e início do século XX a partir do estudo de uma localidade específica: o município de Guaratinguetá. Buscaremos analisar a cafeicultura neste município paulista com ênfase em seus períodos de apogeu e crise entre os anos finais do Império e as primeiras décadas da República.

1.2. Aspectos históricos e geográficos do Vale do Paraíba e de Guaratinguetá

Antes de prosseguir, é preciso definir do ponto de vista histórico e geográfico a região sobre a qual trataremos. Mariana Muaze (2015) problematiza a ideia de considerar o Vale do Paraíba estritamente como um acidente geográfico. Para a autora, há a construção de uma identidade em torno da ideia de *Vale do Paraíba* ao longo da estruturação da produção cafeeira e do fortalecimento da instituição escravista especialmente na sua porção fluminense³⁴. Já Sergio Buarque de Hollanda (2010), tratando especificamente das terras paulistas banhadas pelo Rio Paraíba do Sul, argumenta que sua ocupação precoce em grande medida voltada à procura

³⁴ MUAZE, Mariana. *Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial*. In: O Vale do Paraíba e o Império no Brasil nos quadros da Segunda Escravidão (orgs. Mariana Muaze e Ricardov Salles). Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

pelas desejadas jazidas de metais preciosos e suas ligações diretas com o mar teriam tornado a região uma unidade a parte, com características e interesses próprios³⁵. Desde os primórdios de sua colonização, a região teve uma relação mais acentuada com o Rio de Janeiro do que com São Paulo³⁶. Para Ricardo Salles, no século XIX, toda a região em torno da bacia do Rio Paraíba do Sul teria se constituído no que ele chama de “Coração do Império”³⁷.

Do ponto de vista geográfico, a abordagem proposta por Orlando Valverde considera a bacia do Rio Paraíba do Sul como um todo incorporando as porções paulista e fluminense do Vale, a Baixada Fluminense e também a Zona da Mata mineira. O próprio Vale poderia ser dividido em partes com características próprias, de modo a discernir a diversidade da região para além das fronteiras estritamente político-institucionais. Valverde cita pelo menos três partes em que se poderia dividir o Vale do Paraíba: o Baixo Vale do Paraíba, sendo a região mais próxima da foz no Norte fluminense; o Médio Vale do Paraíba, maior região produtora do café e abrangendo grande parcela do Vale fluminense até Cachoeira em território paulista; e a porção originária do rio, ou Alto Vale, onde ocorre o encontro dos rios Paraitinga e Paraibuna, de colonização mais antiga e cobrindo a maior parte da porção paulista da região vale-paraibana.

Tal abordagem já vem sendo incorporada por historiadores como Ricardo Salles e Rafael Marquese e torna-se muito útil, pois permite diferenciar características no interior da região que tratamos até aqui de modo genérico como Vale do Paraíba, mesmo que a consideremos em sua totalidade.

³⁵ HOLLANDA, Sergio Buarque de; MAIA, Tom. *Vale do Paraíba: velhas fazendas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010, p. 31 – 36.

³⁶ No contexto da revolta liberal de 1842, o chamado Norte de São Paulo foi palco de batalhas e de intenso esforço do Império para coibir os levantes. Em 18 de julho de 1842, os municípios paulistas de Bananal, Areias, Queluz, Cunha, Silveiras, Lorena e Guaratinguetá chegam a ser incorporados ao território da província do Rio de Janeiro como forma de manter sob controle os sediciosos. Mesmo com caráter provisório, não foi a última vez que municípios da região buscaram incorporar-se no território fluminense, especialmente Bananal, Silveiras e Areias. Sobre o levante liberal de 1842, ver HOLLANDA, Sergio Buarque de; MAIA, Tom. *Vale do Paraíba: velhas fazendas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010, p. 70 – 72.

³⁷ SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Portanto, esta classificação coaduna com a crítica ao tratamento homogêneo sobre o Vale do Paraíba realizado em parte da historiografia, conforme já indicamos, tendo em vista que esta perspectiva acarreta imprecisões na interpretação e na análise.

No caso, o município de Guaratinguetá integra a área próxima às nascentes do rio situada entre São Paulo e o Rio de Janeiro. É importante destacar que ao nos referirmos a Guaratinguetá no final do século XIX e início do século XX, devem ser considerados também os territórios que nos dias atuais compõem os municípios de Aparecida, Potim e Roseira, correspondendo no total a uma área de 1.048,834 km² ou 43.340,2 alqueires paulistas. No aspecto geológico, esta área faz parte da região constituída pela bacia sedimentar de Taubaté.

De acordo com Lylian Coltrinari, a Bacia de Taubaté é a “[...] principal área sedimentar em meio aos terrenos cristalinos do Planalto Atlântico”³⁸. Trata-se de uma área com características geológicas bastante singulares com relação às demais áreas do Sudeste brasileiro, possuindo uma formação relativamente mais recente do que o restante. Tem como extensão desde Jacareí até Cachoeira, no interior do território paulista. O município de Guaratinguetá situa-se exatamente numa área da Bacia de Taubaté onde há um estreitamento do Vale, aproximando as serras do Mar e da Mantiqueira. Coltrinari descreve da seguinte maneira esta característica:

O cristalino passa aqui a ocupar a totalidade da área localizada do lado direito do Paraíba provocando, frente a Guaratinguetá, o já mencionado estrangulamento da planície de inundação, enquanto o terciário alcança, sobre a margem esquerda, uma extensão comparável àquela das áreas vizinhas a Caçapava ou São José dos Campos sobre a margem oposta (COLTRINARI, 1975, p. 47).

Na margem direita do rio Paraíba do Sul em Guaratinguetá predominam terrenos cristalinos, onde o relevo é marcadamente ondulado e acidentado,

³⁸ COLTRINARI, Lylian. *Contribuição à geomorfologia da região de Guaratinguetá – Aparecida*. São Paulo, Editora da USP, 1975, p. 12.

com as escarpas dos morros integrando a Serra da Quebra-Cangalha (parte da Serra do Mar). Já na margem esquerda há uma porção de terrenos sedimentares paulatina e irregularmente elevados em direção à Serra da Mantiqueira. A respeito da hidrografia, os principais afluentes do Rio Paraíba do Sul são, pela margem direita, os ribeirões dos Mottas e São Gonçalo; pela margem esquerda, os ribeirões Guaratinguetá e Piaguí. É importante notar que o rio Paraíba do Sul nesta região possui trecho navegável entre onde atualmente é São José dos Campos até a região de Cachoeira Paulista, diferente do que ocorre em outras partes de seu curso. Com relação ao clima, ocorrem chuvas distribuídas ao longo de todo o ano sob influência da massa de ar tropical atlântica, embora no inverno haja uma redução de seu volume pela influência da massa de ar polar atlântica³⁹.

A formação da vila de Guaratinguetá está intimamente vinculada com a disposição de seus cursos de água. O núcleo original de ocupação onde hoje é a Igreja Matriz de Santo Antônio situa-se na margem direita do Paraíba, justamente entre os ribeirões dos Mottas e São Gonçalo. A fachada atual da Igreja registra o marco de 1630 como de sua fundação, mas a povoação só receberia o reconhecimento oficial como vila em 1651. De todo modo, ao contrário de grande parte do Médio Vale do Paraíba que teve sua ocupação mais intensa apenas com a chegada do café no final do século XVIII e início do XIX, as terras paulistas no entorno das nascentes que originam o rio Paraíba do Sul contaram com núcleos coloniais já no século XVII.

Há diversas razões para explicar esta ocupação mais antiga. Nas décadas finais do século XVI e iniciais do XVII, as expedições de captura de povos indígenas para a produção da cana-de-açúcar na capitania de São Vicente se intensificam, especialmente na região do Vale do Paraíba, com toda a violência intrínseca a esta atividade. No caso da região que aqui tratamos, há registro de presença relevante dos povos tamoios e puris naquele momento. Embora fosse um enorme desafio superar os obstáculos impostos pela

³⁹ FURLAN, Sueli. *Atlas ambiental Mata Viva: Guaratinguetá, SP, Brasil*. São Paulo: Geodinâmica, 2013.

natureza, o acesso ao rio tornou a locomoção dos colonizadores mais ágil⁴⁰. Portanto, a captura de nativos foi um primeiro fator que incentivou os colonizadores da capitania a alcançarem a região.

Guaratinguetá não foi a única vila fundada na época neste contexto. A fundação de vilas como Taubaté (1645) e Jacareí (1653) atendem ao mesmo movimento. A formalização destas vilas estava inserida numa disputa pela legitimidade de ocupação e as limitações de fronteira entre os donatários das capitanias hereditárias locais de São Vicente e de Itanhaém⁴¹. Havia, no entanto, outras questões que estimulavam os ânimos na disputa pelo controle de tais terras. Seguindo antigos caminhos utilizados pelos indígenas da região, paulatinamente os colonizadores encontram as rotas para superar a Serra da Mantiqueira, até se defrontarem com a região das minas. O principal caminho de então era a chamada Garganta do Embaú, onde atualmente fica situado o município de Cruzeiro (SP).

A geógrafa Nice Lecocq Müller (1969) descreve da seguinte maneira as origens de Guaratinguetá:

Parece fora de dúvida que as verdadeiras origens de Guaratinguetá estão intimamente ligadas ao ciclo de exploração em que se inscrevem os trabalhos de Jaques Félix. De fato, cabe lembrar que seu futuro fundador, capitão Domingos Dias Leme, fêz parte do grupo de sertanistas comandado pelo líder taubateano e que, no mesmo ano da expedição de Jaques Félix, 1646, obtivera êle sesmaria nas paragens de Guaratinguetá. Apesar da tradição afirmar já existir no local um pequeno povoado desde 1630, parece não poder ser ela abonada, já que, então, "tôda aquela área se achava ainda inculta e desprovida em

⁴⁰ Sobre a escravidão indígena no Vale do Paraíba, ver MENDONÇA, Regina K. R. S. *Escravidão indígena no Vale do Paraíba: exploração e conquista dos sertões da capitania de Nossa Senhora de Itanhaém, século XVII*. Dissertação para obtenção de título de mestrado no Programa de História Social da USP, 2010.

⁴¹ Em torno da disputa pelas terras estabelecida, a donatária da capitania de Itanhaém, condessa de Vimieiro, teria ordenado expedições em direção ao curso médio do rio Paraíba de modo a assegurar-lhe a legitimidade sobre o território. Sobre isso, ver MÜLLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba do Sul*. Rio de Janeiro, Divisão Cultural, 1969, p. 14.

geral de meios de comunicação". O que há de certo é que o capitão Domingos Dias Leme, por ordem datada de 13-2-1651, do capitão-mor ouvidor Dionísio da Costa, em nome do Donatário D. Diogo de Faro e Souza, aí levantou pelourinho, sendo a freguesia elevada a vila, com o nome de Santo Antônio de Guaratinguetá. (MÜLLER, 1969, p. 15).

A partir de então a região ganha maior relevância estratégica, pois torna-se o principal entreposto de ligação entre as minas de ouro e os portos de Paraty e Ubatuba, por onde seguiam rumo ao Rio de Janeiro. Será desenvolvido, assim, um intenso comércio de beira de estrada que marcará essas localidades, inclusive Guaratinguetá, até o terceiro quartel do século XVIII, como demonstra Lucila Hermann⁴². Ainda segundo a mesma autora, será um período marcado por reduzida - embora crescente - diferenciação social, em média com uma situação de pobreza predominante e menor presença da escravidão em comparação com outros locais da colônia.

Ainda no final do século XVIII, a estrutura econômica e social seria significativamente alterada. Ganha força a produção da cana-de-açúcar, possivelmente incentivada pelo contexto de instabilidade no fornecimento do produto no mercado mundial com o advento da Revolução de Saint-Domingue. Sua exportação era feita principalmente pelo porto de Paraty seguindo o mesmo caminho dos metais preciosos que passavam por ali, mas já escasseavam. Dadas as maiores facilidades de transporte para o litoral, a cultura açucareira teria sido mais desenvolvida na margem direita do rio Paraíba em Guaratinguetá. Já aqui, a escravidão de africanos e seus descendentes tornava-se a principal forma de exploração da mão de obra⁴³. Simultaneamente, o café começava a ganhar terreno em terras fluminenses e poucas décadas depois chegaria em terras paulistas.

Nas primeiras décadas do século XIX o café começa a ser produzido em maior escala, no Vale do Paraíba paulista, inclusive em Guaratinguetá. Hermann alerta, contudo, que a expansão da cafeicultura no chamado Norte de

⁴² HERMANN, Lucilla. *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num período de Trezentos anos*. Revista de Administração, São Paulo, 1948, n.º 5 e 6.

⁴³ HERMANN, Lucilla. *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num período de Trezentos anos*. Revista de Administração, São Paulo, 1948, n.º 5 e 6, p. 53 – 56.

São Paulo não foi dotada de uma mesma intensidade e coerência em todos os locais. Enquanto em alguns, como Areias e Bananal, há uma expansão acelerada e sem grandes entraves, em outros locais há certa contenção do ímpeto cafeeiro. Como já indicamos em citação anterior de Lucilla Hermann, neste segundo enquadramento estariam os casos de Guaratinguetá, Jacareí, Paraibuna, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião e Ubatuba.

Carlos Eugênio Marcondes de Moura (1976) indica que o café ultrapassa o açúcar em Guaratinguetá em 1825, quando foram produzidas 16.561 arrobas do primeiro e 2.734 arrobas do segundo. O mesmo autor traça uma evolução da cafeicultura de acordo com os bairros por meio da sistematização de informes dos censos de ordenanças. Os primeiros produtores de café em Guaratinguetá são portugueses:

Luís Ribeiro Guimarães, soldado de cavalaria miliciana, colhe em 1806, no seu sítio dos Pilões, vinte arrobas de café, e o guarda-mor do ribeirão da Bocaina, Manuel Teixeira Guimarães, consegue seis arrobas a mais do que seu compatriota, na propriedade na Rocinha (MOURA, 1976, p. 25).

Outras áreas da localidade vão sendo ocupadas paulatinamente pelo “ouro verde” até 1829: Aparecida, Mato a Dentro, Ribeirão dos Mottas, Putim e Jararaca. A maior parte destas localizava-se na margem direita do rio Paraíba do Sul, apesar de estar sediado na margem esquerda um dos maiores latifúndios cafeeiros da época sob propriedade do capitão-mor Manuel José de Melo⁴⁴. Embora a margem esquerda do rio Paraíba do Sul do município já fosse ocupada há bastante tempo, devido aos caminhos para as minas, a produção agrícola mais intensiva permaneceu concentrada na margem direita. Assim como em outras regiões do Vale do Paraíba, as fileiras de cafezais tomam as encostas tortuosas dos morros de formação geológica cristalina. Orlando Valverde (1973) oferece um elemento que talvez contribua na

⁴⁴ Para mais informações sobre este latifúndio, ver a seção 3.1. *A rede fundiária na montagem e expansão da cafeicultura* no Capítulo 03 desta dissertação.

compreensão dessa característica. Segundo Valverde, os solos da bacia sedimentar de Taubaté não seriam propícios para a produção cafeeira:

Não se plantava café nos solos pesados e úmidos das várzeas, nem nos solos pobres dos tabuleiros sedimentares das bacias de Resende e Taubaté. Os cafezais subiam as vertentes dos morros cristalinos, alinhados em fileiras paralelas, segundo as linhas de maior declive (VALVERDE, 1973, p. 6). [...]

Na primeira [secção paulista do vale] ocorria mesmo um vazio [de escravizados], correspondente aos tabuleiros terciários da bacia sedimentar de Taubaté, em cujos solos pobres talvez nunca tenha havido importantes cafezais (VALVERDE, 1973, p. 33).

Em obra já citada, ao explicar os motivos da escolha do recorte espacial para sua pesquisa, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) enfatiza o fato de Guaratinguetá ter sofrido de maneira mais branda os efeitos do café por tratar-se de uma área relativamente mais pobre entre as regiões cafeeiras. Ou seja, de um modo geral, esta parcela do Vale do Paraíba é considerada como uma região menos proeminente na estrutura escravista e cafeeicultora.

Reconhecer este fato não deve nos levar a subestimar a relevância da escravidão para as relações sociais instituídas nesta localidade e para suas atividades econômicas. Em seu relatório como presidente da Província de São Paulo em 10 de janeiro de 1888, Rodrigues Alves apresenta dados sobre o número de escravizados em cada município às vésperas da Abolição. Guaratinguetá ocupava a sexta colocação na província, com 3.165 escravizados, ficando atrás apenas da capital, Campinas, Amparo, Piracicaba e Rio Claro⁴⁵. Mesmo que o volume de produção de café e o número absoluto de escravizados sejam inferiores aos índices no Vale do Paraíba fluminense em seu apogeu, fato é que a escravidão era a principal forma de exploração de mão de obra e o café era o principal produto do município nas décadas finais do século XIX. A Abolição traria consequências para as relações sociais locais

⁴⁵ SÃO PAULO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província sr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 10 de janeiro de 1888*. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1888.

e constituiria todo um novo campo de experiências, particularmente para este expressivo número de homens e mulheres recém-libertos.

Até a década de 1870, a principal rota de exportação do café produzido em Guaratinguetá continua sendo o antigo caminho até o porto de Paraty. Dali o café era transportado para o Rio de Janeiro e então exportado para os mercados consumidores do exterior. Ocorre que em 1877 é inaugurado trecho de linha de ferro ligando São Paulo a Cachoeira, passando por Guaratinguetá. Esta linha conectada com o trecho já existente entre o Rio de Janeiro e Cachoeira dá origem à ferrovia D. Pedro II, renomeada como Central do Brasil na República, ligando os dois principais centros urbanos do Sudeste brasileiro. Os trens assumem, portanto, o papel principal no transporte do café de toda a área cortada pela ferrovia, substituindo os velhos lombos cansados dos muares e a enorme mão de obra empregada pelos produtores de café. A ferrovia constituiu, de fato, uma expressiva redução nos custos da cafeicultura na região.

O rio Paraíba do Sul era também utilizado como rota fluvial no trecho entre Jacareí e Cachoeira. No século XIX, companhias de navegação operavam a ligação entre as cidades, cada uma contando com um porto próprio. Por meio de balsas e barcos maiores era realizada a ligação entre as duas margens do rio Paraíba. Também ligando as margens do rio principal em Guaratinguetá, pelo menos desde 1866 até 1898, havia apenas uma ponte de madeira. Em 1898 foi finalizada a ponte metálica e a antiga ponte de madeira foi redirecionada para o bairro do Potim⁴⁶.

Em termos demográficos, Guaratinguetá figurava como um dos municípios com maior população na província de São Paulo no final do século XIX. Nos censos populacionais de 1872, 1890 e 1900 a população registrada do município, respectivamente, foi de: 20.837; 30.690; e 38.263 habitantes. Em 1872 e 1890, era o terceiro município com maior população, atrás apenas de São Paulo e Campinas. Já em 1900, o censo indica que Guaratinguetá ocupava a sexta posição, apesar de ter mantido um crescimento populacional expressivo, superada por São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos do

⁴⁶ MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Pedregulho: notas para sua história*. Guaratinguetá: Museu Frei Galvão, 1997.

Pinhal e Santos. Não deixa de ser sintomático o fato dos municípios que ganharam posições em 1900 estarem relacionados com a Zona de Santos e a consolidação de sua preponderância na exportação do café. O *Anuario Guaratinguetaense da Gazeta do Povo*, do ano de 1904, indica que cerca de 11 mil pessoas viviam nas áreas urbanas do município. É indiscutível que o município era um importante centro populacional de São Paulo no período em questão.

Assim, no final do XIX e início do XX, não eram homogêneas as expectativas a respeito do que o futuro reservava do ponto de vista econômico para Guaratinguetá. No dia 07 de setembro de 1889, já nos estertores do Império, a Câmara Municipal de Guaratinguetá realizou uma sessão extraordinária para celebrar a inauguração da Praça do Mercado. Além dos vereadores, a ocasião contou com a presença do Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves (anos depois, eleito presidente na Primeira República) e de representações das Colônias Portuguesa e Italiana, além de representantes do Club Literário⁴⁷. Naquela circunstância, em meio a diversos discursos que enalteciam os feitos da Câmara, assume a palavra seu então presidente, Ernesto de Castro Máximo, discursando sobre a importância do Mercado Municipal, inaugurado alguns meses antes. Num dos trechos, ele busca justificar a obra:

O Mercado Municipal não é como a muitos se afigura, uma obra superior às necessidades da população. *Uma cidade que cresce, que prospera a olhos vistos* [grifo nosso] e que tem em seu seio bons elementos de grandesa, não pode satisfazer-se com a construção de edifícios que, com dimensões mais acanhadas seriam com segurança deficientes no decurso de poucos anos. Lançando as bases de uma grande construção, a Câmara Municipal atendeu aos *movimentos de progresso e de riqueza deste importantíssimo Municippio* (GUARATINGUETÁ, 1889).

Castro Máximo expunha sua expectativa de prosperidade para o município naquele momento e nos anos que viriam, mesmo que reconhecesse

⁴⁷ O *Club Literário* era uma agremiação que reunia parcela importante dos grupos dirigentes do município, tendo sido fundado em 1882.

a existência de opiniões que diferiam das suas no que concerne às dimensões da obra em questão. Recorrendo à ideia de uma prosperidade que se via “a olhos vistos”, aparentemente remetia a uma percepção comum aos interlocutores presentes na solenidade. No caso, eram membros dos grupos dirigentes do ponto de vista político e econômico do município. O discurso do presidente da Câmara indicava que o município, na sua visão, seguia um caminho de progresso e riqueza e não avistava grandes dificuldades no curto prazo. Cabe notar que o evento aconteceu pouco mais de um ano depois da Abolição da escravidão.

É evidente que devemos considerar que se trata de um discurso adotado por um membro da classe política ocupando um importante posto de poder local e que buscava enaltecer aspectos positivos do município. Seria errôneo, contudo, restringir a análise a este escopo, considerando a discussão historiográfica que já apresentamos até aqui. Assim, como explicar tamanho otimismo se o cenário de crise já deveria estar presente ou mesmo muito próximo? Castro Máximo sofreu de um desatino, uma avaliação irreal da situação ou talvez tenha apenas se equivocado no prognóstico? Ou então seria o caso de considerarmos a hipótese de que Guaratinguetá e outros municípios da região de fato não podem ser enquadradas na imagem das *Cidades Mortas* naquele momento?

No ano de 1904, é publicado por uma tipografia local⁴⁸ o já citado *Anuario Guaratinguetaense*, com diversas informações sobre o município, sua população, atividades econômicas, urbanização e instituições. Voltaremos a tratar sobre aspectos desta fonte documental mais adiante. Cabe apenas destacar nesta etapa que este documento também expressa certo otimismo com relação às atividades econômicas de Guaratinguetá. Em primeiro lugar, faz questão de salientar que o município foi o maior exportador de café da região “norte” de São Paulo. Além disso, afirma categoricamente: “Enfim,

⁴⁸ A *Gazeta do Povo* era um dos jornais publicados em Guaratinguetá no início do século XX. Era de propriedade de José Nogueira no ano de 1903 que já havia atuado também no *Correio do Norte*, uma das principais publicações do município ligada aos Rodrigues Alves.

Guaratinguetá é agora uma das mais progressivas cidades de São Paulo e ocupa lugar saliente na zona do Norte do Estado”⁴⁹.

Já em 1910, sob direção do engenheiro João Pedro Cardoso, a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo elabora um mapa do estado com indicações sobre a produção agrícola, industrial, características da urbanização e colonização⁵⁰ (ver Anexo 01). Neste mapa, podemos verificar grandes manchas indicando a produção cafeeira na região Oeste do estado. No Vale do Paraíba, há apenas uma pequena mancha marcando a presença do café, justamente em Guaratinguetá. Mesmo havendo algumas incongruências em informações no mapa⁵¹, fica evidente que o café tinha uma presença em municípios no Vale do Paraíba ainda em 1910 que não pode ser considerada desprezível mesmo que não fosse comparável com o Oeste paulista.

Ainda com relação ao mapa, ele também aponta informações sobre a urbanização dos municípios. Sobre Guaratinguetá, informa que o município era dotado de água canalizada, rede de esgotos, iluminação elétrica, grupo escolar e indústrias diversas. De acordo com o *Anuario Guaratinguetaense de 1904*, o município recebeu diversas obras durante as décadas finais do XIX e anos iniciais do XX como a construção de igrejas, do teatro municipal, do matadouro, colégios e outros⁵². Ou seja, de algum modo, a dinâmica da vida urbana no município ganhava fôlego naquele período. Por fim, é importante notar que a

⁴⁹ Gazeta do Povo. *Anuario Guaratinguetaense de 1904*. Guaratinguetá: Typographia da Gazeta do Povo, 1905.

⁵⁰ COMMISSION GÉOGRAPHIQUE ET GÉOLOGIQUE DE SÃO PAULO. Carte Générale de l'État de São Paulo (avec indications sur l'Agriculture, le Commerce, l'Instruction Publique, l'Industrie et la Colonisation). Ingénieur en Chef, João Pedro Cardoso. Escala 1:2.000.000. 1910.

⁵¹ Entre os principais municípios produtores de café listados no mapa, são citados Pindamonhangaba e Taubaté. Apesar de assinalado no mapa, Guaratinguetá não é citado.

⁵² Paço da Câmara Municipal (1890); Grupo escolar Dr. Flaminio Lessa (1897); Theatro Municipal (1894); Cadea Publica (1903); Collegio Nossa Senhora do Carmo (1888); Matadouro (1891); Igreja do Rosário (reconstruída em 1884); Santa Casa de Misericórdia (reparos em 1901); Reservatório D'Água (1897); Estação de Bonds (1898); Estação da Estrada de Ferro Central (1877); Igreja Matriz (reconstruída em 1897); Igreja Nossa Senhora da Glória (1899).

Portanto, parece haver elementos suficientes que indicam a necessidade de pesquisas que possam discernir a complexidade da história da produção do café no Vale do Paraíba – e conseqüentemente em São Paulo e no Brasil. É nesta linha de raciocínio que ganha sentido nossa opção por concentrar a análise numa localidade determinada ao passo em que buscamos articulá-la numa totalidade.

1.3. Dinâmicas da produção cafeeira no Brasil e o mercado mundial

Ao longo do século XIX, o mercado mundial do café se constitui em íntima relação com a expansão da lavoura brasileira. Conforme argumentam Marquese e Tomich (2015), se até o século XIX o mercado do café era limitado ao consumo de luxo, o crescimento exponencial da produção cafeeira no Vale do Paraíba incide de modo crucial para a transformação qualitativa desse próprio mercado no sentido do consumo de massa. Pautado pelo novo tempo das sociabilidades conformadas no capitalismo industrial, a bebida estimulante esteve cada vez mais presente no cotidiano do consumo popular, particularmente no norte da Europa e nos EUA.

A cafeicultura no Vale do Paraíba se expandiu recrudescendo a escravidão e com fulminante ocupação de um território com matas originárias especialmente no curso médio do Rio Paraíba do Sul. A importância do café brasileiro chega a tal ponto que os preços no mercado mundial passam a ser fundamentalmente pautados pelo volume dessa produção, com mais ênfase a partir da segunda metade do século XIX. Ou seja, a cafeicultura em moldes escravistas no Brasil estaria integralmente associada às necessidades do mercado capitalista de então. Portanto, seria errôneo estabelecer uma relação de contradição entre a produção cafeeira “arcaica” e as transformações “modernas” advindas do mercado mundial no contexto do capitalismo industrial. Nesse sentido, Marquese e Tomich (2015) argumentam que

É aqui que se encontra o caráter radicalmente moderno da escravidão no Vale do Paraíba. Com base nela, o Brasil se tornou capaz de determinar o preço mundial de um artigo indissociável do cotidiano das sociedades urbanas industriais, cujos ritmos de trabalho passaram a ser marcados pelo consumo da bebida. [...] A novidade do Vale do Paraíba, em relação às outras fronteiras que o haviam precedido, consistiu em sua escala, até então sem precedentes. Seus fazendeiros não só promoveram um dos mais intensos fluxos de africanos escravizados para o Novo Mundo, parte do qual sob a marca da ilegalidade, como igualmente arrasaram, no espaço de apenas três gerações, uma das mais ricas coberturas florestais do mundo. Produção em massa, consumo em massa, escravização em massa, destruição em massa: tais foram os signos da modernidade que conformaram a paisagem histórica do Vale do Paraíba (MARQUESE, TOMICH; 2015; p. 56).

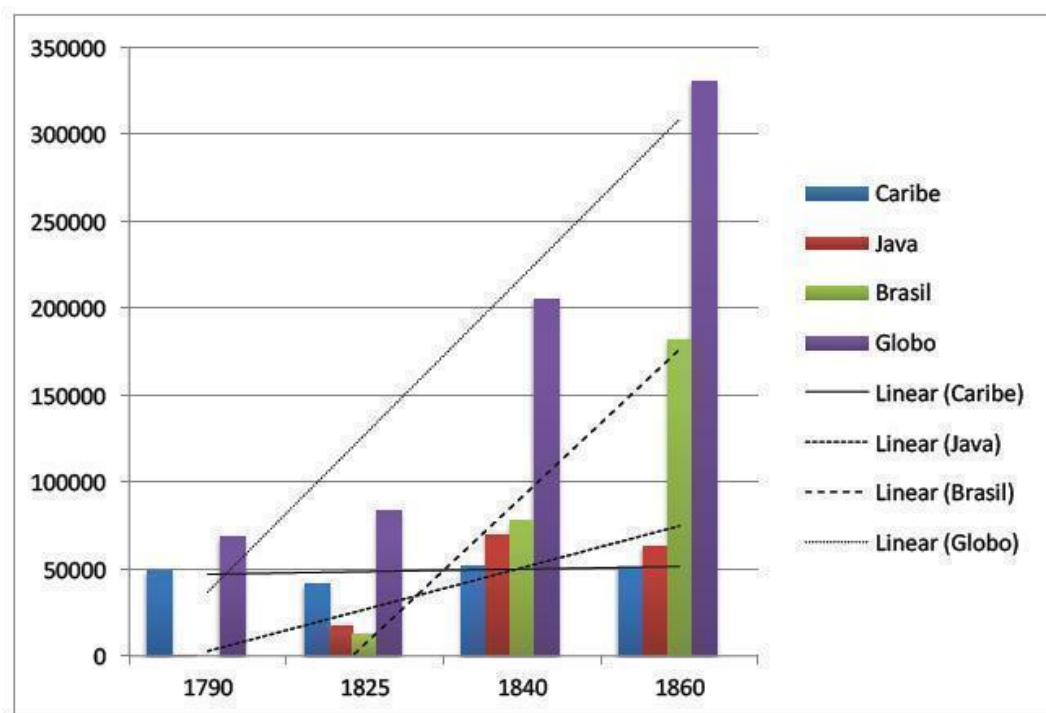
A conformação do consumo de massa do café teve os EUA como epicentro e, em segundo plano, países do norte europeu ao longo do XIX. Os EUA viveram um crescimento populacional acelerado nesse período, o que em associação ao aumento do consumo per capita de café, conformou um poderoso mercado consumidor. Centrada no modelo das *plantations* escravistas, a cafeicultura brasileira foi capaz de atender à demanda do mercado norte-americano e ao mesmo tempo estimulá-la a partir de seu barateamento pela oferta⁵³.

A relação do café no Brasil com a dinâmica do produto em outras regiões do mundo ajudou a consolidar a hegemonia brasileira no mercado. A principal concorrente ao longo do XIX foi a cafeicultura da ilha de Java no sudeste asiático. Ascendente até meados do XIX, o produto javanês era direcionado principalmente aos mercados europeus e era reconhecido como um produto de melhor qualidade que o brasileiro, logo, mais encarecido. O

⁵³ MARQUESE, R.; TOMICH, D. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: *O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão* (orgs. Mariana Muaze e Ricardo Salles). Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 42.

modelo produtivo em Java se estruturou a partir do final dos anos 1820 em torno de uma forma de trabalho compulsório, ainda que bastante diferente da escravidão no Brasil. No chamado *Cultivation System*, o trabalho camponês foi vinculado a um sistema de tributação em espécie, o que permitiu recompor as rendas do Estado Holandês no dinamismo do café. De todo modo, a adoção do trabalho compulsório em Java foi uma tentativa de enfrentar a competição das zonas escravistas na América, particularmente no Vale do Paraíba⁵⁴. Esta tentativa, no entanto, não logrou êxito completo e na segunda metade do XIX o Brasil se consolida como principal produtor mundial de café.

Gráfico 01. Exportações globais de café em toneladas, 1790 – 1860.



Fonte: SAMPER; FERNANDO, 2003, p. 412-439. (apud MARQUESE, 2015).

É nesse cenário que o Brasil vive momentos de importantes mudanças em instituições estruturais de sua vida política, social e econômica: o fim do

⁵⁴ MARQUESE, R. As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c.1760-1840. *História* (São Paulo) v.34, n.2, p. 108-127, jul./dez. 2015 ISSN 1980-4369 . p. 121 – 123.

tráfico transatlântico de escravizados (1850), a aprovação da Lei de Terras (1850), as implicações da Guerra do Paraguai (1864-1870), a Abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889). A ascensão do movimento abolicionista somada às revoltas e fugas de escravizados cada vez mais frequentes desorganizam a manutenção do sistema escravista na década de 1880. Este processo é permeado por profundas tensões a respeito da amplitude jurídica da cidadania que se constituem com a reação dos setores escravistas à crescente proporção de libertos na população. Em 1882, por meio da Lei Saraiva, é promovida uma reforma que restringe significativamente os direitos políticos e diminui o corpo eleitoral como resposta reacionária ao abolicionismo. Ilmar Mattos (1989) assinala que o processo de proclamação e consolidação da República engendra a formação de uma nova direção política no Estado brasileiro. Neste contexto, as divergências em torno da amplitude da cidadania compõem o cerne do novo arranjo que se constituía.

Ainda segundo Mattos (1989), essa nova direção política é consolidada sob a presidência de Campos Sales instituída com base nas oligarquias nos estados e avessa à participação popular das ditas multidões dos grandes centros urbanos. De inspiração positivista, o pavor dos dirigentes republicanos com relação à possibilidade de maior incidência da massa de trabalhadores pobres livres ou libertos nos assuntos de Estado reforça o domínio oligárquico.

É preciso, no entanto, discernir a complexidade do processo político em curso naquele contexto. Há importantes questionamentos à ideia bastante propagada de que o Estado na Primeira República seria estritamente uma projeção dos interesses da classe dos cafeicultores. Renato Monseff Perissinotto argumenta que entraria em curso na Primeira República um

“[...] profundo processo de burocratização e centralização tanto nos seus ‘aparelhos repressivos’ (Força Pública, Polícia Civil, Judiciário) quanto naquilo que chamamos aqui de ‘aparelhos econômicos’” (PERISSINOTTO, 1999, p. 167).

Com críticas ao que seria uma visão economicista, Perissinotto (1999) argumenta que o Estado era dotado de autonomia em torno de interesses próprios voltados à reprodução da ordem social e, nesta medida, constituía

coincidências de interesses gerais com as classes dominantes. No caso em vista, tendo como sua fração principal aquela ligada ao complexo do café. Ao mesmo tempo, as decisões tomadas pelas instituições de Estado e seus agentes poderiam eventualmente entrar em contradição com os interesses imediatos destas mesmas classes dominantes como teria ocorrido, na visão do autor, com relação à política tributária e permearia as disputas sobre as valorizações do café em graus variados.

Há também um questionamento consistente à análise centrada no arranjo consagrado como *política do café-com-leite*, no qual o poder político no Estado brasileiro seria hegemonizado de modo exclusivo pelas classes dominantes de São Paulo e Minas Gerais conferindo um papel secundário às demais oligarquias. Claudia Viscardi (2012) argumenta que este suposto arranjo não dá conta de explicar as relações políticas instituídas entre as diversas oligarquias regionais ao concentrar a análise no Poder Executivo e na hegemonia do setor agroexportador. Ainda que reconheça a hegemonia da cafeicultura paulista com relação ao exercício do poder político, na esteira dos questionamentos sobre a autonomia relativa do Estado, a autora advoga que outras oligarquias regionais mantiveram capacidade de pressionar o Estado em prol de seus interesses na federação republicana.

Do ponto de vista econômico, as diversas oligarquias expressavam determinados interesses em parte ligados a produtos primários voltados para exportação com maior presença em suas respectivas regiões. Considerando o conjunto da economia brasileira, temos uma nítida hegemonia do setor agroexportador na Primeira República na qual indubitavelmente o café - com destaque para São Paulo - desempenhava o papel principal. Edgard Carone (1975) destaca como principais produtos da época o café no Sudeste, o açúcar com maior força na região Nordeste, a borracha da região Norte, o cacau da Bahia, o mate no Mato Grosso e os cereais disseminados no território nacional. Já o setor industrial, ainda segundo Carone (1975), vivia um período de significativo desenvolvimento no Centro-Sul devido a motivos diversos: o aumento da corrente imigratória; o mercado interno fortalecido em torno do café; as medidas protecionistas com finalidade fiscal que beneficiam indiretamente produtos nacionais; a abundante produção algodoeira; e a disponibilidade de mão de obra barata. Ainda assim a indústria mantém a

estrutura herdada do Império concentrando-se no setor de consumo - alimentos, vestuário, têxtil, entre outros - com nível ínfimo da indústria de base. Desse modo, a indústria exerce ainda um papel secundário na economia nacional e seus agentes detêm influência política incomparável com o setor agroexportador.

A hegemonia do setor agrícola e primário exportador combina-se com os movimentos de exportação de capitais originados de países da Europa e paulatinamente também dos EUA. Tal movimento estaria no cerne do imperialismo na América Latina naquelas circunstâncias do sistema capitalista⁵⁵. No caso da Primeira República no Brasil, a atuação do imperialismo está concentrada nos empréstimos públicos, no controle do mercado exterior e nas atividades bancárias (CARONE, 1975, p. 6).

Além do controle das companhias estrangeiras na maior parte do tempo sobre a exportação do café, há também a relação entre o capital estrangeiro e o Estado. Os empréstimos externos e os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro já desde o Império e intensificados na República entrelaçavam interesses por uma política fiscal, cambial e monetária condizente com as necessidades de amortização e pagamento da dívida. Estes vínculos podiam ser estabelecidos tanto em âmbito federal quanto no âmbito estadual. Ainda no Império, em seu relatório à Assembleia Legislativa Provincial de 11 de janeiro de 1889, Pedro Vicente de Azevedo assinala que o estado de São Paulo foi o primeiro estado a contrair empréstimo externo por meio da casa bancária Louis Cohen & Sons, de Londres⁵⁶. Deste modo, é fundamental compreender as correlações de força estabelecidas entre agentes locais na conformação do Estado, mas também a presença dos agentes estrangeiros numa economia cada vez mais integrada no mercado mundial capitalista.

O curso da política econômica adotada pelos diversos governos na Primeira República está incorporado, portanto, num complexo de dinâmicas e

⁵⁵ HOBBSAWN, E. A era dos impérios (1875 – 1914). Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵⁶ SÃO PAULO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de São Paulo pelo presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo. Typographia a Vapor de Jorgge Seckler & Comp., São Paulo, 11/01/1889.

tensões que balizam as decisões adotadas. Entre a Proclamação da República e o início da primeira valorização do café em 1906, Carone (1975) faz uma divisão entre o período inicial caracterizado pelo Encilhamento, sob o ministério de Rui Barbosa, e num segundo momento a política adotada após o *Funding Loan*. Em decorrência da Abolição, a demanda por meio circulante foi elevada ao passo que cada vez mais os produtores dependiam de moeda para manter sua atividade em funcionamento, principalmente com a contratação de mão de obra assalariada. Assim, desde o Império estava em curso um processo de estímulo à emissão de moeda.

Já no governo republicano, Rui Barbosa autoriza a emissão monetária por diversas instituições bancárias com base em apólices visando o estímulo a atividades econômicas e novos negócios, particularmente aqueles ligados à indústria. Inserida num contexto de instabilidades e conflitos militares do início da República, esta política conduziu à desvalorização do câmbio e à alta inflacionária, além do incentivo a atividades de especulação que pioraram as condições de vida da população, especialmente nos centros urbanos. Rui Barbosa é retirado do ministério, mas o problema se manteria e se agravaria com a conturbação política e com a crise dos preços do café que se instaura na segunda metade da década de 1890. A queda dos preços do café é mais um fator de pressão pela baixa do câmbio e aumento do custo de vida.

Frente a esta situação, os dirigentes políticos do Estado brasileiro vão buscar uma solução no capital estrangeiro. No início do governo de Campos Sales, é realizado então o *Funding Loan* que consistia na emissão de títulos de dívida do Estado brasileiro por meio de bancos credores na Inglaterra e estabelecendo o ano de 1911 para o início das amortizações. Como contrapartida, o governo brasileiro realizaria uma política de redução do meio circulante, de contenção de despesas visando a elevação do câmbio e a garantia dos recursos para saldar a dívida futuramente. Os efeitos dessa política econômica atendiam às concepções do liberalismo ortodoxo que orientava o pensamento econômico de grande parte dos dirigentes políticos da época. Contudo, geraram conflitos de interesse com diversos setores.

A alta do câmbio atuava como contenção aos lucros auferidos pelos cafeicultores, pois sua remuneração em moeda estrangeira era desvalorizada em moeda nacional. Considerando já o momento de dificuldades pela situação

de baixa dos preços do café, não foram poucos os reclamos dos cafeicultores, especialmente aqueles que já enfrentavam uma queda expressiva de sua produtividade, como no caso daqueles oriundos do Vale do Paraíba. Por outro lado, a redução inflacionária não teve como consequência uma melhora nas condições de vida da população trabalhadora pobre já que a redução da moeda em circulação comprimia os salários. De todo modo, a política adotada por Campos Sales e seu ministro Joaquim Murinho pôde ser sustentada com base na aliança política com as oligarquias regionais, na ideologia liberal e na manutenção dos interesses do capital estrangeiro.

Para termos uma visão mais completa do cenário descrito é fundamental integrar as tensões internas com os movimentos do mercado mundial do café. A obra de Antonio Delfim Neto – *O problema do café no Brasil* – traz vários elementos elucidativos nesse sentido. Tratando do período anterior à política de valorização, Delfim Neto (2009) estabelece uma periodização de ciclos de oscilação dos preços internacionais do café. Entre 1868 e 1886, o economista identifica um período inicial de elevação dos preços devido a fatores climáticos que inibiram as safras do Brasil e da América Central. Este movimento incentiva a expansão dos cultivos e se reflete na ampliação das colheitas e exportações no final dos anos 1870 e início de 1880. Contudo, há uma restrição do consumo devido à crise de 1873, o que causa paulatinamente uma redução nos preços nos anos seguintes até 1886. A queda nos rendimentos do setor cafeeiro no Brasil é amenizada por dois movimentos combinados: o colapso da produção asiática sob ataque de pragas; e a modificação da estrutura da produção interna com o desenrolar do deslocamento de sua zona principal rumo ao Oeste de São Paulo⁵⁷. Simultaneamente, outras áreas tomam impulso na produção do café, como a Colômbia⁵⁸.

O ciclo seguinte indicado pelo autor corresponde em parte ao período que buscamos esmiuçar neste trabalho: de 1886 a 1906. Após um período de baixa nos preços, há uma redução das safras brasileiras devido a fatores

⁵⁷ DELFIM NETO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 3ª edição, 2009, p. 23 – 27.

⁵⁸ A Colômbia elevou suas exportações de 100 mil sacas nos anos 1880 para 500 mil sacas nos anos 1890 (DELFIM NETO, 2009, p. 141).

climáticos no final da década de 1880, o que gera um movimento de elevação dos preços associado ao crescimento dos mercados consumidores na Europa e especialmente nos EUA. Deste movimento decorre um aumento no plantio de novos cafeeiros que levariam alguns anos até estarem maduros e em plena produção. A consequência deste movimento seria a expansão acelerada da produção de café nos anos 1890, com ênfase para a região Oeste de São Paulo.

No início da década de 1890, a Europa entra numa depressão econômica, mas o mercado estadunidense sustenta os preços elevados durante alguns anos. A oferta segue aumentando com a maturação dos cafeeiros plantados no final da década de 1880 e passa a ocorrer a queda do câmbio. Delfim Neto (2009) cita como causa dessa depreciação cambial a desorganização do sistema bancário, a redução da agricultura de subsistência pela priorização da cafeicultura⁵⁹ e a desorganização do comércio de cabotagem devido a conflitos militares no início da República o que leva a maior necessidade de importação de cereais do exterior. Quando o mercado dos EUA também é restringido a partir de 1894, são estabelecidas as bases do que ficou conhecido como *crise dos preços* do café. A depreciação cambial teria minimizado os impactos da queda dos preços internacionais com relação aos preços internos num primeiro momento, mantendo o estímulo para a ampliação da lavoura e da oferta do produto. Até aquela etapa o aumento das exportações teria compensado a baixa dos preços, o que deixa de ocorrer a partir de então. A consequência são sucessivos movimentos contracionistas que levam os preços a níveis ínfimos no início do século XX.

Sob estas circunstâncias, a política adotada pelo Estado brasileiro não foi de socorro direto aos cafeicultores de um modo geral como se poderia supor. Joaquim Murinho, ministro da Fazenda do governo Campos Salles (1898 – 1902), afirmava no seu relatório no ano 1899:

Convicto de que a intervenção oficial só poderia aumentar os nossos males, o governo deixou que a produção do café se reduzisse por

⁵⁹ Como já expusemos, esta ideia de que haveria necessariamente uma restrição da produção de alimentos devido à cafeicultura vem sendo relativizada pela historiografia. Ver a seção 1.1 A historiografia sobre o café no Vale do Paraíba desta dissertação.

seleção natural, determinando-se assim a liquidação e a eliminação dos que não tinham condições de vida, ficando ela nas mãos dos mais fortes e dos mais bem organizados para a luta (*apud* DELFIM NETO, 2009, p. 45).

Desse modo, quando a crise dos preços do café chega a seus momentos mais dramáticos nos primeiros anos do século XX, a posição dos governos Campos Sales (1898 – 1902) e Rodrigues Alves (1902 – 1906) foi pela manutenção da política de câmbio alto. Neste aspecto, contrariaram interesses imediatos dos cafeicultores. Estes começavam a demandar uma política mais direta do Estado na defesa do café, o que foi recusado por Rodrigues Alves – que, aliás, era nascido em Guaratinguetá e membro de família de cafeicultores com propriedades no Vale do Paraíba e no Oeste paulista. Da mesma forma, os credores ingleses também se manifestavam inicialmente contrários às propostas de valorização do café que começavam a ser aventadas. Assim, contrariando a posição do governo federal, por iniciativa do governo estadual de São Paulo em 1906 e com apoio do banco alemão *Brasilianische Bank für Deutschland* foi iniciada a primeira valorização do café.

A estrutura produtiva do café no Brasil passava por profundas transformações nas primeiras décadas da República. O estímulo à expansão das lavouras do início da década de 1890 teve como espaço principal o Oeste paulista, deslocando em definitivo o centro da produção cafeeira no Brasil até então mantido na chamada Zona do Rio. Discutindo sobre a relevância do porto do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, Velasco e Cruz (1999) apresenta dados eloquentes a respeito dessa transição⁶⁰:

⁶⁰ No início do século XX, durante o governo de Rodrigues Alves, o porto do Rio de Janeiro passa por importantes reformas no sentido de adequá-lo às demandas do mercado capitalista mundial. Sobre isso, ver : HONORATO, C. T. e HONORATO, L. T. (2020). A construção do Porto do Rio de Janeiro e a Caixa Especial dos Portos: reordenamento territorial e desenvolvimento. *América Latina en la Historia Económica*, 27(3), e1075. doi: 10.18232/alhe.1075.

Tabela 01. Exportação de café pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos, 1872 – 1909 – Safras anuais (de julho a junho) – sacas de 60 kg

Anos	Rio	Santos
1872 – 1875	8.313.122	1.936.585
1875 – 1880	14.990.278	4.635.150
1880 – 1885	20.369.669	8.660.805
1885 – 1890	15.590.279	10.032.820
1890 – 1895	14.304.539	15.755.683
1895 – 1900	16.501.088	25.429.502
1900 – 1905	18.961.047	39.808.126
1905 – 1909	13.989.954	39.051.406

Fonte: The Brazilian Year Book, issued under the patronage of the Brazilian Government. Compiled and edited by J. P. Wileman. Rio de Janeiro, The Offices of the Brazilian YearBook, 1909 - *apud* Velasco e Cruz (1999).

De acordo com os dados apresentados, a exportação de café pelo porto do Rio de Janeiro se manteve superior à exportação pelo porto de Santos até o quinquênio entre 1885 e 1890. Na primeira metade da década de 1890, o porto de Santos toma a dianteira como principal porto exportador de café, mas ainda com pequena vantagem. Finalmente, na segunda metade da mesma década, Santos aparece bem à frente do Rio de Janeiro, tendência que se mantém nos quinquênios seguintes. É interessante notar, no entanto, que a exportação de café pelo porto do Rio de Janeiro segue uma crescente irregular até o quinquênio de 1900 a 1905 e continua com números elevados mesmo que muito abaixo do número de sacas exportadas pelo porto de Santos.

Portanto, há indícios de que a crise dos preços afetou a cafeicultura na bacia do rio Paraíba do Sul de conjunto, mas talvez não de maneira uniforme. Integrada a este impacto, a região Oeste de São Paulo possuía vantagens do ponto de vista da produtividade para recuperar-se, tomar o espaço deixado pela queda na produção vale-paraibana e expandir-se para além do patamar que até então o mercado cafeeiro já havia alcançado. Nessa perspectiva, parece relevante compreender a dinâmica da produção cafeeira no Vale do Paraíba nas décadas finais do XIX e início do XX associada a esta

reestruturação produtiva em curso. Para tanto, buscaremos analisar a seguir o panorama econômico de Guaratinguetá, com foco na produção do café.

Capítulo 02 – O panorama da cafeicultura em Guaratinguetá do Império à República

A vida de toda gente tem altos e baixos. A de Sinhá, não. Tomou uma direção só. Foi uma ladeira que só tinha descida. E Sinhá desceu firme, de cabeça em pé. Tudo o que fez foi seguir, sem querer, o mesmo rumo. Tudo o que aconteceu foi a favor do tombo.

(Ruth Guimarães).

2.1. A situação econômica de Guaratinguetá na virada do XIX ao XX

Diversos documentos do final do século XIX e início do século XX trazem descrições a respeito das características econômicas de Guaratinguetá. Naquele período, era muito comum a publicação de almanaques que buscavam sistematizar informações a respeito das diversas localidades. Tais documentos eram importantes bases de referência em uma ampla variedade de temas: política, sociedade, economia, cultura, entre outros. A publicação *Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil* editada por Alfredo Moreira Pinto na década de 1890 sistematizava informações sobre o cenário econômico do município. Citando a publicação *A Província de São Paulo*, de 1888, afirma que:

Os principaes productos da lavoura do município são café, canna de assucar, fumo, cereaes, algum trigo e vinha, ainda em principio. Calcula-se em 5.250.000 kg a produção média annual de café. A canna de assucar, que é produzida em grande quantidade, ou é trabalhada em engenhos próprios ou vendida à companhia do Engenho Central de Lorena. A indústria pastoril está bem adeantada, notando-se boas criações de gado cavallar e vaccum (PINTO, 1896, p. 133).

O *Diccionario Geographico* traz também uma descrição a respeito do quadro das lavouras no ano de 1888:

A lavoura consiste na cultura do café e ultimamente na da canna. Foi outr'ora ahi iniciada a cultura do algodão, mas logo abandonada não só pela baixa do preço como pela falta de procura. As terras são feracissimas, produzindo além do café, diversos cereaes. A produção da mandioca é avultada no bairro do Putim, onde se fabrica muita farinha. O fumo também é ahi cultivado, mas em pequena escala e só nos logares mais frios e aproximados das serras. Está sendo experimentada a cultura da vinha. A industria pastoril acha-se em condições de prosperidade (PINTO, 1896, p. 133).

As duas descrições coincidem no destaque dado ao café e citam a cana-de-açúcar como segundo produto mais importante. No caso do primeiro, é evidenciada a vinculação entre a produção canavieira em Guaratinguetá e o Engenho Central de Lorena. Destaca-se também a produção de cereais e outros gêneros alimentícios como a farinha. Outro aspecto relevante é a caracterização das terras como *feracíssimas*, ou seja, bastante férteis. No mais, a atividade pastoril também é caracterizada como bem desenvolvida.

Já o *Anuario Guaratinguetaense da Gazeta do Povo*, de 1904, traz os seguintes apontamentos:

Foi nesses períodos o município que exportou mais café no norte de São Paulo, estando em seguida o município de Taubaté que em 1900 exportou 63.117 saccas e em 1901 77.364. Produz também muita canna de açúcar. Em segundo lugar, vem a produção de cereaes e fumo, que é cultivado nos locais mais humidos. No bairro do Putim, à margem do Parahyba, planta-se a mandioca em grande escala, para a fabricação da apreciada farinha que na cidade é vendida em grande escala. A indústria pastoril é mui adiantada, notando-se boas criações de gado cavalari e vacum. Quasi todas as transacções commerciaes do município são feitas com a praça do Rio de Janeiro. [...] A industria tem pouco desenvolvimento. Notam-se no município poucos estabelecimentos industriaes que empregam o vapor como força motriz. Na cidade existem dous estabelecimentos desse genero para o beneficiamento do café e duas fábricas de macarrão. Com a instalação próxima da eletricidade como força motriz, talvez novo alento tome a

indústria local, projectando-se desde já a montagem de uma importante fábrica de tecidos e de uma fábrica de gelo e bebidas (GAZETA DO POVO, 1905, p. 73).

O vínculo comercial entre Guaratinguetá e o Rio de Janeiro tinha como eixo principal a produção cafeeira por meio da linha férrea no início do século XX. É possível que nessa mesma rota ocorresse também o comércio de outros gêneros com o centro urbano carioca? Algumas informações disponíveis nas atas da Câmara Municipal podem fornecer indícios a respeito desta questão. Na ata da sessão da Câmara Municipal datada de 28 de julho de 1892 é aprovada pelos vereadores a indicação de construir um novo caminho de Guaratinguetá a Cunha, com o argumento de que seria possível reduzir a distância e os custos de transporte. No caso, é citado que Guaratinguetá seria abastecida por gêneros diversos oriundos de Cunha, como cereais, o que baratearia tais produtos na visão dos signatários da indicação⁶¹. Se no início da década de 1890 o município demandava a importação de cereais, parece pequena a possibilidade de naquele momento haver uma exportação do mesmo gênero em maior escala para grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro, por exemplo.

Porém, a respeito das exportações e importações em relação a outros municípios, o Censo Agrícola elaborado no decorrer do ano de 1904 e publicado em 1905 traz algumas informações que podem sugerir mudanças ao longo dos anos. Sobre os produtos exportados pelo município, o censo indica o café, cereais, canas, milho e hortaliças. Já com relação aos produtos importados, indica o fumo, toucinho, banha, vinho, aguardente, cebolas, carne, entre outros. Como já citamos, além do Rio de Janeiro, havia também um comércio regional por meio das estradas e do transporte fluvial pelo rio Paraíba do Sul. De todo modo, não há uma informação precisa a respeito da origem e do destino desses produtos nas fontes documentais consultadas.

⁶¹ Nas atas dos anos seguintes podemos encontrar indícios de que tal querela não foi resolvida no curto prazo. Em 20 de agosto de 1896, a Câmara aprova carta ao secretário de Agricultura defendendo a manutenção da estrada do Cordeiro como caminho principal a Cunha, recusando a nova rota proposta pelo bairro da Rocinha.

É interessante notar que as atividades tipicamente urbanas ganham impulso na virada do século XIX ao XX. No caso, o *Anuario Guaratinguetaense* de 1904 ressalta as atividades industriais, como as citadas fábricas de macarrão e de beneficiamento de café. Projetava-se ainda a construção em futuro próximo de mais fábricas com o desenvolvimento da energia elétrica no local. Tais projeções indicam expectativas de diversificação das atividades econômicas no município.

2. 2. Os Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo como fonte documental

Os Anuários Estatísticos, publicados em série ininterrupta entre 1894 e 1930 pela *Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo*, podem suscitar uma visão direcionada às especificidades de cada município e região na conjuntura do final do XIX de profundas mudanças no eixo econômico da economia cafeeira. Tendo em vista que se trata de uma fonte documental citada com menos frequência em estudos de história econômica do Estado de São Paulo, faremos uma breve digressão para discutir a pertinência de seu uso para a análise que pretendemos realizar. Os anuários continham informações bastante detalhadas sobre o território, sua divisão jurídica e administrativa, a população, a produção econômica, a imigração, entre outros. O primeiro responsável pela organização, elaboração e publicação dos Anuários Estatísticos foi Antonio de Toledo Piza, um republicano histórico e fervoroso defensor da importância da estatística para o ato de governar. Citando um “ilustre estatístico”, embora sem nomeá-lo, Piza cita em seu relatório de 1895 o seguinte:

Sendo a estatística um inventário consciencioso dos haveres de uma nação e um instrumento de governo da mais alta importancia para as sociedades civilizadas, é claro que tais serviços devem ser convenientemente organizados que o pessoal incumbido da sua elaboração deve conhecer e aplicar os melhores métodos e os maiores esforços, ser auxiliado por agentes conscienciosos e inteligentes, e os recursos concedidos devem ser suficientes para

fazer face de despesas das pesquisas e publicações, que esclareçam e patenteem a prosperidade do paiz e dos seus habitantes (SÃO PAULO, 1896, p. 12).

Certamente o cenário ideal descrito não era o caso do Brasil e nem do Estado de São Paulo naquele momento. Em geral, do Império à Primeira República a organização dos serviços de estatística começa a ocupar maior grau de atenção no âmbito do Estado brasileiro⁶². O anseio da produção de conhecimento científico, especialmente pela inspiração positivista no caso dos republicanos brasileiros, tornava imperativa a necessidade de levantamento de dados sobre a população, a economia e diversos outros aspectos da vida social. O fato de que ao longo da Primeira República o governo do estado de São Paulo tenha garantido a elaboração anual dos Anuários Estatísticos pode ser um indicador do que o historiador Renato Perissinotto (1999) chama de “centralização e burocratização” do Estado.

O historiador polonês Witold Kula (1977) relaciona o surgimento da produção de estatística como atribuição dos diversos Estados com a transição do feudalismo ao capitalismo. Nesta circunstância, segundo Kula, há um processo de mudanças no papel social do Estado que passa a buscar conhecimento sobre os resultados sociais das políticas governamentais, ao passo que suas atividades se tornam condicionadoras de uma ampla esfera de fenômenos sociais. No caso do Brasil, diversos tipos de recenseamento podem ser identificados desde a colônia, especialmente relacionados à população. Com a República, este assunto parece ganhar cada vez mais relevância no debate público e na orientação das políticas de Estado.

A tentativa de obter informação sistemática sobre aspectos diversos do território administrado deve ser compreendida neste contexto de reorganização do Estado na composição da federação republicana. Especialmente frente às crises do café enfrentadas nas primeiras décadas da República, a pressão pela busca de soluções sobre os governos – seja em âmbito federal ou estadual –

⁶² No caso da província de São Paulo, três recenseamentos particularmente importantes são realizados em 1836, 1854 e 1886. Para uma análise crítica a respeito dessas fontes, ver BACELLAR, C. BASSANEZI, M. *Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX*. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 19, n. 1, jan./jun., 2002.

estimulava a percepção de que com dados estatísticos as decisões seriam mais bem orientadas. Rodrigues Alves, tratando sobre a situação crítica do café no início do século XX em sua mensagem enviada ao Congresso Estadual como presidente do estado em 1901, afirma:

Urge, sobretudo, conhecer a situação real do produto e a extensão que pode ter a cultura do café, dentro do nosso território como nos diversos países produtores. A organização de um trabalho sério de estatística constitui uma necessidade de primeira ordem, indispensável no estudo da questão que nos preocupa (RODRIGUES ALVES, 1901, p. 25).

Se naquela altura o estado de São Paulo ainda não contava com um sistema de estatística eficiente, provavelmente não foi por falta de tentativa de Antonio Toledo Piza. Ainda no relatório de 1895 queixava-se da falta de pessoal e não poupa adjetivações negativas sobre funcionários municipais que não cumpriram com suas responsabilidades. Por diversas vezes, Piza sugere uma reorganização do serviço de estatística no sentido de centralizar no governo do Estado, com pessoal próprio, a execução dos trabalhos de estatística nos municípios. Até aquele momento, o método de trabalho da Repartição de Estatística consistia no envio de mapas a serem preenchidos sob responsabilidade das Câmaras Municipais, mantendo a realização do serviço ou não pelo nível de disponibilidade das mesmas em realizá-lo. De acordo com Piza, este método mantinha o serviço de estatística do estado em nível “rudimentar e primitivo” (SÃO PAULO, 1896, p. 88). O mesmo sintetiza as dificuldades de organização em uma frase: “[...] *falta de unidade no serviço, dispersão das estatísticas*” (SÃO PAULO, 1896, p. 87-93).

Interessa-nos aqui particularmente suas considerações sobre a estatística econômica. Para além das dificuldades institucionais para a realização do trabalho, a estatística econômica estaria submetida ainda a uma dificuldade adicional: o receio dos produtores de uma possível finalidade fiscal da estatística. Deste modo, Piza é categórico:

Portanto, quem tiver de apreciar a natureza do nosso trabalho deve antes de tudo colocar-se num ponto de vista totalmente relativo,

suprindo por meio de razoáveis deduções, baseadas no conhecimento que tenha da matéria estudada, as lacunas que nelle porventura encontre – e as encontrará certamente – atendendo, não só as dificuldades peculiares ao serviço já assignaladas, mas também as que provém da nossa própria insuficiência. (SÃO PAULO, 1896, p. 91).

Feitas estas ressalvas, cabe ressaltar que os Anuários Estatísticos são uma inovação no que concerne à produção de estatística no estado de São Paulo pelo seu caráter em série anual e são fruto de um esforço monumental que não pode ser menosprezado. É importante contextualizar que as ponderações de Piza visavam uma posição mais privilegiada da *Repartição de Estatística e Archivo* no orçamento estadual, buscando institucionalizar um sistema de estatística no estado. Além disso, os informes sistematizados foram anualmente publicados, enviados ao Congresso Legislativo Estadual e em várias ocasiões foram enviadas cópias aos municípios, sendo impossível ignorar que eram razoavelmente conhecidos e, portanto, de certo modo eram legitimados socialmente. As maiores objeções aos dados que pudemos encontrar foram do próprio Antonio Toledo Piza, responsável por sua execução na maior parte do período que nos propomos a estudar neste trabalho.

Na introdução ao Anuário Estatístico de 1897, Piza relata a ocorrência de críticas no Congresso Legislativo Estadual ao trabalho da repartição por ele comandada. O chefe da Repartição de Estatística argumenta em favor do trabalho realizado que a estatística econômica em si depende das informações fornecidas pelos próprios produtores. Ele complementa dizendo:

O bom êxito deste serviço depende, pois, essencialmente da espontaneidade individual, e os dados que sobre as produções do solo paulista me são enviados, como partem dos próprios cultivadores, é meu restricto dever acceita-los como verdadeiros, por inverídicos que a outros pareçam (SÃO PAULO, 1898, 457-458).

Do ponto de vista do historiador, não são menores as polêmicas e as problemáticas com relação ao uso da estatística no estudo da história. No decorrer do século XX, a história como disciplina viveu diversos e profundos debates teóricos e metodológicos, sendo um dos mais relevantes a discussão

sobre a chamada interdisciplinaridade das ciências humanas promovido particularmente pela tradição dos *Annales*. Neste sentido, os diálogos entre a história e a economia propiciaram o desenvolvimento do que conhecemos por história econômica e, como era de se esperar, são permeados por tensões e percalços de todo tipo.

No que diz respeito ao que estamos tratando aqui, ou seja, o uso da estatística econômica pelos historiadores, podemos destacar o debate sobre a chamada econometria retrospectiva. Em meados do século XX, no anseio de supostamente conferir maior objetividade ao estudo dos seres humanos no tempo, houve um fortalecimento da ideia de que seria preferível lidar com dados econômicos numéricos presentes nas fontes documentais. Nos casos de lacunas na documentação, o procedimento recomendado seria reconstruir dados com base em modelos econômicos modernos. No entanto, tal método foi duramente criticado por diversos historiadores no sentido de que promoveria uma atitude ingênua e sem criticidade com relação às fontes documentais.

Witold Kula (1977) argumenta que o uso da estatística para o estudo do passado difere da estatística no tempo presente já que, no primeiro, o processo de produção dos dados não está sob controle do historiador e seus critérios: os dados são produzidos por outrem, nem sempre sob circunstâncias conhecidas. Além disso, Kula cita cinco limitações da estatística em história: o caráter casual dos fenômenos coletivos; o problema da representatividade dos materiais; o caráter institucional dos dados; o desconhecimento das circunstâncias do registro; e os limites da comparação ao longo do tempo. Especialmente quando o objeto de estudo da história remonta a um passado mais longínquo, torna-se mais comum a ausência de estatística sistematizada ou documentação que permita trabalhar com essa perspectiva. Com relação à última das limitações citadas pelo historiador polonês, é necessária especial atenção, pois o foco restrito aos números abstraídos de realidades sociais muito distintas pode levar o pesquisador a tentativas de comparação entre unidades qualitativamente incomparáveis.

Pierre Villar (1982) argumenta no mesmo sentido com relação ao erro que seria realizar comparações no âmbito econômico abstraído absolutamente o conteúdo histórico de cada contexto: “A longo termo (não é necessário que seja *longuíssimo*), nem a expressão monetária, nem o

conteúdo-utilidade, nem o conteúdo-trabalho de um bem são comparáveis” (VILLAR, 1982, p. 207). Villar critica a ideia de que a história quantitativa introduziria na história a objetividade na observação remetendo às proposições de François Simiand sobre as condições em que uma quantidade expressa num documento pode ser considerada como um *dado objetivo*:

A quantidade deveria ser a *resultante involuntária de um conjunto de decisões ou de acções* (quer se trate de um preço, de uma produção, de uma taxa de natalidade, de um rendimento, pouco importa: o necessário é que a expressão quantitativa adoptada traduza objetivamente uma realidade independente tanto de quem a escreveu como daquele que a lê). Quanto à homogeneidade a procurar, é a do *fenômeno cristalizado na quantidade e da fonte que a fornece*. Esta última deve garantir que ao longo de toda a série adoptada não se modifiquem nem a definição nem a medida do facto observado. Uma vez tomadas estas precauções, estamos perante um *documento objetivo* e uma possibilidade de *história quantitativa* (VILLAR, 1982, p. 205).

Levando em conta o apontamento de Villar, poderíamos questionar até que ponto uma fonte estatística oficial pode cumprir com os critérios citados. Aqui está um questionamento fulcral, pois pode balizar se uma documentação como os Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo - com todas suas limitações técnicas - poderia ser aproveitada para uma análise pertinente no que concerne a seus dados de estatística econômica. É importante notar que os dados consolidados nos Anuários Estatísticos eram decorrentes de uma cadeia de sujeitos e de instituições que, voluntariamente ou não, estabeleciam parâmetros de controle recíproco. Deste ponto de vista, os dados apresentados não podem ser considerados de fato como meros elementos de subjetividade e de arbitrariedade de quem os elaborou. Assim, os limites reconhecidos pelo próprio responsável por sua elaboração devem nos suscitar um alerta sobre a necessidade de não ser possível ater-se acriticamente apenas a esta fonte documental para qualquer análise conclusiva. Mas tampouco pode nos levar à postura oposta de descartar simplesmente o que ela nos indica.

Kula (1977) advoga como vantagem das fontes oficiais seu caráter sistemático, sua continuidade e homogeneidade, e que eventuais erros

poderiam ser identificados e corrigidos com auxílio de outras fontes. Como defensor do uso da estatística para o estudo da história, Kula é também muito cauteloso em não extrapolar as possibilidades que tal procedimento permite. Nesta linha de raciocínio, o autor argumenta em favor da prioridade para os dados relativos de modo que possamos apreender não apenas aspectos quantitativos em si, mas a escala das magnitudes e o sentido das mudanças num determinado período. Ainda segundo o historiador polonês, “[...] la estadística histórica es la que le ha de permitir más de una vez conocer lo que los coetáneos de la época no pudieron saber” (KULA, 1977, p. 282-298). Portanto, a confrontação de dados estatísticos com as percepções, interpretações e narrativas dos sujeitos históricos pode permitir uma visão mais complexa sobre um determinado problema no estudo da história.

2. 3. Trajetórias da produção cafeeira em Guaratinguetá

Para que possamos analisar os dados sobre a produção cafeeira em Guaratinguetá no final do século XIX e início do século XX, buscaremos articulá-los com uma visão panorâmica sobre o café no município ao longo do tempo. O trabalho já citado de Sergio Milliet (1941) nos permite uma primeira visualização desse quadro. O autor busca traçar a dinâmica da produção cafeeira no estado de São Paulo desde o século XIX até meados do século XX. Para tanto, estabelece uma divisão regional do estado e cita as seguintes fontes documentais: o *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo* (1836); o *Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no anno de 1854*; o *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística* que contém informações levantadas no ano de 1886; o recenseamento oficial de 1920; e o *Boletim da Secretaria de Agricultura* de 1935. Milliet cita como critério para escolha dessas fontes a possibilidade de discernir dados por municípios com o objetivo de agregá-los nas unidades regionais.

Com relação ao que ele chama de Zona Norte do estado de São Paulo, Milliet (1941) argumenta que a produção cafeeira teria atingido o apogeu ainda em 1854, mas que devido à Abolição, às crises do produto e à abertura de

novas zonas mais férteis, entra num acelerado declínio na década de 1880, já consolidado em 1920. Não obstante, o próprio Milliet cita o caso do município de Taubaté como uma exceção que, por condições próprias como a posse de terras mais férteis e proximidade com grandes centros, teria evitado os sintomas mais graves que seriam sentidos na chamada “zona morta”, onde estariam situados os municípios de Areias e Bananal. O autor afirma que devido aos pontos de referência de suas fontes serem afastados em demasia no tempo, não seria possível fazer uma análise com segurança deste processo de crise em Taubaté. Esta questão suscitada pelo próprio Milliet não seria pertinente para outros municípios como Guaratinguetá?

Para Guaratinguetá, os dados apresentados por Milliet (1941) são:

Tabela 02. Produção cafeeira em Guaratinguetá (1836 – 1935)

Ano	Volume de produção (em arrobas)
1836	22.442
1854	100.885
1886	350.000
1920	97.687
1935	63.625

Fonte: MILLIET, S. Roteiro do Café e outros ensaios. São Paulo: Departamento de Cultura, 3ª Edição, 1941.

Assim, o apogeu da produção em Guaratinguetá não teria sido em 1854, mas sim em 1886. Na construção explicativa do autor, o ano de 1886 seria um ponto chave: demonstraria já a franca decadência da região Norte do estado. Contudo, há vários problemas. Primeiro, o relatório provincial utilizado por Milliet como base para os dados de 1886 é caracterizado por ele mesmo como apresentando dados “bastante falhos” (MILLIET, 1941, p. 36). Antonio Toledo Piza também faz referências críticas a esse documento no Anuário Estatístico de 1897. Salta aos olhos, por exemplo, a ausência de informações sobre Bananal. Ainda que a produção do município estivesse de fato num declínio acentuado, certamente faria diferença significativa nos cálculos da produção

cafeeira na região. Então, a comparação direta entre os informes agregados de 1886 com os de 1920, parece causar uma ilusão de ótica no sentido de induzir à conclusão de que o declínio da produção no conjunto da região teria iniciado de maneira uniforme e direta ainda na década de 1880. A sistematização dos dados anuais apresentados nos Anuários Estatísticos pode nos ajudar a compreender os desequilíbrios deste processo e pode ser elucidativa sobre as mudanças na estrutura produtiva do café nas primeiras décadas da República.

Com relação à série dos Anuários Estatísticos entre 1894 e 1906, é preciso assinalar que nem sempre os municípios enviavam as informações solicitadas pela repartição comandada por Antonio Toledo Piza. Sobre Guaratinguetá, pudemos encontrar informações sobre os diversos produtos no município para os anos de 1897, 1898, 1900, 1905 e 1906. Citando o registro civil de nascimentos e óbitos, Piza reclama de oficiais “pouco escrupulosos no cumprimento de dos seus deveres” que teriam repassado mapas incompletos classificando o município de Guaratinguetá nesta categoria:

Alguns d'estes districtos são municípios riquíssimos e populosos, como Rio Claro, São Carlos, Ytu e Guaratinguetá, de modo que as suas estatísticas influem muito sobre as estatísticas geraes do Estado e a sua falta é por isso muito sensível, principalmente a de Santos, que nunca teve registro civil que prestasse, e cujo official não fornece mappa algum ou fornece-os incompletos e imprestáveis. (SÃO PAULO, 1896, p. 8)

Feita esta ressalva, passamos a apresentar os informes de produção do café para Guaratinguetá disponíveis nos anuários. Para elaboração da Tabela 03, utilizamos os dados apresentados nos anuários sobre o montante de café produzido e estabelecemos um índice com base na média da produção nos anos assinalados⁶³.

⁶³ O procedimento de estabelecer o índice pela média da produção no período em evidência justifica-se pelo número excepcional de 1897. Se adotássemos como referência a produção de 1897 apenas, os números registrados nos demais anos seriam sobrevalorizados pelo índice.

Tabela 03. Produção de café em Guaratinguetá (1897 – 1906) – Anuários Estatísticos do estado de São Paulo.

Ano	Produção (em arrobas)	Índice (Média 232.004 = 100)
1897	30.000	12,93
1898	415.400	179,04
1900	384.630	165,79
1905	149900	64,65
1906	180000	77,58

Fonte: SÃO PAULO. Repartição de Archivo e Estatística. Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1895-1908.

Mesmo considerando o número aparentemente excepcional do ano 1897⁶⁴, bem abaixo dos recenseamentos paulistas do XIX e dos demais anos registrados pelos anuários estatísticos, é possível verificar de partida que o ano de 1886 não registra o apogeu da produção cafeeira em Guaratinguetá. Pelo contrário, a cafeicultura parece ter seguido tendência ascendente no município – ainda que modesta – atingindo sua maior marca no ano de 1898. O ano de 1900 também marcou produção superior ao ano de 1886. Ademais, há outras fontes documentais que citam estimativas da produção de café no município no período em estudo.

Em resposta a uma circular da Associação Comercial de Santos em junho de 1900, a Câmara Municipal de Guaratinguetá indica que o município produz 200.000 arrobas de café em média anual. Em 1904, o *Anuario Guaratinguetaense da Gazeta do Povo* faz referência a uma produção de 72.979 sacas de café no ano de 1900 e de 97.606 sacas em 1901. Se considerarmos cada saca de café como o equivalente a 60 kg, a produção corresponderia a 4.378.740 kg. Se cada arroba corresponde a 15 kg, seriam 291.916 arrobas. Em 1901, seriam 5.856.360kg ou 390.424 arrobas. Ou seja, apesar de tendencialmente declinante no início do século XX, há indícios de

⁶⁴ É possível que a produção registrada para este ano esteja simplesmente subestimada, já que não encontramos nenhuma referência a algum problema específico neste ano. Ainda assim é possível que a safra tenha sofrido com algum problema excepcional, como uma geada, outros fatores climáticos ou até mesmo a ocorrência de pragas.

que mesmo após os números mais elevados registrados em 1898 a produção cafeeira manteve cifras significativas.

Outro dado relevante para a análise presente em alguns dos anuários estatísticos é o número de cafeeiros por município. Em Guaratinguetá, há informes para os anos de 1897, 1898 e 1900 conforme segue abaixo:

Tabela 04. Número de cafeeiros em Guaratinguetá – Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo (1897-1900).

Nº de cafeeiros/Ano	1897	1898	1900
Produzindo	14.800.000	14.800.000	12.521.000
Em formação	500.000	500.000	847.800
Total	15.300.000	15.300.000	13.368.800

Fonte: SÃO PAULO. Repartição de Archivo e Estatística. Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1895-1908.

Podemos perceber que é registrada uma redução no número total de cafeeiros. Entretanto há um aumento no número de cafeeiros em formação. Este fato pode ser um indicativo de que os produtores de café em Guaratinguetá continuavam apostando nesta atividade apesar de todas as limitações e das dificuldades vividas naquele período, corroborando a chave interpretativa já citada da historiadora Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997): a queda de produtividade só podia ser enfrentada pela incorporação de mais terras e força de trabalho, dilapidando progressivamente os fatores de produção⁶⁵.

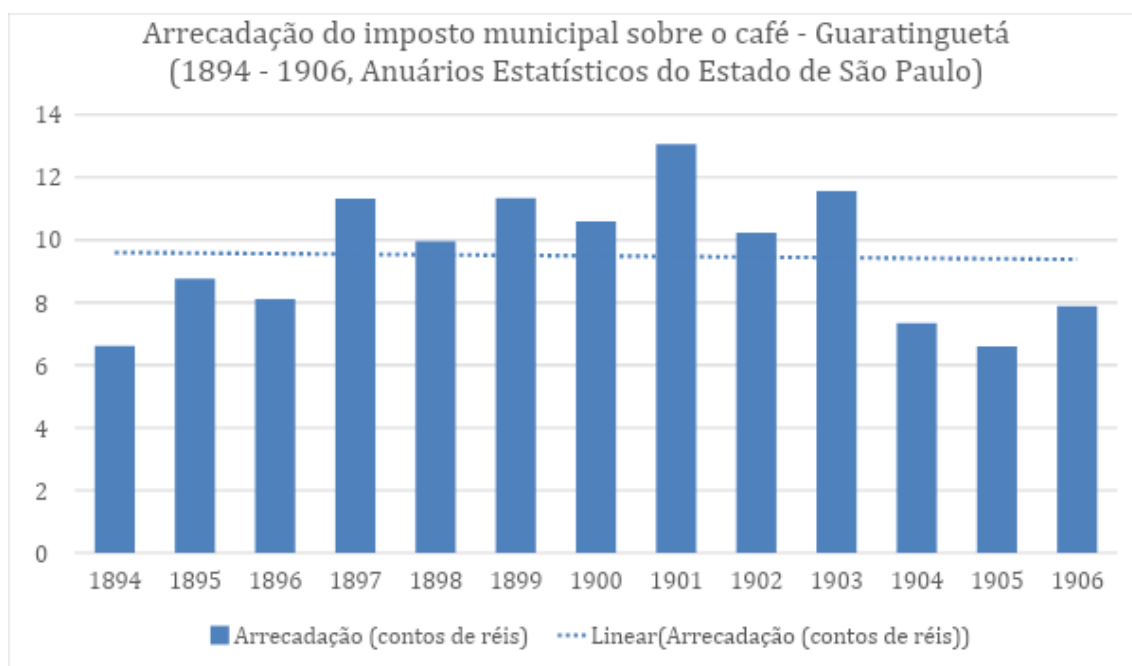
Reconhecer indícios de que houve uma elevação da produção do café em Guaratinguetá na década de 1890 e que possivelmente ainda nos primeiros anos do século XX os proprietários apostavam neste ramo de atividade não significa dizer que não havia uma situação de crise: ao contrário, a própria continuidade da expansão da produção era um dos elementos da crise. Além disso, é fato que o café avançava rapidamente no Oeste de São Paulo e que a produtividade nas terras vale-paraibanas já era em média bem inferior e em

⁶⁵ Para mais informações sobre as contribuições de Carvalho Franco, ver a seção sobre 1.1. A historiografia do café no Vale do Paraíba no Capítulo 01 desta dissertação.

tendência declinante se comparada com as novas áreas concorrentes. De toda forma, é plausível considerar a hipótese de que a produção cafeeira em Guaratinguetá teria iniciado de fato um movimento de declínio em termos absolutos por não possuir os recursos adequados para se reerguer frente às adversidades já postas somadas ao aguçamento da crise dos preços do café no decorrer da década de 1890 e início do século XX.

Os Anuários Estatísticos apresentam também um balanço das finanças das Câmaras Municipais do estado, no qual consta o montante arrecadado anualmente com a saída do café de cada município. Ao contrário dos dados sobre volume de produção, este quadro é mais completo e permite também uma visão sobre a movimentação da saída do café oriundo de Guaratinguetá. Em 17 de março de 1892, a Câmara Municipal de Guaratinguetá estabelece um imposto de 40 réis a cada 15kg de café – ou seja, por cada arroba – que saíam do município. No contexto do desenho institucional do Estado na Primeira República, o estabelecimento de um imposto municipal deste tipo pode ser entendido como uma tentativa de manter sob controle do município e seus dirigentes políticos ao menos uma pequena parte da riqueza gerada pelo café. É importante notar, no entanto, que o imposto recaía apenas sobre o volume exportado do município e não sobre o total produzido. O Gráfico 02 apresenta o movimento do valor total arrecadado pelo imposto municipal sobre o café em números nominais:

Gráfico 02. Arrecadação do imposto municipal sobre café em Guaratinguetá em mil-réis (SÃO PAULO, 1894-1906).

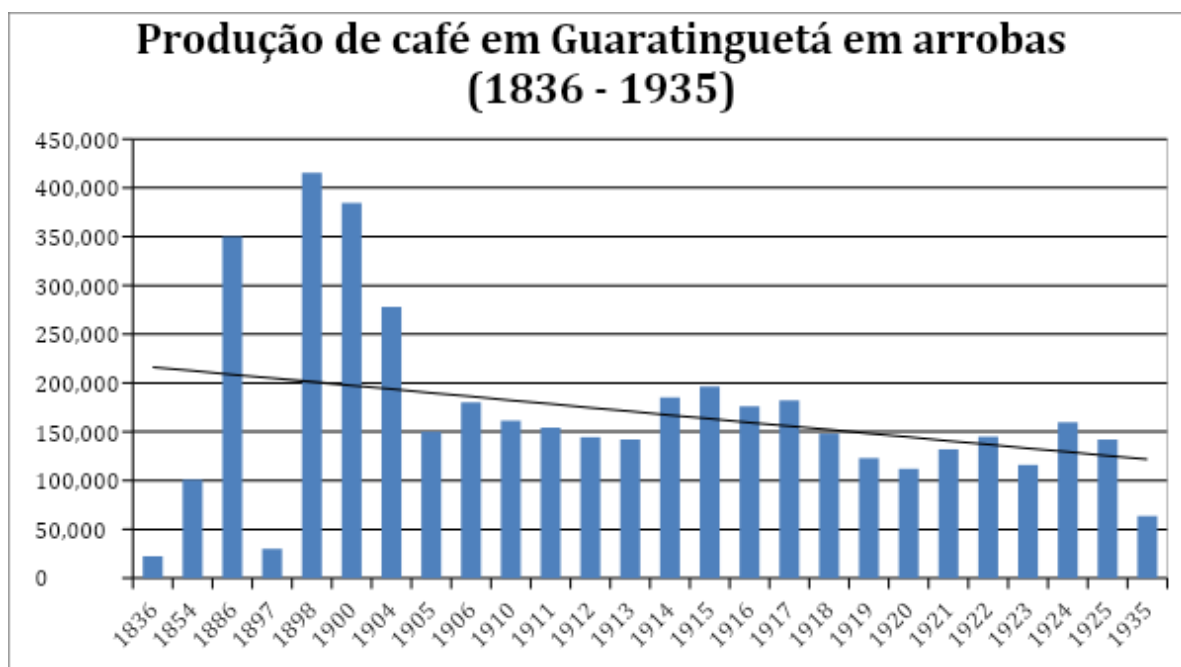


Fonte: SÃO PAULO. Repartição de Archivo e Estatística. Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1895-1908.

Podemos notar com este gráfico que a arrecadação possui uma tendência de alta até a virada do século XIX para o XX e passa a uma tendência de queda nos anos seguintes. Os dados registrados parecem corroborar a impressão decorrente da análise dos números sobre o montante de produção de café já apresentados: um movimento crescente ao longo da década de 1890 e de queda nos anos agudos da crise dos preços. A redução da produção exportada acarreta redução direta na arrecadação, já que o imposto é estabelecido na relação com a pesagem e não sobre o valor angariado pelos proprietários e comissários com a venda. Ou seja, o peso do imposto sobre o valor de venda aumentava relativamente na medida em que os preços caíam, ainda que o imposto fosse de monta reduzida.

Dado este quadro, a agregação dos informes presentes nos Anuários Estatísticos com os dados dos recenseamentos paulistas do XIX possibilita uma visão geral evidenciando o movimento que buscamos brevemente descrever. No Gráfico 03, podemos discernir de modo mais amplo o percurso da produção cafeeira em Guaratinguetá entre 1836 e 1935:

Gráfico 03. Produção de café em Guaratinguetá 1836 – 1935 (em arrobas)



Fonte: MÜLLER (1838); OLIVEIRA (1854); SÃO PAULO (1888); SÃO PAULO. Repartição de Archivo e Estatística. Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1895-1908; SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *O café: estatísticas de produção e exportação*. São Paulo, Duprat & C., 1910-1924).

Fica nítido que o acelerado avanço da produção cafeeira nos primeiros cinquenta anos dá lugar a uma relativa estabilização nos anos 1890, com leve tendência de alta em proporção menor que no período anterior. Na sequência, nos primeiros anos do século XX, já fica nítido o sentido de queda, mesmo que o montante de café se mantenha num patamar que não é desprezível. Fato é que, se é verdade que a produção do café parece ter sobrevivido em Guaratinguetá - possivelmente também em outros municípios como Taubaté e Pindamonhangaba - além do que comumente é reconhecido pela historiografia, há uma mudança qualitativa na primeira década do século XX, com uma forte redução de seu volume de produção. Em meados da década de 1910, há uma leve retomada, sendo que em 1915 a produção alcança 196.300 arrobas. A política de valorização do café adotada pelo governo de São Paulo a partir de 1906 parece ter garantido uma estabilização da atividade no município, mas não uma recuperação significativa.

Relacionando os informes sobre a arrecadação do imposto municipal sobre o café e o montante de café produzido, podemos visualizar a proporção de café efetivamente exportado do município para outras localidades – seja para localidades no Brasil ou no mercado externo – em relação ao total produzido. Na Tabela 05, apresentamos os percentuais referentes a este cálculo:

Tabela 05 – Percentual de café exportado de Guaratinguetá em relação ao montante total produzido anual, 1897 - 1906 (Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo).

Ano	Produção (@)	Exportação (@)	%
1897	30.000	283.158	943,9
1898	415.400	224.146	53,9
1900	384.630	264.768	68,8
1905	149.900	165.018	110,1
1906	180.000	197.142	109,5

Fonte: SÃO PAULO. Repartição de Archivo e Estatística. Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1895-1908.

Nota geral: Para a determinação do montante exportado foi realizado um cálculo dividindo o valor total arrecadado em cada ano pelo imposto municipal sobre o café pelo valor do imposto sobre cada arroba de café (40 réis).

A desproporção entre o café exportado e o que foi produzido verificada no ano de 1897 é mais um indicador de que talvez o montante assinalado para a produção de café naquele ano esteja subestimado. Acompanhando os percentuais para os anos de 1898 e 1900, verificamos que uma parcela considerável do café colhido num determinado ano não era exportada imediatamente para fora do município. Isto pode ser explicado pela manutenção de estoques do produto, talvez devido ao contexto da crise dos preços, e secundariamente devido ao consumo no próprio município. Já em relação aos anos de 1905 e 1906, verificamos que o montante exportado foi superior ao que foi produzido, indicando uma tentativa de liquidar os estoques como compensação pela queda na produção.

Os Anuários Estatísticos trazem dados sobre outros produtos nos setores agrícola, pecuária e extrativo. Para analisar a dinâmica da cafeicultura em Guaratinguetá, é fundamental compreender também como se dava o cultivo de mantimentos, a exportação e a importação de outros produtos relevantes para a economia local. Apesar das fontes que citamos na seção sobre o panorama econômico do município indicarem a cana-de-açúcar como segundo principal produto, os anuários não apresentam dados sobre esta atividade agrícola. São registrados apenas os números a respeito do açúcar e da aguardente, mas que não chegam a alcançar grande destaque frente aos demais em Guaratinguetá. É possível que tal procedimento ocultasse a relevância da cana-de-açúcar no município, dado que uma parte do produto era direcionado ao Engenho Central de Lorena.

Considerando os valores estimados nos Anuários Estatísticos para cada produto, os dois mais relevantes do município depois do café eram o milho e o feijão⁶⁶. Ambos eram bases da alimentação disseminada na época. A Tabela 06 apresenta o montante de produção do milho e do feijão para os anos em que constam dados da estatística econômica para Guaratinguetá:

Tabela 06 – Produção de feijão e milho em Guaratinguetá (1897 – 1906)

ANO	FEIJÃO (litros)	ÍNDICE (ano 1897 = 100)	MILHO (litros)	ÍNDICE (ano 1897 = 100)
1897	739.200	100	2.985.600	100
1898	219.200	29,7	2.985.000	99,9
1900	1.200.000	162,3	3.360.000	112,5
1905	1.007.660	136,3	5.171.130	173,2
1906	300.000	40,6	2.000.000	67,0

Fonte: SÃO PAULO. Repartição de Archivo e Estatística. Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1895-1908.

É bastante conhecida a prática de plantar feijão e milho entre as fileiras dos cafezais, especialmente em seu período de maturação que leva cerca de

⁶⁶ O arroz também aparece com cifras relevantes. No entanto, devido a não haver uniformidade nas unidades de medida no decorrer dos anos em nossa fonte com relação a este produto, optamos por concentrar a análise no milho e no feijão.

quatro anos. Além disso, diversas unidades agrícolas, especialmente as de menor dimensão, cultivavam esses gêneros sem a presença do café. Ou seja, de um modo geral, a produção em larga escala do café não significou o abandono da produção de mantimentos. Com base nos informes, podemos notar uma característica de maior volatilidade no cultivo do feijão do que no do milho. Enquanto o volume das safras do primeiro oscila entre altas e baixas, no segundo há um registro de elevação mais consistente, atingindo o ápice em 1905 no período estudado. Talvez o fato do milho aparecer entre os itens exportados pelo município em 1904-05 ajude a explicar esta diferença. De todo modo, devido à cultura alimentar da época, certamente o feijão e uma grande parte do milho atendiam ao consumo no próprio município.

Mas podemos notar também um fator comum para ambos: o menor volume registrado ocorre no ano de 1906. Comparando com os dados sobre o café, não parece haver uma relação automática de que a queda na cafeicultura levaria a um movimento análogo na produção desses mantimentos. Para compreender os vínculos entre o café e outros produtos agrícolas seria necessário investigar no detalhe a relação entre as unidades produtivas, o tamanho das propriedades e a proporção de cada item. Não temos informações a este respeito nos anuários estatísticos⁶⁷. No entanto, chama atenção a queda expressiva no volume desses mantimentos no ano de 1906, momento em que o município vivia grandes dificuldades também em sua produção cafeeira.

Até aqui concentramos a apresentação dos informes em grandezas de volume e massa dos diversos produtos. No entanto, os anuários também trazem estimativas de valor na moeda da época para cada safra⁶⁸. Podemos assim estabelecer um quadro de comparação do peso de cada produto na composição dos recursos oriundos da agricultura em Guaratinguetá.

⁶⁷ Com o Censo Agrícola de 1904-05 é possível conferir informações detalhadas para cada propriedade, o que pode nos ajudar a responder esta questão. Contudo, a análise com base nessa fonte documental será realizada mais adiante no Capítulo 03.

⁶⁸ No ano de 1905 há dados sobre a produção, mas não há estimativa de valores. Por isso, utilizamos para elaborar a Tabela 05 apenas os anos de 1897, 1898, 1900 e 1906.

Tabela 07. Percentual por produto agrícola em Guaratinguetá entre 1897 – 1906 em relação ao valor total com base nos valores em mil-réis.

Ano	Valor total	Percentual por produto (em relação ao valor total)				
		Café	Arroz	Milho	Feijão	Outros
1897	1.445:233\$400	20,97	19,73	10,33	12,79	36,19
1898	5.137.200\$000	84,40	5,55	2,72	3,59	3,74
1900	3.271.975\$700	82,16	0,89	8,21	5,87	3,20
1906	1.116:000\$000	81,37	1,81	9,04	5,42	2,43

Fonte: SÃO PAULO. Repartição de Archivo e Estatística. Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1895-1908.

Nota geral: Estão incluídos na coluna “Outros” os seguintes produtos: aguardente, tabaco e açúcar.

A comparação desses valores pode nos dar um quadro geral da evolução da agricultura em Guaratinguetá no período em questão. Primeiro, é gritante a queda na estimativa de valores para o total da produção se compararmos o ano de 1898 com 1906⁶⁹: a relação entre os valores é de cinco para um. Se considerarmos que a produção do café respondia por mais de 80% do valor estimado para a produção agrícola entre 1898 e 1906 e que a queda na produção cafeeira foi na ordem de cerca de dois para um, podemos considerar que o impacto da queda da produção foi bastante agravado pela baixa do preço. Assim, tal discrepância nas estimativas pode ser explicada pelo aguçamento da crise dos preços do café no início do século XX, principal produto guaratinguetaense naquele momento. Ademais, a queda nos preços parece ter atingido também os demais gêneros, fenômeno compreensível no contexto da política contracionista dos governos de Campos Salles e de Rodrigues Alves⁷⁰.

É neste contexto que ocorre o fortalecimento das posições defensoras da política de valorização do café. Ainda que a produção cafeeira tivesse se

⁶⁹ Como já assinalamos, os dados do ano de 1897 parecem substancialmente subestimados, pois são incongruentes com outras fontes documentais e com a própria série dos anuários estatísticos.

⁷⁰ Ver explicação sobre a crise dos preços do café no final do século XIX na seção 1.3. *Dinâmicas da produção cafeeira no Brasil e o mercado mundial*, no Capítulo 01 desta dissertação.

mantido em um patamar que não era desprezível, aparentemente os lucros possíveis nesta atividade foram reduzidos drasticamente nos primeiros anos do século XX. Para Guaratinguetá, que tinha na cafeicultura sua principal atividade, tal circunstância limitava as possibilidades de acumulação de riqueza no município.

Outro elemento relevante nos dados da Tabela 06 é a variação na proporção entre os diversos produtos. Num quadro de queda geral no valor estimado, o café passa por ligeira queda relativa frente aos outros produtos ao longo dos anos. Há também uma queda significativa do valor estimado para o arroz. Já para o feijão e para o milho, há um aumento relativo, sendo que o mais expressivo é em relação a este último que chega a 9,04% do valor estimado entre os produtos agrícolas em 1906.

Visualizado o quadro geral, cabe discutir o peso de cada setor econômico de Guaratinguetá de modo a situarmos com mais exatidão o papel da cafeicultura nesse contexto. Na Tabela 08 apresentamos a proporção das estimativas de valores entre as produções agrícola, zootécnica e extrativa conforme aparecem nos anuários. Apresentamos em separado o percentual referente ao café de modo a destacar a proporção do produto no quadro geral, mesmo que seu percentual esteja incorporado também na coluna referente à produção agrícola:

Tabela 08 - Percentual das atividades agrícola, zootécnica e extrativa em Guaratinguetá entre 1897 – 1906.

Ano	Valor total (em mil-réis)	Índice	Percentual por setor			
			Agrícola	Zootécnica	Extrativa	Café*
1897	3.614.931\$400	100	39,98	44,99	15,03	8,38
1898	6.721:603\$000	100	76,43	15,25	8,31	64,51
1900	4.204.462\$212	100	69,52	29,97	0,51	57,12
1906	1.521:254\$963	100	70,40	29,60	X	57,29

Fonte: SÃO PAULO. Repartição de Archivo e Estatística. Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1895-1908

*Os percentuais indicados para o café estão também contidos na coluna respectiva à produção agrícola em geral. Destacamos o café numa coluna específica de modo a enfatizar seu peso econômico em Guaratinguetá.

De um modo geral, podemos notar que o movimento do valor estimado da soma dos setores agrícola, zootécnico e extrativo acompanha a oscilação do café. Isoladamente, o café sobrepõe os valores assinalados para a produção zootécnica e extrativa com exceção de 1897, como já afirmamos, ano em que possivelmente a cafeicultura está subestimada ou sofreu com algum evento extraordinário não identificado. Fica nítido nesse quadro que, embora adentrando um período de acelerado declínio, o café continua como principal produto no município, mantendo-se em torno de 60% do valor total estimado.

Assim, reforçada pelo café, a agricultura desponta como principal setor da economia de Guaratinguetá nas duas primeiras décadas da República. No entanto, a produção zootécnica é dotada de um movimento crescente em sua proporção no município, alcançando praticamente um terço do valor estimado tanto para 1900 quanto para 1906. Já o café desenvolve uma tendência de queda em seu peso relativo na economia guaratinguetaense. A extração de recursos naturais chega a obter cifras relevantes no final do século XIX, mas não é uma atividade dotada de continuidade e consistência no município. Sua presença é circunstancial de acordo com demandas momentâneas.

Se é fato que a cafeicultura permaneceu relevante para a economia guaratinguetaense nas primeiras décadas da República, apesar de declinante no início do século XX, é preciso analisar seu enquadramento relativamente a outras regiões. O Oeste paulista tomava definitivamente a liderança da produção cafeeira e as zonas mais antigas ligadas ao porto do Rio de Janeiro vivenciavam já um esgotamento das suas capacidades. Discutiremos a seguir como Guaratinguetá pode ser situada nesse cenário.

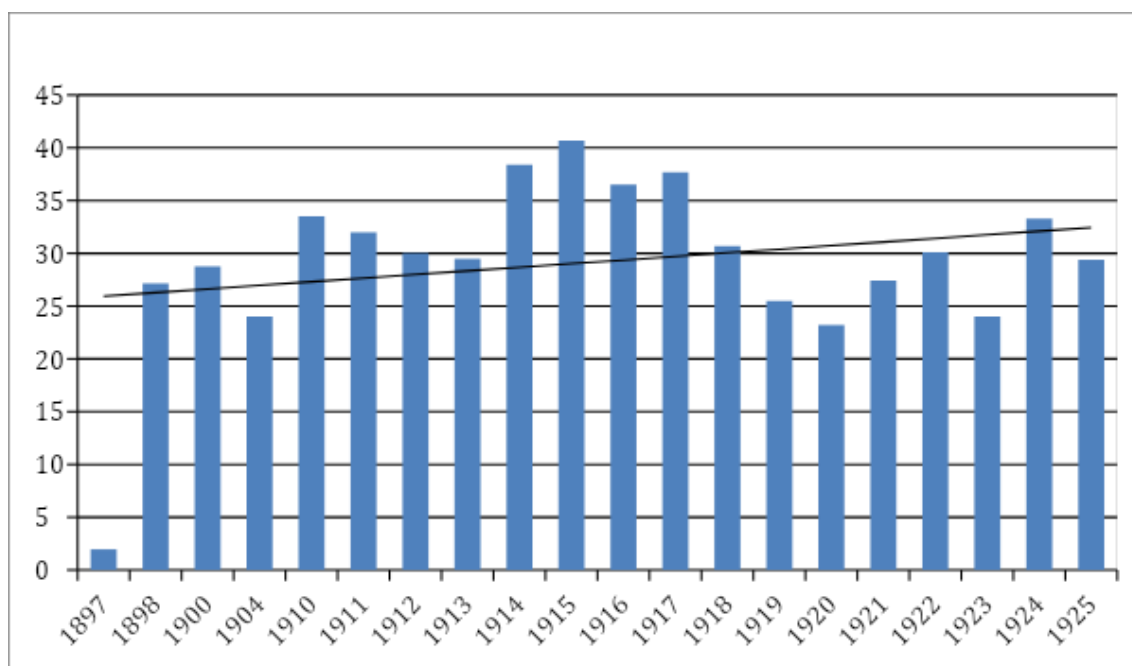
2. 4. Os diversos tempos da cafeicultura: uma breve comparação com outras localidades

Guaratinguetá viveu um crescimento da atividade cafeeira na década de 1890 e na primeira década do século XX teve uma queda expressiva em seu patamar anterior. Mesmo mantendo relativa estabilidade desde a primeira valorização e no decorrer da década de 1910, sua posição relativa na economia cafeeira já era bem menos importante. Para se ter uma ideia,

enquanto o Censo Agrícola de 1904-1905 registra que Guaratinguetá produzia 277.940 arrobas, Campinas produzia quase 1.400.000 e Ribeirão Preto superava a marca de 2.000.000 arrobas⁷¹. Por outro lado, de acordo com a mesma fonte, outros municípios do Vale do Paraíba paulista que já haviam sido grandes produtores como Bananal e Areias produziram apenas 53.750 e 70.550 arrobas, respectivamente.

Um indicador crucial para compreender a dinâmica cafeeira nas diversas localidades é a produtividade de seus cafeeiros medida pelo número de arrobas por mil pés de café⁷². O Gráfico 04 foi organizado com base nos Anuários Estatísticos e no boletim “O café: estatísticas de produção e exportação” da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo.

Gráfico 04 – Produção de café em arrobas por mil pés – Guaratinguetá (1897 – 1924)



⁷¹ MARCONDES, Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do Oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. Revista de História, São Paulo, n. 165, p. 403-424, jul./dez. 2011.

⁷² GIFUN, Frederick Vicent. Ribeirão Preto, 1880-1914: the rise of a coffee county, or the transition to coffee in São Paulo as seen through the development of its leading producer. Phd - Department of History/University of Florida, 1972.

Fonte: MILLIET, S. Roteiro do Café e outros ensaios. São Paulo: Departamento de Cultura, 3ª Edição, 1941; SÃO PAULO. Repartição de Archivo e Estatística. Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1895-1908; SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *O café: estatísticas de produção e exportação*. São Paulo, Duprat & C., 1910-1924).

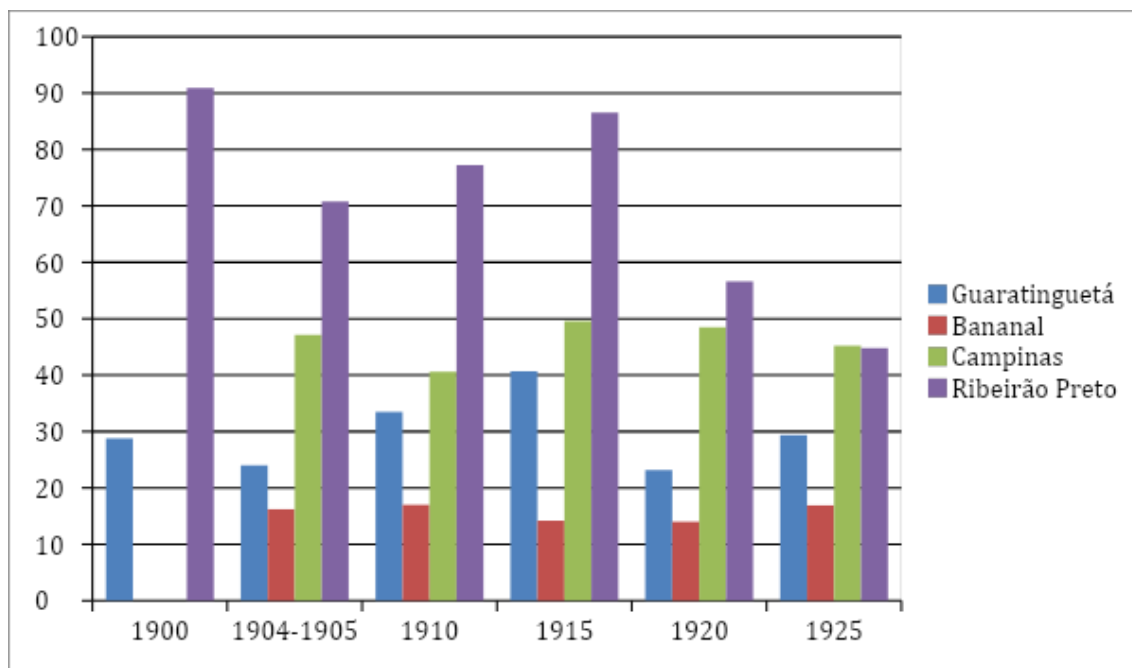
Podemos notar que ao final da década de 1890 o índice de produtividade está abaixo das 30 arrobas por mil-pés em Guaratinguetá, o que indica um envelhecimento dos cafezais. A esta altura, o município contava com cerca de 15 milhões de pés de café. Ou seja, os anos em que são registrados os maiores montantes de produção do café em terras guaratinguetaenses, correspondem de fato a uma baixa produtividade. Lembremos que os anuários registram a existência de cafezais em formação no final do século XIX e início do XX. Além disso, em 1902, é instituído um imposto proibitivo ao plantio de novos cafeeiros em São Paulo pela duração de cinco anos como uma das medidas de contenção da oferta.

Entretanto, no Gráfico 04, podemos verificar que em meados da década de 1910, há uma melhora no índice de produtividade. O boletim “O Café” registra 4.816.800 cafeeiros no município. A marca de 30 arrobas por mil pés é superada em sete oportunidades entre 1910 e 1924. Em 1915, o índice chega a seu ápice com 40,7 arrobas por mil pés. Se no final do XIX verificamos um baixo índice de produtividade, o que significa esta elevação do mesmo em Guaratinguetá no início do XX? É possível que aquele plantio de novos cafezais no início do século – antes, durante e depois da proibição, tendo em vista que não necessariamente os produtores a acatavam – tenha renovado a produção cafeeira no município, combinado com a destruição dos cafezais mais antigos no mesmo período. Tal fato pode indicar ainda que não estavam totalmente exauridos os fatores de produção, como a disponibilidade de terras relativamente férteis e de mão de obra.

Como este movimento pode ser caracterizado no contexto geral da produção cafeeira? Para responder a esta pergunta, faremos uma breve comparação dos índices de produtividade de Guaratinguetá com outras localidades dotadas cada uma de características e fases distintas da cafeicultura: Bananal, Campinas e Ribeirão Preto. No Gráfico 05, cotejamos a

evolução dos índices de produtividade dessas quatro localidades na virada do XIX para o século XX.

Gráfico 05. Evolução do índice de produtividade em Guaratinguetá, Bananal, Campinas e Ribeirão Preto (arrobas por mil pés de café: 1900 – 1925)*



Nota geral: O Anuário Estatístico do Estado de São Paulo do ano de 1900 não registra a produção de café e número de arbustos para Bananal. Para Campinas, não há registro do número de cafeeiros. No Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1905 não há registro sobre o número de pés de café. Por isso, optamos por utilizar os informes contidos no Censo Agrícola de 1904-1905.

Enquanto Guaratinguetá passa por seu movimento de crescimento do índice de produtividade na década de 1910, podemos perceber que Bananal e Campinas mantêm uma estabilidade maior. No caso de Bananal, os índices registrados são os menores entre as quatro localidades, sempre abaixo das 20 arrobas por mil pés, o que reforça o cenário de baixíssima produtividade e de muito menor relevância na cafeicultura nesse período do que já havia alçado em meados do século XIX. Já Campinas sustenta seus índices sempre entre 40 e 50 arrobas por mil pés, demonstrando considerável resiliência tendo em vista que já era uma área relativamente antiga de produção cafeeira. Esta localidade chega até mesmo a superar ligeiramente o índice registrado para Ribeirão Preto em 1925. Com características próprias de uma zona pioneira,

Ribeirão Preto apresenta índices impressionantes. Em nossa série, até 1915, seus índices ficam acima de 70 arrobas por mil pés, o que demonstra uma grande produtividade. Embora apresente certa oscilação nesses primeiros anos do século XX, mantém índices elevados até a geada de 1918 que castigou os cafezais em todo o Estado de São Paulo⁷³.

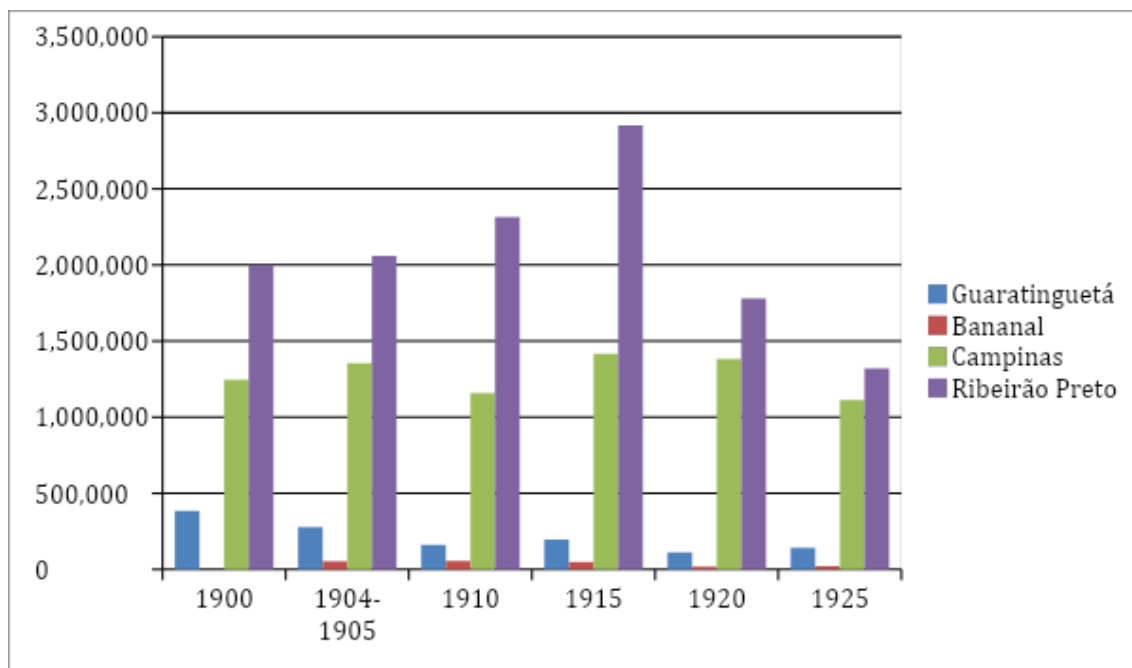
Nesse quadro, Guaratinguetá pode ser situada numa zona intermediária. Apesar de apresentar índices substancialmente superiores a Bananal e provavelmente a região do Médio Vale do Paraíba de um modo geral nesse período, fica bastante abaixo de Campinas e Ribeirão Preto. Campinas sustenta um padrão elevado de produção e mantém relevância no quadro da cafeicultura, embora com menos produtividade que Ribeirão Preto por já ser uma área cafeeira mais antiga. Parte integrante da principal região produtora de café no início do século – a Mogiana – Ribeirão Preto destaca-se como área mais recente e com solos amplamente conhecidos por serem propícios ao café.

Do mesmo modo, podemos comparar a evolução da produção nessas quatro localidades nas primeiras décadas da República para compreender melhor a posição de Guaratinguetá no quadro geral da cafeicultura (Gráfico 06). Fato é que mesmo no período da virada do século XIX ao XX quando a produção cafeeira em Guaratinguetá atinge seus maiores números da série histórica é ainda muito inferior ao montante da produção em Campinas e em Ribeirão Preto na mesma época. Ademais, ao sofrer o declínio que já indicamos nas primeiras décadas do século XX, mesmo quando consegue certa estabilização ao colher os frutos de seus cafezais mais novos, está mais perto do cenário de Bananal do que das outras duas. O município de Bananal – que chega a ser o maior produtor cafeeiro de São Paulo em meados do século XIX – registra montantes ínfimos de café no período que aqui evidenciamos. Assim, se a cafeicultura em Guaratinguetá se demonstrou mais resiliente do que em outras áreas do Vale do Paraíba, considerando seu caráter mais tardio

⁷³ MARCONDES, Renato Leite. *A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do Oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX*. Revista de História, São Paulo, n. 165, p. 403-424, jul./dez. 2011.

em relação a outras localidades da região, não foi capaz de contornar indefinidamente os processos que exauriram suas capacidades produtivas⁷⁴.

Gráfico 06 – Evolução da produção de café em Guaratinguetá, Bananal, Campinas e Ribeirão Preto (arrobas / 1900 – 1925)*



*Não há registro da produção de café para Bananal no Anuário Estatístico de 1900.

Com efeito, parece correta a proposição do economista Antônio Barros de Castro sobre a necessidade de compreender a cafeicultura no Sudeste brasileiro como uma atividade em movimento, uma “cultura itinerante”. Ao passo em que as técnicas disponíveis à época não permitiam uma recuperação eficiente dos solos, é constituída uma configuração de coexistência de tempos e espaços distintos:

Dada esta característica, a lavoura *em expansão* compreendia: - uma faixa ou zona pioneira, onde o café está penetrando; - uma região em que ele se encontra consolidado e plenamente produtivo; - uma região

⁷⁴ É importante salientar a necessidade de relativizar a comparação em números absolutos da produção cafeeira, tendo em vista que cada município detém uma área territorial e características geográficas bastante diferentes entre si.

decadente, onde a cultura se encontra em regressão (CASTRO, 1980, p. 50)⁷⁵.

A coexistência dessas diversas zonas na estrutura cafeeira demandaria uma série de condições, como a ampla disponibilidade de terras, capitais e mão de obra, mas também uma alta rentabilidade. Mantidos os preços num patamar capaz de saldar as dívidas dos produtores na zona pioneira e sustentar a sobrevivência nas zonas decadentes, a estrutura se mantém. Se havia uma depreciação rigorosa, havia também uma reação em cadeia em toda a economia atingindo o setor comercial e financeiro. Este parecia ser o cenário no início do século XX, quando o Estado passa a adotar a política de defesa do café. Castro (1980) designa este período das primeiras décadas do século XX como de “sobrevida” da atividade cafeeira.

Afinal, como poderíamos classificar a dinâmica descrita da cafeicultura em Guaratinguetá na virada do XIX ao século XX na proposição de três tempos de Antonio Barros de Castro? Enquanto em locais como Bananal desde a década de 1880 o envelhecimento dos cafezais, o cansaço das terras e a Abolição sentenciam nitidamente o caráter de zonas decadentes, Guaratinguetá parece ter seguido uma dinâmica específica. Nas décadas de 1880 e 1890, o município registrava suas maiores safras, embora sua produtividade também já indicasse características de uma zona rumo ao envelhecimento. Já na virada para o século XX, a queda da produtividade somada à conjuntura desfavorável da crise dos preços derruba o rendimento da atividade cafeeira e reduz significativamente a cafeicultura no município, levando os produtores a destruírem ou abandonarem os cafezais mais antigos. Neste ínterim, parece haver ainda produtores dispostos a apostar no cultivo de novos cafezais, o que é indicado pela leve recuperação da produtividade nos anos 1910. Verificamos, portanto, a transformação de uma área com características de uma zona madura de produção para características de uma área decadente.

X X X

⁷⁵ CASTRO, Antonio Barros de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In: 7 Ensaios sobre a economia brasileira (vol. 2). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1980, p. 50.

Se de fato podemos identificar por meio dos Anuários Estatísticos que o café manteve uma crescente em Guaratinguetá durante a década de 1890, fato é também que no início do século XX esse impulso expansivo já se esgotara. Ainda assim, a cafeicultura mantinha-se como principal atividade produtiva no município. Se a produção cafeeira na porção paulista do Vale do Paraíba perdia posições relativamente à ascensão do Oeste paulista já desde 1870 conforme demonstram Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2019), aparentemente Guaratinguetá e possivelmente outros municípios da região concorriam num sentido oposto ampliando sua produção até o final do século XIX. Ainda que em números modestos, esta ampliação parece ter sido estimulada pelo ímpeto de angariar lucros a curto prazo mesmo que sob pena de aprofundar os elementos que corroíam sua produtividade.

Até onde podemos interpretar a partir da historiografia e dos dados aqui apresentados, os produtores buscaram ampliar a produção por meio da expansão das lavouras e da intensificação do sobre-trabalho como solução para a crise dos preços e suas perdas de produtividade no final do XIX. Mas a situação dos preços do café se agrava tanto que tal procedimento reduz sua margem de ganhos mesmo no curto prazo. A queda acentuada nos preços do produto, a instauração de um imposto proibitivo para a expansão das culturas do café no início do século XX em São Paulo, a migração de capitais para o Oeste e os problemas na produtividade parecem conduzir a uma situação irreversível de declínio da cafeicultura em terras vale-paraibanas naquele contexto. Tal constatação não deve turvar, entretanto, os projetos e as diversas estratégias adotadas pelos diferentes agrupamentos sociais frente à situação de crise e os conflitos distributivos envolvidos⁷⁶.

É preciso destacar que os anuários não trazem informações detalhadas sobre as unidades produtivas. Seria pertinente, assim, a investigação desta mesma problemática por meio de uma fonte como os inventários *post mortem* que permitiriam uma amostra concentrada em unidades produtivas e suas características ao longo do tempo. Não obstante, as estatísticas econômicas nos anuários e nas demais fontes aqui referidas podem nos ajudar a

⁷⁶ Buscaremos discutir esses aspectos no Capítulo 04 desta dissertação.

compreender o movimento geral da situação econômica em Guaratinguetá e nos demais municípios e regiões do estado de São Paulo.

Capítulo 03 – Terra e trabalho na cafeicultura em Guaratinguetá

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje.

(José de Souza Martins)

3. 1. A rede fundiária na montagem e expansão da cafeicultura

O problema da concentração fundiária atravessou a formação da sociedade brasileira ao longo dos séculos. A organização social em torno de uma economia exportadora de bens primários, com concentração das terras e a utilização de técnicas extrativas e agrícolas predatórias foi largamente discutida pela historiografia. Mesmo considerando que a historiografia vem passando por uma série de revisões desde a década de 1980 ao evidenciar, por exemplo, a relevância do mercado interno em diferentes contextos, a dispersão da posse de cativos e de terras e os graus variados de diversificação agrícola a depender do tempo e do espaço, o tema da concentração fundiária é incontornável⁷⁷.

A aprovação da Lei de Terras em 1850 institucionalizou a propriedade privada da terra no país, embora não a tenha originado, mas sim estabelecido um marco importante para sua consolidação. Este novo arranjo institucional com relação à propriedade fundiária esteve diretamente associado com as mudanças ensejadas no mundo do trabalho com a proibição definitiva do tráfico transatlântico de escravizados no mesmo ano. Ao vislumbrar as incertezas em torno do futuro da escravidão, as classes dirigentes brasileiras buscaram

⁷⁷ Para uma discussão mais pormenorizada da historiografia relacionada às questões fundiárias e da cafeicultura no Brasil, ver a seção 1.1. *A historiografia sobre o café no Vale do Paraíba* no Capítulo 01 desta dissertação.

alterar o regime de propriedade da terra. Esta mudança incidiu de modo a manter o alto grau de concentração das terras, limitar o acesso da população mais pobre à propriedade fundiária e, em decorrência, garantir uma oferta de mão de obra livre. A regulamentação da aquisição de terras públicas exclusivamente pela compra foi decisiva⁷⁸.

É neste sentido que o sociólogo José de Souza Martins (2009) afirma que: “O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje” (MARTINS, 2009, p. 03). Tais mudanças no arcabouço institucional da terra e da mão de obra compuseram o quadro que associou a concentração fundiária, a escravidão combinada com diversas formas de trabalho livre e as relações com o mercado capitalista mundial. Neste processo, a cafeicultura ocupa lugar de destaque como principal atividade de exportação do país e que mais mobilizava a mão de obra escravizada na época.

Como viemos argumentando, no entanto, é preciso discutir de maneira mais pormenorizada a relação entre a produção cafeeira e a rede fundiária, tendo em vista as características particulares de cada região e a heterogeneidade da cafeicultura no Brasil ao longo do século XIX e do século XX. Desta forma, a respeito de Guaratinguetá, inicialmente buscaremos traçar um quadro geral da evolução da estrutura fundiária no período cafeeiro para que possamos discutir em perspectiva seu período de crise por meio de uma análise sistemática dos informes contidos no Censo Agrícola de 1904-1905. Para tanto, apresentaremos uma breve visão retrospectiva por meio dos informes contidos no Inventário de Bens Rústicos de 1818 e do censo paulista de 1854.

De acordo com Lucilla Hermann (1948), do final do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX, Guaratinguetá teria vivido um período de predomínio do cultivo da cana-de-açúcar, o que levou a um processo de

⁷⁸ Há um extenso debate historiográfico a respeito do alcance e dos limites da Lei de Terras de 1850. Sobre esse debate, ver CARVALHO, José Murilo de. Modernização frustrada: a política de terras do Império. Revista Brasileira de História, São Paulo: Anpuh, v.1, n.1, p.39-57, mar. 1981; MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. Editora Contexto, 2009; SILVA, M.A.B. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. Rev. Bras. Hist. 35 (70) • Jul-Dec 2015, <https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70014> .

concentração fundiária e aumento da presença da mão de obra escravizada. Já nessa época, o café adentrava em terras paulistas e possivelmente vivia tímidos momentos iniciais em terras guaratinguetaenses. Os informes contidos no Inventário de Bens Rústicos realizado justamente nesse período permitem discutir algumas características da rede fundiária de então:

Tabela 09 - Número e extensão territorial das propriedades em Guaratinguetá (Inventário de Bens Rústicos de 1818)⁷⁹.

Tipo de propriedades	Tamanho das propriedades (alqueires paulistas⁸⁰)	Nº de propriedades	% de propriedades	Nº de propriedades	% da extensão territorial (alqueires paulistas)
Pequenos	1 - 25	288	74,6	1.537	4,4
Médios	25 - 100	59	15,3	3.424	9,9
Grandes	100 - 500	31	8,0	7.789	22,6
Latifúndios	>500	8	2,1	21.780	63,1
TOTAL	x	386	100	34.529	100

Fonte: Mss. Inventário dos Bens Rústicos. Vila de Guaratinguetá, 1818.

⁷⁹ Optamos neste trabalho por utilizar a divisão clássica utilizada pela historiografia brasileira estabelecendo as pequenas propriedades tendo até 25 alqueires; as médias tendo até 100 alqueires; e as grandes caracterizadas por terem mais de 100 alqueires. De modo a evidenciar características das propriedades maiores de 500 alqueires, destacamos esta faixa à parte seguindo procedimento de Milliet (1941) e Colistete (2015). Esta divisão carrega problemas, como o fato de desconsiderar as características regionais. No entanto, é útil principalmente para estabelecer comparações com outros trabalhos. Esta divisão foi originalmente elaborada primeiro por Caio Prado Jr. e, em sequência, por Milliet (1941), sendo que este último é o primeiro a propor a diferenciação entre grandes propriedades (entre 101 e 500 alqueires paulistas) e latifúndios (acima de 500 alqueires paulistas). Mais recentemente, historiadores como Renato Leite Marcondes (2011) e Renato Perim Colistete (2015) se referenciam nessa mesma classificação.

⁸⁰ Um alqueire paulista corresponde a 24.200 m², metade do chamado alqueire mineiro (48.400 m²).

Podemos perceber que há uma elevada dispersão da propriedade fundiária se considerarmos que 74,6% das unidades são de pequeno porte. Contudo, ao verificarmos a extensão territorial podemos identificar uma vigorosa concentração das terras: cerca de 10% das unidades - agregando as grandes e os latifúndios - concentravam mais de 85% das terras. É interessante notar, portanto, que a cafeicultura em Guaratinguetá desde o início encontrou uma intensa concentração fundiária, ligada à atividade canavieira. Ao mesmo tempo, o percentual de propriedades médias é bastante reduzido relativamente aos dois agrupamentos citados anteriormente: em relação ao número de propriedades se comparadas com as pequenas propriedades e em relação à extensão territorial se comparadas com as grandes.

É preciso, contudo, enfatizar um elemento determinante para os dados apresentados acima. Uma porção de terra indicada no Inventário de Bens Rústicos pertencente a um único indivíduo - a saber, o capitão-mor Manuel José de Mello - correspondia a 6.000 braças de testada e 12.000 de fundo. Ou seja, o equivalente a 14.400 alqueires paulistas⁸¹. Esta unidade sozinha equivale a 41,70% da área recenseada. De todo modo, ainda que retirássemos esta unidade do cálculo, as grandes propriedades e latifúndios ainda corresponderiam a 75,35% da extensão territorial recenseada (15.168,70 alqueires paulistas dos 20.129,06 totais), o que denota ainda um intenso processo de concentração de terras.

Foi nesse enorme latifúndio sob posse do capitão-mór Manuel José de Mello que se instalou um dos maiores engenhos da capitania de São Paulo na época: o Engenho da Conceição⁸². De acordo com Moura (1976), o latifúndio

⁸¹ O Inventário de Bens Rústicos apresenta as dimensões das unidades territoriais em braças de fundo e de testada. Realizamos a conversão considerando que uma braça quadrada equivale a 4,84 metros quadrados ou 0,0002 alqueires paulistas.

⁸² “No bairro do Rio Acima, à margem esquerda do rio Paraíba principiou a erguer-se, entre 1789 e 1801, o Engenho Conceição, destinado a ser um dos maiores latifúndios de toda a capitania. Foi seu proprietário, o reinol Manuel José de Melo, natural de São João da Foz, bispado do Porto, que conjugou suas atividades de ‘engenheiro’ com o comércio de boiadas, adquiridas nos campos de Curitiba e continente do Rio Grande e vendidas com grande lucro para o Rio de Janeiro. O engenho, colossal pela extensão de suas terras, que se estendiam das barrancas do Paraíba até o alto da Serra da Mantiqueira, na divisa com Minas Gerais, chegou a possuir 14.400 alqueires. Com isto, houve uma concentração muito grande da

do capitão-mór era responsável por grande parte da produção açucareira nos territórios correspondentes à vila de Guaratinguetá. Também nos informa Moura (1976) que o declínio indicado para a produção açucareira no início dos anos 1820 já era sinal de que um novo produto passava a ganhar mais destaque em terras guaratinguetaenses e no Vale do Paraíba como um todo: o café. A trajetória posterior das terras do latifúndio correspondente ao Engenho da Conceição apontam a mesma tendência de substituição da atividade agrícola principal na região, pois nas décadas seguintes nessas mesmas terras terão origem várias fazendas de café.

Voltando a 1818, por meio de alguns índices com base nos informes do Inventário de Bens Rústicos, podemos compreender melhor a distribuição das terras em Guaratinguetá no período de predominância da atividade canvieira e início da cafeicultura. A média da área das propriedades recenseadas em 1818 é de 45,6 alqueires paulistas; a mediana é de 5,6 alqueires paulistas; e o Índice de Gini registrado é de 0,825⁸³.

A discrepância entre o número registrado na média e na mediana é um indicador da desigualdade na distribuição da posse de terras naquele momento. Além disso, de acordo com a classificação de Lourival Câmara, o índice de Gini registrado para Guaratinguetá caracteriza uma concentração de terras de *forte a muito forte*⁸⁴. Naquele mesmo ano no Vale do Paraíba, de

produção do açúcar na pessoa do latifundiário, que no tombamento de 1818, realizado em toda a capitania, era em importância o segundo 'engenheiro', perdendo somente para os riquíssimos Souza Queiroz, senhores de sítios e fazendas no distrito de Campinas, trabalhadas por mais de 300 escravos". In MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. O Visconde de Guaratinguetá: um titular do café no Vale do Paraíba. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 22.

⁸³ Para o cálculo desses indicadores retiramos as duas maiores propriedades – no caso, do capitão-mor Manuel José de Mello e do Capitão José Luiz de Brito – e as duas menores propriedades – de José Martins e Jacinta Maria. Este procedimento se justifica de modo que a desproporção causada pela propriedade do capitão-mor devido às suas dimensões viesaria os cálculos, distorcendo os índices. O cálculo do Índice de Gini foi calculado por meio do site: http://www.wessa.net/rwasp_concentration.wasp (Acesso em 27/03/2023).

⁸⁴ Lourival Câmara classificou o Índice de Gini a partir da seguinte escala: 1) 0,100 ou –: concentração nula; 2) 0,101 a 0,250: concentração nula ou fraca; 3) 0,251 a 0,500: concentração fraca a média; 4) 0,501 a 0,700: concentração média a forte; 5) 0,701 a 0,900:

acordo com Nelson Nozoe, o índice de Gini foi de 0,83 enquanto na capitania chegou a 0,87⁸⁵. Ou seja, a concentração de terras em Guaratinguetá se manteve ligeiramente abaixo da média da região e do Estado.

Simultaneamente, os índices registrados em Guaratinguetá apresentam especificidades se comparados com outras localidades do Vale do Paraíba (Tabela 12). A tese do historiador Breno Servidone Moreno (2022) apresenta alguns indicadores sobre Bananal, Areias e Queluz que arrolamos abaixo de modo a estabelecer uma breve comparação:

Tabela 10 - Índices estatísticos da propriedade fundiária em Guaratinguetá, Bananal, Areias e Queluz (1818 - 1819)⁸⁶

Índices	Média	Mediana	Gini
Guaratinguetá	45,6	5,6	0,825
Bananal	358	128	0,637
Areias	188	60	0,688
Queluz	130	112	0,385

Fonte: Mss. Inventário dos Bens Rústicos. Vila de Guaratinguetá, 1818 e *apud* MORENO (2022).

Em primeiro lugar, a média e a mediana da extensão das propriedades fundiárias eram consideravelmente menores em Guaratinguetá do que nas

concentração forte a muito forte; 6) 0,901 a 1,000: concentração muito forte a absoluta. Cf. CÂMARA, Lourival A. Concentração da propriedade agrária no Brasil. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, 1949.

⁸⁵ NOZOE, Nelson. A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Importante destacar o pioneirismo de Alice Canabrava na investigação sobre a repartição da terra em São Paulo no início do XIX em: CANABRAVA, Alice P. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. Estudos Econômicos, v. 2, n. 6, p. 77-129, 1972.

⁸⁶ Moreno (2022) apresenta os informes das médias e medianas em alqueires geodésicos (48.400 m²). Em nosso trabalho, optamos por utilizar o alqueire paulista como medida (24.200 m²). Portanto, tivemos que adaptar os informes apresentados pelo mesmo multiplicando os valores por dois de modo a converter os alqueires geodésicos em paulistas.

demais localidades. Isto pode ser um indicativo de que a posse de terras era mais dispersa em Guaratinguetá em 1818, com maior presença de pequenos proprietários. No entanto, se considerarmos o índice de Gini, podemos verificar que a concentração de terras era maior em Guaratinguetá naquele momento em relação às demais localidades, ainda que a dispersão das propriedades fosse maior. Tais diferenças estão associadas às particularidades da ocupação das diversas regiões do Vale do Paraíba, sendo que Areias, Bananal e Queluz integram uma área colonizada tardiamente em relação às áreas do Alto Vale do Paraíba onde as primeiras vilas foram fundadas ainda no século XVII. Ao mesmo tempo, reforçam que mesmo antes do período cafeeiro, Guaratinguetá já vivenciava um intenso processo de concentração de terras⁸⁷.

De um modo geral, o Inventário de Bens Rústicos referente a Guaratinguetá não apresenta informes a respeito das culturas e criações presentes em cada propriedade. Há duas exceções em que há indicação de criação de animais: a propriedade de Jozé Marques, com 60 alqueires paulistas e nenhum escravizado; e do Francisco Vieira Novaes, com 90 alqueires e também sem cativos. Além disso, esta fonte documenta a presença de 1.529 escravizados distribuídos em 162 propriedades entre as 387 recenseadas.

Já em 1854, o recenseamento dirigido por José Joaquim Machado de Oliveira traz também elementos relevantes para compreender a cafeicultura e

⁸⁷ Bacellar (1987) demonstra que no Oeste paulista ocorreram três fases da aquisição de terras até a primeira metade do XIX: o bandeirantismo; o início da monocultura da cana-de-açúcar no final do XVIII e início do XIX (em que cresce a prática da compra); e, por fim, a criação de mecanismos de concentração de terra e fortalecimento da herança como forma de aquisição, em que aumenta a importância do absenteísmo e do proprietário capitalizado. Por meio de mecanismos extralegais de redistribuição dos bens nos processos de herança, o autor identifica estratégias que visavam evitar a fragmentação do patrimônio familiar. Por conta do histórico de ocupação específico do Vale do Paraíba, é possível que este guardasse diferenças com o Oeste paulista nas formas de aquisição de terras e heranças. Mas não seria exagerada a hipótese de que também em Guaratinguetá e no Vale do Paraíba os proprietários utilizassem estratégias para evitar a fragmentação de seus patrimônios na primeira metade do XIX e estabelecer mecanismos de concentração de terras, especialmente considerando as necessidades advindas da agricultura em larga escala – seja da cana-de-açúcar ou do café. Para uma análise mais precisa, seria necessário investigar as formas de aquisição de terras na região nesse período.

sua relação com a estrutura fundiária no município. Com relação a Guaratinguetá, foram recenseadas 103 fazendas que produziram 100.885 arrobas de café naquele ano. É importante reforçar que a cafeicultura em Guaratinguetá em 1854, apesar de expressiva, era de menor monta do que a maior parte dos demais municípios do Vale do Paraíba paulista. No caso, possuíam uma produção mais elevada do que Guaratinguetá os municípios vale-paraibanos de Areias, Bananal, Jacareí, Lorena, Paraibuna, Pindamonhangaba, Queluz e Taubaté. O recenseamento de 1854 registra 1.605 escravizados apenas nas propriedades cafeicultoras do município, número superior ao total registrado em 1818 para a então vila como um todo⁸⁸. Além dos escravizados, foram registrados 305 indivíduos como agregados.

Embora os informes desta fonte documental não apresentem detalhes para cada unidade, podemos evidenciar alguns elementos sobre a estrutura fundiária do município nesse momento em que a cafeicultura já está consolidada como principal atividade econômica local. A área total ocupada pelas 103 propriedades cafeicultoras corresponde a 24.542,41 alqueires paulistas, ou seja, temos uma média de 238,27 alqueires por unidade. Ou seja, tais unidades produtivas recenseadas possuíam em média dimensões de grandes propriedades, embora não possamos detalhar a distribuição exata das terras com a fonte indicada.

Como localidade de colonização portuguesa desde o século XVII, diferente do que se verifica progressivamente no Oeste de São Paulo no final do XIX, Guaratinguetá e o Vale do Paraíba já não eram mais áreas de fronteira econômica no período cafeeiro. Um dos sinais mais eloquentes nesse sentido é a ausência de terras devolutas. No recenseamento de 1836, na descrição das

⁸⁸ O recenseamento de 1854-1855 não contém informes sobre a população de Guaratinguetá, apesar de apresentar informes detalhados sobre outros municípios. No entanto, apenas para se ter uma referência mais próxima, podemos citar os números presentes no recenseamento de 1836: a população total de Guaratinguetá era de 7.658, sendo que 2.257 eram escravizados. É provável que o número total de escravizados em Guaratinguetá em 1854 fosse maior do que esse número registrado em 1836, embora não tenhamos acesso a esse número por meio do recenseamento. É importante ressaltar que o número indicado de 1.605 escravizados em 1854 diz respeito estritamente àquelas propriedades onde foi registrada alguma produção de café e não ao número total de escravizados no município.

atividades econômicas locais, lemos o seguinte: “A cultura principal é o café, e mantimentos. Cria-se também algum gado. Não tem terrenos devolutos”⁸⁹. Ou seja, era difícil que posseiros ocupassem terras num quadro em que as terras já eram em grande medida demarcadas por posses consolidadas. Esta condição permeia todo o quadro em que se moviam os diversos sujeitos naquela sociedade.

Porém, a tomada das paisagens pelos cafezais ao longo do XIX, a urbanização e a chegada da ferrovia delineiam um cenário assemelhado ao conceito de fronteira pioneira⁹⁰. Após a fronteira econômica, na qual inicia-se a integração de um determinado território à economia de mercado, a fronteira pioneira caracteriza-se por ser dominada

“[...] pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora” (MARTINS, 2021, p. 138).

Deste modo, a montagem da cafeicultura em Guaratinguetá foi estabelecida em relação às bases já criadas pela antiga ocupação da região e da produção da cana-de-açúcar. O processo de concentração fundiária e de elevação da presença do trabalho escravizado já estava em curso quando a produção do café passou a ser atrativa. Por conseguinte, os informes de 1854 indicam que a expansão da cafeicultura pode ter acelerado tais movimentos. Fato é, como já demonstramos, que nas décadas seguintes até pelo menos o final da década de 1890, a produção do café seguiu uma tendência de crescimento em Guaratinguetá. Como teria evoluído a estrutura fundiária do município nesse contexto? O Censo Agrícola de 1904-1905 possibilita uma

⁸⁹ MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de S. Paulo (1836)*: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 1. ed., 1838. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos, 1854*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998.

⁹⁰ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2ª ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2021, p. 138.

aproximação a esse momento de auge e declínio da cafeicultura em Guaratinguetá.

3. 2. Auge e crise: o Censo Agrícola de 1905

No início do século XX, o café passava por uma expansão acelerada principalmente na região Oeste do estado de São Paulo. A crescente oferta, assentada no produto brasileiro, ultrapassava cada vez mais a capacidade do mercado internacional absorver tamanho volume. Frente a esta situação, os cafeicultores brasileiros passam a exigir cada vez mais medidas governamentais em sua defesa para evitar a queda dos preços. Dentre um conjunto de ações do Estado em diversos níveis no sentido de subsidiar a produção cafeeira, a elaboração de um censo detalhado sobre o quadro da agricultura e da pecuária naquele contexto foi apresentada como uma medida fundamental para melhor orientar as políticas dos governos. É neste cenário que foi empreendido um dos maiores esforços estatísticos já realizados no Brasil até então: a *Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo de 1904-1905*.

Carlos José Botelho, titular da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas à época, justificava a necessidade de tal esforço da seguinte maneira:

Esboçar com fidelidade a situação económica de qualquer paiz, mormente de um Estado em adeantada e sempre progressiva evolução e prosperidade, como o de S. Paulo, é, sem dúvida, o primeiro passo que se deve dar antes de qualquer empreendimento, afim de que, conhecida a verdadeira posição da lavoura, e das industrias que formam a seiva da riqueza, do progresso e do engrandecimento do paiz, se possam conhecer as suas aspirações e necessidades, conhecimento indispensável para se poder agir, sinão com segurança, ao menos com probabilidade de successo⁹¹.

⁹¹ Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá Presidente do Estado pelo Dr. Carlos

Apesar das intenções, é importante salientar as limitações técnicas existentes para a realização de um censo que de fato se aproximasse da realidade no início do século XX. Informados pela elaboração dos já citados Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, os responsáveis pela elaboração do censo se defrontaram com adversidades semelhantes em seu intento. De acordo com o Decreto Estadual 1.323/1905 que estabeleceu as orientações para a realização do censo, o Estado foi dividido em cinco distritos para os quais seriam designados delegados responsáveis e auxiliares para cada município ou seções destes de acordo com a necessidade. De modo a sustentar tamanha estrutura, o Estado destinou recursos relevantes somando quase cem contos de réis⁹².

Mesmo considerando o esforço dedicado à realização de tamanha tarefa, é preciso atentar-nos aos limites desta fonte documental. Para além das limitações técnicas, havia o fato de que as informações fornecidas pelos proprietários podiam não corresponder necessariamente à realidade, seja qual for o motivo. Assim, para Guaratinguetá, enquanto a área total do município correspondente a seus territórios na época é de 43.340,2 alqueires paulistas, o recenseamento abrangeu apenas 39.707,2 alqueires paulistas nesta localidade. Já para Bananal a área recenseada extrapola bastante o que seriam os territórios do município, assinalando quase o dobro do que seria de fato sua área administrativa na época⁹³.

A despeito desses problemas, o Censo Agrícola de 1904-1905 pode ser mobilizado como fonte documental se referenciado em outras fontes documentais que possam estabelecer balizas para seus informes. Ao

Botelho Secretário da Agricultura. Anno de 1906. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Cia., 1907, p. 46-7.

⁹² Para um orçamento detalhado, consultar Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Relatório apresentado ao Dr. M J Albuquerque Lins Presidente do Estado pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues Secretário da Agricultura. Anno de 1908. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Cia., 1909, p. 63.)

⁹³ Agradeço ao historiador Breno Servidone Moreno pelo alerta a respeito desta discrepância em Bananal. Este município teria 34.518,9 alqueires paulistas na época do censo, pois tinha como abrangência as atuais áreas dos municípios de Bananal e Arapeí. No entanto, o Censo Agrícola de 1904-1905 registra em Bananal uma área total de 61.481,25 alqueires paulistas.

recensear a área das propriedades, suas produções agrícola e zootécnica, além das áreas destinadas para o cultivo, em matas e outras características, o Censo Agrícola permite que tracemos um quadro geral da atividade econômica no campo em São Paulo no início do século XX, momento decisivo particularmente para a cafeicultura⁹⁴.

Nesta seção analisaremos os informes contidos no Censo Agrícola referentes ao município de Guaratinguetá e, com base na bibliografia consultada, estabeleceremos comparações em nível regional e com outros municípios. Trataremos dos seguintes aspectos: a distribuição das propriedades em faixas por tamanho; a desigualdade de acordo com aspectos do perfil dos proprietários (nacionalidade e gênero); a proporção de propriedades com relação aos diversos produtos recenseados; a distribuição da produção cafeeira pelas diferentes faixas de propriedade; a proporção de terras cultivadas, capoeiras, pastos, matas e brejos; e o percentual de áreas cultivadas por produto.

3.3. A distribuição da propriedade fundiária em Guaratinguetá (1904-1905)

Naquele ano, foram recenseadas 1.122 propriedades em Guaratinguetá distribuídas em 39.707,25 alqueires paulistas. Considerando o critério utilizado anteriormente para classificação das mesmas em faixas diferenciadas, temos os seguintes informes no Censo Agrícola de 1904-1905:

⁹⁴ Para uma caracterização do quadro geral da agricultura em São Paulo por meio do Censo Agrícola de 1905, ver LUNA, F. V.; KLEIN, H., SUMMERHILL, W. A agricultura paulista em 1905. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol. 44, n.1, p. 153-184, jan.-mar. 2014.

Tabela 11 - Número e extensão territorial das propriedades em Guaratinguetá em números absolutos e relativos (Censo Agrícola de 1904-1905)

Tipo de propriedade	Tamanho das propriedades (alqueires paulistas)	Nº de propriedades	de % de propriedades	Nº de propriedades	Extensão territorial (alqueires paulistas)	% da extensão territorial
Pequenos	1 - 25	887		79,1	5.835	14,7
Médios	25 - 100	137		12,2	8.367	21,1
Grandes	100 - 500	92		8,2	18.957	47,7
Latifúndios	>500	6		0,5	6.549	16,5
TOTAL	x	1.122		100	39.707,25	100

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Pelo número de propriedades recenseadas, podemos notar um índice ainda maior de dispersão do que foi registrado em 1818. As propriedades pequenas e médias representam 91,3% do total de propriedades. Já com relação à extensão territorial, há um equilíbrio maior embora ainda seja perceptível um grau elevado de concentração fundiária. As pequenas e médias propriedades respondem por 35,8% da extensão territorial recenseada, enquanto as grandes propriedades e os latifúndios representam 64,2%. Temos que considerar a hipótese de que, no período em que foi realizado o censo, estivesse em curso um processo de fragmentação das propriedades, seja pelos processos de herança, seja pelas dificuldades enfrentadas pelo sistema agrário naquele momento⁹⁵. Buscaremos discutir evidências a este respeito na sequência.

Se compararmos os informes que já apresentamos do Inventário de Bens Rústicos de 1818 com os do Censo Agrícola de 1905 por meio da média, da mediana e do índice de Gini, podemos vislumbrar em perspectiva a evolução da posse da terra no período da cafeicultura em Guaratinguetá:

⁹⁵ Herrmann identifica um sentido de fragmentação das propriedades em Guaratinguetá ao longo do XIX: “Em 1818, o sul possuía 274 propriedades e o norte, 96; em 1898, o norte possui 415 e o sul, 602” (HERRMANN, 1948, p. 129).

Tabela 12 - Média, Mediana e Gini no Inventário de Bens Rústicos (1818) e no Censo Agrícola (1904-1905).

Fonte/Índice	Média	Mediana	Gini
IBR (1818)	45,6	5,6	0,825
CA (1904-1905)	35,4	6	0,773

Fonte: Mss. Inventário dos Bens Rústicos. Vila de Guaratinguetá, 1818 e SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Num período pouco menor do que cem anos, as fontes documentais consultadas indicam uma queda na média da extensão territorial das propriedades em Guaratinguetá. Há também o registro de uma queda no índice de Gini, embora mantenha a mesma alocação na faixa de classificação como *forte a muito forte* em 1905. Integrando as constatações anteriores com a ligeira elevação da mediana, ao longo do período da cafeicultura em Guaratinguetá parece ter havido uma reestruturação das grandes propriedades - que, apesar de passarem por uma fragmentação, permanecem concentrando a maior parte das terras - e uma contínua dispersão da propriedade. Ou seja, ao passo que se manteve um alto grau de concentração de terras, houve também uma tendência à desconcentração que conferiu maior equilíbrio entre as grandes propriedades e elevação do peso relativo das pequenas e médias propriedades seja no número de unidades, seja na extensão territorial.

O caminho trilhado pela cafeicultura em Guaratinguetá, portanto, consolida um quadro em que a posse da terra está estruturada numa distribuição desigual. Se bem é verdade que a presença da pequena e da média propriedade não era desprezível e que alcançou inclusive uma proporção maior no período de madureza da cafeicultura em Guaratinguetá no início do século XX, permaneceu o predomínio das grandes propriedades na estrutura fundiária de um modo geral.

Embora o Censo Agrícola registre 1.122 propriedades em Guaratinguetá, é importante ressaltar que alguns dos proprietários possuíam mais de uma propriedade. São 62 indivíduos que reunidos detêm 134 propriedades com um total de 9.126 alqueires (23,0% do total recenseado).

Assim, temos um total de 1.050 proprietários registrados no censo. Se considerarmos que o censo populacional de 1900 assinala em 38.263 habitantes em Guaratinguetá e que estava em curso uma tendência ao crescimento demográfico, podemos estimar um número elevado de indivíduos sem propriedades. Desta forma, a despeito da existência expressiva de pequenos proprietários, em torno da cafeicultura foi estruturada e consolidada uma rede fundiária com predomínio das grandes propriedades, tendencialmente fragmentária em seu período de maturidade, mas caracterizada suficientemente pela exclusão de modo a possibilitar a disponibilidade de força de trabalho livre.

Ao visualizar o quadro com os maiores e os menores proprietários de Guaratinguetá que constam no Censo Agrícola, podemos qualificar melhor o perfil dos proprietários naquele contexto:

Quadro 01 – Maiores e menores proprietários de terras em Guaratinguetá (Censo Agrícola, 1904-1905).

Maiores proprietários	Menores proprietários
João Pereira	Thereza Miguel, D.
Virgílio Rodrigues Alves, Cel.	Anna Rosa, D.
Manuel T. de M. Leite, Comendador	Cypriano Sinhara
Vicente de Moraes & Sobrinho	Benedicto Pereira
Francisco José de Castro	Firmino Antunes
Banco da República	Victoriano Soares Filho
Herd.s de Antonio de F. Rangel	Joaquim Rodrigues da Silva
Joaquim da S. Maia Leitão, Major	João Rodrigues de Souza
Joaquim Alves Coelho	Margarida de Jesus, D.
Ulysses Perrenoud (suíço)	Orphã Benedicta f ^a de Ana Franca

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Entre os dez maiores proprietários de terras, temos sete homens brasileiros, um banco, uma propriedade em processo de herança e um estrangeiro. Podemos notar que entre estes predomina o perfil do grande fazendeiro e nomes influentes na política local, como o Coronel Virgílio Rodrigues Alves e o Major Joaquim da Silva Maia Leitão. Podemos destacar também a grande porção de terra sob propriedade do Banco da República – 564 alqueires paulistas. Embora a fonte não especifique a origem dessas terras, é possível que tal extensão tenha sido adquirida por meio de dívidas de fazendeiros que já enfrentavam as dificuldades do cenário econômico. Além disso, é sintomática a presença de um único estrangeiro de imigração mais antiga. Já entre os menores, temos quatro mulheres – sendo uma órfã – e sete homens, todos brasileiros. Aqui podemos verificar uma maior proporção de mulheres, o que indica um marcador relevante da desigualdade na distribuição das terras entre a população.

Assim, a expressiva desigualdade verificada no acesso à terra pode ser analisada sob o ponto de vista do perfil dos proprietários. Para discutir mais a fundo as dimensões dessa desigualdade na distribuição da terra, enfatizaremos duas classificações possíveis de serem realizadas por meio da fonte documental em questão: o gênero e a nacionalidade⁹⁶. Na Tabela 13, sistematizamos os informes sobre a distribuição das propriedades registradas em nome de mulheres em Guaratinguetá no Censo Agrícola:

⁹⁶ Um indicador que seria bastante revelador sobre as condições de acesso à terra seria a especificação étnico-racial dos indivíduos assinalados como proprietários ou talvez sua condição jurídica de liberto em 1888 ou antes. Contudo, não há qualquer menção a respeito deste aspecto no Censo Agrícola.

Tabela 13 - Distribuição de propriedades fundiárias registradas em nome de mulheres em número e em área em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905)

Classe de propriedade	Mulheres			
	Nº DE PROP.	% PROPRIEDADES*	ÁREA (alqueires paulistas)	% DA ÁREA TOTAL*
Pequenas	74	8,3	419	7,2
Médias	13	9,5	820	9,8
Grandes	4	4,3	670	3,5
Latifúndios	0	0	0	0
Total	91	8,1	1.909	4,8

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Nota geral: *Consideramos para cálculo dos percentuais indicados o número total de propriedades e da área para cada classe de propriedade (pequenas, médias, grandes e latifúndios).

De um modo geral, o acesso das mulheres à propriedade de terras era bem mais limitado do que o dos homens. É importante destacar que na ocasião de realização do Censo Agrícola de 1904-1905, ainda estava vigente no Brasil o ordenamento jurídico das Ordenações Filipinas elaborado em 1603, pois o primeiro Código Civil do país é aprovado em 1916. Apesar disso, é preciso considerar o conjunto dos costumes locais em relação aos aspectos sucessórios para compreender a dinâmica da posse da terra no Brasil. De todo modo, a literatura vem demonstrando que o principal meio de acesso das mulheres à propriedade da terra se dava por meio de herança do cônjuge, do pai ou do avô.⁹⁷ Elas possuíam 8,1% das propriedades, mas representavam

⁹⁷ FINDLEY, Eleide A. G. O direito sucessório luso-brasileiro e o acesso da mulher à propriedade. 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564603751_ARQUIVO_ODIREITOSUCES_SORIOIUSO-BRASILEIRO.pdf . Acesso em 13/04/2023. CÂMARA, Mariana C. Donas de terras e escravos: o poder das mulheres fazendeiras na Vila de São Pedro de Cantagalo (1815-1855). Revista Pesquisa & Educação à Distância, nº 8, 2021. Disponível em <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=2013EAD1&page=article&op=view&path%5B%5D=9297&path%5B%5D=4631> . Acesso em 13/04/2023. Uma obra que investiga uma grande

apenas 4,8% da área total. A maior parte das mulheres registradas podiam ser classificadas como pequenas proprietárias. Porém, havia também algumas grandes proprietárias. Abaixo listamos os nomes das cinco maiores e das cinco menores proprietárias registradas no Censo Agrícola:

Quadro 02. Nomes das maiores e das menores proprietárias de Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905)

Maiores proprietárias	Menores proprietárias
Viúva Borges & Genro	Margarida de Jesus, D.
Mariana de França Castro, D.	Orphã Benedicta f. ^a de A . Fran.ca
Gertrudes Marcondes, D.	Orphã Maria f. ^a de Anna Fran.ca
Mariana Galvão de Castro, D.	Mariana Paulino do Rio, D.
Maria Francisca de O . Barbosa, D.	Gertrudes de Moura, D.

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

A maior proprietária registrada – Viúva Borges, como citada no censo, em associação com um genro – possuía duas propriedades: uma de 400 alqueires e outra de 40 alqueires. Nessas terras, havia 80 alqueires de cafezais, 160.000 pés de café e produzia 4.400 arrobas anuais, além de produzir também milho e feijão. Todas as demais entre as maiores proprietárias também produziam café. Já as menores proprietárias listadas, possuíam uma unidade de 1 alqueire cada. Em nenhuma delas havia cafezais, mas apenas pequenas plantações de milho e feijão. Se é verdade, portanto, que havia uma profunda desigualdade entre homens e mulheres no acesso à terra, também havia grande desigualdade entre as próprias mulheres detentoras de terras. De todo modo, é importante salientar que nenhuma mulher foi registrada entre aqueles que possuíam mais de quinhentos alqueires de terra⁹⁸.

proprietária de terras no Vale do Paraíba pode ser encontrada em AMARO, Diego. Maria Joaquina de Almeida – A Senhora do Café. Editora Mariana Bastos, Lorena, 2016.

⁹⁸ É relevante destacar que o fato de uma mulher ser registrada como proprietária de uma porção de terra é diferente de afirmar que ela administraria de fato ou não as atividades

Com relação às nacionalidades mais presentes no recenseamento em Guaratinguetá, além dos brasileiros, temos como grupos mais numerosos os portugueses e os italianos. Há ainda o registro de belgas, franceses, espanhóis, suecos e suíços. No total, são setenta e oito (78) estrangeiros recenseados. A Tabela 14 apresenta os informes sobre as propriedades correspondentes aos estrangeiros no Censo Agrícola:

Tabela 14 – Número e área das propriedades de portugueses, italianos e outros estrangeiros em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).

Classe de propriedade	Portugueses		Italianos		Outros*	
	Nº DE PROP.	ÁREA (alqueires paulistas)	Nº DE PROP.	ÁREA (alqueires paulistas)	Nº DE PROP.	ÁREA (alqueires paulistas)
Pequenos	4	52,5	56	250,5	9	31
Médios	1	60	2	110	1	60
Grandes	3	750	1	150	1	442
Latifúndios	0	0	0	0	0	0
Total	8	862,5	59	510,5	11	533

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Nota geral: Na coluna “Outros”, estão contidos proprietários belgas, franceses, espanhóis, suecos e suíços.

Os italianos são isoladamente o grupo mais numeroso e sua grande maioria está classificada como pequenos proprietários. Este fato provavelmente se explica pela organização do núcleo colonial do Piaguhy na década de 1890, que possibilitou o acesso à terra para famílias de imigrantes em Guaratinguetá. No entanto, havia aqueles que concentravam mais de uma propriedade, como era o caso de Antonio Cavalca. Possuidor de duas propriedades, uma de 30 alqueires e outra de 3,5 alqueires, tinha a cana-de-

econômicas de sua propriedade. Seria preciso uma investigação direcionada para esmiuçar este aspecto, que foge ao escopo desta dissertação. O Censo Agrícola não traz informações a respeito desta questão.

açúcar como atividade principal. Outro caso excepcional entre os italianos é o de Nicolau Leoni, proprietário de uma unidade com 80 alqueires e outra com 150 alqueires. Nas duas unidades, possuía 100 alqueires em cafezais, 200.000 pés de café e produzia 4.000 mil arrobas anuais. Entre as mulheres, a única estrangeira recenseada como proprietária foi uma italiana chamada Catharina Baeso, proprietária de um lote de três alqueires sem registro de agricultura, mas com alguns cavalos e vacas. De um modo geral, os italianos haviam chegado mais recentemente em Guaratinguetá e a grande maioria teve acesso à terra por meio do núcleo colonial, conferindo à maior parte deles o caráter de pequenos proprietários.

Já a participação dos portugueses parece ser dotada de outras características. Entre eles, são registrados três grandes proprietários: Joaquim da S. Maia Leitão; Domingos Rodrigues Alves⁹⁹; e José Ferreira Vianna. O primeiro é o único para o qual não há registro de produção de café ou de qualquer outra em sua propriedade. Com exceção de um único pequeno proprietário de nome Marcos Alexandre, todos os demais portugueses produziam café. O movimento de chegada de portugueses à Guaratinguetá já era mais antigo, o que abriu possibilidades de um acúmulo maior de riqueza por alguns dos que se estabeleceram na ascensão cafeeira. Além dos grandes proprietários portugueses, havia também um suíço chamado Ulysses Perrenoud. Em suas terras, produzia 1.000 arrobas de café e 28.800 litros de arroz, além de milho e feijão. Moura (1976) argumenta com base em fonte documental de 1801 que

Uma outra indicação a confirmar a posição de Guaratinguetá como centro econômico de importância é a atração de populações provenientes sobretudo de outras localidades do Vale do Paraíba (52 indivíduos) e mais Portugal (10), Capitania do Rio de Janeiro (10), Capitania de Minas Gerais (10), cidade de São Paulo (9 - e entre eles o alferes Inácio Joaquim Monteiro), outros pontos da capitania (6) e mesmo de regiões mais distantes, tais como Goiás (um indivíduo). (MOURA, 1976, p. 21).

⁹⁹ Domingos é o pai de outras figuras que citamos neste trabalho: o Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves; o Coronel Virgílio Rodrigues Alves; e o Comendador Antonio Rodrigues Alves.

A participação dos estrangeiros na posse da terra em Guaratinguetá no início do século XX era, portanto, bastante reduzida. Em termos relativos, correspondiam apenas a 4,8% da extensão territorial, enquanto eram 6,9% dos proprietários. A desigualdade existente entre os diferentes grupos está associada aos momentos e às condições em que ocorreu a chegada em Guaratinguetá. Se para aqueles que já haviam se estabelecido no município há algumas décadas foi possível reunir elementos de riqueza mais significativos, para aqueles que chegaram em terras brasileiras no final do XIX e início do XX as condições basicamente foram oferecidas pela dinâmica do núcleo colonial. Este fato ilustra que não era uma tarefa simples para novos habitantes angariarem espaço e riqueza numa área de ocupação antiga, sem disponibilidade de terras devolutas e com predominância de grandes propriedades consolidadas em torno da cafeicultura.

3. 4. O café na rede fundiária de Guaratinguetá

Na virada do século XIX ao XX, a cafeicultura vivia momentos decisivos em Guaratinguetá. Conforme argumentamos, é neste período que o município deixava para trás as características de uma zona madura em seu auge de produção para uma zona nitidamente em declínio do ponto de vista do café. Neste contexto, não deixa de ser revelador o fato de que nesses anos finais do período de madureza a concentração fundiária tenha registrado menor grau do que em 1818 apesar de ainda se manter elevada. Ou seja, houve uma convivência entre a expansão da cafeicultura até os momentos derradeiros do século XIX e uma tendência de fragmentação da propriedade fundiária.

Cabe, portanto, avaliar qual a distribuição da produção cafeeira pelas distintas faixas de propriedade em Guaratinguetá. Na Tabela 15, os percentuais indicam a proporção da presença de cada produto por classe de propriedade. Considerando que cada propriedade, em grande parte das vezes, produzia diversos produtos simultaneamente, uma mesma propriedade pode compor os diversos percentuais de produtos. Assim, apresentamos o percentual de cada faixa de propriedade em relação aos principais produtos agrícolas recenseados:

Tabela 15 - Percentual de propriedades produtoras em relação a cada tipo de produto agrícola em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).

Classes de propriedade	% de propriedades produtoras por tipo					
	CAFÉ	CANA	ARROZ	MILHO	FEIJÃO	FUMO
Pequenos	12,0	6,3	14,0	93,9	93,5	2,2
Médios	80,3	2,9	19,0	88,3	88,3	4,4
Grandes / Latifúndios	79,6	4,1	23,5	91,8	89,8	3,1

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Nota geral: Para este cálculo, unificamos as propriedades classificadas entre grandes e latifúndios devido ao baixo número de propriedades nesta segunda categoria, o que enviesaria o cálculo de percentual.

Inicialmente, é preciso reconhecer que, se é verdade que o café era o produto mais rentável, também é verdade que a agricultura em Guaratinguetá naquele momento estava longe de ter uma característica monocultora. O milho e o feijão despontam como os produtos cultivados em mais propriedades entre as diversas faixas de extensão territorial, inclusive as grandes e os latifúndios. Tais produtos eram fundamentais para o autoconsumo nas fazendas, mas como já salientado anteriormente podiam também ser vendidos no mercado urbano local e até para outros municípios.

Nas pequenas propriedades, é nítido o menor número de propriedades produtoras de café e a concentração de seus esforços produtivos em víveres de primeira necessidade. Além do milho e do feijão, há também a produção de arroz. A cana-de-açúcar registra nas unidades até vinte e cinco alqueires o maior percentual entre as diversas faixas de propriedade. Este último fato tem como uma de suas bases a atividade canvieira no núcleo colonial do Piaguhy e sua relação com o Engenho Central de Lorena. De todo modo, é relevante destacar que os 12,0% de unidades cafeicultoras representam cento e seis (106) pequenas propriedades produtoras de café, o que não era uma parcela desprezível.

Por sua vez, as médias propriedades registram o maior índice de unidades cafeicultoras, pouco superior às grandes e aos latifúndios. São cento

e dez (110) unidades médias produtoras de café. A produção de milho e feijão estão presentes na grande maioria das unidades nesta faixa de extensão. Já o arroz alcança uma proporção maior do que nas pequenas, mas menor do que nas grandes e nos latifúndios. Ademais, o fumo registra o maior índice de presença nas médias propriedades.

Por fim, as grandes propriedades e os latifúndios atingem o número de setenta e oito (78) unidades cafeicultoras, representando 79,59% das propriedades nestas classes de tamanho. Mesmo aqui a monocultura não caracteriza estas unidades, já que o milho e o feijão registram presença em mais unidades do que o café. Além disso, a produção de arroz registra a maior proporção nessa faixa de extensão com 23,5% das unidades engajadas na rizicultura. No total, são duzentos e noventa e quatro (294) propriedades cafeicultoras em Guaratinguetá recenseadas, o que representa 26,2% do total de unidades.

Para compreender melhor o peso e as características da cafeicultura em Guaratinguetá no início do século XX, é preciso articular outros indicadores como a área total cultivada, o número de pés de café e o montante de produção. Na Tabela 16, apresentamos os informes quanto a estes indicadores no Censo Agrícola de 1905:

Tabela 16 – Área cultivada, número de pés de café e montante de produção cafeeira em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905)

Tipos de propriedade	CAFÉ					
	Área cultivada da (alqueires)	%	Nº de pés de café	%	Produção (@)	%
Pequenos	412	6,9	814.000	7,0	23.080	8,3
Médios	1.660	27,9	3.320.000	28,7	74.410	26,8
Grandes	3.315	55,8	6.335.000	54,7	151.550	54,5
Latifúndios	555	9,3	1.110.000	9,6	28.900	10,4
Total	5.942	100	11.579.000	100	277.940*	100

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Nota geral: Na contabilização geral do Censo Agrícola, o montante total produzido é registrado como 149.900 arrobas. No entanto, refazendo a conta com os valores assinalados para cada produtor, o montante total registrado é 277.940 arrobas.

Apesar do café ser produzido em pouco mais de um quarto das propriedades, a área cultivada com a rubiácea representa 56,37% do total de área cultivada no município. Desta forma, incontestavelmente o café era ainda a principal atividade econômica em Guaratinguetá no início do século XX. E, conforme evidenciamos, estava longe de ser uma atividade exclusiva das grandes propriedades. As propriedades de até 25 alqueires reuniam 6,9% da área cultivada com café, 7,0% dos cafeeiros e 8,3% do montante de produção. Portanto, havia uma participação desses pequenos produtores na cafeicultura, embora fosse de monta reduzida no quadro geral de Guaratinguetá.

Já quando tomamos as unidades médias, entre 25 e 100 alqueires, é registrada uma participação relevante e nem sempre evidenciada. As propriedades médias responderam por 27,9% da área cultivada, 28,7% dos pés de café e 26,8% do volume de produção. Reunidas, as unidades médias tiveram um peso maior na cafeicultura de Guaratinguetá no início do século XX do que os latifúndios. Se agregadas, as pequenas e médias propriedades representam 34,9% da área cultivada com café, 35,7% dos pés de café e 35,1% do volume de produção. Temos aqui mais um sinal da tendência de fragmentação da propriedade fundiária e ao mesmo tempo da resiliência da cafeicultura na região tendo em vista a capacidade mesmo de produtores em menor escala, fora do padrão consagrado das grandes propriedades, manterem a atividade cafeicultora num cenário de crise. No período de madureza da cafeicultura em Guaratinguetá, as médias propriedades ampliaram sua participação nas lavouras da rubiácea.

Mesmo ponderando os elementos acima, o predomínio da grande propriedade na cafeicultura em Guaratinguetá permanece nítido. Se agregarmos as grandes propriedades e latifúndios, os informes do Censo Agrícola registram 65,13% da área cultivada, 64,30% do número de cafeeiros e

64,93% do volume de produção. Assim, o grande empreendimento que demandava uma intensa mobilização de força de trabalho - seja por salário ou parceria - permaneceu como centro dinâmico da cafeicultura. Contudo, a infraestrutura logística criada para atender à grande lavoura de café parece ter viabilizado a produção em pequenas unidades, de um modo geral organizadas em torno do trabalho familiar, e com ainda mais intensidade nas médias unidades. No ano agrícola de 1904 e 1905, registrado pelo Censo Agrícola, a produção total de café em Guaratinguetá foi de 277.940 arrobas, um patamar parecido com os anos de maior safra do final dos anos 1890, mas já declinante. Daí em diante, não será mais assinalado em nenhum ano a superação da marca de 200.000 arrobas.

Nesses anos de virada, em que Guaratinguetá deixa de ser uma zona madura de produção cafeeira e torna-se uma área em declínio com características das zonas envelhecidas, vimos indícios de que parte dos cafeicultores continuaram apostando no plantio de novos cafezais como método para ampliar sua produtividade e ganhos. Embora o censo agrícola não especifique a idade dos cafezais, os índices de produtividade podem ser uma baliza importante sobre a distribuição dos cafezais mais produtivos pelas diversas faixas de propriedade. Na Tabela 17, apresentamos esses índices:

Tabela 17 - Produtividade dos cafezais em arrobas por mil pés de café em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).

Tipos de propriedade	Arrobas/mil pés
Pequenas	28,35
Médias	22,42
Grandes	23,92
Latifúndios	26,27
Média	24,00

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Em primeiro lugar, os índices de produtividade registrados em Guaratinguetá pelo Censo Agrícola correspondem a características de uma

área com cafezais envelhecidos. A abrupta redução no número de cafezais no município nos anos seguintes, conforme demonstramos anteriormente, foi acompanhada pelo florescimento dos novos cafeeiros que vinham sendo plantados desde o final do século XIX. Partindo dessas considerações e visualizando os índices da Tabela 17, é interessante notar que a maior produtividade é registrada nas pequenas e, em sequência, nos latifúndios. É possível que o envelhecimento dos cafezais acometesse mais decisivamente as faixas de propriedade que respondiam pela maior parte do café, ou seja, as médias e as grandes. Mas também é plausível que uma parte dos novos plantios estivesse sendo realizada nas pequenas propriedades e nos latifúndios, reduzindo a média de idade dos cafeeiros e melhorando seus índices de produtividade.

Para elucidar ainda mais a força e a especificidade da cafeicultura em Guaratinguetá no início do século XX, podemos utilizar o índice de especialização agrícola que Renato Perim Colistete (2015) mobiliza para explicar as características das diversas regiões do Estado de São Paulo no mesmo período e com base na mesma fonte que utilizamos aqui¹⁰⁰. Colistete demonstra que em todo o Estado de São Paulo havia apenas três regiões especializadas na produção de café: a Mogiana, a Paulista e a Araraquarense. O Vale do Paraíba e Litoral Norte teve especialização assinalada em cana-de-açúcar, feijão e diversas. Apresentamos abaixo, na Tabela 18, os índices de especialização relacionados à cafeicultura nas diversas classes de propriedade em Guaratinguetá e também o índice geral do Vale do Paraíba paulista calculados pelo mesmo método utilizado por Colistete:

¹⁰⁰ O índice de especialização mobilizado por Colistete é definido como

$$esp=(ei/e)/(Ei/E)$$

onde *esp* é o índice de especialização agrícola, *ei* é a área cultivada com o produto *i* na região, *e* é a área cultivada total na região, *Ei* é a área total cultivada com o produto *i* no Estado de São Paulo, e *E* é a área total cultivada no Estado de São Paulo. Um índice maior do que 1 indica que a região é especializada no cultivo de um determinado produto (COLISTETE, 2015, p. 340).

Tabela 18 - Índices de especialização agrícola da cafeicultura em Guaratinguetá e no Vale do Paraíba (Censo Agrícola 1904-1905)

Tipo de propriedade	Índice de especialização
Pequenas	0,25024
Médias	1,05751
Grandes	1,30306
Latifúndios	1,20730
Guaratinguetá	0,95532
Vale do Paraíba e Litoral Norte	0,73761

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907 e COLISTETE (2015).

Nota geral: o cálculo do índice de especialização na cafeicultura para as diferentes classes de propriedade em Guaratinguetá foi realizado por João Luís Lemos de Paula Santos no contexto desta dissertação.

Considerando o índice para o conjunto das propriedades, Guaratinguetá não chega a ser considerado um município especializado na cafeicultura, embora se aproxime bastante desse patamar. No entanto, se compararmos o índice de especialização do município com a região do Vale do Paraíba, percebemos que Guaratinguetá possuía uma participação do café bastante superior à média da região como um todo. Essa discrepância reforça a ideia de que havia situações heterogêneas na região no início do século XX: áreas em franco declínio da cafeicultura ou que nunca tiveram uma atividade cafeeira relevante; e outras áreas, como é o caso de Guaratinguetá, em que o café permanecia como principal atividade econômica.

Além disso, podemos destacar outros elementos. Analisando o agregado de unidades em cada faixa de extensão territorial, fica nítido que nas médias e grandes propriedades e nos latifúndios produtores de café havia especialização no produto. O maior índice é registrado nas grandes propriedades que, como já vimos, lidera também a maior parte dos índices da cafeicultura no município. Entretanto, o baixo índice de especialização registrado nas pequenas propriedades reforça o argumento de que, apesar de haver um número considerável de unidades dessa faixa de extensão territorial

que produzia café, o foco principal destas girava em torno da produção de alimentos, principalmente o milho e o feijão. Dessa forma, no decurso dos primeiros anos do século XX, a concentração da cafeicultura em Guaratinguetá nas médias, grandes e latifúndios continha um sinal da tendência à fragmentação das propriedades, mas ainda mantinha o controle da maior parte das terras e do café por parte de um número reduzido de proprietários e famílias.

A concentração da cafeicultura e as diversas estratégias utilizadas pelos produtores podem ser melhor evidenciadas pela proporção de terras cultivadas com café em relação à área cultivada total. Na Tabela 19, apresentamos os percentuais de Guaratinguetá, do Vale do Paraíba e Litoral Norte, da Mogiana¹⁰¹ e do Estado de São Paulo:

Tabela 19 - Percentual do cultivo de café na área cultivada por classe de propriedade em Guaratinguetá, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Mogiana e Estado de São Paulo (Censo Agrícola, 1904-1905)¹⁰²

Município/ Região	Pequenas prop.	Médias prop.	Grandes prop.	Latifúndios
Guaratinguetá	14,8	62,4	76,9	71,2
Vale do Paraíba e Litoral Norte	22,6	45,1	58,6	58,7
Mogiana	58,3	70,0	73,9	64,7
São Paulo (Estado)	36,1	52,6	51,3	55,3

¹⁰¹ A Mogiana era a região mais especializada na cafeicultura de acordo com o Censo Agrícola (COLISTETE, 2015).

¹⁰² Os informes sobre as regiões do Vale do Paraíba e Litoral Norte, da Mogiana e do Estado de São Paulo foram extraídos de Colistete (2015).

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907 e COLISTETE (2015).

Nota geral: o cálculo do percentual do cultivo de café na área cultivada em Guaratinguetá foi realizado por João Luís Lemos de Paula Santos no contexto desta dissertação.

Tendo como base os indicadores do Estado de São Paulo, percebemos que entre as pequenas propriedades apenas na região da Mogiana o percentual de terras dedicado à cafeicultura superou a média estadual. Aliás, os percentuais indicados para o Vale do Paraíba e ainda mais para Guaratinguetá isoladamente são bastante inferiores do que aqueles registrados para o estado como um todo. Se considerarmos as médias propriedades, vemos que a participação do café na área cultivada no Vale do Paraíba é menor do que no estado. Contudo, em Guaratinguetá, a participação do café nas médias propriedades é maior do que o índice estadual, sendo superado pelo índice da Mogiana. Por fim, com relação às grandes propriedades e latifúndios, a participação do café na área cultivada em Guaratinguetá é significativamente superior a todos os demais recortes indicados.

Há, portanto, uma diferença acentuada entre a participação da cafeicultura nas diversas faixas de propriedade em Guaratinguetá. De certo modo, não deixa de ser sintomático o grau de engajamento dos grandes proprietários e latifundiários na cafeicultura em Guaratinguetá num cenário de queda acelerada da produtividade e crise generalizada do sistema agrícola. Colistete (2015) apresenta duas hipóteses para esta grande diferença de participação entre pequenas e médias propriedades, de um lado, e grandes propriedades e latifúndios, por outro, nas zonas mais antigas de produção cafeeira. Nas palavras do autor:

No entanto, as maiores diferenças na especialização das grandes propriedades em relação às médias e pequenas ocorriam nas antigas regiões do café, o Vale do Paraíba e a Central. Nelas, grandes propriedades e latifúndios tinham um percentual de especialização igual ou superior à média do estado, enquanto as pequenas e médias apresentavam percentuais significativamente menores que os registrados para o estado como um todo. Na ausência de dados

comparativos para décadas anteriores, o domínio das propriedades maiores possui duas explicações possíveis: seja porque, na sua época áurea, as grandes propriedades e os latifúndios das antigas regiões eram mais especializados do que os seus similares nas novas zonas do café ou, o que parece mais provável, o declínio da cafeicultura nas regiões antigas levou a uma maior diversificação produtiva das pequenas e médias propriedades. (COLISTETE, 2015, p. 345).

Ao observar os índices identificados para Guaratinguetá, podemos considerar que talvez essas duas hipóteses não sejam excludentes. Ao menos no momento da realização do Censo Agrícola, as grandes propriedades e latifúndios em Guaratinguetá superavam de fato a participação do café na área cultivada em comparação com outras regiões, indicando um elevado grau de especialização. Evidente que não é possível afirmar que este grau de especialização tenha caracterizado a cafeicultura em Guaratinguetá e no Vale do Paraíba em todos os momentos. Aliás, pode ser até mesmo mais um sinal de que os produtores buscavam enfrentar a queda da produtividade e a crise dos preços utilizando cada vez mais terras para o plantio da rubiácea, o que por sua vez acelerava o aguçamento dos fatores da própria crise. Uma particularidade de Guaratinguetá em relação à média do Vale do Paraíba indicada pelos percentuais é que o movimento de manutenção da maior parte das terras com cafezais atingiu também as médias propriedades, mesmo que em menor medida do que nas unidades mais extensas.

Sendo assim, há uma implicação na segunda hipótese apresentada por Colistete. A participação ainda menor do café na área cultivada das pequenas propriedades em Guaratinguetá indica que nestas os produtores optavam por priorizar outras finalidades nas suas terras, ou seja, pela diversificação agrícola. Já nas médias propriedades, embora não tenhamos acessado fontes documentais que nos permitam estabelecer uma visão em perspectiva, fato é que os produtores apostavam na cafeicultura de modo a manter a maior parte de suas terras nessa atividade. Colistete (2015) mobiliza o cálculo de um índice

de diversificação agrícola¹⁰³ para as diversas regiões de São Paulo que podemos comparar com Guaratinguetá:

Tabela 20 - Índice de diversificação agrícola em Guaratinguetá, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Mogiana (Censo Agrícola, 1904-1905)

Município/Região	Índice de diversificação agrícola
Guaratinguetá	0,682
Vale do Paraíba e Litoral Norte	0,773
Mogiana	0,685

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907 e COLISTETE (2015).

Nota geral: Nota geral: o cálculo do índice de diversificação agrícola em Guaratinguetá foi realizado por João Luís Lemos de Paula Santos no contexto desta dissertação.

Desta forma, a diversificação agrícola em Guaratinguetá era significativamente menor do que no Vale do Paraíba e marginalmente inferior à diversificação na região da Mogiana, mesmo esta última sendo a mais especializada na cafeicultura. Se havia de fato um movimento no sentido da diversificação agrícola em Guaratinguetá, tal movimento concentrava-se nas pequenas propriedades e encontrava nas médias unidades ou maiores uma barreira de difícil transposição. Na Tabela 21 apresentamos a participação na área cultivada dos demais produtos além da cafeicultura por classe de propriedade:

¹⁰³ O índice de diversificação agrícola pode ser calculado da seguinte maneira (SINGH & DILLON, 1984, p. 220-221):

índice de diversificação agrícola = $1 - (\text{percentual da área cultivada com produtos } n / \text{número de produtos } n)$.

Tabela 21 – Percentual do cultivo de produtos agrícolas na área cultivada em Guaratinguetá (Censo Agrícola, 1904-1905).

Classes de propriedade	% de área cultivada					
	Cana	Arroz	Milho	Feijão	Fumo	Diversos
Pequenas	4,6	3,9	38,6	43,0	0,6	0,5
Médias	0,6	1,9	15,0	16,8	0,6	0,5
Grandes	1,1	1,1	9,5	11,0	0,4	0,1
Latifúndios	0	1,2	6,3	6,0	0,0	0,6

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Os informes no Censo Agrícola indicam, portanto, um quadro de divisão do trabalho de acordo com as distintas classes de propriedade. De um lado, temos as pequenas propriedades nas quais a maior parte das terras estavam voltadas para a produção de alimentos, com o objetivo do autoconsumo mas também como abastecedora do mercado urbano crescente. Para se ter um parâmetro, 55,4% do milho e 54,5% do feijão produzido em Guaratinguetá eram originados nas pequenas propriedades. Ao mesmo tempo, como já vimos, considerando o índice de produtividade do café ser maior nas unidades classificadas nesta faixa de extensão, é possível que aqueles que conseguiam dedicar parte de seus esforços na cafeicultura não titubeavam em fazê-lo.

De outro lado, temos as médias e grandes propriedades e os latifúndios que pareciam dobrar a aposta na cafeicultura mantendo grande parte de suas terras e força de trabalho nessa atividade. Frente a um cenário de crise, o esforço parecia voltar-se para o esgotamento dos recursos disponíveis de modo a angariar no curto prazo o máximo de retornos na atividade mais rentável da época. Os ganhos oriundos dessa estratégia poderiam embasar novas perspectivas de atividades econômicas e de prestígio social para os cafeicultores e suas famílias.

Estabelecendo um comparativo entre o percentual de especialização no café por classes de tamanho das unidades produtivas, fica ainda mais salientado os aspectos do café em Guaratinguetá que compunham o cenário

em que os sujeitos formavam suas estratégias. Na Tabela 22, indicamos este comparativo:

Tabela 22 – Percentual de propriedades especializadas em café por classes de tamanho em Guaratinguetá, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Estado de São Paulo (Censo Agrícola, 1904-1905)¹⁰⁴

Município/Região	Pequenas prop.	Médias prop.	Grandes prop.	Latifúndios
Guaratinguetá	2,6	53,3	70,7	50,0
Vale do Paraíba e Litoral Norte	14,7	31,4	47,1	43,9
Mogiana	51,3	66,1	68,7	71,1
São Paulo (Estado)	24,9	35,8	47,4	40,3

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907 e COLISTETE (2015).

Nota geral: O percentual de propriedades especializadas em café por classes de propriedade em Guaratinguetá foi calculado por João Luís Lemos de Paula Santos no contexto da pesquisa para esta dissertação.

O número de pequenas propriedades especializadas em café em Guaratinguetá é bastante reduzido, inferior à média estadual e mesmo do Vale do Paraíba. Na Mogiana, podemos perceber um equilíbrio maior entre o percentual de especialização nas diversas classes de tamanho, o que evidencia que a expansão cafeeira pela qual passava essa região na época era generalizada e não concentrada apenas nas grandes unidades. Fato é que, em Guaratinguetá, a participação na atividade cafeeira para os pequenos proprietários já não era tão atrativa ou mesmo não era possível em grande

¹⁰⁴ Os informes sobre as regiões do Vale do Paraíba e Litoral Norte, da Mogiana e do Estado de São Paulo foram extraídos de Colistete (2015).

medida. A disponibilidade de terras era um fator que quanto mais restrito, maior o peso relativo da produção de alimentos voltada para subsistência e, caso houvesse excedente, para comércio com outras unidades agrícolas ou no comércio urbano. Essa restrição era nitidamente mais aguda nas pequenas propriedades.

Nas demais classes de tamanho - médias, grandes e latifúndios - , Guaratinguetá registra um percentual maior de propriedades especializadas em café do que as médias estaduais. Nas grandes propriedades, supera ligeiramente até mesmo a região da Mogiana. Parecia estar em curso uma persistência na reprodução do sistema agrícola que havia permitido o acúmulo de fortunas embora não pudessem escapar da desagregação dos elementos que embasaram a dinâmica da cafeicultura, a saber: a elevação do sobre-trabalho na escravidão e que prossegue nas diversas formas de trabalho livre, a concentração fundiária e a disponibilidade de novas terras para expansão das plantações com ganhos de produtividade.

A respeito deste último aspecto, entretanto, cabe ponderarmos mais detidamente qual era o cenário da disponibilidade de terras com matas originárias e/ou regeneradas. Este fator era crucial para um sistema que demandava a expansão dos plantios em áreas mais férteis que possibilitassem ganhos de produtividade mantendo as técnicas rudimentares. Como vimos, há indícios de que ao final do XIX e início do XX havia um movimento de plantio de novos cafezais em Guaratinguetá. Qual seria a proporção de terras disponíveis para uma continuidade da expansão cafeeira no município? O Censo Agrícola traz informes a respeito da proporção de terras cultivadas, em capoeira, pastos, matas e brejos. Por meio destes, discutiremos a disponibilidade de terras para expansão do plantio de cafezais em Guaratinguetá no início do século XX, momento crucial da definição de rumos da cafeicultura no município.

3.5. A disponibilidade de áreas para novos cultivos em Guaratinguetá no início do século XX

A derrubada de matas para o plantio de novos arbustos de café foi parte fundamental para a cafeicultura no Vale do Paraíba. A expansão contínua dos plantios em áreas com solo fértil conjugada com a aquisição de cativos no período escravista permitia uma robusta ampliação da produção sem grandes melhorias do ponto de vista técnico. Ao mesmo tempo, a historiografia vem indicando que a redução de áreas com matas no Vale do Paraíba e a degradação dos solos devido a seu uso intensivo foram elementos que cercearam decisivamente a cafeicultura na região.

O historiador Breno Servidone Moreno (2022) indica que, em Bananal, os cafeicultores adotaram uma estratégia de liquidar seus últimos quinhões de matas e capoeiras de modo a aproveitar o cenário favorável à cafeicultura das décadas de 1860 e 1870. Nesta época, a produtividade no Médio Vale do Paraíba já seria declinante e a derrubada do restante das matas teria garantido uma sobrevida ao café na região. Considerando o caráter mais tardio da cafeicultura em Guaratinguetá, podemos questionar se nesse município a disponibilidade de áreas com matas tenha persistido juntamente com a resiliência da cafeicultura que buscamos evidenciar.

Com base no Censo Agrícola de 1904-1905, podemos estabelecer um parâmetro de comparação a respeito do estado das terras. Na Tabela 23 apresentamos a distribuição relativa da área agrícola pelos diversos estados das terras em Guaratinguetá, no Vale do Paraíba e no Estado de São Paulo:

Tabela 23 – Percentual das características da área recenseada em Guaratinguetá, Vale do Paraíba e Estado de São Paulo (Censo Agrícola, 1904-1905)¹⁰⁵

Área	Cultivadas	Capoeiras	Campos e pastos	Matas	Brejos e terra imprestável
Guaratinguetá	26,5	38,4	12,8	21,5	0,7
Vale do Paraíba e Litoral Norte	14,0	33,1	15,8	33,0	4,1
São Paulo	12,4	21,3	30,3	34,3	1,8

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907 e COLISTETE (2015).

A área cultivada em Guaratinguetá registrava um índice maior do que o dobro relativamente ao mesmo indicador estadual. Também superava em grande medida o índice do Vale do Paraíba, mesmo esta sendo uma das regiões com maior percentual de terras cultivadas do estado. Isto denota o vigor da agricultura em Guaratinguetá naquele momento com a mobilização de um enorme volume de recursos e trabalho. Ao mesmo tempo, Guaratinguetá possuía uma grande área de suas terras recenseadas em capoeira, ou seja, em vegetação rasteira normalmente em recuperação após uso de uma determinada parcela de solo para atividades agrícolas. Este indicador também superava o mesmo para o Vale do Paraíba e para o Estado, sugerindo que eram áreas já utilizadas e desgastadas anteriormente pela agricultura e que, se fossem deixadas por um período relativamente longo, poderiam recuperar parte de sua produtividade.

Já a área em matas apresentou um número relativo inferior em Guaratinguetá. No Vale do Paraíba e Litoral Norte, há um percentual relativamente elevado de matas, com um terço da área classificada como tal.

¹⁰⁵ Percentuais referentes ao Vale do Paraíba e Litoral Norte e ao Estado de São Paulo foram retirados de COLISTETE, R. P. Regiões e especialização na agricultura cafeeira: São Paulo no início do século XX. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, / p. 331-354, jul./set. 2015, p. 337.

Ou seja, no início do século XX ainda se encontravam áreas com substantivas reservas de matas no Vale do Paraíba. Isto não contradiz o fato de que a expansão da lavoura cafeeira ao longo do XIX foi acompanhada de uma destruição acelerada e em larga escala das vegetações nativas. Em primeiro lugar devido ao fato de que o plantio do café no Vale do Paraíba era realizado prioritariamente nas encostas dos morros devido às técnicas e características da lavoura. Assim, por exemplo, os topos de morros dificilmente eram aproveitados para a cafeicultura ou qualquer outro cultivo, o que possibilitava a preservação de pequenas parcelas das matas nativas. Se considerarmos as características acidentadas do terreno vale-paraibano e do Litoral Norte, é evidente que nem todas as terras podiam ser aproveitadas frente às técnicas de que dispunham. Há áreas em encostas íngremes impossíveis de serem utilizadas pela agricultura de acordo com as técnicas conhecidas na época. Outro fator é a própria heterogeneidade da expansão cafeeira, que atingiu as localidades de maneiras diversas ao longo do tempo e do espaço.

No Estado de São Paulo, ainda havia a exploração de diversas zonas de fronteira em que a ocorrência de matas era mais presente. Nesse sentido, o Vale do Paraíba como um todo se destaca de fato pela colonização mais antiga de seus territórios e no início do XX já por cerca de um século de cafeicultura. De todo modo, não deixa de ser curioso o percentual significativo de matas em terras vale-paraibanas. Mesmo em Guaratinguetá, apesar de ser um número inferior à média regional e estadual, é difícil afirmar que não havia absolutamente qualquer margem de expansão para a cafeicultura naquele contexto,

No entanto, o fato de Guaratinguetá registrar um índice bastante elevado de área cultivada e ocorrer o inverso em relação às matas pode demonstrar que havia uma propensão dos produtores a dedicarem grande parte de seus recursos – incluindo as terras – às atividades produtivas. Então, podemos considerar a hipótese de que, se fosse possível, dedicariam ainda mais esforços na expansão da lavoura cafeeira. Porém, ao que tudo indica, as condições para novos plantios em larga escala que conferissem mais algumas décadas de sobrevivência à relevância econômica do café na região eram muito limitadas. Isto não impediu de fato que os cafeicultores levassem à situação até o limite inclusive com novos plantios no início do século XX, não por uma

suposta irracionalidade econômica, mas por vislumbrarem a prioridade para a expansão cafeeira como melhor oportunidade para reprodução e acúmulo dos patrimônios individuais e familiares, mesmo que sob pena de esgotamento generalizado dos recursos. Fato é que o café não recuperaria no início do século XX o patamar que alcançou no final do XIX em terras guaratinguetaenses.

É preciso considerar também que a distribuição da área agrícola não se dava de modo homogêneo. Na Tabela 24, indicamos a proporção de terras de acordo com suas características pelas diversas classes de propriedade:

Tabela 24 - Percentual das características da área recenseada distribuído por classes de propriedade em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).

Classes de propriedade	Cultivadas	Capoeiras	Campos e pastos	Matas	Brejos
	%	%	%	%	%
Pequenos	26,5	13,5	18,0	0,8	2,7
Médios	25,2	24,1	24,9	8,0	29,1
Grandes	40,9	51,1	54,6	45,9	56,9
Latifúndios	7,4	11,4	2,5	45,4	11,4
Total	100	100	100	100	100

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907 e COLISTETE (2015).

De um modo geral, as grandes propriedades concentram a maior parte das terras em todas as categorias, o que corresponde à estrutura fundiária local registrada no Censo Agrícola. No entanto, a proporção de áreas cultivadas é mais equilibrada do que as demais. As pequenas e médias propriedades reúnem 51,7% das terras cultivadas, sendo que as primeiras superam ligeiramente as segundas. Já as grandes propriedades representam 40,9% das áreas cultivadas e os latifúndios apenas 7,4%. Este elemento reforça a importância das pequenas unidades para o sistema agrícola vigente na época.

Nas demais categorias, há um desequilíbrio mais acentuado, especialmente em relação às matas nativas. As pequenas e médias propriedades detêm apenas 8,8% das áreas com matas. Todo o restante está concentrado nas grandes propriedades e latifúndios. No total, são 8.551,5 alqueires de matas nativas registradas em Guaratinguetá. Tamanho desequilíbrio pode ser explicado pela necessidade das unidades menores em utilizarem a maior parte de suas terras para finalidades de produção imediatas, sem muitas condições para sustentarem reservas de matas. Com relação às maiores propriedades, havia limitações para a utilização integral das terras, seja pelas condições do terreno, pela capacidade de mobilização de força de trabalho e das forças produtivas ou até mesmo a tentativa de recuperar a produtividade de terras permitindo sua ociosidade por um determinado período. Além disso, as reservas de matas eram utilizadas para o fornecimento de lenha. Fato é que a mesma classe de propriedades que liderava a produção cafeeira era a que concentrava a maior parte das matas nativas. Nesse caso, é reforçada a possibilidade de que no início do século XX haveria parcelas de matas, ainda que diminutas, a serem desmatadas em terrenos propícios para a produção de café.

É relevante enfatizar que uma única propriedade se destaca a respeito da presença de matas nativas. João Pereira, brasileiro e segundo maior produtor de café do município de acordo com o Censo Agrícola de 1904-1905, detinha a maior propriedade recenseada naquela oportunidade e em sua maior parte esse latifúndio estava tomado por 2.500 alqueires em matas. Este caso excepcional é bastante revelador dos dilemas e dificuldades enfrentadas pelos cafeicultores em Guaratinguetá naquele período. A disponibilidade de terras e matas não significava necessariamente que havia condições para uma expansão das plantações de café. Se por um lado, os grandes proprietários e latifundiários concentravam praticamente toda a área com matas nativas e que esta não era desprezível, é provável que a parcela dessas terras que poderiam ser aproveitadas para sustentar a cafeicultura por um período maior fosse de extensão bem mais reduzida. Além disso, era difícil sustentar maiores ganhos por meio do crescimento da exploração da força de trabalho, pois seja pelos índices já elevados desta, seja pela limitação da oferta de mão de obra.

Assim, o cenário exposto parecia ser de uso intensivo de todos os recursos disponíveis num esforço para angariar os ganhos finais com a atividade cafeeira. Todos os indicadores apontam para uma enorme dedicação de esforços e recursos para extrair o máximo possível do café naquele momento em que os sinais de declínio ficavam cada vez mais evidentes. A aposta redobrada na cafeeira indica uma expectativa de manutenção do patrimônio e prestígio social daqueles que detinham maiores condições para fazê-lo e, na medida do possível, talvez reverter tais ganhos de curto prazo em outros ramos.

Esta dinâmica específica da cafeeira em Guaratinguetá estaria intimamente relacionada ao histórico do produto na região. Como já indicado pela historiografia, enquanto em alguns municípios do Vale do Paraíba paulista – como Areias e Bananal – o café tomou a paisagem de modo avassalador desde as primeiras décadas do XIX, em outros municípios – como Guaratinguetá – a chegada da cafeeira foi mais paulatina. A heterogeneidade na expansão cafeeira estava assentada nas características históricas, ambientais e econômicas das diversas localidades. Entre os diversos fatores que possibilitaram esta resiliência da cafeeira em Guaratinguetá em relação a outras áreas do Vale do Paraíba, vamos nos ater a dois deles que parecem ser eloquentes: os transportes e a exploração da força de trabalho.

3. 6. Das tropas na serra da Quebra-Cangalha à ferrovia

A principal ligação de Guaratinguetá com o mercado mundial se deu por meio do Rio de Janeiro. Conforme nos diz o *Almanak da Província de São Paulo* de 1873, o café era levado por meio dos portos de Ubatuba e Paraty e da estrada de ferro D. Pedro II em direção ao Rio de Janeiro, que naquela altura ainda não contava com uma estação ativa no município. É apenas em 1877 que ocorre a junção da Estrada de Ferro Norte com a Estrada de Ferro D. Pedro II em Cachoeira¹⁰⁶. Antes disso, a rota principal exigia vencer com tropas

¹⁰⁶ NOVAES, Adriano. Os caminhos antigos no território fluminense. Instituto Cidade Viva, 2008, <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06>

de mares o terreno acidentado e a descida íngreme da Serra do Mar em direção aos portos de Ubatuba e, principalmente, Paraty. Era o chamado Caminho Velho utilizado nos tempos do auge da mineração e há tempos imemoriais pelos povos indígenas da região.

A distância entre Guaratinguetá e Paraty pelo Caminho Velho, de acordo com o Instituto Estrada Real, era de 104 km¹⁰⁷. Encontramos uma descrição desse caminho feita por D. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, que percorreu a estrada em 1751:

Na Serra de Quebra Cangalha, assustou-se com a estrada, que ia "morro àbaixo, morro acima", com trajetos "tão altos e empinados"; na descida da Serra do Mar, testemunha que "a estrada em partes é tão apertada, aberta em rochas, que era necessário levantar os pés até os por na garupa do cavalo", queixando-se de que "nem com tudo isso escapei de dar muito boas topadas"; a estrada, que seria quase uma picada, era "tão apique, que oito dias me ficaram doendo as cadeiras de me indireitar", e onde faltavam "saltos e barrocas" era "atoleiro grande e caldeirões muito fundos". (*apud* MÜLLER, 1969, p. 26).

De acordo com o dossiê *O Caminho do Ouro em Paraty e sua paisagem*¹⁰⁸, parte do trecho entre Cunha e Paraty recebeu um tipo de calçamento com pedras nos primeiros decênios do século XIX. Esta medida atenderia à demanda de escoamento do café oriundo do Vale do Paraíba paulista. Todavia, parece evidente a dificuldade que era percorrer este caminho com enormes carregamentos de café. E, principalmente, o custo que representava para os produtores que mobilizavam tropas e mão de obra para enfrentar um caminho ermo e dificultoso, sem contar os custos com os fretes da via marítima entre Paraty e o Rio de Janeiro.

Ao todo, foram instaladas três estações da ferrovia em Guaratinguetá: uma no núcleo urbano principal, uma em Aparecida e outra no povoado de

¹⁰⁷ Roteiros planilhados: Caminho Velho. Instituto Estrada Real. Disponível em: <https://institutoestrada-real.com.br/roteiros-planilhados/caminho-velho/> . Acesso em 14 de agosto de 2022.

¹⁰⁸ Editado pela Prefeitura de Paraty e apresentado à UNESCO em 2008 com o intuito de tornar o Caminho do Ouro em patrimônio da humanidade.

Roseira. Ou seja, mesmo considerando toda a grande extensão territorial do município na época, os produtores de café distribuídos em diversas áreas passaram a ter um acesso facilitado a esta grande inovação nos transportes. Cada produtor poderia a partir de então deslocar sua produção a pontos muito mais próximos de suas propriedades, facilitando e barateando o escoamento.

Assim, a chegada da ferrovia significou uma mudança qualitativa no quadro da cafeicultura em Guaratinguetá e no Vale do Paraíba paulista. Sob este novo impulso, é possível que a cafeicultura tenha finalmente adquirido um ritmo mais intenso de expansão no município, o que ajuda a explicar o registro mais elevado de produção nas décadas de 1880 e 1890 e a existência de terras ainda propícias para novos cultivos. Somada à intensificação do tráfico interno de escravizados no mesmo período, demonstrada por José Flávio Motta, com a expansão do mercado dos EUA naquele período e o declínio de zonas concorrentes, como Java, estavam dadas as condições favoráveis ao café. Desta forma, uma área que havia ficado relativamente afastada do dinamismo do mercado mundial até meados do século XIX pôde recrudescer suas ligações com o mesmo a partir da década de 1870.

3. 7. Trabalho e cafeicultura no pós-Abolição

Meu povo seguiu rumando de um canto para outro, procurando trabalho. Buscando terra e morada. Um lugar onde pudesse plantar e colher. Onde tivesse uma tapera para chamar de casa. Os donos já não podiam ter mais escravos, por causa da lei, mas precisavam deles. Então, foi assim que passaram a chamar os escravos de trabalhadores e moradores.

Itamar Vieira Junior

Como já afirmamos, uma parte relevante da historiografia tendeu a localizar nas diferentes formas de exploração do trabalho a principal diferença entre o Oeste paulista e as antigas regiões produtoras do Vale do Paraíba. Se considerarmos que o Vale do Paraíba manteve um grande número de escravizados até o limite da Abolição e que a imigração para a região teve um volume bastante reduzido e limitado no sentido de suprir sua demanda por mão de obra, de fato as circunstâncias da produção do café neste aspecto apresentavam um problema complexo.

Contudo, é necessário realizar algumas ponderações. Primeiro, se considerarmos corretos os dados apresentados por Sergio Milliet (1941), a população do Vale do Paraíba segue crescendo até os anos 1920. Este crescimento não foi uniforme em todos os municípios do Vale do Paraíba paulista: enquanto alguns aumentavam seu contingente populacional, como Guaratinguetá e Taubaté, outros passavam pelo movimento contrário, como Bananal e Queluz entre 1890 e 1900, ou mantinham um crescimento vagaroso como Areias. Na Tabela 25, podemos verificar essas variações populacionais em alguns municípios do Vale do Paraíba paulista:

Tabela 25 - Número de habitantes em municípios do Vale do Paraíba Paulista (1872 - 1900).

Município/Ano	1872	1890	1900
Guaratinguetá	20.837	30.690	38.263
Areias	5.717	7.105	8.858
Queluz	5.134	6.612	4.747
Bananal	15.606	15.435	5.473
Taubaté	21.089	20.773	36.723

Fontes: BRASIL (1872), BRASIL (1898) e BRASIL (1905).

Em sua edição de 26 de abril de 1900, o jornal *Correio do Norte* - editado em Guaratinguetá - cita em uma de suas notas que o “Êxodo das famílias de Areas para esta continúua a ser constante” (CORREIO DO NORTE, 1900, p. 03). Embora o jornal traga este relato no contexto de medidas adotadas contra a febre amarela, se for correto o que argumentamos a respeito

de que a região de Areias teria sofrido um declínio do café antes de Guaratinguetá e talvez de forma mais intensa e sensível, é possível que parte dos habitantes das “zonas mortas” do Vale buscasse melhores condições de vida e de trabalho em outros municípios da região. Evidentemente, a comprovação desta hipótese demandaria uma pesquisa mais direcionada sobre os movimentos populacionais e o perfil dos mesmos.

Ao mesmo tempo, não encontramos registros nas fontes consultadas – atas de Câmara e imprensa de Guaratinguetá – ou na historiografia sobre grandes migrações de libertos oriundos da região para outros locais após a Abolição. Ou seja, podemos considerar a hipótese de que parcela expressiva da população de libertos permaneceu no Vale do Paraíba, além da população pobre e livre que também compunha a força de trabalho anteriormente. No Oeste paulista, os estudos indicam que foi mais intensa a movimentação dos libertos na busca de áreas urbanas e afastadas das áreas relacionadas à escravidão nas fazendas. Já no Vale do Paraíba e nas regiões mais antigas de produção cafeeira no Sudeste parece ter havido uma tendência maior da população liberta a permanecer nas áreas em que viviam antes da Abolição.

As historiadoras Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos (2004) argumentam que esta tendência se deve ao fato de haver nessas regiões famílias e grupos de ex-escravizados que já viviam na região há algumas gerações, à amenização ao longo dos anos de eventuais rivalidades étnicas entre as populações trazidas da África e a perspectiva de melhores condições de vida devido às relações com a comunidade local¹⁰⁹. Desta forma, as autoras descrevem os dilemas que envolviam a escolha dos libertos a respeito de permanecer ou de se mudar das áreas em que vivenciaram a escravidão:

Deixar ou não as fazendas onde conheceram o cativo foi uma decisão estratégica a ser tomada pelos últimos cativos após a abolição. O exercício da recém adquirida liberdade de movimentação teria que levar em conta as possibilidades de conseguir condições de sobrevivência que permitissem realizar outros aspectos tão ou mais importantes da visão de liberdade dos últimos cativos, como as

¹⁰⁹ MATTOS, Hebe M.; RIOS, Ana M. *O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Topoi, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 171-183.

possibilidades de vida em família, moradia e produção doméstica, de maior controle sobre o tempo e ritmos de trabalho e, de modo geral, sobre as condições dos contratos a serem obtidos (de parceria, empreitada ou trabalho a jornada) tendo em vista as dificuldades então colocadas para o acesso direto ao uso da terra. (MATTOS; RIOS; 2004; 179-180).

O historiador Warren Dean (1977) questiona a afirmação corriqueira de que necessariamente a mão de obra imigrante europeia seria dotada de maior capacidade produtiva do que a mão de obra de origem local:

O recenseamento agrícola de 1905 apresenta alguns dados que refutam a noção da suposta ineficácia do trabalhador brasileiro. A produção por trabalhador se correlaciona acentuadamente com a produção por pé. As fazendas de Rio Claro com produtividade acima da média por ambos os parâmetros tinham uma porcentagem ligeiramente maior de brasileiros em sua força de trabalho. Em fazendas com produtividade acima da média por pé, e produtividade abaixo da média por trabalhador, os brasileiros constituíam uma porcentagem maior, mas esse dado é prejudicado por uma fazenda que tinha uma força de trabalho inteiramente constituída de 162 brasileiros; de outro modo, a sua proporção naquela categoria seria de 22 por cento. As quatro fazendas com produção acima da média por trabalhador, apesar de produtividade abaixo da média por pé, tinham a porcentagem mais alta de trabalhadores brasileiros. É evidente que em Rio Claro os italianos não melhoraram a produtividade do café nas fazendas (DEAN, 1977, p. 166).

No mesmo sentido, Claudia Tessari (2012) analisa os discursos de desqualificação do trabalhador nacional intensificados em associação com as propostas de fortalecimento da imigração como alternativa para o cenário pós-Abolição. Apesar dessa depreciação do trabalhador nacional pobre livre, que incorporava à população negra recém-liberta, Tessari argumenta que sua mão de obra permaneceu sendo utilizada não apenas de forma lateral e acessória como assinala grande parte da historiografia, mas como estruturante do processo produtivo principalmente por meio do trabalho temporário sazonal.

Em Guaratinguetá, há indícios de que havia um movimento de intensificação da exploração de formas de trabalho livre associadas à escravidão pelo menos desde a década de 1870. O *Almanak da Província de São Paulo para 1873* descreve o seguinte:

No Municipio existem fazendeiros que já trabalham com braços livres, sendo para notar que a quantidade destes trabalhadores, no caso de serem aplicados à lavoura, é considerável. Até 30 de setembro foram matriculados 4.672 escravos e 141 ingênuos, em uma população aproximadamente de 35.000 habitantes (FONSECA; LUNÓ, 1873, p. 205).

Assim, a escravidão permanecia como principal forma de exploração do trabalho nas lavouras em Guaratinguetá, mas era associada a formas de trabalho livre. José de Souza Martins (2009) indica que, no período escravista, o trabalho de derrubada das matas e formação dos cafezais era comumente atribuído a trabalhadores livres e pobres que podiam receber pequenas quantias em dinheiro e principalmente a autorização para plantar mantimentos em parcela da terra¹¹⁰. Ou seja, ainda no período escravista, havia uma articulação íntima do trabalho escravizado com a exploração do trabalho livre.

Além disso, diversos autores apontam que no período logo posterior à Abolição teria se consolidado o sistema de parceria – ou variações deste – como principal forma de organização do trabalho no Vale do Paraíba.¹¹¹ Esta teria sido uma das diferenças entre a cafeicultura no Vale do Paraíba pós-Abolição e no Oeste Paulista, onde teria se tornado majoritário o sistema do colonato. O sistema de parceria consiste na destinação de porções de terras das fazendas normalmente já com cafezais para ocupação de trabalhadores pobres que realizavam a carpa e a colheita. Era-lhes permitido, ao mesmo tempo, plantar mantimentos e criar animais em sua parcela de terra respectiva como forma de subsistência e eventualmente vender seus produtos caso houvesse excedente. Geralmente não havia pagamento de salários, mas poderia haver alguma divisão da produção entre o fazendeiro e o trabalhador

¹¹⁰ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Editora Contexto, 2009, p. 150.

¹¹¹ É o caso de Stein (1990), Fragoso (1983) e Martins (2009).

pobre, em regra geral em vantagem do primeiro. Para o fazendeiro, este sistema tinha como uma das vantagens o compartilhamento dos riscos, já que o trabalhador necessitava do produto para obter sua remuneração e servia como reserva fixa de mão de obra para os períodos de maior trabalho nas lavouras de café. Além disso, era vantajoso para aqueles que não tinham condições de explorar economicamente todas as suas terras e poderiam ampliar seus ganhos por meio desse tipo de regime, além das benfeitorias que compunham a renda da terra.

Já o sistema de colonato, com maior vigência no Oeste de São Paulo, consistia na destinação de uma porção de terra a um colono que devia cuidar dos cafezais e colher o café junto com sua família. Também podia plantar mantimentos e criar animais para sustentar a sobrevivência e eventualmente levar o excedente ao mercado, em alguns casos sob parceria com o fazendeiro. Mas ao final do período normalmente de um ano, recebia uma remuneração em dinheiro e o produto ficava sob posse do proprietário da terra. Conforme nos informa Martins, a remuneração anual recebida era em média o equivalente ao dinheiro necessário para alimentação de uma família operária durante quatro meses em São Paulo¹¹².

Se de fato em Guaratinguetá também prevaleceram variações do sistema de parceria nos primeiros anos pós-Abolição, é bem provável que ao contingente de trabalhadores livres e pobres já existente somou-se uma parcela considerável de libertos. Apesar de alterado o estatuto jurídico dos escravizados, para muitos a manutenção dos processos de trabalho e das técnicas de cultivo estabeleceu linhas de continuidade na experiência como trabalhador livre em relação ao período da escravidão. No quadro das estratégias que estes sujeitos poderiam adotar no novo cenário pós-Abolição, suas visões de liberdade em torno da ideia de viver sobre si estruturavam suas escolhas frente às condições impostas¹¹³. As formatações de organização do trabalho livre anteriores à Abolição parecem ter informado substancialmente a reorganização realizada pós-Abolição numa localidade onde a escravidão se

¹¹² MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. Editora Contexto, 2009, p. 128-129.

¹¹³ CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

manteve como principal forma de exploração do trabalho nas lavouras até 1888.

Ao mesmo tempo, outras formas de mobilização do trabalho livre também ganham espaço ao longo dos anos. O Censo Agrícola de 1904-1905 traz um questionário que, entre diversos elementos, destaca quais sistemas de trabalho agrícola eram empregados em Guaratinguetá - contrato, parceria ou salário - e diz que: "Todos. O mais seguido é o salário de 2\$ a 2\$500 a secco"¹¹⁴. Embora não tenhamos elementos para dimensionar exatamente a proporção do que se afirma, é um indício relevante de que o sistema de salário tornava-se fundamental para a mobilização da força de trabalho em Guaratinguetá.

Como a região do município era de ocupação antiga e sem terras devolutas, as possibilidades de acesso direto à terra eram mais limitadas do que nas regiões de fronteira. Assim, o sistema de parceria era uma das alternativas de sobrevivência para os trabalhadores pobres e os embrenhava numa rede de sociabilidade específica, em que seus interesses em grande medida podiam aparecer como entrelaçados aos dos grandes proprietários fundiários (FRANCO, 1997)¹¹⁵.

No entanto, havia um limite para a incorporação de trabalhadores a este sistema em grande medida devido à falta de disponibilidade de terras, o que pode ter levado um contingente cada vez maior da população de trabalhadores pobres - inclusive os recém libertos da escravidão - a alocarem-se em áreas mais próximas aos núcleos urbanos, nas proximidades dos afluentes do rio Paraíba do Sul, e vender sua força de trabalho sob a forma de salários de acordo com a demanda sazonal da cafeicultura e de outras atividades no

¹¹⁴ SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica de Campinas no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

¹¹⁵ "Em suma as relações entre senhor e dependente *aparecem* como inclinação de vontades no mesmo sentido, como harmonia, e não como imposição da vontade do mais forte sobre a do mais fraco, como luta. Em consequência, as tensões inerentes essas relações estão profundamente ocultas, havendo escassas possibilidades de emergência à consciência dos dominados" (FRANCO, 1997, p. 94-95).

contexto urbano¹¹⁶. Esse desperdício de força de trabalho relegava grande parte da população a condições de miséria e acesso ao mínimo necessário para a sobrevivência (FRANCO, 1997, p. 34-35).

Isto pode ajudar a explicar a origem de comunidades majoritariamente compostas pela população negra em Guaratinguetá localizadas na antiga Boa Vista (atual Jardim Tamandaré), sentido ao bairro dos Mottas; no morro da Pedreira e Alto das Almas; nos subúrbios do Campo do Galvão, no sentido de Aparecida, e da Santa Rita, no sentido de Lorena. São diversos os relatos de moradores do bairro Jardim Tamandaré sobre seus antepassados que migraram do bairro rural dos Mottas para a região da então rua Boa Vista no início do século XX¹¹⁷. Um deles é o de Maria Aparecida dos Santos (2013) a respeito de seu bisavô:

Meu bisavô veio de navio da África [...] e também trouxe o jongo que era sua tradição. Ele morou primeiro em um sítio na região dos Mottas, onde criou seus filhos. Lá trabalhava na roça plantando café, feijão, mandioca, milho e outros produtos. Depois ele comprou um terreno aqui no Tamandaré e veio morar com a minha avó e as três filhas, no mesmo local onde estamos até a data de hoje (SANTOS, 2013, p. 58).

Outro relato que indica a paulatina migração de famílias negras da zona rural para áreas mais próximas do núcleo urbano, tendo por consequência o adensamento das sociabilidades nesta nova dinâmica espacial, indica o deslocamento da prática do jongo para as proximidades da cidade. Este relato é feito por Jéferson Alves de Oliveira a respeito de seu avô Dito Prudente:

Um dos jogueiros antigos mais conhecidos e mais admirados até hoje em dia é o Senhor Benedito Prudente dos Santos, ou simplesmente o Seu Dito Prudente. [...] Ele era encarregado da fazenda do senhor Francisco Motta, onde criou seus nove filhos numa época em que

¹¹⁶ Claudia Tessari (2011) identifica no Oeste paulista uma dinâmica de associação entre o colonato e o trabalho temporário sazonal. Em Guaratinguetá e no Vale do Paraíba, é possível considerar a hipótese de que se estabeleceu uma dinâmica análoga de associação entre o sistema de parceria e o trabalho sazonal, embora ainda seja necessário o desenvolvimento de mais pesquisas sobre esta problemática.

¹¹⁷ Ver também KISHIMOTO e TRONCARELLI, 2012, p. 50-51.

ainda não existia o Jardim Tamandaré; a fazenda tomava conta de todo o local onde se encontra o bairro hoje. [...] Em noite de festa, o seu Dito Prudente se arrumava, colocava o seu chapéu e vinha para a reza, que na época era feita na Santa Cruz do Canjarra, na estrada dos Mottas. Depois da reza, ele vinha com os demais jongueiros para a rua da Boa Vista, eles acendiam a fogueira e logo se começava o jongo (OLIVEIRA, 2013, p. 49)¹¹⁸.

Levando em conta o crescimento populacional registrado naqueles anos, podemos considerar a hipótese de que havia uma força de trabalho latente e que esta podia ser mobilizada sazonal e temporariamente nos momentos de maior necessidade das grandes lavouras. Isto seria válido tanto no período de auge da cafeicultura no decorrer da década de 1890 como também nos momentos mais dramáticos da crise no início do século XX.

Em 01 de setembro de 1892, lemos no jornal *Gazetinha* um anúncio informando que a Fazenda Santa Cruz, no bairro dos Mottas, estava contratando trabalhadores para a colheita, para a capina e para a formação dos cafezais (GAZETINHA, 01/09/1892, n. 526). Em 1904-1905, esta fazenda, propriedade Manoel Joaquim Pereira, tinha 160 alqueires paulistas de extensão, sendo que 25 alqueires eram ocupados com 50.000 pés de café, com uma produção anual de 1.500 arrobas. Anúncios semelhantes são encontrados em todo o período ao longo da década de 1890 e 1900 nos jornais guaratinguetaenses, o que reforça a demanda sazonal de trabalhadores no campo que eram buscados inclusive no meio urbano.

No entanto, é sempre preciso cautela na caracterização das relações de trabalho no contexto pós-Abolição, tendo em vista que a transição ao trabalho livre não se realizou linearmente, mas sim em associação com formas diversas de coerção. No dia 05 de maio de 1907, o jornal *Gazeta Paulista* publicou um texto intitulado *Em favor dos fracos* em que denuncia uma situação de trabalho

¹¹⁸ O mesmo Jéferson Alves de Oliveira relata a existência na tradição oral de uma comunidade nas proximidades do bairro dos Mottas conhecida como Quilombo dos Forros, queria originado parte da população que migrou gradualmente ao longo das décadas para as proximidades do núcleo urbano. Ver em GRANATO, Fernando. Unidos pela exclusão, escravizados e hansenianos se refugiaram em quilombo no interior de São Paulo. Folha de São Paulo, São Paulo, 29/04/2023.

compulsório numa das fazendas do então Comendador Antonio Rodrigues Alves. O artigo descreve a situação da seguinte forma:

Manoel Teixeira é um pobre preto, boçal e ignorante que trabalhava para José de Castro, filho de Ignacio de Castro. Para casar-se Manoel Teixeira contrahio dívidas e ficou devendo 43\$000 a seu patrão. Castro vendeu a dívida a Antonio Antunes, empregado da fazenda do Comendador Antonio Rodrigues Alves e para lá mandou Manuel Teixeira, afim de pagá-la. Diz o pobre Teixeira que ganhando tão pouco e a conta crescia tanto que via-se seriamente atrapalhado e tratou de procurar melhorar de sorte. Veio para esta cidade e tratou serviço com o Dr. Godô Gama e para lá foi trabalhar. Um dia destes ahí appareceu o soldado Bemvindo, do destacamento desta cidade e intimou Manoel Teixeira para comparecer à presença do Subdelegado de Polícia que é o sr. tent. José de Oliveira Alves, sobrinho do sr. Comendador Antonio Rodrigues Alves. Obedecendo à intimação, compareceu à presença do dr. Subdelegado em companhia de seu pai, e então foi por ordem do mesmo Subdelegado recolhido a enxovia, de onde sahio no dia seguinte, de manhã, para seguir para a Fazenda do dr. Comendador Antonio Rodrigues Alves, acompanhado pelo soldado Isaac, do destacamento da cidade. Chegados à Fazenda do Paiol, o *Capitão do Matto* que lá estava, recebeu Teixeira com estas palavras: “este cachorro merecia uma boa sova de couro, mas eu não o quero aqui; leve-o para a Fazenda da Serra”. E lá se foi Manoel Teixeira para a Fazenda da Serra, onde *ficou entregue*, voltando o conductor para esta cidade (GAZETA PAULISTA, 1907, p. 01).

O autor do texto no jornal de propriedade de Octavio Marcondes Guimarães afirma que orientou Manoel Teixeira a seguir para o trabalho que mais lhe fosse mais conveniente, pois o tempo do cativo havia acabado. Como garantia, é afirmado no texto que, se fosse necessário, entrariam com um pedido de *Habeas corpus* para Teixeira e para qualquer outro trabalhador que vivenciasse situação semelhante. Além disso, o artigo critica duramente a ação ilegal da polícia para prender e direcionar um indivíduo a um trabalho compulsório¹¹⁹. Portanto, este caso evidencia a existência de medidas coercitivas dos grandes proprietários de terras na mobilização da força de

¹¹⁹ O mesmo artigo da *Gazeta Paulista* é analisado por MOTA, PAPALI e ZANETTI (2022).

trabalho, como o uso de dívidas e até mesmo a articulação com as forças públicas de coerção. Ao mesmo tempo, fica evidenciada a tensão existente em torno dessas relações de trabalho, em que as contradições políticas no seio da sociedade versada nas leis, abria margens para que esses trabalhadores pobres pudessem se defender inclusive por meios legais. De todo modo, para uma parcela da população pobre, o trabalho compulsório permaneceu como realidade efetiva no pós-Abolição no Vale do Paraíba paulista.

Além dos elementos anteriores, soma-se a intensificação da política imigratória. Com a Abolição da escravidão e o advento da República, o Estado brasileiro – em nível federal e em nível estadual especialmente por meio de São Paulo – passou a dedicar um montante enorme de recursos públicos para financiar a imigração de origem europeia como fonte de mão de obra para as lavouras¹²⁰. Desde os anos finais do Império havia uma discussão sobre a possibilidade de instalação de colônias de imigrantes na região, como podemos notar no relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por Rodrigues Alves em 10 de janeiro de 1888:

A parte Norte, ou melhor Nordeste da Província, precisa entrar no movimento [da imigração]. Si bem grande número de municípios dessa zona tenham no trabalhador nacional um bom elemento de substituição para o agente escravo e em muitos estabelecimentos agrícolas esse trabalho tenha já certa organização, todavia estou convencido que a entrada de trabalhadores estrangeiros concorrerá muito eficazmente para que se activem as fontes da produção e se reanimem as culturas existentes (SÃO PAULO, 1888, p. 33).

O Vale do Paraíba recebeu então algumas colônias de imigrantes no início da República, como o caso da colônia do Piaguhy em Guaratinguetá e de Quiririm em Taubaté. A colônia do Piaguhy tinha como característica a venda de pequenos lotes de terras para imigrantes que podiam dispor do recurso para comprá-las e a administração era realizada pelo governo estadual basicamente na primeira década de sua existência.

¹²⁰ Warren Dean (1977) cita que o governo do Estado de São Paulo gastou cerca de 42 milhões de mil-réis para financiar a imigração até 1904.

Entretanto, já nesse momento era perceptível a preferência dos imigrantes pelas chamadas zonas novas, com melhores condições ambientais e maior disponibilidade de terras. O núcleo colonial do Piaguhy reúne em torno de quinhentos habitantes no período em que foi administrado pelo governo estadual (1891 - 1901), sendo que uma parte crescente de sua população era composta por indivíduos nascidos no Brasil. A instalação de colônias no Vale do Paraíba parecia visar um acréscimo populacional que poderia contribuir no trabalho nas lavouras de café no trato e na colheita, mas também fixar os imigrantes na região com a finalidade de incrementar a produção de alimentos, conforme indicava Bernardino de Campos em sua mensagem enviada ao Congresso Estadual em 07 de abril de 1896 (SÃO PAULO, 1916).

Tão importante quanto a disponibilidade de mão de obra é o seu padrão de exploração. Outros trabalhos que investigaram a cafeicultura no século XIX identificaram um movimento de incremento no montante de café colhido por trabalhador acompanhando o movimento de montagem, crescimento e apogeu dessa atividade econômica. O historiador Breno Aparecido Servidone Moreno (2022) realiza uma síntese, com base na historiografia disponível, que indica a ocorrência de movimentos semelhantes de crescimento do número de pés de café e de massa do produto por trabalhador escravizado em localidades como Bananal, Vassouras, Capivary, Cantagalo e Zona da Mata de Minas Gerais¹²¹. Para Guaratinguetá no âmbito desta pesquisa, as fontes em que pudemos encontrar informes sobre o número de trabalhadores - escravizados ou livres -, produção e número de pés de café foram: os recenseamentos populacionais de 1854 e 1886, os Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo e o Censo Agrícola de 1904-1905. Assim, buscamos visualizar se a mesma tendência verificada em outros municípios ocorre também em Guaratinguetá:

¹²¹ Os autores citados por Moreno (2022) que realizaram cálculos a respeito do padrão de exploração dos trabalhadores escravizados no Vale do Paraíba são: Ricardo Salles (2008), Hebe Mattos de Castro (1987), Rodrigo Marreto (2019), Bruno Vittoretto (2016), Pedro C. de Mello (1984) (*apud* MORENO, 2022).

Tabela 26 – Evolução da média de quilogramas de café por trabalhador (escravizado ou livre) em Guaratinguetá (1854 – 1906)

Anos	Número de trabalhadores	Produção (kg)	Média kg / trabalhador
1854	1.605	1.513.275	942,9
1886-1887	3.165	5.250.000	1.658,8
1904-05	3.772	4.169.100	1.105,3
1905	3.927	2.248.500	572,6
1906	3.927	2.700.000	687,6

Fontes: OLIVEIRA (1854), Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística - (Introdução) (1888); SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS (1907); e SÃO PAULO (1905 - 1906).

Nota geral: o cálculo de média de quilogramas de café por trabalhador foi realizado por João Luís Lemos de Paula Santos no contexto da pesquisa para esta dissertação.

Em 1854, o recenseamento aponta que nas fazendas cafeeiras havia 1.605 escravizados e a média de quilogramas de café por cada um deles era de 942,9. Pouco mais de trinta anos depois, o *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística* a respeito do ano de 1886 registrava o montante de 350.000 arrobas de café produzidas em Guaratinguetá e o número de escravizados matriculados até 30 de março de 1887 era de 3.165 indivíduos. Desta forma, a média de quilogramas anuais de café por trabalhador cresceu naquele período ao número de 1.658,77¹²². Assim, comparando o momento de expansão do café em Guaratinguetá na década de 1850 com seu período de madureza no

¹²² É importante destacar que o recenseamento não especifica as idades dos escravizados e nem mesmo o número diretamente empregado na lavoura, o que pode levar a subestimação da média de arrobas por escravizado ao contabilizar o número total de escravizados das fazendas. Com relação a 1886, a subestimação pode ser ainda maior nesse sentido, pois o número de escravizados que dispomos corresponde a todo o município, não apenas às unidades cafeeicultoras. Porém, é possível que a não contabilização da mão de obra livre gere um pouco mais de equilíbrio para a estimativa que elaboramos tendo em vista que, como vimos, já era em alguma medida utilizada na cafeicultura naquele momento. De todo modo, cabe enfatizar que o procedimento desses cálculos nos permite uma aproximação à dinâmica da exploração do trabalho, embora deva ser considerado com cautela.

final da década de 1880, notamos um sensível crescimento do montante de café por escravizado de acordo com os diversos estágios da cafeicultura, semelhante ao que ocorreu em outras localidades.

No período após a Abolição, o Censo Agrícola de 1904-1905 registra o número de trabalhadores em cada propriedade e o montante da produção de café. Nas unidades cafeicultoras, são 3.772 trabalhadores e são produzidos 4.169.100 quilogramas de café. Portanto, são 1.105,3 quilogramas anuais por trabalhador¹²³. É importante destacar que a Abolição gerou uma situação qualitativamente diferente de organização do trabalho, o que complexifica uma comparação estritamente quantitativa entre os termos que propomos. No entanto, parece-nos significativo perceber que o padrão de exploração da força de trabalho continuou relativamente elevado e com índices semelhantes com os registrados, por exemplo, em Bananal no final da década de 1870 quando esta localidade vivia um período de sobrevida do café por meio da destruição das reservas de matas e da intensificação da exploração do trabalho escravo¹²⁴.

Além da média geral do montante de café por trabalhador, podemos esmiuçar por meio do Censo Agrícola de 1904-1905 o mesmo índice para cada classe de propriedade. Primeiro, é preciso destacar que as diferentes classes de propriedade carregavam características específicas em relação à organização do trabalho. Na Tabela 27, podemos perceber que a média de trabalhadores por propriedade aumenta sensivelmente quanto maiores as unidades. Nas pequenas propriedades, temos um número que sugere o predomínio do trabalho basicamente familiar. Nas médias propriedades, é registrado um número maior do que o dobro em relação ao encontrado nas pequenas, o que indica que aqui o trabalho devia combinar formas de trabalho familiar com outros tipos de mobilização do trabalho livre. Nas grandes propriedades, a média de trabalhadores por unidade chega a 19,3, o que indica

¹²³ É importante enfatizar que o Censo Agrícola não especifica se havia uma proporção entre trabalhadores permanentes e temporários nos números que apresenta.

¹²⁴ MORENO, B. A. S. Desbravando os sertões da Piedade: terra e trabalho no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c. 1800-1880). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paul. São Paulo, 2022, p. 263.

já um predomínio de outras formas de arregimentação para além do trabalho familiar. Por fim, nos latifúndios, a média de trabalhadores por unidade supera em mais que o dobro inclusive do número registrado para as grandes, demonstrando uma enorme capacidade de mobilização da força de trabalho.

Tabela 27 – Média de trabalhadores por classe de propriedade em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905)

Classes de propriedade	Média trabalhadores/propriedade
Pequenas	4,1
Médias	11,4
Grandes	19,3
Latifúndios	50,0

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Nota geral: o cálculo da média de trabalhadores por propriedade foi realizado por João Luís Lemos de Paula Santos no contexto da pesquisa para esta dissertação.

Conforme podemos verificar na Tabela 28, o índice de produção anual de café por indivíduo mobilizado como força de trabalho era bastante desigual considerando a distribuição das propriedades nas diferentes classes. A proporção entre o indicador para os latifúndios e as pequenas propriedades é próxima a três para um e entre os latifúndios e as médias propriedades é de dois para um. Já as grandes propriedades superavam o dobro do indicador das pequenas e chegavam a quase isso em relação às médias unidades. As médias propriedades registravam um índice cerca de dois quintos maior do que as pequenas. Dessa forma, no caso de Guaratinguetá, a organização do trabalho em maior escala e as distintas formas de socialização da produção tenderam a elevar a quantidade de café correspondente a cada trabalhador. O trabalho familiar, mais característico das pequenas unidades, acabava por reduzir as condições de esforços por trabalhador no cultivo do café.

Tabela 28 - Número médio de produção anual de café por trabalhador segundo classes de propriedades em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).

Tipos de propriedade	Número de trabalhadores	de Produção de café (kg)	Média kg / trabalhador
Pequenas	585	346.200	591,74
Médias	1.344	1.116.150	830,47
Grandes	1.583	2.273.250	1.436,04
Latifúndios	260	433.500	1.667,31

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Nota geral: O cálculo da média de quilogramas produzidos de café por trabalhador foi realizado por João Luís Lemos de Paula Santos no contexto da pesquisa para esta dissertação.

Outro elemento que podemos destacar é a média de cafeeiros para cada trabalhador nas lavouras. De acordo com as informações sistematizadas na Tabela 29, da mesma forma que a média de produção, o número de pés de café por trabalhador aumentava nas fazendas maiores. Tanto nas grandes propriedades quanto nos latifúndios o número de pés de café chega a superar a marca de 4.000 pés de café por indivíduo. É possível que o número esteja superestimado se considerarmos que era relativamente comum a prática de contratação ocasional de trabalhadores para contribuir em certas etapas do trabalho, especialmente a colheita. Ainda assim não deixa de ser impressionante o grande número de arbustos para cada trabalhador. Com um número tão elevado, é possível que estivesse em curso um processo de incremento de sobre-trabalho como forma de compensação à baixa produtividade já característica da cafeicultura no município e as restrições de lucros devido à crise dos preços.

Tabela 29 - Número médio de pés de café para cada trabalhador por classe de propriedade em Guaratinguetá (Censo Agrícola 1904-1905).

Classes de propriedade	Número de trabalhadores	Nº de pés de café	Média pés de café / trabalhador
Pequenas	585	814.000	1.391,45
Médias	1.344	3.320.000	2.470,24
Grandes	1.583	6.335.000	4.001,89
Latifúndios	260	1.110.000	4.230,77
Total	3.772	11.579.000	3.069,72

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.

Nota geral: O cálculo da média de pés de café por trabalhador foi realizado por João Luís Lemos de Paula Santos no contexto da pesquisa para esta dissertação.

Ou seja, embora não possamos de modo algum ignorar as especificidades inerentes ao trabalho escravizado e as profundas mudanças marcadas pela adoção de sistemas de trabalho livre nas relações sociais e econômicas, na experiência social dos indivíduos libertos e suas expectativas, o elevado grau de exploração da força de trabalho reforça certas continuidades nos processos de trabalho utilizados para elevação dos ganhos dos cafeicultores. Então, a tendência de crescimento da produção cafeeira em Guaratinguetá na década de 1890 foi embasada num patamar intenso de trabalho, agora por meio do sistema de parceria, salários e outros.

A Abolição consolidou transformações nas relações de trabalho com a adoção de sistemas de trabalho livre. Tanto os trabalhadores pobres livres antes de 1888 e os recém libertos - embora seja necessário conhecer melhor essa proporção - executavam no ensejo dessas transformações basicamente as mesmas tarefas e processos de outrora, o que possibilitou a geração de lucros e a acumulação necessária para inversões inclusive em novos cafezais no final do XIX e início do XX. A ideia de que ocorreria uma desorganização completa do trabalho se ocorresse a Abolição, alardeada pelos escravistas no

período anterior a 1888 com o objetivo de manter a escravidão, demonstrou-se uma falácia.

Apesar disso, seguindo a grita geral de agricultores em todo o Estado de São Paulo, também se faz presente em Guaratinguetá o discurso a respeito da “falta de braços para a lavoura”. No dia 21 de maio de 1891, é feita uma indicação do então intendente Lycurgo de Castro Santos na Câmara Municipal de Guaratinguetá a respeito da instalação de um núcleo colonial em Guaratinguetá, que viria a dar origem ao já citado núcleo colonial do Piaguhy. Nas palavras registradas na ata daquela sessão:

Indico que, começando a escacear neste município os braços para a lavoura este Conselho de Intendência oficia ao Exm. Senh. Dr. Governador do Estado para que seja levado a efeito neste município um nucleo colonial e de imigração tanto mais quanto este Conselho possui cazas e terrenos municipaes próprios para esse mister (GUARATINGUETÁ, 1891, 21/05/1891).

Para muitos proprietários de terras, a imigração europeia era vista como principal maneira de suprir as necessidades de força de trabalho para a lavoura cafeeira. Os pressupostos para a destinação de enormes recursos públicos e privados nesta direção estavam intrinsecamente carregados por uma visão racista com relação à população negra liberta. Buscavam trabalhadores que supostamente não seriam propensos “ao ócio e à vadiagem”, características que atribuíam à população pobre nacional, particularmente a recém-liberta¹²⁵. Pouco tempo depois da aprovação do núcleo colonial do Piaguhy, a Câmara Municipal de Guaratinguetá aprovou indicação ao Congresso Estadual favorável à aprovação da imigração asiática (GUARATINGUETÁ, 26/08/1892). Em artigo assinado por Magalhães Penido publicado no jornal guaratinguetaense *A Gazetinha* em 1895, é feita também a defesa da imigração asiática como solução para o problema da falta de braços (A

¹²⁵ Em seu relatório, tratando sobre o destino dos libertos, Rodrigues Alves afirma o seguinte: “Creio, porém, que a maior parte, pelo menos no primeiro período da libertação, fugirá ao trabalho, entregando-se ao ócio e à vadiagem” (SÃO PAULO, 1888, p. 22).

GAZETINHA, 1895, n. 789). Ocorre que a imigração asiática não é efetivada de acordo com as expectativas.

Se havia um contingente populacional crescente em Guaratinguetá que poderia elevar a disponibilidade de força de trabalho e se estava em curso um processo de transformação das relações de trabalho pós-Abolição por meio da combinação de diversas formas de trabalho livre e aumento do sobre-trabalho, como explicar tantos reclamos sobre a alardeada “falta de braços”? José de Souza Martins explica esta situação da seguinte maneira:

Durante mais de um século, a “falta de braços para a lavoura” foi a mais reiterada reclamação dos fazendeiros, mesmo em momentos de crise de superprodução e de baixa nos preços do café, como ocorreu na passagem do século XIX para o século XX. Isso era mais do que a reposição cíclica da mão de obra, já que o colono tinha uma existência transitória na fazenda. A reivindicação constituía, na verdade, o meio de pressão para uma permanente obtenção do subsídio disfarçado, na imigração subsidiada, que ampliava a oferta de trabalhadores em relação à procura (MARTINS, 2009, p. 65).

Dessa forma, por um lado, a pressão em torno do discurso da “falta de braços” servia como argumento político para elevar a oferta de mão de obra e assim baratear seus custos por meio de subsídios do Estado. E, de fato, a pressão surtiu efeito e um volume enorme de recursos públicos foram aplicados na política imigratória principalmente na Primeira República.

É preciso ponderar, entretanto, que o processo de transformações nas relações de trabalho pós-Abolição era bastante complexo. O crescimento populacional por si mesmo não garante necessariamente uma oferta de força de trabalho a ser arregimentada sob a forma de mão de obra livre. As relações entre os trabalhadores pobres com a terra continuaram múltiplas e eram informadas por um universo cultural em vários sentidos dissonante das demandas do mercado capitalista que regia a economia brasileira de um modo geral. O sistema de parceria mantinha a reprodução desses indivíduos e famílias em grande medida fora do mercado ao retirarem a maior parte de seus meios de subsistência em suas roças e criações. Soma-se a isso a dispersão da propriedade fundiária que, como vimos, era relativamente elevada em

Guaratinguetá, mesmo que os pequenos proprietários pudessem fornecer ocasionalmente parte da mão de obra para as grandes propriedades. Por fim, o próprio desenvolvimento das forças produtivas baseadas em técnicas rudimentares e o declínio da produtividade no final do XIX conduziam a manutenção de vínculos entre essa parcela trabalhadora e a terra¹²⁶.

Deste modo, as estratégias adotadas por esta parcela trabalhadora pobre, inclusive a liberta em 1888, que priorizavam suas próprias condições de existência nas suas roças muitas vezes em detrimento dos interesses dos grandes cafeicultores em utilizar sua mão de obra nas grandes lavouras, foram atacadas por todo tipo de discurso depreciativo contra os caipiras e os negros associados ao “ócio e à vadiagem”. Ao passo que, no âmbito de uma estrutura fundiária profundamente desigual, criavam-se vínculos de associação e exercício de poder assimétricos entre os detentores da terra e os trabalhadores pobres. O discurso a respeito do escasseamento da mão de obra possuía, portanto, tanto a dimensão da pressão para barateamento da mão de obra quanto a reprodução de desigualdades econômicas, de prestígio social e de exercício do poder. Frente a um cenário de combinação de grandes dificuldades para a manutenção da produção cafeeira no Vale do Paraíba, houve uma reconfiguração das relações de trabalho ora mais ora menos efetiva que compôs as condições para a continuidade das atividades produtivas na região.

Quando a rubiácea propulsora de fortunas no Sudeste brasileiro ao longo do século XIX e início do XX chegou a uma Guaratinguetá já condicionada pelos séculos de colonização e pela atividade canavieira, a posse da terra já estava substancialmente concentrada em poucas mãos. A cafeicultura, por sua vez, parece ter se estruturado por meio da manutenção de um quadro de profunda desigualdade no acesso à terra. Embora houvesse um número elevado de pequenos proprietários e que aparentemente estivesse em curso um movimento de reequilíbrio entre grandes e médias propriedades, a

¹²⁶ Esta ideia de que o nível de desenvolvimento das forças produtivas condicionou a manutenção de relações de trabalho como o sistema de parceria no Vale do Paraíba está presente em Fragoso (1983).

maior parte das terras e da riqueza proveniente do café permaneceu concentrada em um grupo pequeno de indivíduos e famílias. Estes reproduziam laços de solidariedade e parentesco entre si e lutavam para manter seu poder econômico e político num quadro de crise e ascensão de classes dirigentes de regiões mais dinâmicas.

Intrinsecamente ligado a este quadro da rede fundiária, as reformulações das relações de trabalho no pós-Abolição que permitiram a resiliência da cafeicultura passaram por um elevado grau de exploração da força de trabalho fixa nas fazendas e ao mesmo tempo sua modulação com a mobilização sazonal e temporária de trabalhadores pobres livres. Nesse contexto, ocorre uma reconfiguração do espaço ocupado pelas populações de libertos e trabalhadores pobres de um modo geral. As proximidades das áreas urbanas passam a ser atrativas, enquanto principalmente para aqueles que permaneciam nas fazendas ou em serviços nos casarões das cidades mantinham linhas de continuidade com a experiência da escravidão, seja pelas técnicas e pelo rigor do trabalho, seja pela manutenção da sobrevivência em grande medida nas pequenas produções que lhes era permitido realizar em suas roças.

A busca pela sustentação da resiliência do café na região parece ter sido uma das principais estratégias adotadas. Mas quais eram as expectativas desses indivíduos e grupos frente a um cenário cada vez mais dificultoso para sua principal atividade econômica? Buscaram combinar outras estratégias com a resiliência do café? Se sim, quais? Tais questões interligavam necessariamente a cafeicultura com outros aspectos da vida social, como a urbanização, a desigualdade social e os debates de projetos que se colocavam como alternativa à crise.

Capítulo 04 – Em busca das *grandezas imagináveis*: estratégias e projetos frente à crise do café

[...] ponho-me a considerar n'um futuro, talvez próximo, talvez longínquo, d'uma era de prosperidade e de riquezas para este poético pedaço do Estado de São Paulo, este ameno vale do Parahyba, coberto de planícies onde cabe toda espécie de plantações de fácil cultivo, cheio de elevações onde os cafezais extensos se alinham imensos, enflorescidos, prometendo safra abundantíssima.

José Nogueira

No dia 26 de julho de 1894, quatro indivíduos adquirem um terreno localizado na margem esquerda do rio Paraíba do Sul em Guaratinguetá pelo valor de quarenta e sete contos de réis. A área onde se localizava o terreno era conhecida como Pedregulho. O terreno pertencia anteriormente ao Tenente Coronel José Leme Barbosa. Os compradores foram o Coronel Virgílio Rodrigues Alves, o Dr. Raphael D'Abney de Avelar Brotero, o Tenente Coronel Raulino José da Silveira e o Major Joaquim da Silva Maia Leitão. No mesmo dia, em reunião da Câmara Municipal, é aprovado requerimento do mesmo Coronel Virgílio Rodrigues Alves objetivando a ampliação do perímetro urbano do município que passava a abranger as novas áreas adquiridas no Pedregulho pelos quatro compradores.

A finalidade da compra do terreno era sua subdivisão em lotes menores que seriam revendidos no que eles chamavam de *Cidade Nova*. Em 03 de fevereiro de 1895 lemos o seguinte anúncio no jornal *O Correio do Norte*:

Achão-se á venda os terrenos do “Pedregulho” divididos em lotes de 20 metros de frente com 50 metros de fundo. As ruas tem 20 metros de largura; todos os quadros perfeitamente esquadrejados e com todas as exigências de uma cidade moderna. O logar é o mais saudável e aprasível desta cidade. Os preços estão ao alcance de todas as fortunas. Estão encarregados da venda dos lotes os srs. Tent. Cel. Raulino José da Silveira e dr. Rafael Dabney d’Avellar Brotero. Os pretendentes que já fizeram encomendas deverão procurar seus títulos com brevidade. (CORREIO DO NORTE, 1895, n. 246, p. 4)¹²⁷.

Os quatro proprietários do projeto Cidade Nova assumiram o compromisso de ceder à Câmara um terreno para a instalação de um cemitério municipal; três terrenos para edifícios públicos; e uma praça com maior perímetro para instalação de um jardim público. Em 23 de agosto de 1894, as Comissões de Justiça e de Obras da Câmara Municipal informam a solicitação dos proprietários para que se fizesse um levantamento da planta e nivelamento de todo o terreno de modo que fossem definidas as áreas para cada uma das concessões listadas. Argumentando pela necessidade de ampliar o perímetro urbano devido a escassez de terrenos edificáveis na área então urbanizada, que os serviços solicitados já haviam sido realizados em outros municípios e que os proprietários concederiam terrenos para finalidades públicas, a Câmara autoriza o Intendente Municipal a dispor a quantia de até cinco contos de réis do orçamento público para os serviços solicitados e estabelecidos em contrato.

Em 1897, com recursos do governo estadual, é inaugurada a ponte metálica ligando as duas margens do rio Paraíba do Sul, substituindo a velha ponte de madeira que fazia a ligação anteriormente entre o núcleo urbano central e o Pedregulho. Um ano depois, em 24 de dezembro de 1898, é inaugurada uma linha de bonde por tração animal ligando as duas margens do rio.

¹²⁷ O mesmo anúncio aparece também no dia 27 de janeiro de 1895 no jornal *A Gazetinha*.

Quase cinco anos depois do início do projeto da *Cidade Nova* no Pedregulho, em 05 de janeiro de 1899, a Câmara Municipal autorizou uma proposta de permuta que visava a demolição de casebres de pescadores na beira do rio Paraíba do Sul na área que se almejava urbanizar. A permuta consistia no seguinte: os moradores dos casebres receberiam terrenos no Pedregulho de 5 metros de frente e 20 metros de fundo e, em troca, demoliriam suas edificações na beira do rio no prazo de quatro meses e teriam essas terras designadas como de utilidade pública. Além disso, ficava proibido a partir de então qualquer nova construção ou reparo nas edificações existentes na beira do rio entre a ponte e o jardim público do Pedregulho.

Esta breve descrição da implementação do projeto *Cidade Nova* em Guaratinguetá na década de 1890 é bastante eloquente a respeito da complexidade do cenário no qual os diversos sujeitos se moviam no período de ápice da cafeicultura no local que era também a antessala de sua derrocada. O caso do Coronel Virgílio Rodrigues Alves se destaca: maior produtor de café no município segundo o registro do Censo Agrícola de 1904-1905, lidera um empreendimento voltado ao mercado fundiário urbano. Para tanto, utiliza seus próprios recursos econômicos, integra uma articulação com outros endinheirados locais e usa de seu prestígio político para mobilizar o poder público – municipal e estadual – em prol de seus intentos.

Mais do que isso, frente a um quadro de dificuldades da principal atividade econômica com a crise dos preços do café que se estabelece em meados da década de 1890, parecia estar em curso em Guaratinguetá uma tentativa de modernização de sua área urbana. Esta modernização teve na implementação do projeto da *Cidade Nova* uma faceta evidente e declarada, mas passou por uma complexa gama de movimentos. Entre estes, podemos citar a efetivação de um sistema de abastecimento de água e esgoto, da iluminação elétrica e de pequenas fábricas. Neste contexto, a urbanização em

curso continha traços higienistas e segregacionistas. As medidas de convencimento e coerção tomadas para a demolição dos casebres de pescadores nas margens do rio Paraíba em benefício do projeto da *Cidade Nova* são uma expressão desse processo.

Permeados pelas transformações durante o período moderno sobre a percepção do tempo histórico consolidadas no século XIX, a ideia de *progresso* perpassa o conjunto da cultura ocidental e constitui uma reorientação no espaço de experiência e no horizonte de expectativas¹²⁸. Sob novas relações entre passado, presente e futuro, as noções de *progresso* estruturavam as perspectivas e as estratégias adotadas pelos sujeitos históricos associados à *modernização* capitalista. Evidentemente, no contexto brasileiro e no Vale do Paraíba cafeeiro na virada do século XIX para o XX, esse conjunto de experiências e expectativas adquiria uma configuração específica. Portanto, buscaremos esboçar uma aproximação com as diversas percepções, estratégias e projetos estabelecidos em Guaratinguetá no período de auge e crise da cafeicultura no município.

Conforme salientado por Marcondes (1998), a acumulação de riqueza no Vale do Paraíba não se deu apenas na produção direta de café.

¹²⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. O autor explica a relação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas da seguinte maneira: “Resumo deste longo discurso: é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico. Isto se pode mostrar como particular clareza – para apresentarmos um último exemplo – na estrutura de um prognóstico. O teor de verossimilhança de um prognóstico não se baseia em primeiro lugar naquilo que alguém espera. É possível se esperar também o inverossímil. A verossimilhança de um futuro previsto decorre, em primeiro lugar, dos dados anteriores do passado, cientificamente organizados ou não. O que antecede é o diagnóstico, no qual estão contidos os dados da experiência. Visto dessa maneira, o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro. As experiências liberam os prognósticos e os orientam” (KOSELLECK, 2006, p. 313).

Estruturados em torno da economia cafeeira, o comércio e o fornecimento de crédito constituíram caminhos relevantes de acumulação ao longo de todo o período cafeeiro no Vale do Paraíba. Com relação ao município de Lorena, aliás, o autor identifica que no fornecimento de crédito predominavam os capitalistas locais. Müller (1969) argumenta também que, no período de crise da cafeeira no final do XIX, teria se intensificado o deslocamento de capitais oriundos do café para outros setores no contexto urbano.

Temos aqui mais elementos para questionar a ideia que atribui o declínio econômico do Vale do Paraíba a uma suposta *irracionalidade* de seus produtores contraposta a um também suposto espírito empreendedor capitalista dos produtores do Oeste de São Paulo. Este argumento embasava-se principalmente nas diferentes formas de arremuneração da mão de obra entre as regiões de São Paulo. Já fizemos referência ao fato de que é preciso relativizar essas supostas diferenças: a escravidão permaneceu cumprindo papel central na expansão da cafeeira no Oeste até seu momento derradeiro, como vimos anteriormente. Além disso, conforme argumenta Martins (2009), após a Abolição os cafeeiros do Oeste encontraram no sistema de colonato a forma de trabalho livre que mais permitiu-lhes conciliar a exploração de trabalhadores pobres e a concentração de terras. Ao mesmo tempo, entre os cafeeiros do Vale do Paraíba podemos identificar uma série de movimentos no sentido de adentrar um modo de ser alinhado à reprodução do capital, não informados apenas por valores tradicionais ligados à posse da terra e à família patriarcal.

Apesar disso, é evidente que as condições econômicas, ambientais e sociais em que tais estratégias foram traçadas e implementadas variaram geograficamente. As adversidades econômicas enfrentadas no Vale do Paraíba suscitavam problemas complexos, para os quais nem sempre as melhores respostas coincidiriam com o que era levado a cabo no Oeste paulista.

Trocando em miúdos, os fatores de produção da maior fonte de riqueza do período degradavam-se de forma crescente em terras vale-paraibanas, enquanto no Oeste mantinham uma dinâmica promissora. Como vimos, em relação à cafeicultura, a disponibilidade de terras férteis era reduzida ano a ano e as condições para manter um padrão de exploração elevado da mão de obra a baixo custo eram suprimidas pelas limitações técnicas e pela redução relativa da oferta de mão de obra. O Vale não recebeu um contingente de imigrantes comparável ao que se deu no Oeste e a perda de dinamismo econômico gerou um movimento de declínio populacional a partir de 1920.

Frente aos passos da consolidação das características do capitalismo existente no Brasil e seus padrões de acumulação, diversos projetos originados nas classes dirigentes foram almejados e tantos mais fracassaram. Se investigar as perspectivas e as estratégias adotadas pelos coetâneos ao processo é fundamental, também é fundamental perceber que esses sujeitos não podiam ter sob controle ou mesmo consciência de todos os elementos e processos históricos da sociedade em que viviam. No caso, investigamos uma sociedade heterogênea em que indivíduos e grupos tomaram diversas iniciativas almejando determinados resultados, mas que não necessariamente obtiveram êxito. Braudel (1978) justifica a pesquisa sobre este tipo de problemática:

É portanto o elenco dos eventos vencedores na rivalidade da vida que o historiador percebe à primeira vista d'olhos; mas esses eventos se recolocam, se ordenam no quadro das possibilidades múltiplas, contraditórias, entre as quais a vida finalmente fez sua escolha: para uma possibilidade que se consumou, dez, cem, mil desvanecem e algumas, inumeráveis, não se afiguram sequer demasiado humildes, demasiado escondidas para se imporem de pronto à história. É preciso, no entanto, tentar reintroduzi-las aí, porque esses movimentos perdedores são as forças múltiplas, materiais e imateriais, que a cada instante frenaram os grandes impulsos da evolução, retardaram seu desabrochar e, por vezes, puseram um termo prematuro ao seu curso. É indispensável conhece-los (BRAUDEL, 1978, p. 117).

Em torno deste quadro geral, organizamos este capítulo da maneira como segue. Na primeira seção, analisaremos artigos publicados na imprensa de Guaratinguetá a respeito da situação da lavoura e as possíveis soluções que se apresentavam. Na segunda seção, discutiremos o projeto de implementação de uma ferrovia ligando Guaratinguetá a Paraty por meio de uma descrição elaborada pelo engenheiro Justin Norbert que tinha a finalidade de angariar capitais para o empreendimento. Por fim, discutiremos como a situação de crise econômica foi vivenciada pelos fazendeiros e pelos trabalhadores pobres nos núcleos urbanos e esboçamos algumas linhas sobre as estratégias desses diversos setores.

4. 1. Discussões na imprensa sobre caminhos para a cafeicultura

Desde meados do século XIX, Guaratinguetá conta com uma imprensa local. Com o crescente núcleo urbano nas décadas finais do mesmo século, diversos jornais surgiam e encerravam suas atividades sucessivamente¹²⁹. Aqueles que lograram maior regularidade e uma existência contínua no tempo foram aqueles associados aos grupos políticos mais relevantes do município. No período decisivo de grandeza da cafeicultura em Guaratinguetá e sua crise acelerada no início do século XX, duas publicações se destacam: o *Correio do Norte* e a *Gazetinha*.

Propriedade de um sujeito chamado Antonio Velloso Nogueira, o *Correio do Norte* foi fundado em 1890. Inicialmente, apresentava-se como “Folha Popular e Noticiosa”. Já em 1894, passava a apresentar-se como “Orgam

¹²⁹ O primeiro jornal a ser publicado em Guaratinguetá foi *O Mosaico* ainda no final da década de 1850. Na década de 1860 outros jornais foram fundados, como *O Parahyba* (1865), *Gazeta Paulista* (1865) e *Gazeta do Norte* (1866). A partir de então diversos são os jornais publicados, a maioria com uma vida efêmera. Exemplares de jornais desde o século XIX de Guaratinguetá podem ser encontrados no acervo do Museu Frei Galvão.

Republicano”. O *Correio do Norte* estabeleceu uma associação com a direção do Partido Republicano Paulista na localidade e tornou-se seu porta-voz oficial¹³⁰. Os principais expoentes do partido em Guaratinguetá eram os membros da família Rodrigues Alves e seus adeptos. Os Rodrigues Alves já exerciam importantes cargos políticos nos anos finais da monarquia, como foi o caso de Francisco de Paula Rodrigues Alves que foi presidente da Província de São Paulo entre 1887 e 1888 e ocupou também outros cargos. Com a Proclamação da República, os Rodrigues Alves adequaram-se ao novo cenário e aderiram ao Partido Republicano Paulista. Os mesmos tomaram a hegemonia sobre o governo local a partir da nomeação da Junta Governativa liderada por Antonio José da Rocha, desbancando o grupo de republicanos históricos ligados a Lycurgo de Castro Santos no final de 1891 acompanhando as reviravoltas que apearam o Marechal Deodoro da Presidência da República¹³¹.

Do jornal *A Gazetinha*, a primeira edição que pudemos encontrar datava de 12 de julho de 1891. Sob direção de Antonio Cuba, apresentava-se como “Orgam do Povo”, numa possível demarcação com seu congênere já citado. Até 1896, em relação à política local, publica artigos ligados ao grupo dos republicanos históricos de Guaratinguetá, entre eles um de Lycurgo de Castro Santos em crítica à trajetória política do Coronel Virgílio Rodrigues Alves em

¹³⁰ Esta relação do jornal *Correio do Norte* com a direção local do Partido Republicano Paulista parece não ter se mantido indefinidamente. Nas memórias do escritor Brito Broca, ele relata que o jornal acabou “empastelado” por apoiadores do Comendador Antonio Rodrigues Alves na década de 1910 e que seu então proprietário, José Nogueira, acabou por mudar-se com sua família para São Paulo em 1916 (BROCA, 1968, p. 110).

¹³¹ Para mais detalhes sobre os processos políticos que apearam os chamados “republicanos históricos” do poder político local em Guaratinguetá e possibilitaram o domínio dos Rodrigues Alves, ver: SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Trajetória política de um republicano no Vale do Paraíba. In: Vale do Paraíba: Política & Sociedade (org. Gabriel Chalita). Editora Santuário, Aparecida (SP), 1993.

sua edição do dia 13 de março de 1895. Entretanto, o jornal parece dar uma guinada editorial em 1896 quando passa a publicar textos com ideias monarquistas. Um exemplo é o *Manifesto à Nação Brasileira*, assinado por lideranças monarquistas como o Visconde de Ouro Preto, que faz um balanço crítico dos primeiros anos da República e defende o retorno ao regime anterior. Em 1898, sob nova direção de Rafael Mafra e redação de Benedicto Meirelles, retoma suas posições de um republicanismo crítico. Em seu editorial de 01 de setembro de 1898, faz duras críticas ao governo de Prudente de Moraes e ao seu sucessor prestes a assumir, Campos Sales.

Os jornais eram instrumentos importantes de vocalização do debate público nos centros urbanos que cresciam aceleradamente na virada do século XIX para o XX. Nesse sentido, analisaremos artigos publicados nesses dois jornais elencados a respeito da crise da cafeicultura nas edições disponíveis das duas primeiras décadas republicanas nos arquivos consultados. Organizamos a análise em ordem cronológica para buscarmos compreender como o assunto torna-se uma pauta no mosaico do debate público.

Entre 1889 e 1910, o artigo mais antigo sobre o tema que encontramos intitula-se “Agricultura” e tem data de 24 de março de 1895 com autoria de Magalhães Penido na *Gazetinha*. O autor enaltece a agricultura como um elemento fundamental de civilização. Nas suas palavras:

O desenvolvimento da agricultura em um paiz traz enormíssimas vantagens aos seus habitantes, em qualquer ponto de vista que consideremos; traz a civilização, a paz, o renome e alguns termos para o nosso idioma. [...] Um paiz qualquer não se emancipa enquanto não estiver bem desenvolvida a agricultura. Para prova d'isto, basta unicamente volvermos os nossos olhos por sobre as brilhantes paginas da história de todo mundo civilizado. (PENIDO, 1895, p. 01).

A ênfase na relevância da agricultura destaca um ideal de civilização a ser alcançado. Para o autor, não haveria outro caminho em sua noção de progresso que não fosse o desenvolvimento da agricultura. Buscando reforçar seu argumento, enumera exemplos históricos como a própria Independência do Brasil que só teria sido possível pelo desenvolvimento agrícola alcançado pelo país e destaca o caso dos Estados Unidos da América como exemplo de nação que construiu sua riqueza com base na agricultura.

Articulado à exaltação da agricultura, Penido lamenta a situação do chamado Norte de São Paulo – região correspondente ao Vale do Paraíba e Litoral Norte: “[...] não deixamos de notar a apathia profunda em que se acha a agricultura d’estas fertilíssimas margens, por falta de braços!” (PENIDO, 1895, p. 01). Assim, o autor identifica o que considera o problema central da agricultura no Vale do Paraíba: a “falta de braços”. É interessante notar a imagem de contraste elaborada pelo autor entre as terras – *fertilíssimas*, segundo ele – e a suposta falta de braços. A desigualdade entre o Oeste de São Paulo e as áreas do Vale do Paraíba consistiria, sobretudo, na questão da mão de obra.

Apesar das lamentações, o texto é finalizado em tom de esperança. Frente ao grande problema identificado, estaria em seu horizonte o desenrolar da imigração asiática. Embora não tenha se concretizado, parece nítido que essa tintura apresentada à situação do Vale do Paraíba apresentava um tom de urgência e, ao mesmo tempo, de que seria possível reverter o quadro que se apresentava.

Em 1896, a mesma *Gazetinha* publica um artigo de divulgação sobre técnicas de cultivo do café. Intitulado *O Café* e referenciado na publicação do jornal *Minas Geraes*, o artigo problematiza a questão da formação de húmus no solo brasileiro, argumentando que nos trópicos as vegetações mortas seriam constantemente arrastadas pelas chuvas, enquanto nas zonas temperadas a

fertilização dos solos teria condições mais favoráveis. Associado a este fator, estaria a produção intermediária de outros gêneros nos cafezais:

Quando o matto de uma colina é derrubado para dar lugar á uma plantação, não se tomam precauções muito minuciosas, o húmus em consequência das fortes chuvas é levado para os vales, d'ahí para os rios que o arrastam para o mar. A pequena profundidade da camada vegetal é uma razão do desmerecimento prematuro das árvores; a outra razão é o esgotamento da terra, pela cultura intermediária do feijão, milho, mandioca, etc. (GAZETINHA, 09/01/1896, nº 869, p. 03)

Ainda que o texto não cite diretamente o caso do Vale do Paraíba, alerta para um problema que já vinha sendo sentido na região pelo declínio da produção nas áreas produtoras mais antigas e pela queda da produtividade naquelas que ainda viviam um período de maturidade. De todo modo, no artigo citado, o esgotamento do solo é menos atribuído à cafeicultura em si mesma, mas sim às demais culturas que desviavam os nutrientes da terra em relação à atividade principal.

No *Correio do Norte*, o primeiro artigo que trata da situação delicada da lavoura de um modo geral é de autoria de um sujeito chamado Coriolano Góes. O mesmo autor publica outros textos em edições do jornal sobre outros assuntos econômicos, especialmente sobre obras de infraestrutura. Em agosto de 1899, o autor publica a quarta e última parte de um texto intitulado *O problema agrícola*. Buscando uma análise mais abrangente da questão da agricultura no Brasil, o autor adota uma abordagem que visa identificar as principais causas das dificuldades da lavoura:

Muitos têm dito e nós afirmamos seguramente que variadas são as causas que actualmente atrofiam a lavoura n'um paiz como o nosso em que a pujante natureza favorece prodigamente os elementos de

que devemos lançar mão para chegarmos ao apogêo da nossa grandeza industrial (GÓES, 1899, nº 480, p. 01).

Aqui, novamente nos deparamos com a ideia de que os fatores naturais favorecem a agricultura no Brasil que acaba limitada por determinações outras. No caso, Góes enfatiza nessa parte de seu texto a tributação sobre os produtos agrícolas de um modo geral, tanto os impostos de exportação no Brasil, quanto os impostos de importação de outros países. Ou seja, é destacado o aspecto comercial da agricultura. Para o autor, os impostos de exportação que visavam conservar gêneros baratos para o consumo das populações constituíam uma “[...] verdadeira lesão de capitais” (GÓES, 1899, nº480, p. 01) contrariando a lei da oferta e da procura. Tal fato é visto pelo autor como um proibitivo para o desejado desenvolvimento da policultura.

Com relação aos impostos de importação de outros países, Góes trata especificamente do café, principal produto de exportação brasileiro. O autor critica a falta de ação do governo brasileiro em buscar a redução das taxas de países como a França, um dos principais destinos do café brasileiro e que mantinha elevados impostos de importação com a finalidade de proteger a produção cafeeira de suas colônias. Seu argumento chega a ser apelativo: “Realmente diante desse quadro, quase que convém dizer que o melhor é sermos escravizados!” (GÓES, 1899, nº 480, p. 01).

Dessa forma, o texto apresenta desafios e problemas para a agricultura de um modo geral no Brasil, não apenas para uma região. Ou seja, não faz uma referência direta ao Vale do Paraíba. Contudo, o autor se posiciona contrariamente àqueles que defendiam na época que a crise dos preços da cafeicultura se resolveria restringindo a oferta, ainda que isto significasse o sacrifício dos cafeicultores menos competitivos:

Combinando portanto as medidas necessárias e urgentes correspondentes às causas já conhecidas e outras que existem talentos, é de crer que não tenhamos necessidade de destruir ou abandonar os nossos cafezais com o fim de forçar a lei da oferta e da procura (GÓES, 1899, nº 480, p. 01).

Somando ao problema da mão de obra e do esgotamento da terra, temos agora já presente no debate público os problemas originados na crise dos preços. A partir desse momento, o que era um assunto ocasional na imprensa guaratinguetaense, ganha cada vez mais destaque. Apesar de elementos de uma crise já aparecerem nas publicações em menor proporção desde o início da década de 1890, é na sua segunda metade que a crise da cafeicultura ganha contornos mais urgentes e dramáticos.

Na mesma data do artigo de Coriolano Góes, o *Correio do Norte* publica um texto - sem especificação de autoria - intitulado *A crise da lavoura*. É nessa ocasião que identificamos pela primeira vez na imprensa de Guaratinguetá o uso da palavra *crise* para caracterizar a situação vivida na produção agrícola¹³². O texto inicia com um alerta aos produtores agrícolas de que “[...] do nosso esforço e assiduidade depende exclusivamente o bom andamento do nosso serviço” (CORREIO DO NORTE, 1899, nº480, p. 03). É apresentada uma visão crítica à ideia de atribuir ao governo a responsabilidade pelas dificuldades da lavoura, mas sim que cada proprietário deveria assumir o andamento de sua produção, numa ode combinada à livre iniciativa de matriz liberal e ao senhor de terras o qual nenhum poder submete.

Partindo dessa premissa, a crítica presente no texto é direcionada ao absenteísmo dos proprietários e a renúncia dos mesmos a administrarem

¹³² É importante registrar que o texto apresenta indícios de que teve outras partes publicadas em edições anteriores do jornal e que continuaria nas edições seguintes. Infelizmente, temos apenas uma edição disponível do *Correio do Norte* para o ano de 1899 no arquivo consultado.

diretamente a produção. Por terem os fazendeiros ampliado sua gama de interesses num período de bonança, teria aumentado a necessidade de administradores das fazendas:

Com o aumento dos nossos interesses naquela época, foi ampliada a classe dos administradores de fazendas, que, pelo abandono em que os proprietários os deixavam, (vai a quem de direito) tornaram-se os maiores desorganizadores de serviço que jamais se viu. [...] Com este systema não podíamos deixar de chegar ao estado deplorável em que estamos (CORREIO DO NORTE, 1899, Nº480, p. 04).

Ao absenteísmo, portanto, é atribuída a falta de disciplina no trabalho. Este problema aparentemente assombrava os fazendeiros, especialmente aqueles do Vale do Paraíba. Como após a Abolição o número de imigrantes direcionados à região foi muito inferior ao que ocorreu no Oeste e não gerava um excedente de força de trabalho capaz de barateá-la, as condições de mobilização e disciplinarização do trabalho eram específicas na região. É interessante notar que ao enfatizar a diversificação de interesses dos fazendeiros, possivelmente o texto faz referência às atividades econômicas e sociais desenvolvidas no âmbito urbano, o que pode corroborar a ideia de que a dinâmica do desenvolvimento urbano ensejava mudanças na sociabilidade e nos valores que orientavam as decisões econômicas. Do ponto de vista do texto publicado no *Correio do Norte*, tais mudanças deveriam ser evitadas em prol da verdadeira riqueza oriunda da agricultura.

Assim, esse conjunto de artigos delineia alguns dos elementos mais comuns que surgiam no debate público a respeito do cenário da lavoura em terras vale-paraibanas. A falta de braços, o esgotamento da terra, os problemas do comércio internacional e o absenteísmo compunham o mosaico

das explicações que se buscavam para a ascensão relativa de outras regiões e norteavam a busca por soluções.

Quase um ano depois, o *Correio do Norte* publicava um texto na coluna intitulada *Notas rápidas*, de autoria de José Nogueira, sob o pseudônimo autoral “Juca”. Ao contrário dos artigos que analisamos até aqui, este texto não se propõe diretamente a analisar as causas das dificuldades enfrentadas pela agricultura no Vale do Paraíba ao final do século XIX, mas sim a projetar perspectivas de *progresso*. Ao iniciar o texto, justifica sua projeção na eloquência da imaginação:

Os voos da imaginação conduzem a gente muitas vezes a fantasiar – n’uma apoteose sublime – grandezas imagináveis, sonhos áureos e grandiosos, devaneios chimericos, que esvaem-se da mente como a fumaça tênue e azulada desfazendo-se no ambiente infinito. Cada vez que postado n’uma eminencia qualquer dessas que circundam minha cidade natal, odalisca soberba recostando-se indolentemente nos fofos coxins de verdura que a cercam – contemplo o deslizar majestoso e soberbo do gigantesco Parahyba, colleando por entre as margens cobertas de verdura – ponho-me a considerar n’um futuro, talvez próximo, talvez longínquo, d’uma era de prosperidade e de riquezas para este poético pedaço do Estado de São Paulo, este ameno vale do Parahyba, coberto de planícies onde cabe toda espécie de plantações de fácil cultivo, cheio de elevações onde os cafezais extensos se alinham imensos, enflorescidos, prometendo safra abundantíssima (NOGUEIRA, 1900, nº 571, p. 01).

Projetando uma imagem de prosperidade futura, subentende-se uma avaliação de que o quadro realmente existente no município não era exatamente dos mais auspiciosos. Ao mesmo tempo, o autor do texto expressa certo otimismo considerando a possibilidade de um progresso num porvir em curto ou longo prazo. Mas em que consistia tal otimismo? Em primeiro lugar, o

texto destaca o fato da região ser atravessada pela ferrovia que ligava então o Rio de Janeiro a São Paulo, os dois principais centros urbanos do Brasil. Na sequência, afirma o seguinte:

Em todos os ramos do viver humano, ou das letras, ou no commercio e principalmente na lavoura essas cidades mostram ter elementos para progredir sempre, fazendo deste vale do Parahyba, fechado pela vasta extensão da Serra do Mar e pela amplidão enorme da soberba Mantiqueira que surge mansamente das primeiras elevações do morro do Lopo até as altas ameias das Agulhas Negras, ao Estado do Rio, - um centro de vida e de animação (NOGUEIRA, 1900, nº 571, p. 01).

O autor passa então a brevíssimas sínteses a respeito de municípios do Vale do Paraíba e seus elementos de progresso. No caso de Guaratinguetá, destaca seus colégios de instrução religiosa, o comércio e a “lavoura animadíssima”, conforme suas palavras. Indo além, o texto afirma categoricamente que “[...] com o andar do tempo, a região onde o progresso fará a mais imponente apoteose” (NOGUEIRA, 1900, nº 571, p. 02). Transformando o fruto de sua imaginação numa certeza, o autor passa então a descrever as medidas que considera necessárias para atingir o progresso que almeja.

Em relação à agricultura, defende a policultura como caminho alternativo. Alinha-se, portanto, ao texto que já nos referimos de Coriolano Góes ao ressaltar a necessidade de diversificar a agricultura e deixar a dependência em relação a um único produto. Ou seja, apesar de Guaratinguetá manter a maior parte de suas terras cultiváveis com a rubiácea, por mais de uma vez é mencionado no principal jornal do município a avaliação de que a ampliação da policultura seria desejável.

O texto ainda salienta a importância de direcionar esforços para a exploração de recursos minerais, embora não especifique quais, e para a pecuária. A palavra de ordem é: “Exploremos a natureza em todos os seus reinos, animal, vegetal e mineral, e d’ahi veremos brotar esse esplendido porvir que antevemos a toda hora” (NOGUEIRA, 1900, nº 571, p. 02). Por fim, enaltece a importância da educação e das luzes como forma de elevar a produção de riqueza.

Se havia de fato uma situação econômica que suscitava preocupação, o artigo de José Nogueira afasta-se de uma postura desolada. Integrado aos demais artigos que analisamos e que apontavam mais as causas dos problemas e dificuldades, todos parecem buscar em alguma medida as ações que deviam ser tomadas para reverter o quadro. Ou seja, ao menos na imprensa, não se apresentava um quadro de declínio irreversível. A complexidade da crise em curso diversificava os fatores apontados por aqueles que se dispunham a discutir o assunto no espaço público, não havendo necessariamente uma corrente de opinião sistematizada expressa nesses jornais. De todo modo, orientado por uma concepção de *progresso* que devia ser construído pela ação humana e pelo reavivamento da agricultura, o discernimento desses sujeitos possuía uma lógica própria para lidar com a situação de crise do sistema agrícola.

4. 2. Um projeto abandonado: a ferrovia de Guaratinguetá a Paraty

Diversas fontes indicam a existência de um importante comércio de víveres entre Guaratinguetá e Cunha no final do século XIX. Além de fazer parte da rota principal de boa parte do café do Vale do Paraíba paulista até a chegada da ferrovia, Cunha fornecia para Guaratinguetá – e possivelmente para outras localidades – produtos como milho, feijão e toucinho (GAZETINHA,

06/01/1895, nº 768). Tamanha era sua importância que a rota entre Guaratinguetá e Cunha foi objeto de diversas contendas entre os defensores do caminho do Cordeiro e outros da Rocinha.

Em 1892, a Câmara Municipal de Guaratinguetá aprova por unanimidade uma indicação da Intendência para que seja encaminhado um ofício à Secretaria da Agricultura do governo do Estado de modo a viabilizar recursos para uma nova estrada entre Guaratinguetá e Cunha. A estrada passaria “[...] pela fazenda de Francisco Joaquim Pereira¹³³ sem prejuízo da que está sendo feita pelo Cordeiro, o que será elemento de progresso e economia para os dois municípios” (GUARATINGUETÁ, 28/07/1892). A estrada pretendida seria justamente pelo caminho do bairro da Rocinha e os argumentos principais em sua defesa consistiam em que, supostamente, seria um caminho mais curto e baratearia os preços de cereais oriundos de Cunha, largamente importados naquele período.

Alguns anos mais tarde, a opinião da Câmara Municipal mudou completamente. Apenas um dos vereadores que aprovaram a indicação na primeira ocasião permanecia na Câmara em 1896: o Cônego Joaquim Pereira da Fonseca. Nessa oportunidade, a Comissão de Obras Públicas da Câmara apresentou um parecer sobre a resposta que deveria ser dada à Secretaria de Agricultura estadual a respeito do caminho mais conveniente para construção de uma estrada de rodagem entre Guaratinguetá e Cunha. O documento inicia com uma retrospectiva histórica a respeito dos caminhos entre Cunha e Guaratinguetá. Informa que antes de 1844 as comunicações entre as duas cidades eram feitas por trilhas, até que a Assembleia Provincial teria aprovado a abertura de uma estrada regular entre Guaratinguetá e o bairro de

¹³³ No Censo Agrícola, o mesmo nome aparece para um fazendeiro com uma grande propriedade. Possuía uma propriedade com 120 alqueires, onde produzia anualmente 2.000 arrobas de café, 19.840 litros de milho e 3.200 litros de feijão.

Jaboticatuba em São Luiz, caminho de Ubatuba. Sob gerência do então presidente da Província – Manoel Felizardo de Souza e Mello – foi aberta a partir dessa estrada uma rota pela fazenda de José Cordeiro da Silva Guerra de modo a chegar diretamente a Cunha e ao porto de Paraty. A partir de então, esta teria se tornado a principal rota de diversos municípios do Vale do Paraíba e do Sul de Minas Gerais para o litoral (GUARATINGUETÁ, 20/08/1896).

Assim, a Comissão argumentava que aquele era o caminho utilizado há meio século e que jamais teria sido questionado até então. Mais do que isso, caracterizava a estrada pela Rocinha de modo bastante negativo:

A estrada da Rocinha, como estrada municipal, existe a mais de meio século, sempre tida como imprestável, não só porque atravessa terrenos desertos e estéreis na sua maior parte, da ordem das terras do Paiolino, como também porque tem falta de águas e pastagens necessárias da maior ponderação para os tropeiros, o que não se dá na do Cordeiro (GUARATINGUETÁ, 20/08/1896).

O documento finaliza de modo categórico afirmando que não se trata de escolher entre um e outro, mas de reiterar que o único caminho conveniente seria o do Cordeiro. A contenda segue e, provavelmente, os dois caminhos continuaram a ser usados, ainda que o do Cordeiro fosse mais procurado.

Poucos anos depois, em 1902, um engenheiro francês chamado Dutheuil Debranges encaminha um ofício à Câmara Municipal informando sobre a existência de um projeto mais audacioso do que se vislumbrava até então: a construção de uma estrada de ferro entre Guaratinguetá e Cunha. De acordo com o ofício, os estudos para o projeto estavam sendo desenvolvidos “[...] por conta de um sindicato francês” (GUARATINGUETÁ, 30/10/1902). Quase um ano depois, o *Correio do Norte* informa a visita de Dutheuil

Debranges ao município, ainda como responsável pelo projeto do ramal ferroviário até Cunha.

O surgimento de um projeto de estrada de ferro entre Guaratinguetá e Cunha denota que havia expectativas de execução de empreendimentos que poderiam dinamizar a economia local. O capital estrangeiro buscava oportunidades de negócios em terras brasileiras. Os estudos no sentido de construção de uma ferrovia na área citada com possível investimento de capital francês indica que de fato havia uma percepção de que já existia um comércio relevante entre os municípios e que poderia ser potencializado com uma modernização nos transportes. No entanto, o projeto e o engenheiro Dutheil Debranges simplesmente somem das fontes documentais consultadas a partir de então. O projeto foi abandonado e o prometido investimento estrangeiro jamais chegou.

Mais adiante, outro francês retomaria a ideia e tentaria algo ainda mais ambicioso. O engenheiro Justin Norbert publicou em 1907 pela tipografia do jornal *Correio do Norte* uma *Descrição dos municípios de Guaratinguetá, Lagoinha, Cunha, Paraty e Paraty-Mirim, abrangendo a zona Norte de São Paulo: justificação sobre a necessidade d'uma estrada de ferro que ligue aquella zona à E. F. Central do Brasil*.

Justin Norbert foi responsável por diversas obras no Vale do Paraíba, como o Teatro Carlos Gomes inaugurado em Guaratinguetá em 1894, e no Espírito Santo, onde foi responsável pela reforma do palácio do governo a partir de 1911. Em Guaratinguetá, de acordo com o Censo Agrícola de 1904-1905, possuía uma propriedade de 60 alqueires. Produziu naquele ano 1.000 arrobas de café, 19.940 litros de milho e 4.800 litros de feijão. Ou seja, o francês constituiu laços duradouros em terras guaratinguetaenses.

Na descrição publicada em 1907, Norbert buscava argumentar em favor da construção de uma estrada de ferro não mais apenas até Cunha, mas entre

Guaratinguetá e Paraty. O documento parece ter como intuito o levantamento de capitais para o empreendimento, o que seu conterrâneo Debranges não conseguira anos antes. Para tanto, o autor estabelece uma abordagem pouco usual nas discussões a respeito da ocupação do território no Sudeste brasileiro nas primeiras décadas da República:

A grande via férrea Central [...] não está ainda no seu apogeu em relação ao grande movimento e maior desenvolvimento, porque as regiões mais ricas de toda a zona, situada entre o mar e esta grande via de comunicação, estão ainda incultas, quase ignoradas e privadas dos meios de transporte para seu desenvolvimento (NORBERT, 1907, p. 03).

Quando as preocupações de governantes e agentes econômicos de um modo geral guiavam-se para a ocupação do interior no sentido Oeste do Estado de São Paulo, Norbert chamava a atenção para o que considerava como as “regiões mais ricas”: aquelas entre o mar e a Estrada de Ferro Central do Brasil. No caso, em grande medida, essa área corresponde às partes do Vale do Paraíba mais próximas ao litoral. Para ele, o desenvolvimento das estradas de ferro era a grande questão para o *progresso*. Em relação à área mais diretamente sob seu interesse, Norbert diz que:

Uma das zonas que merece atenção toda especial, seja por sua situação, seja pela fertilidade de suas terras, seja finalmente, por seu clima quase incomparável – é, por certo, aquela de que vamos nos ocupar (NORBERT, 1907, p. 04).

Destacando as qualidades naturais da região, Norbert busca enfatizar o quadro de uma área pouco aproveitada. É curioso notar a referência à fertilidade das terras, quando o debate público salientava cada vez mais o

problema do esgotamento do solo e a perda de produtividade no Vale do Paraíba. Na sequência, o engenheiro francês passa a descrever os municípios pelos quais acredita que se deva construir a ligação ferroviária. Citamos abaixo a íntegra da descrição feita a respeito de Guaratinguetá:

A cidade de Guaratinguetá está situada a margem direita do rio Parahyba, a 540 metros de altitude, a 23° de latitude e 2°20' de longitude do Rio de Janeiro. Além do rio Parahyba, a cidade ainda é regada e atravessada por diversos cursos d'água, todos tributários d'este bello rio. Descendo este rio e à sua margem direita se acha a parte sul do município de Guaratinguetá, que abrange grande parte do valle compreendido entre as duas cordilheiras (a "Serra do Mar" e a "Serra da Mantiqueira"). É nesta parte ondulada e acidentada que se encontram as mais importantes fazendas de café do município. Estas fazendas têm seu limite natural: a serra da "Quebra-Cangalhas", além da qual não há mais lavoura de café. O resto do município é pouco habitado e por conseguinte pouco cultivado. Entretanto, as terras são férteis, as colinas ainda estão cobertas de mattos e o clima é salubre. Esta parte do município tem a altitude aproximada de 850 metros e limita-se com o município de Lagoinha a Oeste e com o de Cunha ao Sul (NORBERT, 1907, p. 04-05).

Na descrição sobre Guaratinguetá, apenas um produto é citado por conta de sua presença relevante: o café. Contudo, o autor observa que as fazendas da rubiácea concentravam-se numa área específica do município, entre o rio Parahyba e a serra da "Quebra-Cangalhas". Dessa forma, ele busca demonstrar que haveria ainda uma quantidade considerável de terras não cultivadas ao sul do município e que poderiam ganhar melhor proveito. E complementa: seriam terras férteis e com colinas cobertas de matas. Portanto, do ponto de vista de Justin Norbert, havia reservas ambientais que ainda

poderiam ser mobilizadas na agricultura em Guaratinguetá no início do século XX.

De todo modo, o autor dá mais importância à fertilidade do solo em Lagoinha e Cunha, especialmente nas áreas do vale do rio Paraitinga e do vale do Jacuí. Por mais de uma vez, Norbert cita que nessas áreas seria possível desenvolver uma forte agricultura de víveres com produtos semelhantes ao que era então produzido no Sul da França, na Itália e em Portugal devido às características ambientais da região. Além disso, cita que em Cunha seria possível instalar máquinas movidas pela força da água nas cascatas de suas serras e também que poderia se tornar uma região propícia para a cura de doenças respiratórias devido à qualidade do ar. Já em Paraty, argumenta que sua baía comportaria um grande porto e que haveria potencial para impulsionar a produção canavieira.

Todo o raciocínio de Justin Norbert é direcionado para articular a ideia de ocupação de áreas não aproveitadas próximas ao litoral com o intuito de fornecer alimentos e bebidas para os grandes centros urbanos:

Uma estrada de ferro que ligasse as zonas citadas à grande via férrea Central, isto é, os municípios acima referidos a esta importante estrada, não só aumentaria seu grande tráfego, mas ainda viria concorrer para o maior engrandecimento da Capital do Brasil e do Estado de São Paulo e para o engrandecimento de toda a zona por ella percorrida. Por ventura não será esta grande via férrea que receberia todas as mercadorias provenientes desta zona? A indústria da vinha terá um desenvolvimento rápido e considerável. Os produtos d'esta indústria, taes como o vinho, os cognacs, vinagre e os alcooes serão vendidos e exportados para o Rio de Janeiro ou São Paulo, e não poderia ser de outro modo, porque o Brasil não poderia exportalos para o estrangeiro de quem importa estes produtos. Dar-se-ia a mesma circumstancia em relação aos produtos da agricultura. Estes

produtos não poderão ser exportados para o estrangeiro e por conseguinte serão consumidos nas zonas não produtoras e especialmente nos grandes centros que a E. F. Central serve em parte. E ainda o mesmo acontecerá com o fructos e outros produtos similares. Por mais que estas zonas forneçam e augmentem suas variedades de fructos, não bastarão para o consumo da Capital do Brasil e do Estado, e para as zonas não produtoras (NORBERT, 1907, p. 12-13).

Com efeito, Norbert propunha que o foco da produção na região deveria ser o mercado interno. Esta proposição embasava-se na avaliação de que haveria uma demanda crescente no referido mercado e que a produção na zona descrita poderia substituir em parte as importações de produtos estrangeiros. Ou seja, em consonância com os artigos na imprensa guaratinguetaense que identificavam na policultura um caminho alternativo de atividade econômica na região frente à crise do café, estava sendo proposta uma reestruturação produtiva concentrada no mercado interno e não mais com foco exclusivo ou mesmo principal na exportação de café.

Teria fundamento essa ideia de um empreendimento de tamanha ousadia voltado ao mercado interno? De acordo com o historiador Renato Leite Marcondes (2012), na segunda metade do século XIX ocorre uma intensificação do movimento de produtos nacionais no comércio de cabotagem. Ao mesmo tempo, houve uma diversificação da pauta de produtos, sendo as carnes, o açúcar, o café e o algodão os principais produtos do comércio de cabotagem entre 1869 e 1873 (MARCONDES, 2012, p. 157). A maior parte das mercadorias comercializadas entre as províncias eram voltadas para o consumo interno, o que é um forte indicador de que havia um grau de desenvolvimento do mercado interno durante o século XIX ainda antes da Abolição. Após o 13 de maio de 1888, com o impulso dado à imigração e a

continuidade da acumulação via cafeicultura, temos indícios de que o mercado interno seguiu uma tendência de crescimento na época.

Todavia, ainda que houvesse alguma lógica nas proposições de Norbert, fato é que seu projeto não vingou: a ferrovia entre Guaratinguetá e Paraty nunca foi construída. A produção de víveres em larga escala não pôde apresentar-se como alternativa viável para nenhum dos municípios citados na descrição do francês. Em Guaratinguetá, a cafeicultura declinante permaneceu como atividade econômica principal até que a pecuária leiteira lentamente tomou a dianteira.

A singularidade dos argumentos de Norbert em favor da ferrovia entre Guaratinguetá e Paraty na realidade carregava um anseio que encontrava eco nos grandes fazendeiros. O fato da descrição ser publicada pela tipografia do *Correio do Norte*, ligada diretamente a grandes cafeicultores como a família Rodrigues Alves, e a consonância com outras expressões que alinhavam-se na defesa da policultura indicam que tratava-se de um projeto com adesão de parcela dessas classes dirigentes que buscavam reverter o declínio econômico. Somado a isso, o fato de que tal projeto não tenha conseguido êxito indica que os detentores de capital não estavam dispostos a encarar os riscos da proposta e não a viram com o otimismo de Justin Norbert. Embora fossem ainda muito influentes, as classes cafeicultoras do Vale do Paraíba paulista já não tinham o mesmo poder que alcançaram no passado.

4. 3. Acumulação e pobreza na crise da cafeicultura

A virada do século XIX para o XX em Guaratinguetá engendrou a crise da cafeicultura e transformações em seu contexto urbano. A riqueza da cafeicultura e a importância do comércio incentivaram um crescimento da urbanização no município. Em 1904, o *Anuario Guaratinguetaense* assinalava

a existência de 1.625 edificações na área urbana e afirmava: “Dando-se a média usual de seis pessoas para cada prédio, a população da cidade de Guaratinguetá consta de 9.750” (GAZETA DO POVO, 1904). Somando com o núcleo urbano que se formava em Aparecida, de acordo com a mesma fonte, havia cerca de onze mil habitantes em áreas urbanizadas, enquanto a população total do município girava em torno de quarenta mil indivíduos.

Enquanto seus núcleos urbanos se adensavam, novas demandas estruturais surgiam. O abastecimento de água existente até então se tornava insuficiente ano após ano, a inexistência de um sistema de esgotos gerava um cenário insalubre, a ocorrência de epidemias era frequente e a permanência da iluminação por lampiões era vista como inadequada. Dessa forma, durante as primeiras décadas da República, a busca por reformas no contexto urbano era uma das maiores preocupações dos dirigentes políticos de Guaratinguetá.

No final da década de 1890, uma polêmica se instaurava na Câmara Municipal de Guaratinguetá a respeito de uma reforma no Largo Treze de Maio¹³⁴. Sobre possíveis mudanças no jardim da praça, a Comissão de Obras aprovou um parecer que recomendava a não realização de nenhuma obra dado que não teria ocorrido nenhuma reclamação e que seria dispendioso. Apesar disso, caso fosse feita alguma obra, indicava que a única possível em sua opinião seria

[...] o alargamento da rua paralela ao edifício da Câmara, em toda sua extensão, tirando-se da parte arborizada uma faixa correspondente ao frontispício da Igreja do Rosário, porquanto, feito isto, o ângulo correspondente à esquina do edifício municipal, do lado da rua do Riachuelo, ficaria muito mais afastado, assim como o que corresponde com a esquina da casa do Senhor Papaterra ficaria quase nulificado. [...] Também se poderia dar maior largura às ruas que circundam a

¹³⁴ Local atualmente denominado Praça Conselheiro Rodrigues Alves em Guaratinguetá.

praça com o levantamento de todo o passeio que rodeia a área arborizada ou ajardinada sendo que quanto ao triângulo situado em um dos cantos da praça, vulgarmente denominado *Bico*, a Comissão nenhuma vantagem pode alcançar na sua destruição, visto que em nada affecta ele o trânsito público, parecendo-lhe somente que seria mais conveniente arborizá-lo, tirando-se o fecho que o rodeia pelos lados internos.

As mudanças cogitadas pela Comissão de Obras visavam garantir maior margem para o deslocamento dos veículos por tração animal, embora a maioria da comissão não considerasse que havia uma necessidade urgente no sentido indicado. Porém, um de seus membros discordava e apresentou um parecer em separado. De acordo com o vereador Rodrigo Nazareth de Souza Reis, sua proposta buscava abranger a “[...] facilitação do trânsito público, a esthetica do jardim, a hygiene pública e a parte econômica” (GUARATINGUETÁ, 26/01/1899, p. 20). O mesmo avalia que as ruas circundantes ao largo são demasiado estreitas ao seguirem o condicionamento de ruas vizinhas, o que causaria problemas no trânsito, dado que o largo era o principal ponto de encontro dos veículos que circulavam pela cidade. Além disso, o ajardinamento teria sido feito antes da instalação da linha de bondes, limitando ainda mais o espaço disponível.

Adicionado ao problema do trânsito, o vereador argumentava que as árvores plantadas no Largo Treze de Maio transformariam o mesmo num bosque ao atingirem seu pleno desenvolvimento. Assim, receava que o largo se tornasse excessivamente úmido ao ter edificações e muitas árvores bloqueando os raios solares, o que considerava prejudicial para a hygiene pública. Ele assinalava: “A hygiene moderna das cidades muito sabiamente aconselha como poderosos elementos de salubridade dos centros populosos ar, luz e muita luz” (GUARATINGUETÁ, 1899, p. 20). Nesse contexto, chega a

citar diversos intelectuais estrangeiros para embasar sua propositura, entre eles o pensador britânico Herbert Spencer, famoso pela tentativa de aplicar o evolucionismo às ciências sociais, num aspecto revelador das ideias que permeavam as decisões dos dirigentes políticos de Guaratinguetá e, podemos arriscar, do Brasil de um modo geral naquele momento.

Finalmente, o propositor do parecer indica como obra necessária no Largo Treze de Maio a retirada das linhas exteriores de árvores, remetendo-as ao jardim público então em construção no Pedregulho, a redução do jardim e o abaulamento das ruas que circundavam a praça. Ao fim e ao cabo, o parecer de Rodrigo Nazareth de Souza Reis foi aprovado por cinco votos a três, tendo recebido o voto de figuras influentes como o Comendador Antônio Rodrigues Alves e o Dr. Francisco de Paula Oliveira Borges, descendente do Visconde de Guaratinguetá.

Temos aqui um exemplo de como as mudanças sociais em curso carregavam também mudanças na percepção das necessidades. O desenvolvimento das cidades colocava em pauta no debate público cada vez mais os problemas sanitários. Num cenário de profundas desigualdades sociais delineadas no pós-Abolição, a urbanização sob políticas higienistas e a crise econômica ligada à cafeicultura não passariam ao largo de profundas contradições e assimetrias. A questão da pobreza saltava aos olhos e contrastava com as fortunas oriundas do café, do comércio e do crédito.

Sob a definição de que os proprietários no contexto urbano deveriam realizar o calçamento defronte a suas edificações, muitos indivíduos solicitam à Câmara Municipal o custeio do serviço pelos cofres públicos alegando pobreza conforme era previsto no Código de Posturas. Em 1890, um pedido de calçamento com recursos públicos foi feito por Innocencia Maria de Jesus, Vicente Francisco de Oliveira e Eulalia Maria de Jesus, todos moradores da rua Marcílio Dias que alegavam extrema pobreza. Outros pedidos foram feitos por

moradores da rua Paysandú, nas proximidades da rua anterior, bem como nas ruas Visconde de Guaratinguetá e Benjamin Constant. Além desses pedidos com identificação dos nomes das ruas em que essas pessoas residiam, ocorreram outros pedidos sem especificação da localização das edificações. Esse tipo de solicitação foi muito comum especialmente entre 1890 e 1893, conforme nos apontam as Atas da Câmara Municipal, e costumavam ser atendidas pelo poder público.

Considerando os que estão identificados, podemos perceber que se tratam de ruas afastadas do então Largo Treze de Maio, já quase no limite do perímetro urbano da época e localizadas principalmente na sua parte sul. Ou seja, podemos identificar certo padrão na distribuição espacial das moradias desses indivíduos que alegavam pobreza. Em junho de 1890, um sujeito chamado João Euzebio de Jesus alegava ser “pobre e trabalhador da roça” e solicitava, portanto, o calçamento em frente a sua casa. A alegação de João Euzebio de Jesus é mais um indício no sentido de que parte dos trabalhadores pobres que moravam no perímetro urbano se deslocavam pendularmente para a zona rural, possivelmente sob a forma de salários. A concentração populacional no centro urbano parecia permitir ainda uma reserva de mão de obra para as lavouras.

Os casos de pessoas pobres que arrolamos aqui por meio das solicitações de calçamento possivelmente eram apenas uma pequena amostra da disseminação da pobreza. É interessante notar, todavia, como esses sujeitos buscavam atuar inclusive por meio de dispositivos legais que os beneficiavam, ainda que naquele contexto o analfabetismo abrangesse a enorme maioria da população. Havia canais de interlocução e margens de pressão por parte desses trabalhadores pobres que chegavam até os dirigentes políticos num contexto em que o processo de urbanização lhes relegava à penúria.

Outro aspecto que chamava a atenção dos dirigentes políticos e da imprensa no município era os preços dos alimentos. Na sessão de 20 de janeiro de 1890, o intendente Raulino José da Silveira faz a seguinte indicação:

Attendendo a carestia de víveres que existe atualmente. Attendendo-se que a pobreza está sofrendo seriamente em razão do monopólio que há nessa cidade, principalmente em relação à carne verde. Indico que a Intendência tome qualquer providência no sentido de fazer baixar o preço da carne, estabelecendo, se for preciso, um açougue municipal e tomando desde já uma assignatura do jornal que se publica em Três Corações para por ele estar sempre informado dos preços do gado no Estado de Minas Gerais (GUARATINGUETÁ, 1890, p. 33).

Em resposta à indicação, foi formada uma comissão responsável por construir soluções para a redução dos preços da carne. No entanto, em junho do mesmo ano, a comissão informa que procurou os cortadores de carne e que tendo estes alegado que o alto preço do gado e os impostos a que eram submetidos não permitiam a redução de seus preços. Sendo assim, a comissão argumenta que nada poderia fazer a respeito e somente a livre concorrência, com novos cortadores, poderia satisfazer a intenção pretendida. Mas este assunto estaria longe de ser esgotado e voltaria à tona ao longo da década.

No ano seguinte, sob um novo Conselho de Intendência nomeado pelo Governo do Estado no início de 1891, o Comendador José Francisco da Silva Guerra fez duas indicações relevantes a respeito do problema do abastecimento de víveres e da carestia. Em primeiro lugar, a respeito dos preços da carne, fez a seguinte indicação aprovada por unanimidade:

Indico que esta Intendência ponha em concorrência pública o abastecimento da carne de vaca para o consumo desta população e município mediante o preço de 400 réis o kilo sem que o concorrente alterar além desse preço garantindo a Intendência um quarto no Mercado desta cidade e bem assim a conversão do pasto do Lazareto gratuitamente e a concessão dos direitos de cabeça de gado vacum que abaterem (GUARATINGUETÁ, 1891, p. 96).

Nesse momento, o Conselho de Intendência passava a oferecer algumas condições favoráveis para estabilizar os preços da carne. A ideia de que apenas a livre concorrência resolveria o problema começa a perder espaço. Por outro lado, naquela mesma sessão ficava evidente que o problema do abastecimento e da carestia estavam diretamente ligados ao adensamento urbano e às mudanças legais e culturais que o envolviam. Assim, apesar da preocupação com os preços, a questão da higiene condicionava as decisões relativas à oferta de alimento para sanar a fome da maioria empobrecida. O mesmo Silva Guerra indica na mesma sessão o seguinte:

Indico que este Conselho ordene que os senhores fiscais intimem sob pena de multa a todas as pessoas que criarem ou tiverem porcos fechados ou soltos em seus quintaes que acabem quanto antes com este abuso por ser prejudicial à Hygiene pública; principalmente na estação calmoreza em que nos achamos (GUARATINGUETÁ, 1891, p. 97).

O acirramento da perseguição aos criadores de porcos no perímetro urbano aguçava a falta de disponibilidade de alimentos. Se era necessário disciplinar os procedimentos para garantir a salubridade na área urbanizada, uma medida como essa não podia deixar de penalizar especialmente os mais pobres. É importante lembrar que o toucinho era uma base fundamental da alimentação na época. A proibição de criar porcos era mais um dos fatores que

atuava por uma segregação espacial da população de trabalhadores pobres empurrando-os para além do perímetro urbano num cenário em que os salários eram baixos ou inexistentes e a oferta de produtos no mercado era encarecida frente a demanda para suprir a população urbana crescente.

O problema persiste ao longo dos anos até que uma nova polêmica se instala na cidade. Na sessão do dia 1º de abril de 1896, um dos proprietários do projeto *Cidade Nova* do Pedregulho e agora no negócio de carnes, Joaquim da Silva Maia Leitão requeria a isenção dos impostos que recaíam sobre sua profissão comprometendo-se a não elevar o valor da carne de vaca acima de 700 réis o quilograma. No mesmo mês, as Comissões de Legislação e Fazenda apresentam um parecer favorável à isenção de impostos requerida pelo negociante com os seguintes argumentos:

Considerando que é da atribuição da Municipalidade criar novos impostos ou isentar deles, desde que esta medida por qualquer forma reverta em benefício para o povo; considerando que o serviço de fornecimento de carne verde de tempos a esta parte tem sido por tal forma oneroso nesta localidade que torna-se quase impossível aos menos favorecidos da fortuna servirem-se desse gênero de primeira necessidade; considerando que o requerente oferece vender a carne com uma diferença para menos de 50%; considerando finalmente que além de ser legal a medida solicitada é de suma vantagem para o povo (GUARATINGUETÁ, 1896, p. 01-02).

Contudo, essa posição não foi unânime na Câmara Municipal. Os vereadores José Antonio Teixeira Machado e João Baptista dos Santos assinaram um parecer em separado que recomendava a rejeição das isenções a Leitão por considerar ilegal tal concessão. Argumentam ainda que o projeto não apenas conferia isenções ao negociante de carnes, mas também lhe garantia um privilégio por manter a isenção por prazo indeterminado e, no caso

do beneficiário não desejar manter seu compromisso, as mesmas isenções só poderiam ser concedidas a outrem por meio de contrato.

De todo modo, foi aprovado por maioria o parecer original das Comissões de Legislação e Fazenda a favor de Joaquim da Silva Maia Leitão. Acontece que outros dois negociantes de carne solicitam o mesmo benefício enquanto a solicitação de Leitão tramitava: Antonio Baptista de França Rangel e Joaquim Alves Coelho. As mesmas comissões que recomendaram a aprovação do primeiro requerimento de mesmo conteúdo, em relação aos dois seguintes agora manifestava sua contrariedade. Em seu parecer, afirmava o seguinte:

Considerando que com a decretação da lei nº 52 de 14 do corrente mez foram atendidas as reclamações do povo sobre o comércio de carne verde nesta cidade, sem tolher aos petionários a liberdade de poderem continuar a exercê-lo; considerando que somente no caso do art. 2º da citada lei poderia identico favor ser dispensado a outro nas condições estabelecidas no referido artigo, de modo que o povo continue a gozar sempre o mesmo benefício; são de parecer que os petionários não podem ser atendidos e que por isso sejam os requerimentos indeferidos (GUARATINGUETÁ, 1896, p. 6).

Com o argumento de que o mesmo benefício, por lei aprovada, só podia ser concedido a um único comerciante, foram recusados outros pedidos semelhantes. A polêmica que se seguiu na Câmara e na imprensa indica a complexidade das contradições que envolviam os interesses econômicos, as necessidades oriundas da urbanização e a pobreza crônica em que vivia grande parte da população. Na *Gazetinha*, diversos artigos são publicados ao longo das semanas em que o assunto foi discutido na Câmara. Num dos mais incisivos, em 30 de abril de 1896, lemos o seguinte:

Se a Câmara Municipal está bem intencionada, como deve-se presumir e quer regular o mercado de carne verde, não o conseguirá, por certo, concedendo privilégios e concessões ilegais a seus amigos, com prejuízo da lei, de terceiros e até do seu próprio prestígio e decoro administrativo; mas de forma que sejam resguardadas não os interesses individuais somente senão e principalmente os elevados interesses da Justiça e da lei que devem de estar superiores às ligações pessoais, por mais respeitáveis que sejam. De modo que acreditamos que ela se manterá nesta questão na altura de sua responsabilidade, e se prevalecer a doutrina que por ilegal impugnamos, ela terá necessidade de abrir mão dos mesmos favores em benefício de negociantes de outros gêneros como o feijão, o toucinho, que são também de 1ª necessidade e assim desfalcas suas rendas e criar, disfarçadamente, à título de proteção ao povo, verdadeiras restrições à liberdade de commercio e odiosos monopólios (A GAZETINHA, 30/04/1896, nº 900).

A defesa do livre comércio aparecia como argumento central para que *A Gazetinha* defendesse a recusa do benefício solicitado. Já o *Correio do Norte*, notoriamente alinhado à maioria existente na Câmara Municipal, publica em 10 de maio de 1896 um artigo sobre o mesmo assunto. Também de maneira enfática, afirmava-se no artigo:

Há muitos anos que a população dessa cidade tem sido victima do commercio de carnes verdes, que, fechado nas mãos de dois únicos comerciantes, previamente combinados, tem-lhe exigido systematicamente o preço de 1.000 réis por quilograma sem atender para a baixa visível do gado; e ter-lhe-ia exigido ainda mais si não fora a iniciativa tomada pelo cidadão Maia, que apenas com um pequeno auxílio da administração local se obriga a vender a carne com grande abatimento sobre os preços até agora mantidos. A câmara, acedendo ao pedido do operoso cidadão, faz um benefício não a um indivíduo, mas a uma população inteira, até aqui ferida nos seus interesses por

aquelles que só visavão e visão o aumento incessante de seus cabedais (CORREIO DO NORTE, 10/05/1896, nº310).

Sob a acusação de pretender instituir um monopólio da carne verde, os defensores das isenções a Maia Leitão retrucam na mesma moeda. O duro debate que se estabeleceu indicava que as ideias liberais permeavam as duas opiniões correntes entre os republicanos guaratinguetaenses. Ao mesmo tempo, indicava a dura disputa no seio das classes dirigentes do ponto de vista local por instrumentalizar o poder público em favor de seus interesses econômicos. Sob rigorosa crítica do ponto de vista jurídico por parte dos vereadores Teixeira Machado e João Baptista dos Santos e da incisiva crítica em seguidos artigos no jornal *A Gazetinha*, a Câmara manteve a posição com as isenções exclusivas para Joaquim da Silva Maia Leitão. A miséria da população trabalhadora era mobilizada pelos sentimentos da caridade cristã e era oportuna para justificar iniciativas do poder público em favor de negócios privados.

Nesse contexto, o adensamento das comunidades de população majoritariamente negra nos subúrbios das ruas Tamandaré, do morro da Pedreira e Alto das Almas, do Campo do Galvão e da Santa Rita estava inserido num duplo movimento: a atração de populações da zona rural para as proximidades do núcleo urbano combinada a uma política que as afastava das áreas centrais com o cerceamento da produção de seus meios de vida¹³⁵. Para complexificar o quadro das assimetrias de poder, havia ainda os casos de libertos que recebiam pequenas moradias no centro urbano, normalmente sob a condição de seguirem prestando serviços a seus antigos proprietários ou às

¹³⁵ Ver relatos a respeito deste processo na seção 3.7. *Trabalho e cafeicultura no pós-Abolição* no Capítulo 03 desta dissertação.

suas famílias¹³⁶. Ao fim e ao cabo, ainda que fossem realizadas medidas paliativas sobre os preços, sua eficácia era limitada para amenizar os infortúnios da miséria num quadro de desigualdade distributiva e em que a crise da cafeicultura comprimia a riqueza disponível.

A *modernização* da área urbana almejada pelas classes dirigentes de Guaratinguetá estava relacionada ao paulatino processo de deslocamento de seus interesses para as atividades urbanas. Era muito comum que os proprietários de terras mais abastados mantivessem casas na cidade e até mesmo que residissem prioritariamente no meio urbano¹³⁷. Dessa forma, crescia a sensibilidade para as necessidades da infraestrutura urbana que perpassava pela construção de um sistema de água e esgoto, pelo estabelecimento de linhas de bondes entre as diversas povoações do município e pela iluminação por energia elétrica. Para tanto, articularam a mobilização de seus recursos particulares nos empreendimentos potencialmente lucrativos e a pressão nas diversas esferas de poder do Estado para angariar os recursos públicos necessários em seus intentos.

Com relação à água e ao esgoto, em 1895, a Câmara Municipal de Guaratinguetá solicitou ao então ministro da Fazenda em nível federal, o guaratinguetaense Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, que intercedesse junto ao Presidente do Estado de São Paulo para que Guaratinguetá fosse enquadrada entre as prioridades para receber um recurso estadual para o serviço referido. Em 05 de novembro do mesmo ano,

¹³⁶ Exemplos de casos como os citados podem ser encontrados nos testamentos de Raulino José da Silveira e de Ana Maria de Oliveira Borges, disponíveis nos seus respectivos processos de inventário *post mortem*.

¹³⁷ Bacellar (1987) identifica que ainda na primeira metade do século XIX no Oeste paulista já ocorria um movimento de maior frequência de proprietários absenteístas e que mantinham residências em áreas urbanas. Considerando a crescente urbanização no período que estamos aqui investigando, é provável que um movimento semelhante estivesse ocorrendo também nessa região do Estado de São Paulo.

Rodrigues Alves encaminha um telegrama em resposta à Câmara afirmando que já havia providenciado o pedido e que considerava justa a pretensão por conta de “[...] ser um município constantemente flagelado por epidemias” (GUARATINGUETÁ, 14/11/1895, p. 89). Poucos dias depois, a Câmara recebia do Secretário de Estado dos Negócios do Interior informando que o Governo do Estado decidiu incluir Guaratinguetá nos benefícios estabelecidos pela Lei 368/1895 que instituía um crédito suplementar de 1.000 contos de réis com a finalidade de obras de água e esgoto em municípios do interior. Um dos critérios era que os municípios beneficiados contribuíssem com parte do custo, o que a Câmara Municipal prontamente aceitou com a aprovação de um empréstimo para custeio de tais obras.

O caso da água e do esgoto em que os dirigentes políticos de Guaratinguetá buscaram angariar recursos para a execução da obra por meio de influência sobre o Governo do Estado é sintomático da força política que esses dirigentes exerciam. Embora fosse uma localidade secundária do ponto de vista da cafeicultura naquele momento, ainda que fosse relevante nesse sentido, sua capacidade de influência política no âmbito estadual era consideravelmente elevada. Contudo, não foi apenas por essa via que obras de urbanização foram implementadas em Guaratinguetá nas primeiras décadas da República.

Após outras tentativas fracassadas ao longo da década, no final de 1897, a Câmara Municipal abria uma concorrência pública para a instalação de bondes no perímetro urbano de Guaratinguetá e no povoado de Aparecida. A empresa vencedora foi a Companhia Ferro Carril de Guaratinguetá, propriedade do Tenente Coronel Raulino José da Silveira, ex-vereador e um dos sócios do empreendimento da *Cidade Nova* no Pedregulho. O contrato foi assinado em fevereiro de 1898. No edital de concorrência pública ficava instituído que o prestador do serviço deveria disponibilizar bondes para o

transporte de passageiros e também de mercadorias. Temos então uma das figuras de maior cabedal no município, grande proprietário de terras, investindo um montante considerável de recursos para assumir negócios no contexto urbano.

Já a respeito da iluminação elétrica, ao longo da década de 1890 são feitas algumas tentativas que não vingaram. Em 1901, a Câmara abre novo edital para a instalação de energia elétrica, permitindo a concessão do serviço até vinte anos e a isenção de todos os impostos municipais. No mesmo ano, o representante da empresa suíça Maschinenfabrik Oerlikon solicita prorrogação do edital de concorrência pública para que pudesse consultar a sede da empresa de modo a apresentar uma proposta vantajosa para o município, o que foi recusado pela Câmara. Aparentemente, naquele momento não foi ainda possível firmar um contrato para tornar realidade o desejo de modernizar a iluminação do centro urbano.

Em 1903, o *Correio do Norte* anuncia a criação de uma empresa de iluminação elétrica em Guaratinguetá. Na nota intitulada “*Luz Electrica*” saúda em tom otimista o empreendimento e na sequência lemos o seguinte:

Augmenta ainda o nosso prazer em vendo que essa empresa é constituída única e exclusivamente por distincto pessoal d’aqui, e que vem provar que Guaratinguetá, apesar da crise que nos assombra, ainda tem recursos para melhoramentos locais, em mãos de filhos que bem reconhecem, por um lado, as condições de adiantamento de sua cidade natal, e por outro, as confiança que o governo municipal nos inspira. A empresa ao que nos consta é formada com um capital de 200 contos de réis, subscripto igualmente pelas pessoas: Banco Popular de Guaratinguetá, Coronel Virgílio Rodrigues Alves, Comendador Antonio Rodrigues Alves, D. Anna de Oliveira Borges, Dr. Ernesto de Castro Moreira, Dr. Arthur de Castro, e srs. Capitão Manoel

da Silva Carneiro, capitão Joaquim Soares Fagundes Junior e João Baptista Rangel (CORREIO DO NORTE, 19/07/1903, nº 872).

Assim, alguns dos detentores das maiores fortunas de Guaratinguetá uniam-se em mais um empreendimento em sua área urbana. Alguns deles estavam entre os maiores produtores de café da época. Podemos destacar também a participação do Banco Popular de Guaratinguetá, fundado em 1891, como um dos elementos dessa diversificação das atividades econômicas vislumbrada pelos cafeicultores de Guaratinguetá na virada do século XIX para XX. Apesar da proposta apresentada pela empresa com capital local ser identificada pela própria Câmara Municipal como aquém dos critérios estabelecidos pelo edital original, é aprovada a concessão do privilégio.

Com esse enquadramento geral, identificamos um certo nível de coordenação entre um grupo de sujeitos com grande poder político e econômico na localidade no sentido de diversificar investimentos no contexto urbano. Este movimento manteve imbricada relação com a crise do sistema agrícola baseado na cafeicultura. Podemos concentrar nosso olhar em alguns indivíduos para melhor elucidar suas estratégias particulares. Para esta finalidade, arrolamos em nossa discussão os elementos pertinentes dos inventários *post mortem* de dois indivíduos: Raulino José da Silveira e Francisco da Silva Vilela.

Raulino José da Silveira era nascido na Ilha de São Miguel, nos Açores, Reino de Portugal. Não sabemos exatamente o momento de sua chegada ao Brasil ou a Guaratinguetá. A primeira referência a ele disponível na documentação consultada data de 1873, quando o *Almanak da Província de São Paulo* assinalava seu nome como comerciante entre os proprietários de lojas de fazendas no município em questão. Exerceu o cargo de vereador nos primeiros anos da República, em 1895 associou-se ao projeto da *Cidade Nova* do Pedregulho e dirigiu a empresa Companhia Ferro Carril de Guaratinguetá na

instalação dos bondes na década de 1890. Em 1898, Silveira registra seu testamento e falece poucos anos depois em 1902. O *Correio do Norte* publica uma longa nota de pesar quando da morte de Raulino José da Silveira, de onde extraímos o seguinte trecho:

“O movimento commercial e industrial de Guaratinguetá era impulsionado em grande parte pelos capitaes do distincto cavalheiro, cuja morte nós todos hoje lamentamos como uma lúgubre fatalidade no seio da nossa cidade” (CORREIO DO NORTE, 25/05/1902, nº 755).

Seu inventário ainda não estava completo na ocasião de elaboração do Censo Agrícola de 1904-1905, o que levou ao registro de algumas propriedades sob a rúbrica de “Herdeiros de Raulino José da Silveira”. Eram três no total: uma com 300 alqueires, outra com 60 alqueires e a última com 20 alqueires. No total, são registrados no Censo Agrícola 380 alqueires paulistas legados aos herdeiros de Silveira. Em seu inventário *post mortem*, estão registradas a fazenda denominada *Carioca*; a fazenda *Taquary*; e o sítio do *Bom Fim*¹³⁸. No Censo Agrícola, são poucas as informações sobre as culturas existentes nessas fazendas. Apenas na menor delas é indicada a produção de café, com 10 alqueires plantados, 20.000 pés de café e 500 arrobas produzidas naquele ano. Produziam também o milho e o feijão e possuíam alguns cavalos.

Em seu inventário *post mortem*, podemos visualizar melhor as atividades econômicas que compunham o patrimônio de Raulino José da Silveira. Seus bens estavam distribuídos da seguinte maneira:

¹³⁸ INVENTÁRIO de Raulino José da Silveira. Guaratinguetá: Museu Frei Galvão, 07 de janeiro de 1905. Cartório do 1º Ofício, maço 171.

Tabela 30 - Bens de Raulino José da Silveira por tipo em números absolutos e relativos (inventário *post mortem*, 1902-1907).

Bens	Valor estimado	%
Fazendas	22:564\$400	34,3
Imóveis urbanos	9:450\$000	14,4
Dívidas passivas	33:704\$718	51,3
TOTAL	65:719\$118	100

Fonte: INVENTÁRIO de Raulino José da Silveira. Guaratinguetá: Museu Frei Galvão, 07 de janeiro de 1905. Cartório do 1º Ofício, maço 171.

Embora suas fazendas compusessem uma parcela relevante de seu patrimônio, na ocasião de sua morte Silveira era detentor das dívidas de diversos indivíduos de Guaratinguetá. Ou seja, além dos empreendimentos nos quais Silveira se envolveu nos anos finais de sua vida e já pudemos citar anteriormente, o fornecimento de crédito constituía sua principal atividade. De comerciante na década de 1870, Raulino José da Silveira caminhou ao longo da vida para tornar-se um típico fornecedor de crédito local e proprietário de terras.

De todo modo, a despeito de suas propriedades registrarem uma pequena produção de café no Censo Agrícola de 1904-1905, anos depois um de seus filhos - José Antonio da Silveira - aparece como o segundo maior produtor de café do município com 400.000 pés de café registrados no boletim *O café* publicado pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo em 1914. Ou seja, ainda que Guaratinguetá já não vivesse seu melhor momento relativo à cafeicultura nas primeiras décadas do século XX, aparentemente um sujeito com capitais disponíveis, mas pouco envolvido com o café até aquele momento, optou por expandir sua participação no cultivo da rubiácea naquela circunstância.

Outro indivíduo que consta entre os maiores produtores de café e foi possível encontrar seu inventário *post mortem* foi Francisco da Silva Villela¹³⁹.

¹³⁹ INVENTÁRIO de Francisco da Silva Villela. Guaratinguetá: Museu Frei Galvão, 10 de fevereiro de 1906. Cartório do 1º Ofício, maço 173.

No Censo Agrícola de 1904-1905, ele é o oitavo maior cafeicultor do município e está registrada uma propriedade em seu nome com 300 alqueires. Sua principal cultura era o café, com 100 alqueires cultivados, 200.000 pés de café e 4.000 arrobas produzidas naquele ano. Também produzia milho e feijão, além de possuir cavalos e gado *vaccum*. Pouco tempo depois, em 03 de fevereiro de 1906, viria a falecer sem deixar testamento. Com cafezais, benfeitorias e demais bens constantes na fazenda denominada *São Francisco*, a mesma foi avaliada em 60:370\$000 réis. Villela possuía também quatro imóveis no perímetro urbano, sendo que dois deles foram avaliados no processo de inventário. O primeiro localizado na rua Prudente de Moraes foi avaliado em 14:955\$000 réis; já o segundo, localizado na Praça Moreira Cesar (Largo do Teatro), foi avaliado em 18:000\$000 réis.

Na fazenda *São Francisco* havia uma estrutura esperada para a atividade cafeicultora da época: um terreiro de pedra para secagem dos frutos; uma edificação com máquina para beneficiamento do café; uma máquina para matar formigas; edificações diversas para criação de animais e armazenamento de víveres; e casas de pau a pique para colonos em diferentes áreas da fazenda. No total, o inventário registra 152.600 pés de café na fazenda. Mas, além disso, diferencia os cafezais mais antigos e os cafezais novos. São 60.600 pés de café citados como *velhos* e 41.500 arbustos citados como novos ou com idade entre seis e doze anos. Na Tabela 31, apresentamos a proporção das classificações de cafezais de acordo com o inventário:

Tabela 31 – Número de pés de café na fazenda *São Francisco*, de Francisco da Silva Villela (inventário *post mortem*, 1906).

Classificação	Número de pés	%
Novos	41.500	27,2
Velhos	60.600	39,7
Sem especificação	50.500	33,1

Fonte: INVENTÁRIO de Francisco da Silva Vilela. Guaratinguetá: Museu Frei Galvão, 10 de fevereiro de 1906. Cartório do 1º Ofício, maço 173.

Quase um terço dos cafezais da fazenda *São Francisco* eram citados como novos em 1906. Ou seja, se tinham entre seis e doze anos, podemos considerar que foram plantados entre 1894 e 1900, o que corrobora a hipótese de que ao longo da década de 1890 pelo menos até o estabelecimento de um imposto proibitivo sobre novos plantios em 1902 houve um movimento contínuo de expansão dos cafezais em Guaratinguetá. Ao mesmo tempo, quase dois quintos dos pés de café eram considerados velhos e em mau estado de conservação. O caso da fazenda de Francisco da Silva Villela parece sintomático do quadro da cafeicultura em Guaratinguetá naquele momento: passando por espasmos expansivos em busca de sobreviver à crise, mas com tendência à predominância dos cafezais mais antigos e menos produtivos.

O patrimônio de Francisco da Silva Villela apresenta um perfil que talvez seja mais próximo da maioria dos cafeicultores do município. Proprietário de uma grande fazenda, cafezais, diversas estruturas ligadas à cafeicultura e à produção de víveres, era também proprietário de casas no perímetro urbano. Villela manteve uma estratégia concentrada na cafeicultura, sem diversificação em empreendimentos urbanos como foi realizado por Raulino José da Silveira, mas mantinha ao mesmo tempo vínculos com a sociabilidade na cidade evidenciados por seus imóveis. A urbanização pautada no desenvolvimento dos vínculos com o mercado mundial por meio da produção agrícola criava um entrelaçamento entre campo e cidade, por meio dos próprios sujeitos que circulavam por esses contextos sociais em transformação.

Assim, embora a aposta na cafeicultura tenha sido o eixo condutor dos grandes proprietários de terras em Guaratinguetá, nas primeiras décadas da República ocorre um processo de diversificação das estratégias econômicas adotadas pelos mesmos. Essa diversificação se expressa nas transformações realizadas no contexto urbano e que reconfiguraram a vida social no núcleo central do município. Trabalhadores pobres da zona rural eram atraídos para as margens do núcleo urbano indo ao encontro de populações empobrecidas pressionadas pela carestia e pela modernização que os tornava intrusos numa cidade que almejava padrões de riqueza. A crise da cafeicultura e a modernização urbana estiveram imbricadas numa reconfiguração entre acumulação e pobreza que aprofundou as demarcações de desigualdade social.

Considerações finais

Guaratinguetá é uma localidade no Vale do Paraíba paulista que foi objeto da colonização portuguesa de forma relativamente precoce. Em meados do século XVII, foi estabelecida como vila no movimento pela captura de indígenas e na busca pelos metais preciosos. Sua ocupação relativamente mais antiga demarcou condições específicas para o início da atividade cafeeira em relação a outras áreas da mesma região. Após um período em que predomina o comércio de beira de estrada como principal atividade econômica, ocorre a instalação da produção canavieira no final do século XVIII e início do XIX. Esta condição conforma uma rede fundiária caracterizada pela alta concentração de terras e relativa dispersão da propriedade.

É neste cenário que tem início a produção cafeeira e ganha fôlego ao longo do século XIX. Nesse período, embora o café tenha se tornado largamente predominante, a cultura da cana e de outros produtos não será abandonada. Assim, Guaratinguetá manterá uma inserção vagarosa no mercado mundial do café até a década de 1850, quando grande parte do Vale do Paraíba fluminense e paulista viviam seu momento de grandeza na cafeeira. É na metade final do século XIX que o café tomará mais intensamente a paisagem em terras guaratinguetenses. Este impulso é de tal monta que a produção da rubiácea permanece ascendente até o final da década de 1890, sustentando uma resiliência superior a outras localidades do Vale do Paraíba que nesta época já enfrentavam um declínio evidente.

Uma das razões desta resiliência é o próprio histórico de ocupação já citado. A entrada do café no município ocorreu de maneira mais dispersa no tempo, permitindo a preservação de fatores de produção: a produtividade do solo, terras com matas originárias ou em recuperação e um elevado número de escravizados. Outros elementos somaram forças nesse impulso da cafeeira na segunda metade do XIX em Guaratinguetá. A chegada da ferrovia em 1877 abriu um meio de ligação muito mais eficiente da localidade aos canais do mercado mundial, em plena ascensão da demanda pela bebida estimulante. A intensificação do tráfico interno de escravizados e dos índices de exploração da força de trabalho na mesma época indica que estava em curso um incremento

da atividade econômica a esta altura naquela localidade. A Abolição em 1888 ressignificou os marcos das relações sociais, ao passo em que se concretizou uma reorganização das relações de trabalho que articularam as rupturas e as permanências em perspectiva do tempo da escravidão.

Pelo menos desde 1870, ao mesmo tempo em que se intensificava a exploração do trabalho escravizado, havia uma integração mais presente com o trabalho livre. Nesse sentido, o sistema de parceria começava a cumprir um papel mais decisivo antes da Abolição e seria um pilar da manutenção de altos patamares de exploração dos trabalhadores nas fazendas combinada com mobilização sazonal da força de trabalho latente, o que confere as condições para a expansão da lavoura cafeeira mesmo na década de 1890. Contudo, as limitações para a cafeicultura que se apresentavam no Vale do Paraíba como um todo não tardariam muito a se apresentarem em Guaratinguetá. A queda da produtividade, o esgotamento dos recursos naturais, as dificuldades em angariar crédito e na mobilização da força de trabalho determinam um processo de crise profunda e esta é sensivelmente agravada pela dinâmica do mercado que passava a enfrentar uma queda acentuada dos preços do café.

Frente à crise que se instalou em meados da década de 1890, a reação inicial dos cafeicultores parece ter sido dobrar a aposta. Novos cafezais continuaram sendo plantados pelo menos até o início do século XX e foram buscadas medidas para modernizar a produção por meio da mecanização – máquinas para combater pragas e para beneficiamento do café tornam-se mais presentes. Contudo, a ampliação da produção exauria seus próprios elementos de produtividade. O alto percentual de terras cultivadas indica que se buscava combater a crise dos preços com uma intensificação da produção, gerando um círculo vicioso. As poucas áreas com matas que ainda podiam ser derrubadas para o plantio do café são cada vez mais tomadas por esse ímpeto que visava sustentar a cafeicultura como principal atividade econômica por mais algumas décadas. No entanto, tal intento foi frustrado: já não havia mais terras produtivas, capital e reposição da força de trabalho suficiente para sustentar o modelo expansivo da cafeicultura que teve vigência ao longo do século XIX no Vale do Paraíba. No início do século XX, a atividade cafeeira declina de modo flagrante no município e grande parte dos cafezais mais antigos é abandonada ou destruída.

Neste contexto, embora o café continuasse a ser produzido nas diversas classes de propriedade – pequenas, médias, grandes e latifúndios – verificamos uma disparidade entre essas mesmas classes. Os pequenos proprietários apostavam na diversificação agrícola, ainda que não abandonassem o café se tivessem condições para tanto. Já os médios e grandes proprietários e os latifundiários são o carro-chefe da tentativa de superar a crise pela expansão da cafeicultura, estratégia que é logo derrotada pelas próprias condições em que se realizava. Entretanto, o excedente angariado nesse processo viabiliza uma intensificação da urbanização, verificada pelas diversas construções e empreendimentos realizados no contexto urbano no período.

Este novo cenário condicionará uma paulatina mudança também nas relações de trabalho: seja pela mecanização, seja pela queda da produção, a demanda pela força de trabalho reduz significativamente, impulsionando relativamente o trabalho sazonal por meio de assalariamento. Combinada com as variações do sistema de parceria, a força de trabalho mobilizada dessa forma era composta em parte pela população negra liberta que intensificava um processo de migração da área rural para os arredores do núcleo urbano, pelos demais trabalhadores pobres nacionais e pela população imigrante recém-atraída pelo núcleo colonial. O declínio da cafeicultura redireciona recursos e intensifica as sociabilidades na área urbana, gerando uma reconfiguração espacial da distribuição populacional.

Assim, a passagem do período de madureza da cafeicultura em Guaratinguetá para a crise e o declínio suscita diversas estratégias pelos sujeitos envolvidos naquele processo. Por um lado, os indivíduos e famílias proprietários de terras e endinheirados pareciam buscar algum grau de diversificação de suas atividades no contexto urbano – no comércio, no fornecimento de crédito ou em empreendimentos imobiliários – com a aferição de seus lucros derradeiros na cafeicultura. Neste aspecto, a disputa pelo fundo público era fundamental, o que os mantinha envolvidos nas disputas pelos espaços de poder em todos os âmbitos – municipal, estadual e nacional – apesar de que mesmo neste aspecto sua capacidade de influência perdesse relevância continuamente. Além disso, há os casos de figuras que buscam manter seu foco na cafeicultura migrando sua atuação para o Oeste de São

Paulo, como faz o maior cafeicultor de Guaratinguetá no início do século XX, Coronel Virgílio Rodrigues Alves.

Por outro lado, a crise da cafeicultura agravava a situação de penúria da população mais pobre, seja no contexto rural ou urbano. A configuração dos sistemas de parceria que se instituíram carregavam profundas linhas de continuidade com a escravidão, em que essa população trabalhadora negra e liberta utilizava de parte de seu tempo para produzir sua própria sobrevivência em terras de outrem e uma grande parte de seu trabalho que era utilizado nas grandes lavouras, inclusive por métodos coercitivos. Já aqueles que começaram a migrar para as áreas suburbanas em busca de angariar alguma renda em serviços urbanos e que eram sazonalmente mobilizados nas lavouras, vivenciavam uma situação em que dispunham de áreas muito reduzidas para a produção de sua sobrevivência e nem tinham acesso a salários que lhes possibilitasse melhores condições de vida. Nesse quadro, os imigrantes e os nascidos no Brasil que conseguiram acesso a terras no núcleo colonial, embora pudessem realizar também trabalho sazonal nas lavouras de café, continham melhores condições para lidar com os tempos de crise. O crescimento urbano daquele período leva a medidas de caráter higienista que estabelece pressões por uma segregação espacial da população trabalhadora pobre em direção aos subúrbios, enquanto mais e mais famílias proprietárias de terras deslocavam o centro de suas atividades para a cidade.

Na mesma época em que a cafeicultura entra em declínio em Guaratinguetá, o café se alastra decisivamente nas terras do Oeste paulista. A crise que se instala na produção cafeeira vale-paraibana, ainda que com desequilíbrios, é agravada pela crise dos preços do final do século XIX e início do XX. A cafeicultura ainda se mantém em Guaratinguetá como principal atividade econômica por alguns anos, ganha uma tábua de apoio com a instituição da política de valorização do café a partir de 1906, mas irreversivelmente já havia perdido seu dinamismo. A reestruturação produtiva do café mudou o patamar de relação de Guaratinguetá com o mercado mundial, relegando-o mais uma vez a um relativo isolamento da principal atividade exportadora do país nas primeiras décadas do século XX. As alternativas que se aventavam em torno da diversificação agrícola visando o abastecimento do mercado interno dos grandes centros urbanos não se

viabilizaram plenamente. Assim, a dinâmica verificada nessa localidade específica evidencia os inexoráveis dilemas e desequilíbrios sociais e econômicos oriundos de um processo que articula a abolição do trabalho escravizado no país, a intensa concentração de terras e o modelo de capitalismo primário exportador.

Diversos aspectos permearam as discussões que nos propusemos a realizar nesta dissertação e que não foi possível aprofundá-los da maneira devida. Mas destacamos como possibilidades de uma agenda de pesquisas futuras. Em primeiro lugar, apenas esboçamos uma discussão a respeito das estratégias adotadas pelos diversos sujeitos em Guaratinguetá frente às dinâmicas da cafeicultura, especialmente em seu período de ascensão e crise. Para compreender mais a fundo este processo, uma possibilidade seria a investigação por meio dos inventários *post mortem* de maneira seriada e sistemática, com centenas de itens disponíveis no Museu Frei Galvão. Outro caminho de pesquisa que seria relevante seria a investigação da urbanização propriamente dita ao longo do tempo, as dinâmicas das atividades econômicas na cidade e aprofundar as discussões sobre as mudanças nas relações de trabalho no pós-Abolição, especialmente a respeito da população negra liberta. Por fim, uma pesquisa que seria de especial importância seria investigar mais detidamente a evolução da escravidão e da estrutura fundiária frente aos diversos momentos da cafeicultura em Guaratinguetá no século XIX, nos moldes como outros pesquisadores já vêm realizando em relação a outras localidades do Vale do Paraíba como Vassouras e Bananal.

Os cafezais viraram passado nas paisagens dos morros transformados em pastos. Bravios em meio à mata, eventualmente podem ser encontrados cafeeiros solitários reproduzidos pela própria natureza. Efêmeros na terra, seguem presentes na memória coletiva das famílias e indivíduos de Guaratinguetá. Para uns, o desalento da saudade de tempos “áureos” de riqueza e prosperidade que não voltam; para outros, a lembrança do cativo e da exploração, o orgulho da resistência e da labuta e a origem das tradições ancestrais sustentadas através das gerações. Em contraste à efemeridade do café, seguem as garças, perenes testemunhas povoando os céus de Guaratinguetá.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Diego. Maria Joaquina de Almeida – A Senhora do Café. Editora Mariana Bastos, Lorena, 2016.

ANHEZINI, Karina. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso de Taunay. *Revista de História* 160 (1º semestre de 2009), p. 221 – 260.

BRAUDEL, Fernand. *Para uma economia histórica*. In: *Escritos sobre a História*. Editora Perspectiva, 1978.

BACELLAR, Carlos. Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista (1765-1855). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social (USP) para a obtenção do título de mestre. São Paulo, 1987.

BACELLAR, C. BASSANEZI, M. *Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX*. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 19, n. 1, jan./jun., 2002.

BROCA, José Brito. *Memórias*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1968.

DELFIN NETO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CÂMARA, Mariana C. Donas de terras e escravos: o poder das mulheres fazendeiras na Vila de São Pedro de Cantagalo (1815-1855). *Revista Pesquisa & Educação à Distância*, nº 8, 2021. Disponível em <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=2013EAD1&page=article&op=view&path%5B%5D=9297&path%5B%5D=4631> . Acesso em 13/04/2023.

CANABRAVA, Alice P. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. *Estudos Econômicos*, v. 2, n. 6, p. 77-129, 1972.

CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: DIFEL, 1975.

CASTRO, Antonio Barros de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In: 7 Ensaio sobre a economia brasileira (vol. 2). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1980.

CASTRO, Antonio José de. *Transição da Economia Cafeeira para a Pecuária Leiteira no Vale do Paraíba paulista*. Editora Santuário, Aparecida (SP), 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COLISTETE, R. P. Regiões e especialização na agricultura cafeeira: São Paulo no início do século XX. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, / p. 331-354, jul./set. 2015.

COLTRINARI, Lylian. *Contribuição à geomorfologia da região de Guaratinguetá – Aparecida*. São Paulo, Editora da USP, 1975.

COSTA, Emília V. *O escravo na grande lavoura*. in: *Da Monarquia à República*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820 – 1920)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

DELFINO NETO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI-GUARANI. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/guaratingueta/> . Acesso em 27/04/2023.

FINDLEY, Eleide A. G. O direito sucessório luso-brasileiro e o acesso da mulher à propriedade. 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564603751_ARQUIVO_OD_IREITOSUCCESSORIOLUSO-BRASILEIRO.pdf . Acesso em 13/04/2023.

FRAGOSO, João. Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850 – 1920): um estudo das relações não-capitalistas de produção. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/9079> . Acesso em 30/03/2023.

FRANCO, Maria Sylvia C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

FURLAN, Sueli. *Atlas ambiental Mata Viva: Guaratinguetá, SP, Brasil*. São Paulo: Geodinâmica, 2013.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional Publifolha, 27ª Edição, 2000.

GIFUN, Frederick Vicent. Ribeirão Preto, 1880-1914: the rise of a coffee county, or the transition to coffee in São Paulo as seen through the development of its leading producer. Phd - Department of History/University of Florida, 1972.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 4ª edição, 1985.

GRANATO, Fernando. Unidos pela exclusão, escravizados e hansenianos se refugiaram em quilombo no interior de São Paulo. Folha de São Paulo, São Paulo, 29/04/2023.

HERMANN, Lucilla. *Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num período de Trezentos anos*. Revista de Administração, São Paulo, 1948, n.º 5 e 6.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios (1875 – 1914)*. Tradução: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica: Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLLANDA, Sergio Buarque de; MAIA, Tom. *Vale do Paraíba: velhas fazendas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

HONORATO, C. T. e HONORATO, L. T. (2020). A construção do Porto do Rio de Janeiro e a Caixa Especial dos Portos: reordenamento territorial e desenvolvimento. *América Latina en la Historia Económica*, 27(3), e1075. doi: 10.18232/alhe.1075.

KISHIMOTO, A.; TRONCARELLI, M.; DIAS, P. (org.). *O Jongo do Tamandaré: Guaratinguetá - SP*. São Paulo: Associação Cultural Cachoeira, 2012.

KISHIMOTO, A.; TRONCARELLI, M. *Jongo: do caminho dos Mottas ao bairro do Tamandaré*. In: *O Jongo do Tamandaré: Guaratinguetá - SP*. São Paulo: Associação Cultural Cachoeira, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida

Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KULA, W. *Problemas y métodos de la história económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

LEVI, Giovanni. "Microhistoria e Historia Global". *Historia Crítica* n.º 69 (2018): 21-35, doi: <https://doi.org/10.7440/histcrit69.2018.02P>.

LUNA, F. V.; KLEIN, H., SUMMERHILL, W. A agricultura paulista em 1905. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol. 44, n.1, p. 153-184, jan.-mar. 2014.

LUNA, F; KLEIN, H. S. *História Econômica e Social do Estado de São Paulo (1850-1950)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Pedregulho: notas para sua história*. Guaratinguetá: Museu Frei Galvão, 1997.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. Tese apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor. São Paulo 1998.

MARCONDES, R. L. O café em Ribeirão Preto (1890 - 1940). *História Econômica & História de Empresas* X, 1 (2007), p. 171 - 192.

MARCONDES, Renato Leite. *A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do Oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX*. *Revista de História*, São Paulo, n. 165, p. 403-424, jul./dez. 2011.

MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. *Revista de Economia e Política*, n. 32,

março de 2012, <https://doi.org/10.1590/S0101-31572012000100009> .
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rep/a/QzGzHffGRLphKvjvFwQbFbK/abstract/?lang=en> .
Acesso em 30/03/2023.

MARCONDES, R. L. A Pequena e a Media Propriedade na Grande Lavoura Cafeeira. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 4, n. 2, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20467>. Acesso em: 5 ago. 2022.

MARQUESE, R.; TOMICH, D. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: *O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão* (orgs. Mariana Muaze e Ricardo Salles). Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Editora Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2ª ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2021.

MATTOS, Hebe M.; RIOS, Ana M. *O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. *Topoi*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 170-198.

MATTOS, Ilmar. *Do Império à República*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 163 - 171.

MENDONÇA, Regina K. R. S. *Escravidão indígena no Vale do Paraíba: exploração e conquista dos sertões da capitania de Nossa Senhora de Itanhaém, século XVII*. Dissertação para obtenção de título de mestrado no Programa de História Social da USP, 2010.

MCMICHAEL, Philip. *Incorporating comparison within a world-historical perspective: na alternative comparative method*. *American Sociological Review*, jun. 1990, vol. 55, n. 3, p. 385-397.

MILLIET, S. *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo: Departamento de Cultura, 3ª Edição, 1941.

MONTEIRO LOBATO, José Bento. *Cidades Mortas*. São Paulo: Editora Globo, 2009.

MORENO, B. A. S. *Desbravando os sertões da Piedade: terra e trabalho no Vale do Paraíba cafeeiro (Bananal, c. 1800-1880)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paul. São Paulo, 2022.

MOTA, Alice; PAPALI, Maria Aparecida; ZANETTI, Valéria Regina. *Em defesa da liberdade: o pós-Abolição no jornal Gazeta Paulista de Guaratinguetá em 1907*. In: *Escravidão e pós-Abolição no Vale do Paraíba paulista* (orgs. PAPALI, Maria A.; ZANETTI, Valéria R.). Santos (SP): Editora Intermeios, 2022.

MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda, 2012.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O Visconde de Guaratinguetá: um titular do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976

MUAZE, Mariana. *O Vale do Paraíba fluminense e a dinâmica imperial*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural: Secretaria do Estado de Cultura, 2010.

MUAZE, Mariana. *Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial*. In: O Vale do Paraíba e o Império no Brasil nos quadros da Segunda Escravidão (orgs. Mariana Muaze e Ricardov Salles). Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

MÜLLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba*. Rio de Janeiro, Divisão Cultural, 1969.

NABUCO, Joaquim *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1078> .

NASCIMENTO, do Abdias. *O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado*. 1978. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

NOVAES, Adriano. *Os caminhos antigos no território fluminense*. Instituto Cidade Viva, 2008, <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06> .

NOZOE, Nelson. *A apropriação de terras rurais na Capitania de São Paulo*. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Jéferson Alves de. *Benedito Prudente dos Santos: ele gostava de uma boa demanda*. In: O Jongo do Tamandaré: Guaratinguetá - SP (organização: Alexandre Kishimoto, Maria Cristina Troncarelli; Paulo Dias). São Paulo: Associação Cultural Cachoeira, 2012.

PERISSINOTO, Ricardo M. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: FAPESP, 1999.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 26ª edição, 1981.

RICCI, Fabio. *A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba paulista*. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, vol. 1, no 1, jul-dez 2006.

SANTOS, Maria Aparecida dos. Tia Fia e sua família de jongueiros. In: O Jongo do Tamandaré: Guaratinguetá - SP (organização: Alexandre Kishimoto, Maria Cristina Troncarelli; Paulo Dias). São Paulo: Associação Cultural Cachoeira, 2012.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLUM JR., Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura (Oeste Paulista 1888 – 1930)*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Trajetória política de um republicano no Vale do Paraíba. In: Vale do Paraíba: Política & Sociedade (org. Gabriel Chalita). Editora Santuário, Aparecida (SP), 1993.

SARTRE, Jean Paul. *Questão de método*. In: Coleção Os Pensadores (seleção de textos José Américo Motta Pessanha; traduções de Vergílio Ferreira et al.). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870 - 1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, S. B. *Da América Portuguesa ao Brasil: estudos históricos*. Editora Difel, 2003.

SINGH, J.; DHILLON, S. *Agricultural geography*. New Dheli: Tata McGraw-Hill, 1984.

SLENES, R. *Grandeza ou decadência? Mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro 1850-1888*. In: Iraci del Nero da Costa. (Org.). *BRASIL: HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA*. SAO PAULO: IPE/USP, 1986, v. , p. 103-155.

STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café 1850 - 1900*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.

TAUNAY, Afonso d'E. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TAUNAY, Afonso d'E. *Pequena História do Café*. Brasília: Editora UnB, 2014.

TESSARI, Claudia. Sazonalidade e trabalho temporário na empresa cafeeira (Oeste paulista, 1890-1915). *História econômica & história de empresas XIV*. 2 (2011), 105-143.

TESSARI, Claudia. Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo: Alameda, 2012.

TOMICH, Dale. Pequenas ilhas e grandes comparações. In: TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Editora da Edusp, 2011. p. 151-168.

VALVERDE, Orlando. *A fazenda de café escravocrata no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973.

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *O porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade muitas faces*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, agosto de 1999.

VIDAL LUNA, F; KLEIN, H. S. *História Econômica e Social do Estado de São Paulo (1850-1950)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

VILLAR, P. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger, 1874. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes> .Acesso em 26/04/2023.

BRASIL. Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro, Officina da Estatística, 1898.

BRASIL. Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1905.

BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, Directoria Geral de Estatística – Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930.

COMMISSION GÉOGRAPHIQUE ET GÉOLOGIQUE DE SÃO PAULO. Carte Générale de l'État de São Paulo (avec indications sur l'Agriculture, le Commerce, l'Instruction Publique, l'Industrie et la Colonisation). Ingénieur en Chef, João Pedro Cardoso. Escala 1:2.000.000. 1910.

FONSECA, Paulo Delfino; LUNÓ, Antonio José Batista de. Almanak da Província de São Paulo. Typographia Americana, Primeiro anno, São Paulo 1873.

Gazeta do Povo. *Anuario Guaratinguetaense de 1904*. Guaratinguetá: Typographia da Gazeta do Povo, 1905.

Gazetinha. Diretor: Antonio Cuba. Typographia Gazetinha, Guaratinguetá, 1891 – 1899. Disponível no Museu Frei Galvão (Guaratinguetá).

GÓES, Coriolano. O problema agrícola. *Jornal Correio do Norte*, ano 10, nº 480, 27/08/1899, p. 01. Disponível no Museu Frei Galvão (Guaratinguetá).

GUARATINGUETÁ. Câmara Municipal. *Atas das sessões da Câmara Municipal de Guaratinguetá*. Guaratinguetá: caderno de atas, 1892 e 1900. Disponível no Museu Frei Galvão (Guaratinguetá).

INVENTÁRIO de Francisco da Silva Vilela. Guaratinguetá: Museu Frei Galvão, 10 de fevereiro de 1906. Cartório do 1º Ofício, maço 173.

INVENTÁRIO de Raulino José da Silveira. Guaratinguetá: Museu Frei Galvão, 07 de janeiro de 1905. Cartório do 1º Ofício, maço 171.

NOGUEIRA, José. Notas rápidas. *Jornal Correio do Norte*, ano 11, nº 571, 29 de julho de 1900, p. 01-02. Disponível no Museu Frei Galvão (Guaratinguetá).

Mss. Inventário dos Bens Rústicos. Vila de Guaratinguetá, 1818.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de S. Paulo (1836)*: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 1. ed., 1838. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). São Paulo do passado: dados demográficos, 1854. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998.

NORBERT, Justin. Descrição dos municípios de Guaratinguetá, Lagoinha, Cunha, Paraty e Paraty-Mirim, abrangendo a zona Norte de São Paulo: justificação sobre a necessidade d'uma estrada de ferro que ligue aquella zona à E. F. Central do Brasil. Tipografia Correio do Norte, Guaratinguetá, 1907. Disponível no Museu Frei Galvão (Guaratinguetá).

OLIVEIRA, José J. Machado de (org.). Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da província de S. Paulo. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). São Paulo do passado: dados demográficos, 1854. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998.

PENIDO, Magalhães. Agricultura. Gazetinha, Guaratinguetá, ano 10, n. 789, 24/03/1895, p. 01. Disponível no Museu Frei Galvão (Guaratinguetá).

PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o dicionário geographico do Brazil*. Rio de Janeiro : Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1896.

Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística - (Introdução). São Paulo, Leroy Link Boowalter - Typographia King, 1888. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). São Paulo do passado: dados demográficos, 1854. Campinas: NEPO-UNICAMP, 1998.

SÃO PAULO. Repartição de Archivo e Estatística. *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1895-1908.

SÃO PAULO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província Exm. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 10 de janeiro de 1888*. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp., 1888. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em 04/04/2023.

SÃO PAULO. *Mensagem enviada ao Congresso do Estado pelo presidente do Estado Francisco de Paula Rodrigues Alves a 7 de abril de 1901*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1901. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em 04/04/2023.

SÃO PAULO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de São Paulo pelo presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo. Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., São Paulo, 11/01/1889. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em 04/04/2023.

SÃO PAULO. Mensagem enviada ao Congresso Legislativo a 7 de abril de 1896 por Bernardino Campos, Presidente do Estado. São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1916. Disponível em <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso em 04/04/2023.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. Estatística agrícola e zootécnica no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil/Rothschild & Co., 1907.